



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO
REITORIA

**RESOLUÇÃO Nº 11 DO CONSELHO SUPERIOR,
DE 31 DE MARÇO DE 2026.**

APROVA o Relatório Gestor - 2025
do Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Sertão
Pernambucano – IFSertãoPE.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no uso de suas atribuições legais, conforme designação estabelecida pelo Decreto Presidencial de 16 de maio de 2024, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 95, de 17 de maio de 2024, Seção 2, RESOLVE:

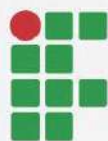
Art. 1º APROVAR o Relatório Gestor – 2025 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jean Carlos Coelho de Alencar
Presidente do Conselho Superior

PUBLICADO NO SITE INSTITUCIONAL EM: 31/03/2026.

Relatório de Gestão 2025



INSTITUTO FEDERAL
Sertão Pernambucano

JEAN CARLOS COELHO DE ALENCAR

REITOR

ADEISA GUIMARÃES CARVALHO

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

FABRÍCIA NADJA DE OLIVEIRA FREIRE

PRÓ-REITORA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA GAMA

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

KLEMMERSON AMARIZ GOMES

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

EUDIS OLIVEIRA TEIXEIRA

PRÓ-REITOR DE ENSINO

CLESIO JONAS DE OLIVEIRA DA SILVA

DIRETOR GERAL DO CAMPUS PETROLINA

IRAN ALVES TORQUATO

DIRETOR GERAL DO CAMPUS FLORESTA

ISAIAS JOSÉ DE LIMA

DIRETOR GERAL DO CAMPUS SERRA TALHADA

JOSÉ WILLIAMS NOGUEIRA DA COSTA

DIRETOR GERAL DO CAMPUS OURICURI

RÔNERO MARCIO CORDEIRO DOMINGOS

DIRETOR GERAL DO CAMPUS SALGUEIRO

VANICLEIA OLIVEIRA DA SILVA

DIRETOR GERAL DO CAMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA

VITOR PRATES LORENZO

DIRETOR GERAL DO CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL

COORDENAÇÃO DA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

FÁBIO FREIRE RIBEIRO DO VALE - DOAPE
HEITOR PEREIRA FRANÇA DA SILVA - DOAPE
PRISCILA DO NASCIMENTO SILVA - DOAPE



Mensagem do Reitor,
JEAN ALENCAR

Apresento à sociedade, com senso de responsabilidade pública e compromisso com a transparência, a Mensagem da Reitoria no Relatório de Gestão do Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFSertãoPE do ano de 2025, documento que sintetiza os principais resultados alcançados no exercício, evidenciando os avanços institucionais, os desafios enfrentados e as perspectivas construídas a partir do trabalho coletivo da Reitoria, dos *campi* e de todas as unidades administrativas e acadêmicas. Este relatório foi elaborado a partir do diálogo com as Pró-Reitorias, diretorias sistêmicas, gestores e comunidade acadêmica, refletindo a visão integrada da gestão institucional e o compromisso permanente com a geração de valor público.

O desempenho apresentado demonstra que, das ações planejadas no Plano de Desenvolvimento Institucional, parcela significativa foi executada conforme o previsto, além de diversas iniciativas realizadas além do planejamento inicial, evidenciando a capacidade de adaptação da instituição diante das demandas da sociedade e das limitações impostas ao setor público.

No campo do ensino, avançamos na consolidação de políticas voltadas à ampliação do acesso, permanência e êxito dos estudantes, ao fortalecimento da qualidade da formação ofertada e à expansão das oportunidades educacionais em diferentes modalidades. Destacam-se ações relacionadas à melhoria da organização acadêmica, ao fortalecimento da Educação a Distância, à ampliação de políticas inclusivas e à oferta de cursos alinhados às necessidades regionais, reafirmando o compromisso institucional com a formação profissional, científica e cidadã.

Na área de pesquisa, inovação e pós-graduação, a instituição demonstrou resultados relevantes no fortalecimento da produção científica e tecnológica. O período foi marcado pelo crescimento das ações de inovação, com registro de softwares, depósito de patente, fortalecimento das incubadoras e pré-incubação de empresas, além da participação de estudantes em atividades voltadas

ao empreendedorismo e à cultura da inovação. Esses dados evidenciam o papel estratégico do IFSertãoPE na geração de conhecimento e no desenvolvimento regional.

No âmbito da extensão e cultura, o IFSertãoPE ampliou sua presença junto à sociedade por meio de projetos, parcerias e captação de recursos externos, fortalecendo a integração com comunidades, setores produtivos e órgãos governamentais. Destaca-se a aprovação de projetos junto a ministérios, a ampliação de parcerias institucionais e a execução de contratos que somaram valores expressivos, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região e para a difusão do conhecimento científico e tecnológico.

Quanto à gestão orçamentária, administrativa e financeira, a instituição atuou no planejamento e na execução responsável dos recursos públicos, assegurando o funcionamento institucional e a continuidade das atividades finalísticas. Os demonstrativos patrimoniais evidenciam evolução nas disponibilidades financeiras e na estrutura de ativos, refletindo a aplicação dos recursos na manutenção e no fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa, mesmo diante de restrições orçamentárias que exigiram planejamento rigoroso e priorização de ações estratégicas.

No que se refere ao desenvolvimento institucional, foram fortalecidos os instrumentos de planejamento, governança e acompanhamento de resultados, com a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional, definindo objetivos estratégicos, indicadores e metas para a instituição, e ampliação do uso de sistemas e painéis de dados para apoio à tomada de decisão. O aprimoramento da gestão, aliado à digitalização de serviços e ao fortalecimento das políticas de gestão de pessoas e tecnologia da informação, contribuiu para maior eficiência administrativa e melhor suporte às atividades acadêmicas.

Os resultados apresentados neste relatório confirmam que o IFSertãoPE mantém sua trajetória de crescimento e consolidação como instituição pública de referência, orientada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pelo compromisso com a inclusão social e pela busca permanente da excelência na gestão.

Reafirmo meu reconhecimento ao trabalho dedicado de toda a comunidade acadêmica, cuja atuação conjunta torna possível transformar recursos públicos em oportunidades educacionais, desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida da população.

Seguiremos firmes no propósito de fortalecer o Instituto Federal do Sertão Pernambucano como instrumento de transformação social, inovação e desenvolvimento sustentável para o Sertão e para o Brasil.

PRÓ-REITORES



PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

ADEISA GUIMARÃES CARVALHO

Propiciar ações para o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável. Promover atividades sistêmicas capazes de difundir os conhecimentos científicos e tecnológicos em constante interação com a sociedade, considerando a diversidade cultural, étnica, linguística e territorial dos grupos humanos. Conectar o instituto com as atualizações dos setores produtivos, novas tecnologias, estimular o compartilhamento de saberes entre a academia e os povos tradicionais, potencializar ações de igualdade de gênero, raça e diminuição das desigualdades sociais, na busca por maior acessibilidade, inclusão e respeito às variedades de formas de vida.



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA GAMA

Articular a pesquisa, a inovação e a pós-graduação para o desenvolvimento socioeconômico, cultural, científico e tecnológico, promovendo o desenvolvimento de tecnologias de baixo custo e alto impacto social de produtos competitivos e elevado valor agregado, e contribuindo para a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar e a inclusão social.



PRÓ-REITORIA DE ENSINO

EUDIS OLIVEIRA TEIXEIRA

Acompanhar o desenvolvimento e a execução das políticas educacionais e das atividades pedagógicas do IFSertãoPE, pautando-se no princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Buscamos a profissionalização de um número cada vez maior de cidadãos e a constante promoção da melhoria da qualidade do ensino profissional e tecnológico em suas várias formas e modalidades.



PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

KLEMMERSON AMARIZ GOMES

Coordenar a elaboração do planejamento estratégico institucional, da prestação anual de contas, prover soluções tecnológicas para dar suporte às atividades administrativas e acadêmicas, coordenar projetos e atividades relacionados à seleção, admissão, acompanhamento e desenvolvimento dos servidores.



PRÓ-REITORIA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

FABRÍCIA NADJA DE OLIVEIRA FREIRE

Planejar, coordenar e executar, em nível tático e operacional, a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como as atividades relativas à administração de bens e serviços do IFSertãoPE, elaborar os projetos de infraestrutura e executar as licitações e os contratos.

DIRETORES SISTÊMICOS



DIRETORIA EXECUTIVA DE GABINETE

FÁBIO ANDRÉ PORTO ALVES

Responsável por coordenar as atividades relacionadas ao apoio administrativo necessário ao reitor, à gestão da comunicação institucional e ao funcionamento da reitoria.



DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

WYARA DA SILVA DO ESPÍRITO SANTO

Responsável por planejar, implementar e coordenar as políticas de pessoal do IFSertãoPE.



DIRETORIA DE POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

ADRIANA VALÉRIA GOMES CORIOLANO DE MEDEIROS

Responsável pelos programas de assistência estudantil na instituição, visando incentivar ações com o objetivo de contribuir com a permanência e êxito dos discentes.



DIRETORIA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

FRANCISCO HAMILTON JÚNIOR

Responsável pela gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação do IFSertãoPE, promovendo apoio gerencial, administrativo e técnico, e fornecendo suporte de hardware, software e serviços de TIC.



DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

ADONIAS SOARES DA SILVA JUNIOR

Responsável pela proposição, implementação e desenvolvimento das políticas e ações voltadas à oferta da educação a distância.



DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

FÁBIO FREIRE RIBEIRO DO VALE

Responsável por coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSertãoPE, propor boas práticas de gestão e promover a gestão de processos e riscos institucionais.



DIRETORIA DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA

EBSON ALVES DA SILVA

Responsável por propor, elaborar, implantar e coordenar políticas, projetos e serviços de engenharia e manutenção da infraestrutura da reitoria e dos *campi*.



DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ADELSON BARROS DE MELO

Responsável por descentralizar e monitorar a execução orçamentária do IFSertãoPE.



DIRETORIA DE LICITAÇÕES

SILVÂNIO ANTÔNIO DE CARVALHO

Responsável por gerenciar a realização dos procedimentos licitatórios visando à contratação de obras, serviços e a aquisição de bens de consumo e permanentes para as unidades do IFSertãoPE.

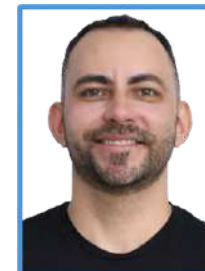
DIRETORES GERAIS DE CAMPUS



CAMPUS FLORESTA
IRAN ALVES TORQUATO



CAMPUS PETROLINA
ZONA RURAL
VITOR PRATES LORENZO



CAMPUS SERRA TALHADA
ISAIAS JOSÉ DE LIMA



CAMPUS OURICURI
JOSÉ WILLAMS
NOGUEIRA DA COSTA



CAMPUS SALGUEIRO
RÔNERO MARCIO
CORDEIRO DOMINGOS



CAMPUS PETROLINA
CLESIO JONAS DE
OLIVEIRA DA SILVA



CAMPUS SANTA MARIA
DA BOA VISTA
VANICLEIA OLIVEIRA DA
SILVA

SUMÁRIO

1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	15
1.1 Identificação da UPC, missão e visão.....	15
1.2 Principais normas direcionadoras de sua atuação.....	15
1.3 Estrutura organizacional.....	16
1.4 Modelo de negócios e cadeia de valor.....	20
1.5 Comunicação com a sociedade e relação com o ambiente externo.	22
1.5.1 Ouvidoria.....	22
1.5.2 Formas de participação cidadã nos processos decisórios..	25
1.5.3 Cartas de serviços ao cidadão.....	25
1.5.4 Divulgação do IFSertãoPE nas redes sociais.....	26
1.5.5 Principais eventos promovidos.....	28
2 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	38
2.1 Principais riscos identificados.....	39
3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....	42
3.1 Principais ações de supervisão, controle e de correção.....	50
3.1.1 Auditoria Interna.....	51
3.1.2 Correição.....	51
3.1.2.1 Atividade Correcional.....	51
3.1.2.2 Procedimentos investigativos e processos correcionais instaurados.....	52
3.1.2.3 Análise gerencial das ocorrências e da distribuição das apurações correcionais.....	55
3.2 Desempenho e principais resultados.....	57
3.2.1 Ensino.....	58
3.2.2 Extensão e cultura.....	63
3.2.3 Pesquisa, inovação e pós-graduação.....	66
3.2.4 Governança.....	74
3.2.5 Tecnologia da informação e comunicação.....	78
3.2.6 Gestão de pessoas.....	85
3.2.7 Relações internacionais.....	92
3.2.8 Orçamento e finanças.....	94
3.2.9 Licitações e contratos.....	101
3.2.10 Patrimônio e infraestrutura.....	104
3.2.11 Gestão de custos.....	108
4 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	110
4.1 Balanço patrimonial (BP).....	110
4.2 Demonstração das variações patrimoniais (DVP).....	115
4.3 Balanço Orçamentário (BO).....	118
4.4 Balanço Financeiro (BF).....	120
4.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).....	126
4.6 Notas Explicativas.....	130
4.6.1 Base de preparação das demonstrações e práticas contábeis	130
4.6.2 Resumo dos principais critérios e das políticas contábeis	131
4.6.3 Ativo circulante.....	133
4.6.4 Caixa e equivalentes de caixa.....	134
4.6.5 Créditos a curto prazo.....	135
4.6.6 Estoques.....	135
4.6.7 VPDs pagas antecipadamente.....	136
4.6.8 Ativo não circulante.....	137
4.6.9 Realizável a longo prazo.....	137
4.6.10 Imobilizado.....	137
4.6.11 Intangível.....	142
4.6.12 Passivo circulante.....	143

4.6.13 Fornecedores e Contas a Pagar.....	144
4.6.14 Obrigações contratuais.....	147
4.6.15 Passivo não circulante.....	148
4.6.16 Patrimônio líquido.....	150
4.6.17 Variações patrimoniais aumentativas.....	150
4.6.18 Variações patrimoniais diminutivas.....	151
4.6.19 Resultado patrimonial.....	154
4.6.20 Execução das receitas orçamentárias.....	155
4.6.21 Execução das despesas orçamentárias.....	157
4.6.22 Resultado orçamentário do exercício.....	159
4.6.23 Restos a pagar.....	160
4.6.24 Resultado financeiro.....	163
4.6.25 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	166
4.6.26 Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais.....	168
4.6.27 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento.....	169
4.6.28 Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento.....	169

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa das unidades do IFSertãoPE.....	15	Figura 24 - Principais ações realizadas na área de organização acadêmica.	58
Figura 2 - Estrutura de governança do IFSertãoPE.....	17	Figura 25 - Principais ações realizadas na área de acesso, permanência e êxito.....	61
Figura 3 - Organograma básico do IFSertãoPE.....	19	Figura 26 - Percentual de estudantes atendidos pelo programa de apoio a estudantes com necessidades específicas.....	62
Figura 4 - Modelo de Negócio.....	20	Figura 27 - Principais ações realizadas para as bibliotecas.....	63
Figura 5 - Cadeia de valor.....	21	Figura 28 - Principais ações extensionistas.....	64
Figura 6 - Manifestações por tipo.....	23	Figura 29 - Principais ações de incentivo à pesquisa.....	67
Figura 7 - Manifestações por unidade demandada.....	23	Figura 30 - Evolução dos projetos de pesquisa.....	69
Figura 8 - Manifestações por unidade apontada como local dos fatos.....	24	Figura 31 - Percentual de projetos de pesquisa aplicada.....	69
Figura 10 - Pedidos de acesso à informação por assunto.....	25	Figura 32 - Produção intelectual (NPROD).....	70
Figura 11 - Evolução das visualizações no Youtube.....	26	Figura 33 - Dados sobre propriedade intelectual no IFSertãoPE.....	70
Figura 12 - Evolução dos inscritos no Youtube.....	27	Figura 34 - Pré-incubação de empresas na ISA.....	71
Figura 13 - Evolução das postagens no Instagram.....	27	Figura 35 - Divulgação das obras publicadas pela Editora.....	71
Figura 14 - Evolução de seguidores no Instagram.....	27	Figura 36 - Obras lançadas pelo IFSertãoPE.....	72
Figura 15 - Etapas para elaboração da matriz de riscos.....	38	Figura 37 - Produção bibliográfica nas revistas do IFSertãoPE.....	72
Figura 16 - Diagrama de verificação de riscos.....	38	Figura 38 - Projetos analisados pela CEUA.....	73
Figura 17 - Mapa estratégico do IFSertãoPE.....	43	Figura 39 - Projetos analisados pelo CEP.....	73
Figura 18 - Principais problemas e qualidades do IFSertãoPE (Matriz SWOT).....	46	Figura 40 - Presença dos discentes do IFSertãoPE no território nacional.....	74
Figura 19 - Estrutura básica da organização dos planos estratégicos.....	47	Figura 41 - Divulgações da pós-graduação do IFSertãoPE.....	74
Figura 20 - Mecanismos de controle em níveis.....	50	Figura 42 - Principais ações realizadas na área de Estratégia e desenvolvimento institucional.....	75
Figura 21 - Ocorrências nas Investigações Preliminares Sumárias (IPS) no exercício de 2025.....	55	Figura 43 - Índice de governança pública (iGovPub).....	76
Figura 22 - Procedimentos investigativos e processos correccionais por unidade – Exercício 2025.....	56	Figura 44 - Principais ações realizadas na área de Integridade e controles institucionais.....	76
Figura 23 - Execução de ações planejadas para o ano de exercício deste Relatório de Gestão.....	57	Figura 46 - Modelo de maturidade em ouvidoria pública (MMOUP).....	78

Figura 47 - Execução do PDTIC em 2025.....	80	Figura 72 - Evolução da Matriz Conif nos últimos dez anos (R\$ milhões). 96
Figura 48 - Evolução dos recursos aplicados em TI (R\$ milhões).....	80	Figura 73 - Evolução das despesas empenhadas (R\$ milhões).....
Figura 49 - Principais ações realizadas.....	81	Figura 74 - Evolução das despesas pagas (R\$ milhões).....
Figura 50 - Percentual de ações realizadas no plano de melhoria da infraestrutura tecnológica (0105 do PDI).....	82	Figura 75 - Despesas empenhadas vs despesas pagas (R\$ milhões).....
Figura 51 - Cursos de capacitação ofertados por unidade.....	83	Figura 76 - Evolução das despesas pagas de RAP (R\$ milhões).....
Figura 52 - Atendimentos de TI por unidade.....	83	Figura 77 - Mapa de árvore das despesas realizadas.....
Figura 53 - Atendimentos de TI na Reitoria.....	84	Figura 78 - Despesas por elemento de despesa - pessoal e encargos sociais.....
Figura 54 - Principais desafios e ações futuras de TIC.....	85	Figura 79 - Despesas por elemento de despesa - outras despesas correntes.....
Figura 55 - Composição do quadro de pessoal.....	86	Figura 80 - Despesas por elemento de despesa - investimento.....
Figura 56 - Distribuição por gênero entre categorias de pessoal.....	87	Figura 81 - Evolução das despesas empenhadas com contratações diretas (R\$ milhões).....
Figura 57 - Distribuição de servidores por unidade.....	87	Figura 82 - Participação das contratações nas despesas.....
Figura 58 - Evolução do quadro de servidores efetivos.....	87	Figura 83 - Distribuição das despesas nas contratações por Pregão.....
Figura 59 - Taxa de crescimento do quadro de servidores efetivos.....	87	Figura 84 - Quantitativo de contratos por unidade administrativa.....
Figura 60 - Porcentagem de servidores por faixa etária.....	88	Figura 85 - Quantitativo de contratos do IFSertãoPE.....
Figura 61 - Distribuição de faixas salariais.....	88	Figura 86 - Principais obras sendo realizadas.....
Figura 62 - Distribuição de funções gerenciais.....	88	Figura 87 - Construção das bibliotecas nos <i>campi</i> Petrolina Zona Rural e Floresta.....
Figura 63 - Principais ações na área de gestão de pessoas.....	90	Figura 88 - Construção da sede própria da reitoria do IFSertãoPE.....
Figura 64 - Percentual de servidores capacitados com incentivo institucional.....	91	Figura 89 - Construção dos <i>campi</i> Araripina e Águas Belas.....
Figura 65 - Percentual de docentes mestres.....	92	Figura 90 - Construção do refeitório do Campus Salgueiro.....
Figura 66 - Percentual de docentes doutores.....	92	Figura 91 - Índice de execução de obras.....
Figura 67 - Índice de titulação do corpo técnico-administrativo.....	92	Figura 92 - Percentual de projetos de obras elaborados.....
Figura 68 - Principais ações de internacionalização realizadas.....	93	
Figura 69 - Distribuição do orçamento de custeio e investimento por Ação Orçamentária (R\$ milhões).....	94	
Figura 70 - Dotação orçamentária de custeio vs liberação de limite orçamentário (R\$ milhões).....	95	
Figura 71 - Dotação orçamentária de investimentos vs liberação de limite orçamentário (R\$ milhões).....	96	

Lista de Quadros

Quadro 1 - Processos de riscos residuais extremos.....	39	Quadro 20 - Índice de liquidez seca.....	114
Quadro 2 - Origem motivadora dos planos.....	44	Quadro 21 - Índice de liquidez imediata.....	114
Quadro 3 - Lista de indicadores de desempenho utilizados para os objetivos estratégicos e suas metas.....	48	Quadro 22 - Índice de liquidez geral.....	114
Quadro 4 - Comunicações de irregularidades recebidas em 2025.....	52	Quadro 23 - Variações patrimoniais quantitativas.....	115
Quadro 5 - Juízos de Admissibilidade concluídos mediante Nota Técnica (2025).....	53	Quadro 24 - Variações patrimoniais diminutivas.....	117
Quadro 6 - Procedimentos Investigativos - Investigação Preliminar Sumária (IPS 2025).....	54	Quadro 25 - Balanço orçamentário - Receita.....	119
Quadro 7 - Irregularidades apuradas nos Processos Administrativos Disciplinares no exercício de 2025.....	56	Quadro 26 - Balanço orçamentário - Despesa.....	120
Quadro 8 - Situação dos servidores consultados no Sistema e-PAD (2025). 57		Quadro 27 - Ingressos.....	122
Quadro 9 - Editais e órgãos de fomento.....	67	Quadro 28 - Dispendios.....	123
Quadro 10 - Despesas pagas com TI.....	80	Quadro 29 - Fluxo de Caixa das atividades operacionais.....	128
Quadro 11 - Contratações mais relevantes de recursos.....	81	Quadro 30 - Ativo.....	133
Quadro 12 - LOA x Limite Orçamentário Liberado x Despesas Empenhadas (R\$ milhões).....	95	Quadro 31 - Caixa e Equivalente de Caixa - Órgão.....	135
Quadro 13 - Quantitativo de licitações por modalidade.....	102	Quadro 32 - Créditos a curto prazo.....	135
Quadro 14 - Despesas executadas por modalidade de contratação.....	103	Quadro 33 - Estoques a curto prazo.....	136
Quadro 15 - Porcentagem de execução das demandas de infraestrutura..... 105		Quadro 34 - VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo.....	136
Quadro 16 - Dados dos imóveis.....	107	Quadro 35 - Ativo.....	137
Quadro 17 - Balanço Patrimonial.....	111	Quadro 36 - Ativo Realizável a Longo Prazo.....	137
Quadro 18 - Passivo e Patrimônio líquido.....	112	Quadro 37 - Ativo.....	138
Quadro 19 - Índice de liquidez corrente.....	114	Quadro 38 - Bens móveis.....	139
		Quadro 39 - Bens móveis por UG.....	140
		Quadro 40 - Bens imóveis.....	141
		Quadro 41 - Bens imóveis por UG.....	141
		Quadro 42 - Intangível.....	142
		Quadro 43 - Passivo.....	143
		Quadro 44 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais.....	144
		Quadro 45 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	145

Quadro 46 - Fornecedores e Contas a Pagar por fornecedor - dez 2025..	146
Quadro 47 - Obrigações contratuais por contratado - dez 2025.....	147
Quadro 48 - Obrigações contratuais por UG - dez 2025.....	148
Quadro 49 - Passivo.....	149
Quadro 50 - Patrimônio Líquido.....	150
Quadro 51 - Variações patrimoniais aumentativas.....	151
Quadro 52 - Variações patrimoniais diminutivas.....	152
Quadro 53 - Patrimônio líquido.....	154
Quadro 54 - Balanço orçamentário - receitas.....	156
Quadro 55 - Despesas orçamentárias.....	158
Quadro 56 - Restos a pagar por conta contábil e percentual - dez 2025..	161
Quadro 57 - Execução dos Restos a Pagar Processados por UG e percentual - dez 2025.....	162
Quadro 58 - Ingressos e dispêndios.....	164
Quadro 59 - Demonstrações dos fluxos de caixa.....	167

1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Este capítulo apresenta a caracterização institucional do IFSertãoPE, incluindo sua identidade organizacional, estrutura de governança, modelo de atuação e mecanismos de relacionamento com a sociedade, evidenciando como a instituição se organiza para gerar valor público.

1.1 Identificação da UPC, missão e visão.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 11.892/2008, a partir da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina (CEFET Petrolina). A instituição possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Caracteriza-se como uma instituição de educação superior, básica e profissional, de natureza pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica.

O IFSertãoPE oferta cursos técnicos, de graduação, de pós-graduação e de formação inicial e continuada, nas modalidades presencial e a distância, atendendo a públicos distintos, compreendendo desde discentes em formação regular a jovens e adultos.

Nesse contexto, a estrutura institucional é composta por nove *campi*, sendo dois em implantação, além da Reitoria, sediada no município de Petrolina, conforme a Figura 1. A gestão é exercida de forma sistêmica pela Reitoria, responsável pela coordenação e supervisão das unidades acadêmicas, os *campi*, assegurando a unidade institucional e o alinhamento estratégico, respeitada a autonomia dos *campi* na execução de suas atividades e as diretrizes emanadas pelo órgão colegiado máximo da instituição - Conselho Superior.

Figura 1 - Mapa das unidades do IFSertãoPE.



Fonte: IFSertãoPE.

- Missão: Promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa, inovação e extensão, para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável.
- Visão: Consolidar-se como uma instituição pública de qualidade, buscando a excelência e o reconhecimento pela sociedade como agente de transformação.
- Valores: Compromisso social, ética, transparência e valorização do ser humano.

1.2 Principais normas direcionadoras de sua atuação

A atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) está fundamentada em um conjunto de normativos que orientam sua organização, funcionamento e oferta

educacional, assegurando conformidade legal e alinhamento às políticas públicas educacionais.

Destacam-se, nesse contexto, as seguintes normas:

Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB)

Estabelece as diretrizes gerais da educação nacional no Brasil

Lei nº 11.892/2008 (criação dos IFs)

Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Lei nº 13.005/2014 (PNE)

Aprova o Plano Nacional de Educação

Estatuto do IFSertãoPE

Aprovado pela Resolução Consup nº22/2021

Regimento Geral

Aprovado pela Resolução Consup nº60/2022

Regimentos Internos da Reitoria e dos campi

Plano de Desenvolvimento Institucional 2025-2029

Aprovado pela Resolução Consup nº34/2025;

Demais Resoluções e Portarias institucionais aplicáveis

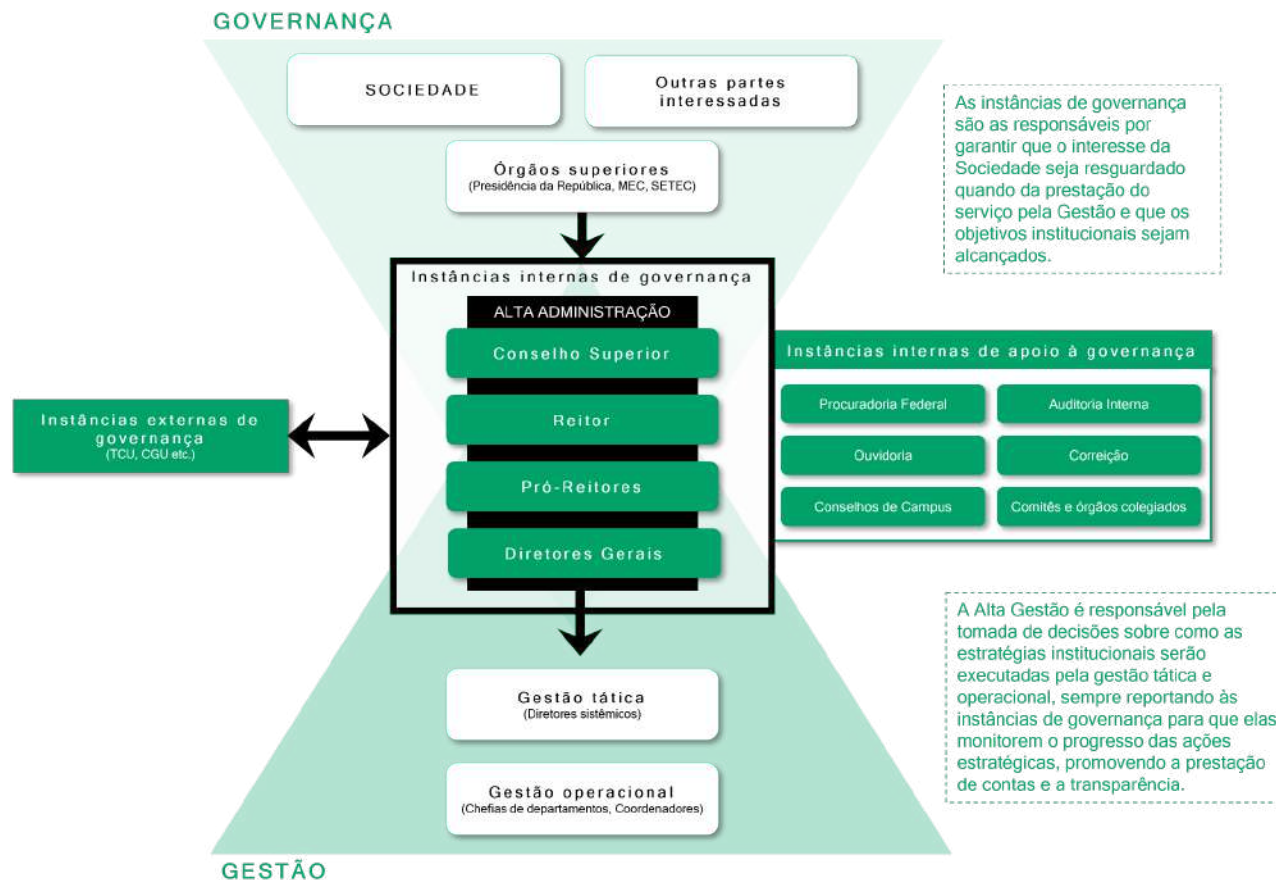
Esse arcabouço normativo estabelece as bases para o planejamento, a execução e o controle das atividades institucionais, garantindo a observância dos princípios da administração pública e a efetividade das políticas educacionais.

1.3 Estrutura organizacional

O modelo de governança retrata a forma como diversos atores se organizam e interagem, em busca da construção de uma adequada governança institucional, fundamentado na definição de responsabilidades, das relações institucionais e dos mecanismos de tomada de decisão, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos e à geração de valor público.

O modelo do IFSertãoPE, apresentado na Figura 2, foi construído com base nas práticas de governança e gestão, estabelecendo a distinção entre as instâncias responsáveis pela definição de diretrizes estratégicas (governança) e aquelas responsáveis pela execução das ações institucionais (gestão). Nesse contexto, as instâncias de governança têm como finalidade garantir que os interesses da sociedade — principal destinatária das políticas públicas do IFSertãoPE — sejam resguardados, por meio do direcionamento estratégico, da supervisão e do monitoramento das ações institucionais. Por sua vez, a alta gestão é responsável por operacionalizar essas diretrizes estratégicas, promovendo sua execução nos níveis tático e operacional, com a devida prestação de contas às instâncias de governança.

Figura 2 - Estrutura de governança do IFSertãoPE.



Fonte: PDI 2025-2029.

Esse modelo apresenta, de forma estruturada, os diversos atores que atuam nas funções de governança e gestão, bem como suas interrelações para o cumprimento da missão institucional. Nesse contexto, a sociedade é um ator que exerce papel relevante, tanto na fiscalização das ações quanto na participação nos processos decisórios da instituição, por

meio de instâncias representativas. Já os órgãos superiores pertencentes ao ambiente fora do âmbito interno do IFSertãoPE, destacam-se as organizações superiores da Administração Pública Federal, como os Ministérios da Educação e da Fazenda, que atuam na definição de diretrizes e na normatização de processos.

Ademais, as instâncias externas de governança, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU), exercem funções de fiscalização, controle e regulação, contribuindo para o fortalecimento da governança, da transparência e da integridade na gestão pública.

No âmbito interno, a estrutura interna de governança do IFSertãoPE segue as definições da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, seu Estatuto, aprovado pela Resolução nº 22 do Conselho Superior, de 7 de junho de 2021, e seu Regimento Geral, aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 60, de 01 de dezembro de 2022. O Conselho Superior é o órgão máximo de governança, de caráter consultivo e deliberativo, sendo presidido pelo reitor.

Além disso, a instituição conta com instâncias internas de apoio à governança, responsáveis por atuar na definição de estratégias para o alcance dos objetivos institucionais, na segurança da informação, na comunicação institucional entre partes interessadas internas e externas à administração, na avaliação institucional, bem como na gestão de riscos, integridade e controles internos, contribuindo para o aprimoramento contínuo da gestão.

Essas instâncias são compostas por unidades, colegiados e comitês, como: Procuradoria Federal, Auditoria Interna, Ouvidoria, Correição, Conselho do Campus e demais comitês e órgãos colegiados.

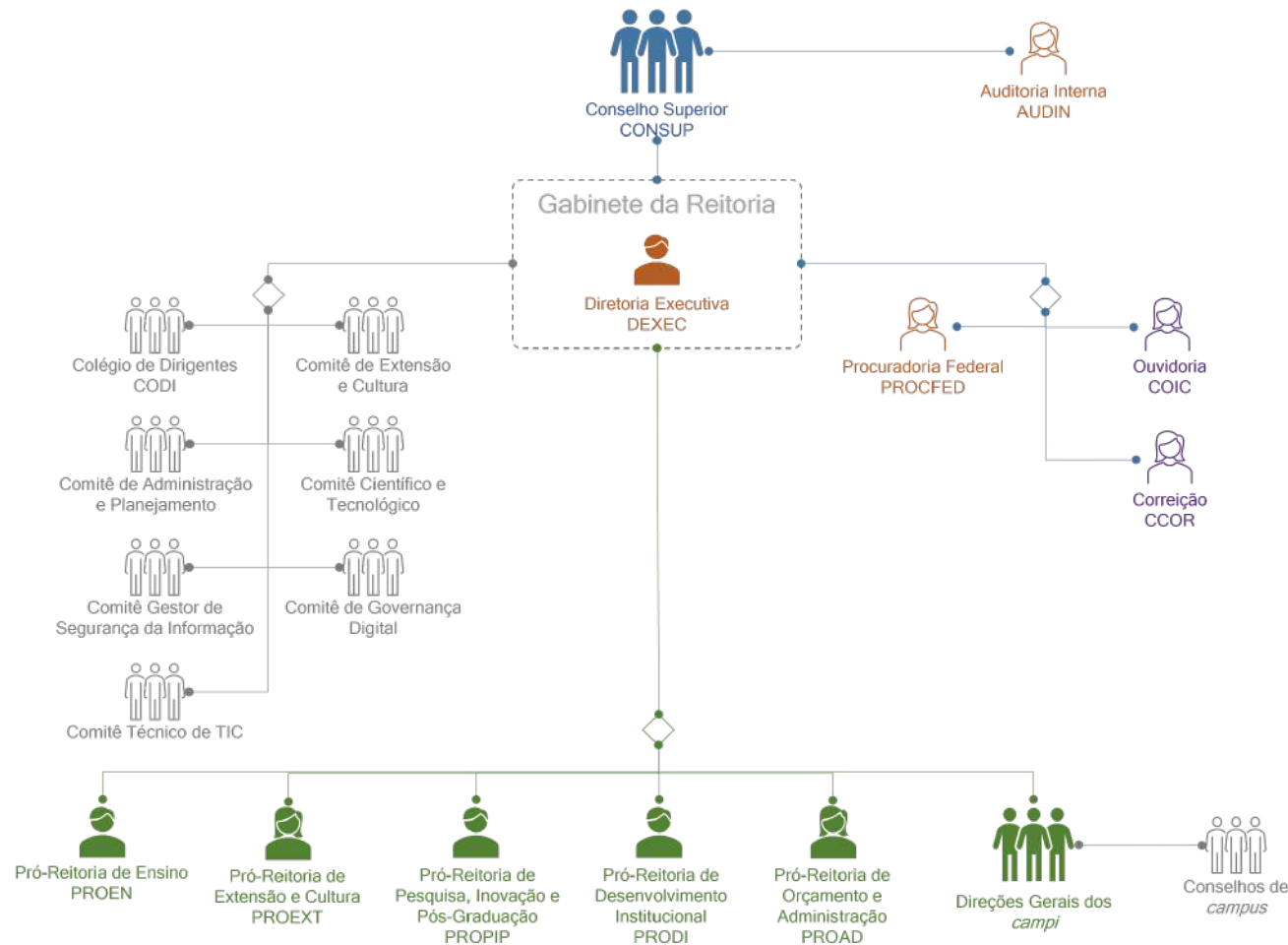
Os principais órgãos colegiados de governança são os seguintes:

- **Conselho Superior (Consup):** órgão máximo da instituição, de caráter consultivo e deliberativo, composto pelo(a) Reitor(a) como presidente, por representantes da gestão, dos servidores docentes e técnicos administrativos, dos discentes, da sociedade civil, do Ministério da Educação e de egressos;
- **Colégio de Dirigentes (Codi):** órgão de caráter consultivo que auxilia a Reitoria no processo decisório institucional, formado pelo(a) Reitor(a) como presidente(a), pelos Pró-Reitores e pelos diretores-gerais dos *campi*.

- **Conselho de Campus (Concampus):** tem a finalidade de colaborar no aperfeiçoamento da gestão acadêmica, administrativa e orçamentária nos *campi*; com a finalidade da correta execução das políticas do IFSertãoPE, composto por representantes da gestão do campus e de servidores, alunos e sociedade civil.
- **Comitê de Administração e Planejamento:** é um órgão de assessoramento ao Consup e propositivo em matérias relacionadas ao planejamento e à gestão orçamentária, financeira e de licitações. É formado pelo(a) Pró-Reitor(a) de Orçamento e Administração e demais chefias de setores vinculadas à administração da Reitoria e dos *campi*.
- **Comitê de Governança Digital (CGD):** natureza consultiva e deliberativa, responsável pela definição e priorização das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação; É formado pelo(a) Reitor(a), Pró-Reitor(a) de Orçamento e Administração, Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento Institucional, Pró-Reitor(a) de Ensino, Pró-Reitor(a) de Extensão e Cultura, Pró-Reitor(a) de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, Diretor(a) de Gestão de Tecnologia da Informação, e Diretor(a) de Gestão de Pessoas.
- **Comitê Gestor de Segurança da Informação:** possui caráter propositivo à política de segurança da informação, formado por servidores da área de tecnologia da informação.
- **Comitê de Ensino:** órgão colegiado normativo, deliberativo e de assessoramento para assuntos didático-pedagógicos do IFSertãoPE, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino.
- **Comitê Científico e Tecnológico:** responsável por apoiar as ações de Iniciação Científica e Desenvolvimento Tecnológico Institucional, no âmbito da PROPIP.
- **Comitê de Extensão e Cultura:** órgão consultivo, sobre assuntos pertinentes à Extensão e Cultura, no âmbito da PROEXT.
- **Comitê de Governança, Riscos e Controles:** órgão superior relacionado à gestão de riscos do IFSertãoPE.

A Figura 3 mostra a organização administrativa básica do IFSertãoPE, contendo seus principais setores, órgãos de assessoramento, comitês e órgãos colegiados.

Figura 3 - Organograma básico do IFSertãoPE.



Fonte: IFSertãoPE.

1.4 Modelo de negócios e cadeia de valor.

O modelo de negócio do IF Sertão PE, apresentado na Figura 4, demonstra como a instituição organiza e mobiliza seus principais recursos - pessoal, orçamentários, infraestrutura física e tecnológica - para a geração de valor para público, por meio de suas principais atividades.

Nesse contexto, o modelo evidencia a forma como os insumos institucionais são transformados em produtos, serviços e resultados entregues à sociedade, refletindo o alinhamento entre planejamento estratégico, execução orçamentária e atuação institucional.

Figura 4 - Modelo de Negócio.



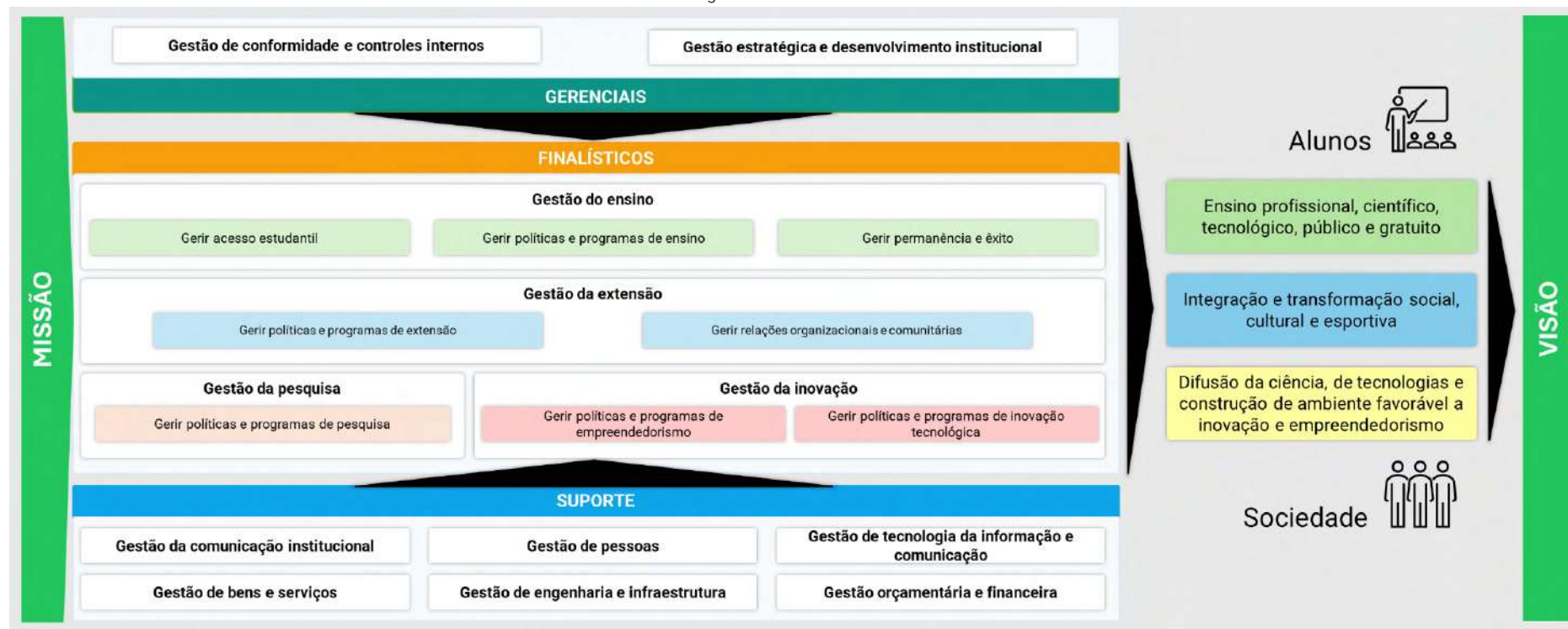
Fonte: IF Sertão PE.

Observação: a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é o ambiente oficial de divulgação de dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A cadeia de valor do IF SertãoPE, apresentada na Figura 5, constitui uma representação gráfica integrada e objetiva dos macroprocessos de relevância estratégica, evidenciando como as atividades do IF SertãoPE se estruturam e se articulam para a geração de valor público. Nesse contexto,

entende-se por valor público os resultados efetivamente entregues à sociedade e alunos, capazes de atender às suas necessidades e expectativas.

Figura 5 - Cadeia de valor.



Fonte: PDI 2025-2029.

Portanto, os resultados e os valores gerados se materializam na cadeia de valor como: Ensino profissional, científico, tecnológico, público e gratuito; Integração e transformação social, cultural e esportiva; Difusão à ciência, de tecnologias e construção de ambiente favorável à inovação e empreendedorismo.

Assim, a cadeia de valor tem como objetivo demonstrar como os diversos macroprocessos se organizam e interagem, partindo da missão em busca da concretude da visão de futuro institucional, identificando os processos envolvidos na entrega do valor e orientando a construção dos objetivos estratégicos.

A cadeia de valor do IFSertãoPE está estruturada em três eixos de macroprocessos:

- **Macroprocessos finalísticos**, relacionados diretamente à entrega de valor à sociedade, compreendendo as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- **Macroprocessos gerenciais**, voltados à definição de diretrizes, planejamento estratégico, governança e controle institucional;
- **Macroprocessos de suporte**, responsáveis por prover os meios necessários ao funcionamento institucional, incluindo gestão de pessoas, tecnologia da informação, infraestrutura, comunicação, bens e serviços, e gestão orçamentária e financeira.

Os macroprocessos gerenciais e de suporte atuam de forma integrada para viabilizar a execução dos macroprocessos finalísticos, assegurando a efetividade das ações institucionais e a entrega de resultados à sociedade.

Adicionalmente, para fins de maior detalhamento e transparência, a cadeia de valor contempla o desdobramento dos processos de primeiro nível, permitindo a identificação do agrupamento das principais atividades que compõem cada macroprocesso e contribuindo para o alinhamento entre planejamento, execução e avaliação institucional.

Dessa forma, o modelo de negócios e a cadeia de valor do IFSertãoPE evidenciam a capacidade institucional de transformar recursos públicos em resultados concretos para a sociedade.

1.5 Comunicação com a sociedade e relação com o ambiente externo

O IFSertãoPE estabelece mecanismos de comunicação e canais de diálogo com a sociedade que visam promover a transparência, o acesso à informação e a participação social, contribuindo para o aprimoramento da gestão pública e a geração de valor público. Esses mecanismos contribuem para o fortalecimento do controle social, possibilitando que a sociedade acompanhe, avalie e participe das ações institucionais, em consonância com os princípios da administração pública.

A instituição disponibiliza canais de atendimento e interação com o cidadão, incluindo a Ouvidoria, o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), correio eletrônico institucional, contatos telefônicos das unidades e o serviço “Fale Conosco”, todos acessíveis por meio do site institucional. Além disso, utiliza redes sociais digitais, como Instagram e Facebook, ampliando o alcance das informações e fortalecendo o relacionamento com a comunidade.

No âmbito da transparência ativa, o IFSertãoPE disponibiliza informações institucionais relevantes por meio de instrumentos como a Carta de Serviços ao Cidadão, o Plano de Dados Abertos, a página de acesso à informação e o portal de transparência, assegurando o cumprimento das diretrizes legais e o acesso facilitado às informações públicas.

1.5.1 Ouvidoria

A Ouvidoria do IFSertãoPE é a unidade responsável por promover a interlocução entre a instituição e a sociedade, atuando como instrumento de participação social, transparência e aprimoramento dos serviços públicos.

A unidade da Ouvidoria do IFSertãoPE é Integrante do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (SisOuv) e é vinculada ao Reitor da instituição, foi institucionalizada por meio da Resolução Consup nº 02/2018, exercendo suas atividades de forma centralizada no âmbito da Reitoria do IFSertãoPE.

Sua atuação está orientada ao fortalecimento dos mecanismos de escuta ativa e ao tratamento das manifestações por meio de participação direta dos cidadãos, de modo a subsidiar a melhoria contínua dos serviços prestados pela instituição.

Em conformidade com a Lei nº 13.460/2017 e com a Portaria CGU nº 116/2024, as manifestações são classificadas e mensuradas por natureza, incluindo denúncia, elogio, reclamação, simplifique, solicitação e sugestão, além dos pedidos de acesso à informação, regulamentados pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Os canais de atendimento da Ouvidoria incluem a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (**Fala.BR**), principal meio de recebimento e tratamento das manifestações, além de atendimento por telefone (87) 2101-2359, e-mail (ouvidoria@ifsertao-pe.edu.br) e atendimento presencial ou virtual, mediante agendamento.

No exercício de 2025, foram registradas 341 manifestações, sendo 180 manifestações de ouvidoria e 161 pedidos de acesso à informação, evidenciando a relevância da unidade como canal de interação entre a sociedade e a instituição.

Na Figura 6, observa-se que os pedidos de acesso à informação representaram 47,2% do total de registros. Entre as manifestações de ouvidoria, destacaram-se as "Reclamações" (13,8%), seguidas pelas "Comunicações" (manifestações anônimas de possíveis irregularidades) e "Denúncias" (12,3% cada), e pelas "Solicitações" (11,7%), enquanto "Elogios" (2,1%) e "Sugestões" (0,6%) completam o quadro institucional.

Figura 6 - Manifestações por tipo.



Fonte: Coordenação de Ouvidoria e SIC (COSIC).

Quanto à distribuição das demandas por unidade demandada do IFSertãoPE (Figura 7), verifica-se concentração na Reitoria, tanto no que se refere às manifestações de ouvidoria (76,1%) quanto aos pedidos de acesso à informação (91,9%).

Figura 7 - Manifestações por unidade demandada.



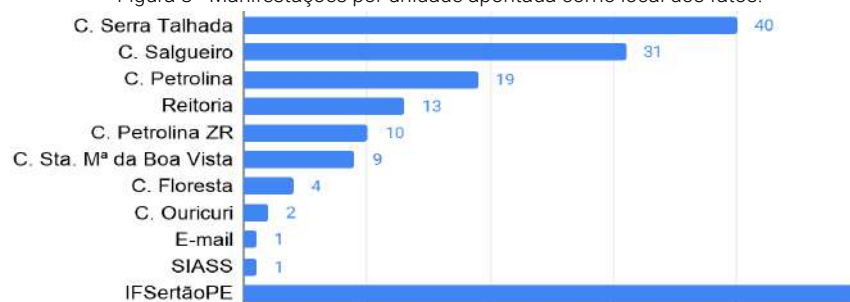
Fonte: Coordenação de Ouvidoria e SIC (COSIC).

Esse cenário de concentração na reitoria se justifica pela centralização das informações institucionais e pela atuação das unidades responsáveis pela análise e resposta das demandas, pois as unidades responsáveis pelo tratamento da manifestação nem sempre coincidem com o local do fato relatado. Como exemplo, denúncias relacionadas aos *campi* são, em geral, apuradas pela Reitoria, assim como demandas cuja resposta depende de informações centralizadas na Ouvidoria.

Na sequência, destaca-se o Campus Serra Talhada, com 22 manifestações de ouvidoria (12,2%), valor que consolida tanto os fluxos tramitados exclusivamente ao campus (16 registros) quanto aqueles processados de forma concomitante com a Reitoria (6 registros).

No que se refere às unidades apontadas como local dos fatos (Figura 8), os *campi* Serra Talhada e Salgueiro concentram os maiores percentuais, com 22,2% e 17,2% das 180 manifestações, respectivamente. Em seguida, destacam-se o Campus Petrolina (10,6%), a Reitoria (7,2%), o Campus Petrolina Zona Rural (5,6%), o Campus Santa Maria da Boa Vista (5,0%), o Campus Floresta (2,2%) e o Campus Ouricuri (1,1%).

Figura 8 - Manifestações por unidade apontada como local dos fatos.



Fonte: Coordenação de Ouvidoria e SIC (COSIC).

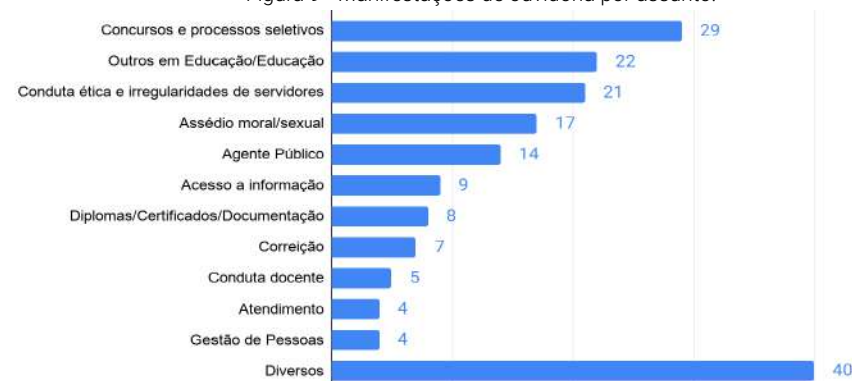
Adicionalmente, registrou-se uma manifestação relacionada ao e-mail institucional (0,6%) e outra vinculada à Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) (0,6%). A categoria

"IFSertãoPE", que totalizou 50 registros (27,8%), refere-se a situações em que não há identificação de um local específico do fato, abrangendo, por exemplo, processos seletivos, concursos, solicitações de documentos, manifestações com informações insuficientes ou demandas de competência de outros órgãos.

Ressalta-se que os dados relativos à identificação do local dos fatos referem-se exclusivamente às manifestações de ouvidoria, uma vez que os pedidos de acesso à informação (SIC) têm por finalidade a obtenção de dados e documentos institucionais, sendo, em sua maioria, centralizados na Reitoria para fins de resposta e transparência passiva, não se aplicando, portanto, essa classificação.

No que tange ao teor das manifestações de ouvidoria por assunto (Figura 9), destacam-se como assuntos mais frequentes "Concursos e Processos Seletivos" (16,1%), "Outros em Educação/Educação Profissionalizante/Educação Superior" (12,2%) e "Conduta ética e irregularidades de servidores" (11,6%). Também se sobressaem temas como "Assédio moral/sexual" (9,4%), "Agente Público" (7,7%), "Acesso à informação" (5%), "Diplomas/Certificados/Documentação" (4,4%), "Correição" (3,9%), "Conduta docente" (2,7%) e "Atendimento e Gestão de Pessoas" (2,2% cada).

Figura 9 - Manifestações de ouvidoria por assunto.



Fonte: Coordenação de Ouvidoria e SIC (COSIC).

Observa-se, ainda, a existência da categoria “Diversos”, que reúne assuntos com baixa recorrência, cada um com no máximo duas manifestações registradas na Ouvidoria. Entre esses temas, destacam-se: Gestão Pública, Legislação, Matrículas, Normas e Fiscalização, Patrimônio, Planejamento e Gestão, Programas e Benefícios Sociais, Racismo e Discriminação, Comunicações, Autorização, Regulação e Fiscalização, Ações Afirmativas, Transporte de passageiros e cargas, Segurança Alimentar e Nutricional, Informações processuais, Dados Pessoais (LGPD), Denúncia de crime, Educação Básica, Assistência estudantil, Serviços públicos, Ouvidoria, Ensino médio, Bolsa, Licitação, Corrupção, Outros em Administração, Universidades e Institutos.

Em relação aos pedidos de acesso à informação, a Figura 10 evidencia maior concentração de demandas nos temas “Concursos e Processos Seletivos” e “Gestão de Pessoas” (22,4% e 21,1%, respectivamente), seguidos por “Estudos e Pesquisas” (16,1%), “Transparência e acesso à informação” (15,5%), “Educação Profissional/Tecnológica/Superior” (6,8%), “Planejamento e Gestão” (1,9%) e “Cadastro” (1,9%).

Figura 10 - Pedidos de acesso à informação por assunto.



Fonte: Coordenação de Ouvidoria e SIC (COSIC).

Observa-se, ainda, a presença da categoria “Diversos”, que reúne assuntos com baixa recorrência, cada um com até duas manifestações registradas. Entre esses temas, destacam-se: Licitação; Programa de Gestão; Outros em Educação; Assédio moral; Gestão escolar e

administrativa; Guia Lilás (Prevenção e tratamento); Informações processuais; Legislação; Normas e Fiscalização; Propriedade industrial, intelectual e transferência de tecnologia; Serviços públicos; Biblioteca; Ouvidoria; Universidades e Institutos; Outros em Administração; Correição; Ações Afirmativas; Auditoria; e Bibliotecas e Acervos Públicos.

1.5.2 Formas de participação cidadã nos processos decisórios

O IFSertãoPE adota mecanismos de participação cidadã nos processos decisórios, com o objetivo de fortalecer a governança institucional e assegurar o alinhamento de suas ações às demandas da sociedade.

Nesse contexto, a participação da sociedade civil está garantida no âmbito do Conselho Superior (Consup), instância máxima da instituição, que conta com representantes da sociedade civil e egressos em sua composição. Essa participação contribui para a incorporação de diferentes perspectivas na tomada de decisão, bem como para a observância dos princípios da administração pública.

Adicionalmente, a representação da sociedade civil também ocorre nos Conselhos de Campus (Concampus), que atuam como instâncias consultivas voltadas ao aperfeiçoamento dos processos acadêmicos, administrativos e orçamentários, contribuindo para o fortalecimento da gestão participativa no âmbito das unidades.

Dessa forma, a participação cidadã no IFSertãoPE se configura como instrumento relevante para o aprimoramento da governança, a transparência institucional e a promoção de decisões mais alinhadas ao interesse público.

1.5.3 Cartas de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão constitui um importante instrumento de transparência e comunicação institucional, por meio do qual o IFSertãoPE estabelece compromissos com a qualidade, a eficiência e a acessibilidade dos serviços prestados à sociedade. O documento reúne

informações essenciais sobre os serviços ofertados pela instituição, incluindo requisitos, prazos, formas de acesso e canais de atendimento, possibilitando ao cidadão maior clareza quanto aos procedimentos e às condições para utilização dos serviços públicos.

Além de orientar o acesso aos serviços, a Carta de Serviços também contribui para o monitoramento e a avaliação da qualidade do atendimento, ao definir padrões e compromissos institucionais, fortalecendo a accountability e o controle social.

No âmbito do IFSertãoPE, a **carta de serviços** teve sua regulamentação atualizada pela **Resolução Consup nº 59/2022**, passando a ser única para todo o IFSertãoPE, o que contribui para a padronização das informações, o fortalecimento da transparência e a melhoria da experiência do usuário.

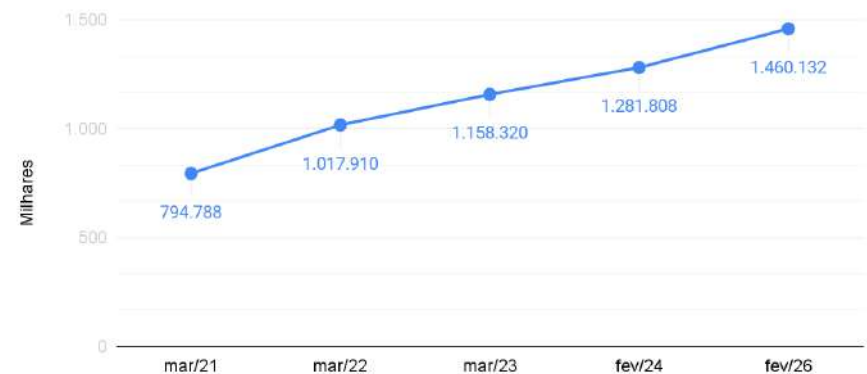
Dessa forma, a Carta de Serviços consolida-se como instrumento relevante para o aprimoramento da gestão pública, ao promover maior alinhamento entre os serviços ofertados e as expectativas da sociedade.

1.5.4 Divulgação do IFSertãoPE nas redes sociais

O IFSertãoPE utiliza as redes sociais digitais como instrumento estratégico de comunicação institucional, ampliando o alcance das informações, fortalecendo a transparência e promovendo o relacionamento com a comunidade interna e externa. No período analisado (2021-2026), observa-se crescimento contínuo dos indicadores de alcance e engajamento nos canais institucionais, especialmente nas plataformas YouTube e Instagram, evidenciando o fortalecimento da presença digital da instituição.

No YouTube (Figura 11), evidencia o crescimento contínuo no número de visualizações dos canais institucionais do Youtube ao longo do período analisado.

Figura 11 - Evolução das visualizações no Youtube.

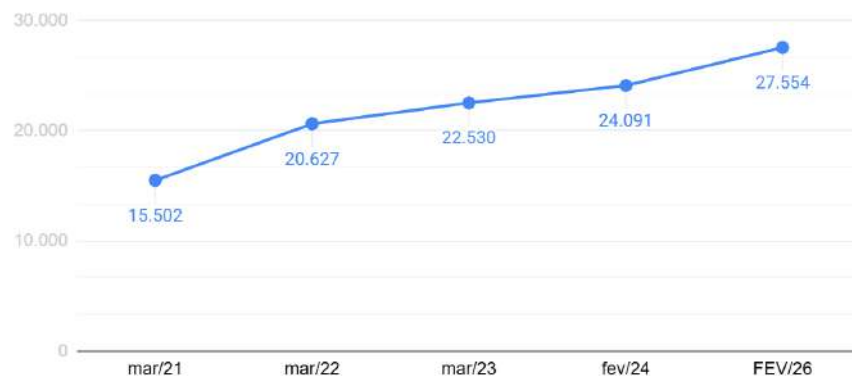


Fonte: Departamento de Comunicação e Eventos da Reitoria (DepCE).

Esse crescimento é verificado pela evolução consistente no número de visualizações, que passaram de 794.788 em março de 2021 para 1.460.132 em fevereiro de 2026, representando crescimento acumulado de aproximadamente 84%. Esse comportamento demonstra ampliação progressiva do alcance do conteúdo institucional, sem registros de retração no período.

De forma semelhante, o número de inscritos no youtube (Figura 12) apresentou crescimento contínuo, passando de 15.502 em março de 2021 para 27.554 em fevereiro de 2026, o que corresponde a um aumento aproximado de 78%. Esse resultado indica não apenas expansão do público, mas também fortalecimento do vínculo com os usuários, refletindo maior interesse e recorrência no consumo do conteúdo produzido.

Figura 12 - Evolução dos inscritos no Youtube.

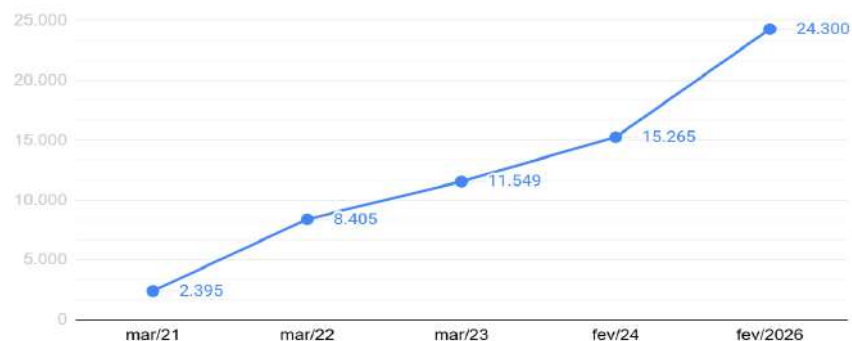


Fonte: Departamento de Comunicação e Eventos da Reitoria (DepCE).

O comportamento da curva na figura 12 revela não apenas ampliação do alcance, mas também fortalecimento do vínculo com o público, uma vez que o aumento de inscritos reflete fidelização e interesse recorrente pelo conteúdo produzido.

No Instagram (Figura 13), observa-se crescimento expressivo tanto no volume de publicações quanto no número de seguidores.

Figura 13 - Evolução das postagens no Instagram.



Fonte: Departamento de Comunicação e Eventos da Reitoria (DepCE).

O total de postagens evoluiu de 2.395 em março de 2021 para 24.300 em fevereiro de 2026, indicando intensificação da produção de conteúdo e consolidação da plataforma como canal relevante de comunicação institucional, expressando uma expansão acumulada superior a 900% em relação ao início da série histórica.

Em relação ao número de seguidores no Instagram (Figura 14), verifica-se aumento de 54.649 em março de 2022 para 130.276 em fevereiro de 2026, representando crescimento superior a 138% no período analisado. Esse desempenho evidencia ampliação significativa do alcance institucional e maior capacidade de engajamento com o público, demonstrando crescimento consistente e acelerado no número de seguidores dos perfis institucionais do Instagram.

Figura 14 - Evolução de seguidores no Instagram.



Fonte: Departamento de Comunicação e Eventos da Reitoria (DepCE).

De modo geral, os dados das redes sociais demonstram evolução consistente e sustentável da presença digital do IF Sertão PE, contribuindo para a transparência ativa, a disseminação de informações institucionais e o fortalecimento do relacionamento com a sociedade, reforçando o papel das redes sociais como ferramenta estratégica de comunicação pública e visibilidade institucional.

1.5.5 Principais eventos promovidos

Em 2025, o IFSertãoPE promoveu diversas iniciativas com o objetivo de fortalecer o ensino, a pesquisa, a extensão, a inovação e o empreendedorismo, bem como ampliar o diálogo com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento regional. Essas ações realizadas abrangeram diferentes áreas do conhecimento e formatos, incluindo jornadas científicas, seminários, encontros institucionais, eventos culturais, competições acadêmicas e iniciativas voltadas à inovação e inclusão social, evidenciando a atuação integrada da instituição em seus eixos finalísticos em consonância com a missão institucional de fomentar a formação cidadã e impulsionar o desenvolvimento sustentável. A seguir, destacam-se alguns dos principais eventos realizados:

XX Jornada de Iniciação Científica e Extensão (Jince), XIV Jornada de Iniciação à Docência (JID) e XII Mostra de Inovação e Empreendedorismo



O evento foi realizado no Campus Santa Maria da Boa Vista e promoveu a socialização e divulgação das produções científicas, tecnológicas, artísticas e culturais desenvolvidas no instituto federal através dos projetos de pesquisa, extensão, ensino e inovação.

Especificamente na XII Mostra de Inovação e Empreendedorismo, que teve como finalidade fomentar e permitir que ideias ou negócios inovadores, desenvolvidos em âmbito institucional, se apresentem à comunidade interna e parceiros estratégicos, de modo a demonstrarem o seu potencial de mercado, contemplando a I Batalha das Startups.

VI Seminário da Pós-graduação do IFSertãoPE (VI SEPOG)



Evento científico e multidisciplinar promovido pela PROPIP e pela CPG. Objetivou promover um espaço de diálogo crítico e interdisciplinar sobre os impactos da inteligência artificial na pós-graduação, especialmente nos processos de pesquisa, inovação, formação acadêmica e produção científica, considerando os desafios éticos, epistemológicos e sociais envolvidos.

HACKASERTÃO - Redes comunitárias e inclusão digital



Promover a inclusão digital e a formação de novas lideranças em regiões onde o acesso à internet ainda é um desafio, através do desenvolvimento de soluções tecnológicas propostas pelas equipes participantes. O evento ocorreu no Campus Salgueiro, entre os dias 28 a 30 de março de 2025 e contou com a participação de 100 pessoas.

www.ifsertoape.edu.br

I Encontro de Nutricionistas do IFSertãoPE.



O evento foi realizado no Campus Petrolina e fez parte do planejamento anual do Setor de Alimentação e Nutrição Escolar (SANE). O objetivo foi fortalecer a prática profissional no âmbito da alimentação escolar, estimular a troca de experiências entre as nutricionistas dos *campi* do IFSertãoPE, além de promover a integração e aperfeiçoamento técnico.

Olimpíada Brasileira de Agropecuária (OBAP).



Foram realizadas, no Campus Petrolina Zona Rural, visitas técnicas a setores e projetos, como bovinocultura, piscicultura, pivô central, trilha ecológica inclusiva, agrofloresta, Escola do Vinho, dentre outros. A competição científica nacional foi voltada para estudantes do curso Técnico

em Agropecuária e demais cursos do eixo tecnológico Recursos Naturais. O principal objetivo da OBAP foi aprimorar o ensino público de nível técnico ligado à agropecuária e, assim, injetar, no campo, profissionais competentes que encontrem soluções sustentáveis e visionárias para os desafios contemporâneos que envolvam a sociedade e a natureza.

Proen nos Campi.



O evento foi realizado no Campus Santa Maria da Boa Vista, com os Diretores-Gerais dos *campi* do IFSertãoPE, Diretores de Ensino e integrantes do Núcleo Pedagógico (Nupe). O objetivo da iniciativa foi aproximar a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) dos diversos *campi* da instituição, fortalecendo a integração e promovendo alinhamento pedagógico, normativo e estratégico com o PDI e LDB.

VI Fórum Discente de Assistência Estudantil, “Diálogos que transformam: protagonismo e diversidade no Sertão”.



O evento foi realizado no Campus Petrolina e contou com mais de 220 estudantes de todos os *campi* do IFSertãoPE, além de servidores e convidados. Teve o objetivo de fortalecer a participação ativa dos estudantes e discutir a diversidade no contexto do semiárido, além do protagonismo estudantil, valorização da

diversidade e diálogos e ações. Seis eixos temáticos foram discutidos: 1) Acesso, Permanência e Êxito; 2) Movimento Estudantil; 3) Protagonismo Acadêmico; 4) Orçamento e Administração; 5) Iniciação Científica e Extensão; 6) Atendimento ao Estudante.

Jogos das Instituições Federais (JIFs) - etapa local.



A etapa IF Sertão PE da 7ª edição dos JIFs marcou o início oficial da competição, reunindo representantes de todos os *campi* do IF Sertão PE em uma atmosfera de confraternização, entusiasmo e espírito esportivo. Estiveram presentes delegações de atletas de todos os *campi*, servidores técnico-administrativos, docentes, membros da comissão organizadora e gestores do IF Sertão PE.

I Encontro de Gestores EaD do IF Sertão PE.



O evento, realizado na Reitoria, teve o objetivo de promover a formação, integração e alinhamento institucional dos gestores envolvidos com a Educação à Distância. Foi um marco estratégico no processo de institucionalização da EaD, fortalecendo a governança, o planejamento, a articulação entre *campi*, polos e reitoria, além do debate sobre desafios, diretrizes e estratégias para a consolidação da EaD no âmbito institucional.

Projeto Supera São Francisco



Desenvolvido pelo IF Sertão PE em parceria com instituições como a Embrapa Caprinos e Ovinos, promoveu a entrega de insumos — como suplementos minerais e vermífugos — a produtores rurais do território do São Francisco, beneficiando centenas de criadores e fortalecendo a caprinovinocultura familiar. Em 2025, ações de entrega foram realizadas em diversas comunidades, atendendo mais de 600 produtores com produtos essenciais para o manejo e a saúde dos rebanhos, contribuindo para a melhoria da produção e da qualidade de vida no campo. Essas iniciativas reforçam o compromisso do Instituto com a agricultura familiar e a sustentabilidade produtiva na região semiárida.

OVERTURE – A Grande Abertura da Temporada 2025



Concerto que marcou o início oficial da programação artística da Orquestra IFSertãoPE para o ano de 2025, realizado no Teatro Dona Amélia (Sesc Petrolina). O espetáculo apresentou um repertório diverso que explorou diferentes períodos e estilos musicais, conectando música erudita, jazz, música brasileira e arranjos de rock, incluindo obras de Mozart, Puccini, Debussy, Glenn Miller, Lô Borges, Electric Light Orchestra e outros gêneros, demonstrando a versatilidade da formação sinfônica. Essa apresentação representou um momento significativo de integração entre arte, cultura e formação musical no campus, envolvendo a comunidade

acadêmica e o público externo em uma experiência sonora de alto nível e celebrando a retomada das atividades culturais da orquestra.

Partiu IF



O evento contou com a participação de 210 estudantes que tiveram a oportunidade de experimentar os laboratórios e conhecer a infraestrutura dos *campi*. Na imagem, a turma do Partiu IF no campus Santa Maria da Boa Vista promoveu a aproximação dos estudantes com a realidade acadêmica e tecnológica do Instituto, incentivando o interesse pela educação profissional e fortalecendo o vínculo entre a comunidade escolar e a instituição.

Checklist da Cultura



O IFSertãoPE celebrou convênio com o Comitê de Cultura de Pernambuco, consolidando uma ação institucional estratégica para aproximar o Instituto dos agentes culturais e dos movimentos artísticos do Sertão. O evento marcou a abertura dessa parceria promissora, envolvendo a comunidade e promovendo a articulação entre os territórios.

Lançamento do Programa Mais Ciência na Escola - Nó Sertão do São Francisco Pernambucano



O IFSertãoPE sediou, no dia 11 de junho, o lançamento do Programa Mais Ciência na Escola – Nó Sertão do São Francisco Pernambucano, uma iniciativa do MCTI e do CNPq voltada ao letramento digital e à educação científica no Ensino Básico. O evento contou com a presença da ministra Luciana Santos (MCTI) e reuniu estudantes, professores, gestores escolares, servidores do Instituto, representantes de instituições parceiras e autoridades municipais e estaduais, sendo aberto com apresentação da Orquestra IFSertãoPE. Durante a solenidade, foi inaugurado o primeiro laboratório maker da região, ação que integra o programa e prevê a implementação de 75 laboratórios em escolas públicas de Pernambuco, promovendo inovação, experimentação e fortalecimento da educação

científica no território.

14ª Olimpíada Brasileira de Agropecuária (OBAP)



Realizado em parceria com o IF Baiano e o IFSULDEMINAS, marcou a primeira vez que a competição teve fases presenciais no Nordeste. A OBAP é uma competição nacional que estimula o ingresso de jovens nas carreiras técnico-científicas do setor agropecuário, por meio da aplicação de conhecimentos teóricos e práticos em provas e desafios da área.

A edição de 2025 contou com atividades presenciais em Senhor do Bonfim (BA) e Petrolina (PE), e reuniu centenas de estudantes de cursos técnicos em Agropecuária e áreas afins, organizados em equipes competidoras, incluindo participantes de quase 19 estados brasileiros e representantes internacionais da Colômbia, Argentina e Uruguai.

A participação na OBAP envolveu provas teóricas e práticas que testaram habilidades como manejo de maquinário agrícola, técnicas de produção e soluções inovadoras para desafios rurais, reforçando a integração do ensino técnico com a realidade produtiva. Além disso, o evento contou com atividades de visitas técnicas a setores como bovinocultura, agrofloresta e outros projetos do campus, ampliando a experiência formativa dos estudantes.

Projeto Palmatech – Unidade de Disseminação da Palma Forrageira na Agricultura Familiar



O Campus Santa Maria da Boa Vista do IFSertãoPE realizou um dia de campo voltado a agricultores e agricultoras, com foco no cultivo de palma forrageira. Os participantes aprenderam estratégias para prevenção de doenças e para aumento do valor nutricional da cultura. A atividade faz parte do projeto Palmatech – Unidade de Disseminação da Palma Forrageira na Agricultura Familiar, desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, promovendo capacitação técnica e fortalecimento da produção sustentável no território.

I Seminário Abrindo Caminhos: Conhecendo e Compreendendo as Altas Habilidades/Superdotação no Sertão Pernambucano



O evento foi promovido pelo Campus Salgueiro e contou com programação de palestras, mesas redondas e atividades culturais voltadas à discussão e conscientização sobre altas habilidades e superdotação. O encontro, aberto à comunidade, proporcionou espaços de diálogo e troca de saberes entre estudantes, professores, familiares e interessados, com o objetivo de ampliar a compreensão desse tema e suas implicações no contexto educacional e social da região. A iniciativa insere-se na perspectiva de promover inclusão, apoio educacional e sensibilização da sociedade para as necessidades e potencialidades de pessoas com altas habilidades no Sertão Pernambucano.

Festivais de Arte e Cultura



Foi realizada uma série de Festivais de Arte e Cultura em diferentes *campi*, fortalecendo a integração entre arte, educação e comunidade. O evento promoveu oficinas, debates e apresentações culturais, incluindo grafite, conversa sobre arte urbana e batalhas de rima. No Campus Salgueiro, houve apresentações nas áreas de literatura, música, dança, fotografia, artes visuais, audiovisual e teatro, além de oficinas formativas abertas à comunidade. No Campus Ouricuri, houve apresentações de música, teatro, dança, poesia e artes visuais, incluindo atividades também realizadas fora do campus para ampliar o diálogo com a comunidade. No Campus Petrolina Zona Rural, o evento contou com a programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com contação de histórias, torneio de xadrez, festival de talentos, oficinas e exposição de projetos de extensão, promovendo criatividade e interação entre estudantes, escolas convidadas e comunidade. Outros *campi* também desenvolveram atividades culturais no período, como o Campus Floresta, com ações do Festival de Arte e Cultura Cantos e Encantos de Floresta, envolvendo apresentações

musicais, poesia e atividades pedagógicas ligadas às disciplinas de artes e língua portuguesa. Já no Campus Serra Talhada, o Show de Talentos 2025 integrou as comemorações pelos 10 anos da unidade e reuniu apresentações de música, dança, poesia, humor e artes visuais.

Espetáculo Toca Raul, Orquestra IFSertãoPE.



A Orquestra IFSertãoPE comemorou seus 2 anos de atuação com o concerto "Toca Raul", realizado no Teatro Dona Amélia (SESC Petrolina), reunindo mais de 400 espectadores no público presencial. A apresentação, que fez parte da programação musical do IFSertãoPE, reinterpreto clássicos de Raul Seixas com arranjos orquestrais e elementos cênicos, proporcionando uma experiência que combinou música, teatração e interação com a plateia. O concerto contou com a participação de integrantes do coro e de corais do IFSertãoPE e incentivou a doação de alimentos não perecíveis ao público presente, reforçando a ligação entre arte, comunidade e ação social. A

iniciativa celebrou a trajetória da orquestra desde sua fundação em 2023, destacando seu crescimento e sua contribuição para a cultura regional.

EJA e Projeto Nas Ramas da Esperança



O Projeto Nas Ramas da Esperança, em parceria com a Gerência Regional de Educação, promoveu em 2025 uma formação voltada a professores da EJA Quilombola, proporcionando experiências práticas sobre os saberes do Semiárido. As oficinas incluíram atividades de apicultura, produção rural e práticas de sustentabilidade, fortalecendo a aprendizagem de metodologias agroecológicas e promovendo a valorização dos conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas. A iniciativa contribui para o fortalecimento da educação contextualizada, aliando ensino, cultura e desenvolvimento sustentável no território.

Distribuição gratuita de mudas



Os projetos de Extensão NUPem (Núcleo de Pesquisa e Extensão em Plantas Medicinais) e o Viveiro Florestal do IFSertãoPE – Campus Ouricuri realizaram uma grande ação de doação de mudas de plantas medicinais e nativas da Caatinga na Praça Padre Francisco Pedro em Ouricuri (PE). A comunidade local compareceu em massa, e a atividade superou as expectativas ao distribuir mais de 2.000 mudas diversificadas, promovendo a conservação da biodiversidade, o incentivo ao reflorestamento e o uso de plantas com propriedades medicinais no ambiente doméstico e comunitário.

Eventos de Certificação do PAEM



O PAEM é uma iniciativa pioneira desenvolvida pelo IFSertãoPE em parceria com o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), com apoio do Sebrae, com o objetivo de estimular a cultura empreendedora, fortalecer a autonomia econômica dos participantes e fomentar a criação e gestão de negócios no Sertão Pernambucano. em 2025 foram 135 pessoas certificadas em seis cidades do sertão pernambucano.

13 anos do Coro Vozes do Sertão



O Coro Vozes do Sertão do IFSertãoPE celebrou seus 13 anos de história com dois espetáculos especiais realizados no Teatro Dona Amélia (SESC Petrolina). As apresentações, gratuitas mediante doação de alimento, integraram a programação do Festival de Arte e Cultura 2025 e tiveram repertório dedicado à musicalidade e à poesia nordestina, com ambientação cênica inspirada na xilogravura — expressão visual tradicional do sertão.

Apresentações da Orquestra em Praça Pública



A Orquestra IFSertãoPE apresentou o Concerto Toca Raul na Concha Acústica de Petrolina (PE), proporcionando uma experiência cultural inesquecível ao público presente. Depois, o concerto seguiu para Salgueiro (PE), encerrando a temporada com grande êxito.

2 RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

O IFSertãoPE instituiu sua Política de Gestão de Riscos por meio da **Resolução CONSUP nº52/2021**, estabelecendo diretrizes, responsabilidades e mecanismos de controle voltados à identificação, avaliação e tratamento de riscos institucionais. Como desdobramento dessa política, foram definidos instrumentos e procedimentos para operacionalização da gestão de riscos, incluindo **metodologia, sistema** de monitoramento e definição do **apetite a risco** institucional.

Embora a institucionalização da gestão de riscos ainda se encontre em processo de consolidação nos diversos setores, tanto na prática como também na promoção de capacitações de forma consistente e significativa, a instituição vem adotando estratégias complementares para subsidiar a tomada de decisão, com destaque para a utilização do **Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)** de 2025 como referência para identificação, análise e priorização de riscos.

Nesse contexto, o PAINT 2025 incorporou a elaboração de uma **Matriz de Riscos** conforme 5 etapas (Figura 15), a partir da identificação dos principais processos de trabalho passíveis de auditoria e dos eventos que podem impactá-los negativamente. A avaliação dos riscos foi realizada em cada um desses eventos com base na combinação entre a probabilidade de ocorrência dos eventos e a média do impacto associado, resultando na classificação dos níveis de risco de cada um dos eventos.

Figura 15 - Etapas para elaboração da matriz de riscos.



Fonte: IFSertãoPE.

Seus níveis são definidos de acordo com a matriz de probabilidade e impacto disposta na Figura 16 abaixo, em que estabelece uma escala de pontuação de 1 a 25, na qual valores mais elevados indicam maior criticidade dos riscos identificados.

Figura 16 - Diagrama de verificação de riscos.

PROBABILIDADE	5 – Quase certo	MODERADO (05)	MODERADO (10)	ALTO (15)	EXTREMO (20)	EXTREMO (25)
	4 – Provável	BAIXO (04)	MODERADO (08)	ALTO (12)	ALTO (16)	EXTREMO (20)
	3 – Possível	BAIXO (03)	MODERADO (06)	MODERADO (09)	ALTO (12)	ALTO (15)
	2 – Improvável	BAIXO (02)	BAIXO (04)	MODERADO (06)	MODERADO (08)	MODERADO (10)
	1 – Raro	BAIXO (01)	BAIXO (02)	BAIXO (03)	BAIXO (04)	MODERADO (05)
		1 – Insignificante	2 – Menor	3 – Moderado	4 – Maior	5 – Alto
		IMPACTO				

Fonte: Plano Anual de Auditoria Interna 2025, AUDIN.

As informações produzidas a partir desse processo subsidiaram a tomada de decisão institucional ao longo de 2025, contribuindo para o fortalecimento da governança e para o aprimoramento do planejamento estratégico, tático e operacional. Ao todo, foram identificados 424 eventos de risco associados aos processos analisados.

Para fins deste relatório, foram selecionados 23 processos cujos riscos residuais apresentaram maior criticidade, com escores entre 20 e 25, classificados como riscos extremos (Figura 16).

2.1 Principais riscos identificados

A análise dos riscos identificados evidencia a concentração de eventos críticos em áreas estratégicas da instituição, especialmente relacionadas à eficiência acadêmica, à gestão da informação, à articulação institucional, à gestão de pessoas e à captação de recursos externos.

Observa-se que parcela significativa dos riscos está associada a processos finalísticos, com destaque para evasão discente, desempenho acadêmico e oferta de cursos, indicando impacto direto na missão institucional e nos resultados educacionais.

Adicionalmente, identificam-se riscos relevantes nas áreas de governança e suporte, como falhas na comunicação institucional, ausência de normativos, fragilidades na gestão da informação e limitações na infraestrutura tecnológica, os quais podem comprometer a eficiência administrativa e a transparência institucional.

Esses achados reforçam a necessidade de fortalecimento das práticas de gestão de riscos, com foco na integração entre áreas, no aprimoramento dos processos e na mitigação dos riscos de maior criticidade.

Quadro 1 - Processos de riscos residuais extremos.

Processo	Eventos de risco	Probabilidade de ocorrência do evento de risco	Impacto caso o evento de risco ocorra	Consequências
Programa de Gestão e Desempenho - PGD	Não atuação nos casos previstos em normativa (Res. 34/2022).	4 - provável	5 - alto	- Fragilidade dos resultados no programa de gestão; - Prejuízos no alcance dos objetivos institucionais.
Financiamentos externos e parcerias com empresas	Dificuldades de tramitação de processos via Fundação interna (desativada).	5 - quase certo	5 - alto	Perda de oportunidades de captação de recursos para inovação.
Financiamentos externos e parcerias com empresas	Falhas na transparência e publicidade dos relacionamentos firmados.	5 - quase certo	5 - alto	- Menor probabilidade de alcance de financiamento para projetos de cunho inovador; - Perda de oportunidades de captação de recursos para inovação; - Responsabilização de gestores; - Prejuízo à imagem institucional.
Aquisição e concessão de passagens	Escassez de vôos que atendam aos municípios próximos das unidades.	5 - quase certo	5 - alto	- Inviabilidade de atendimento; - Aquisição de passagens com custos bastante elevados.
Promover a eficiência acadêmica	Alto índice de evasão no ciclo.	5 - quase certo	5 - alto	- Queda nos níveis de permanência; - Aumento do custo de formação do aluno;

				• Redução da dotação orçamentária; • Descumprimento da missão institucional.
Oferecimento de capacitações <i>Lato e Stricto Sensu</i> pelo IFSertãoPE	Dificuldade na elaboração e submissão de Projetos de Mestrado/Doutorado à Capes.	4 - provável	5 - alto	• Dificuldade na ampliação de novos cursos Lato e Stricto Sensu e manutenção dos existentes; • Prejuízo no fomento à inovação; • Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores etc).
Avaliação dos índices gerais	Índice de eficiência acadêmica - diminuição de taxas de eficiência acadêmica.	5 - quase certo	5 - alto	• Queda nos níveis de permanência; • Aumento do custo de formação do aluno; • Redução da dotação orçamentária; • Descumprimento da missão institucional.
Oferecimento de capacitações <i>Lato e Stricto Sensu</i> pelo IFSertãoPE	Ausência ou falha na articulação entre Pró-Reitorias e setores responsáveis para levantamento de demandas e oferta dos cursos.	4 - provável	5 - alto	• Dificuldade na ampliação de novos cursos lato e stricto sensu e manutenção dos existentes; • Prejuízo no fomento à inovação; • Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores, etc).
Sistematização de Dados e Informações Institucionais	Dificuldade em receber os conteúdos dos outros setores institucionais.	4 - provável	5 - alto	• Atraso ou carência dos conteúdos do referido processo.
Sistematização de Dados e Informações Institucionais	Não realização da correlação das informações recebidas.	4 - provável	5 - alto	• Atraso ou carência dos conteúdos do referido processo.
Fornecimento de informações e orientações	Ausência ou insuficiência na divulgação das informações.	4 - provável	5 - alto	• Dano à imagem institucional; • Responsabilização de servidor; • Retrabalho; • Prejuízo à transparência e prestação de contas; • Prejuízo a terceiros.
Oferecimento de capacitações <i>Lato e Stricto Sensu</i> pelo IFSertãoPE	Pouca mobilização ou interesse dos docentes dos <i>campi</i> para oferta de novos cursos de especialização.	4 - provável	5 - alto	• Dificuldade na ampliação de novos cursos lato e stricto sensu e manutenção dos existentes; • Prejuízo no fomento à inovação; • Prejuízo à qualificação do público interessado (alunos, servidores, etc).
Fornecimento de informações e orientações	Falha no tratamento do sigilo de informações.	4 - provável	5 - alto	• Dano à imagem institucional; • Responsabilização de servidor; • Retrabalho; • Prejuízo à transparência e prestação de contas; • Prejuízo a terceiros.
Diretrizes Estratégicas e Articulação institucional	Dificuldade em promover o alinhamento com os outros setores institucionais.	4 - provável	5 - alto	• Desinformação, retrabalho, atraso ou carência dos conteúdos do referido processo.
Infraestrutura e Segurança da Informação	Indisponibilidade de backups de dados.	4 - provável	5 - alto	• Não recuperação de dados; • Prejuízo ao patrimônio imaterial;

				• Responsabilização dos servidores; • Dano ao erário; • Retrabalho.
Operacionalização do site institucional	Falta de navegabilidade no site institucional.	5 - quase certo	4 - maior	• Prejuízos à transparência; • Prejuízo na oferta dos serviços institucionais e para o público interessado.
EJA-EPT	Não preenchimento das vagas ofertadas.	4 - provável	5 - alto	• Não atendimento às demandas locais de acesso à educação; • Inviabilidade das turmas.
Elaboração e atualização dos documentos normativos institucionais	Ausência de normativos necessários à implementação de políticas, programas e processos.	4 - provável	5 - alto	• Infringir a legislação vigente; • Fragilidade nos processos e procedimentos; • Ausência de institucionalização formal de políticas; • Inexecução de programas pela ausência de normativas.
Elaboração de novos projetos de cursos a partir de demandas apresentadas	Morosidade na elaboração do projeto.	4 - provável	5 - alto	• Não cumprimento dos objetivos estratégicos; • Não cumprimento da missão institucional; • Ocorrência de desídia pelos servidores morosos.
PIT e RIT Eletrônico	Não complementação das atividades docentes.	4 - provável	5 - alto	• Uso ineficiente da força de trabalho, podendo o docente ser posto em disponibilidade.
Promover a eficiência acadêmica	Não conclusão do ciclo.	5 - quase certo	5 - alto	• Queda nos níveis de permanência; • Aumento do custo de formação do aluno; • Redução da dotação orçamentária; • Descumprimento da missão institucional.
Promover a eficiência acadêmica	Déficit de aprendizagem.	4 - provável	5 - alto	• Queda nos níveis de permanência; • Impacto negativo nas avaliações externas.
Gerenciamento do repositório institucional	Ausência de uma política de preservação digital a médio prazo.	4 - provável	5 - alto	• Descumprimento legal das normativas pertinentes com risco de responsabilização; • Baixo aproveitamento da produção acadêmica; • Descumprimento dos objetivos estratégicos institucionais.

Fonte: Matriz de riscos do IFSertãoPE - PAINT 2025.

A análise dos riscos institucionais também evidencia oportunidades de aprimoramento da gestão, especialmente no fortalecimento da governança, na integração entre áreas, na qualificação dos processos acadêmicos e administrativos e na ampliação da cultura de gestão de riscos.

Como perspectiva, a instituição busca avançar na consolidação da gestão de riscos em todos os níveis organizacionais, por meio da

capacitação de servidores, do aprimoramento dos instrumentos de monitoramento e da incorporação sistemática da análise de riscos no planejamento institucional.

Essas iniciativas tendem a contribuir para o aumento da eficiência, da transparência e da capacidade de resposta da instituição frente aos desafios institucionais, fortalecendo sua atuação e a entrega de valor público à sociedade.

3 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

Este capítulo apresenta a estrutura de governança, o modelo de planejamento estratégico e os resultados alcançados pelo IFSertãoPE no exercício de 2025, evidenciando como a instituição organiza seus processos decisórios, executa suas estratégias e monitora seu desempenho institucional.

A governança institucional está orientada à geração de valor público, por meio do alinhamento entre diretrizes estratégicas, gestão de riscos, controle interno e avaliação de resultados, assegurando a transparência, a integridade e a accountability na gestão.

A estrutura de governança do IFSertãoPE está organizada em eixos estratégicos que articulam planos, ações e processos institucionais, compreendendo ensino, pesquisa e inovação, extensão, administração e planejamento. Esses eixos se materializam na atuação da alta administração da Reitoria e dos *campi*, bem como nos comitês de natureza gerencial, responsáveis por subsidiar a análise, a validação e o acompanhamento das ações estratégicas.

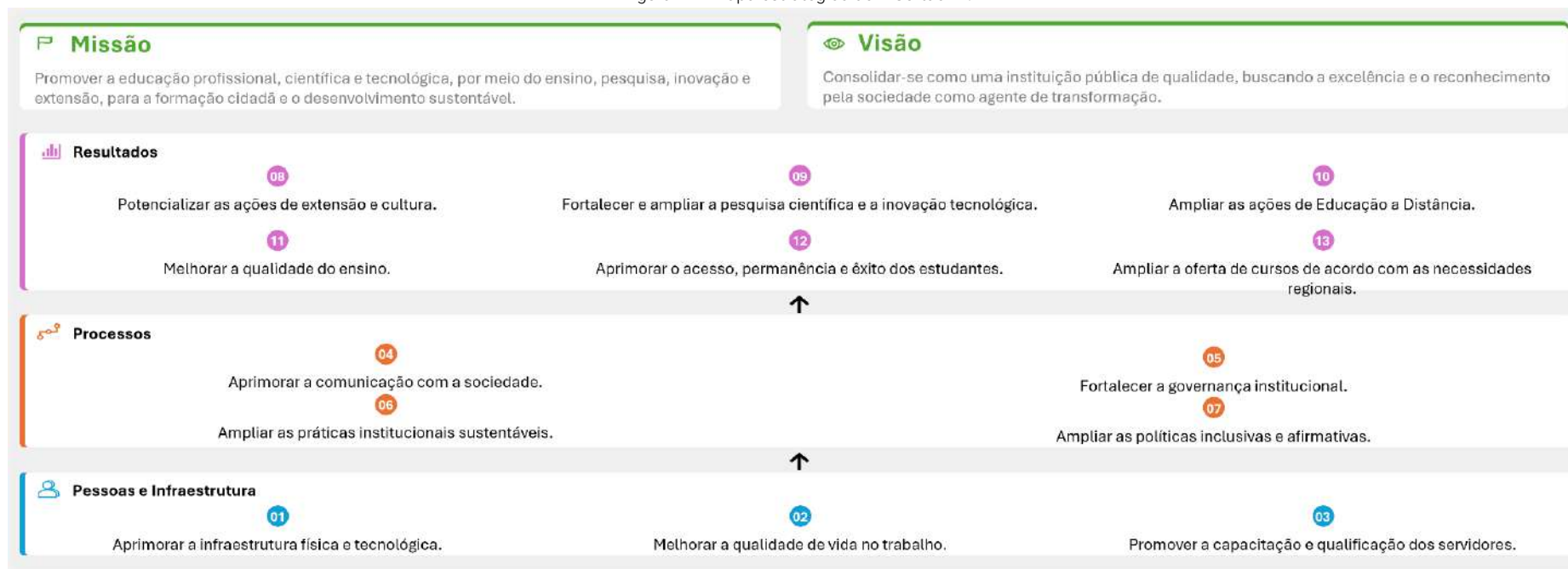
Adicionalmente, a governança institucional é apoiada por instâncias responsáveis pelo assessoramento jurídico, pela integridade e pela

comunicação com a sociedade, como a Procuradoria Federal, a Auditoria Interna, a Coordenação de Correição e a Ouvidoria. Destaca-se, ainda, o **Conselho Superior (CONSUP)**, órgão máximo de governança, de caráter consultivo e deliberativo, responsável pela definição das principais políticas institucionais, com composição que contempla representantes da alta gestão, da comunidade acadêmica e da sociedade civil.

Essa estrutura integrada de governança possibilita o monitoramento sistemático do desempenho institucional, por meio de indicadores e instrumentos de acompanhamento que permitem avaliar o grau de alcance dos objetivos estratégicos, subsidiando a tomada de decisão e o aprimoramento contínuo da gestão.

Nesse contexto, o planejamento estratégico, materializado no **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2025-2029**, estabelece os objetivos, metas e indicadores que orientam a atuação institucional, promovendo a integração entre as dimensões estratégica, tática e operacional. Os 13 objetivos institucionais, representados no mapa estratégico da instituição (Figura 17), desdobram-se em planos estratégicos.

Figura 17 - Mapa estratégico do IF Sertão PE.



Fonte: PDI 2025-2029.

Os planos estratégicos definidos no PDI desdobram-se em ações a serem executadas de forma integrada entre as áreas institucionais, refletindo a articulação entre os eixos estratégicos da instituição.

A construção desses elementos baseou-se em dois fundamentos principais: (i) os principais problemas e demandas identificados por meio de processo participativo envolvendo a comunidade acadêmica; e (ii) as

diretrizes estabelecidas em instrumentos de planejamento governamental, especialmente o Plano Plurianual (PPA) e o Plano Nacional de Educação (PNE).

O Quadro 2 apresenta as principais referências governamentais e institucionais consideradas, bem como os responsáveis pela condução das ações que fundamentam os objetivos estratégicos.

Quadro 2 - Origem motivadora dos planos.

Objetivo	Documento/diretriz governamental ou institucional	Principais responsáveis
Objetivo 01) Aprimorar a infraestrutura física e tecnológica	- Dinâmicas com a comunidade; - Gestão institucional; - Relatórios de avaliação de cursos do INEP/MEC; - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC/IFSertãoPE); - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC/IFSertãoPE).	PROAD, DAPs dos <i>campi</i> e DGTI.
Objetivo 02) Melhorar a qualidade de vida no trabalho	Gestão institucional.	PRODI, DGP e CQVST.
Objetivo 03) Promover a capacitação e qualificação dos servidores	Gestão institucional.	PROPIP e DGP.
Objetivo 04) Aprimorar a comunicação com a sociedade	- Decreto nº 9.094/2018; - Gestão institucional.	DGs dos <i>campi</i> , DGP, DepCE, COSIC (Ouvidoria) e DExec.
Objetivo 05) Fortalecer a governança institucional	- Estratégia Federal de Governança Digital (EFGD) 2024-2029; - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC/IFSertãoPE); - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC/IFSertãoPE); - Gestão institucional; - Estratégia Federal de Governança Digital (EFGD) 2024-2027; - Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD); - Programa de Privacidade e Segurança da Informação/MGI (PPSI); - Decreto nº 8.777/2016; - Resolução CGU nº 3/2017; - Plano Plurianual 2024-2027.	DGTI, DGP, DOAPE, CCor (Correição), PROAD, DAPs dos <i>campi</i> e CAP.
Objetivo 06) Ampliar as práticas institucionais sustentáveis	- Plano Plurianual 2024-2027; - Plano Nacional de Educação 2014-2025; - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC/IFSertãoPE); - Estratégia Federal de Governança Digital (EFGD) 2024-2027.	PROAD, DAPs dos <i>campi</i> , PROPIP e DGTI.
Objetivo 07) Ampliar as políticas inclusivas e afirmativas	- Dinâmicas com a comunidade; - Gestão institucional; - Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil 2020-2031; - Lei nº 11.645/2008;	PROAD, DAPs e DGs dos <i>campi</i> , PROEN, DPAE e PROEXT.

	- Resolução CNE/CP nº 01/2004; - Resolução CNE/CP nº 01/2012.	
Objetivo 08) Potencializar as ações de extensão e cultura	- Plano Nacional de Educação 2014-2024 (2025); - Dinâmicas com a comunidade; - Gestão institucional.	PROEXT, DGs e COEXTs dos <i>campi</i> .
Objetivo 09) Fortalecer e ampliar a pesquisa científica e a inovação tecnológica	- Dinâmicas com a comunidade; - Gestão institucional.	PROPIP, DPI e CInov.
Objetivo 10) Ampliar as ações de Educação a Distância	- Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil 2020-2031; - Gestão institucional.	DEAD, PROAD e DGTI.
Objetivo 11) Melhorar a qualidade do ensino	Gestão institucional.	PROEN, NUPE, NAPNE, PROPIP e PROEXT.
Objetivo 12) Aprimorar o acesso, permanência e êxito dos estudantes	- Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil 2020-2031; - Plano Nacional de Educação 2014-2024 (2025); - Dinâmicas com a comunidade; - Gestão institucional.	DPAE, PROEXT, DEAD e DGs dos <i>campi</i> .
Objetivo 13) Ampliar a oferta de cursos de acordo com as necessidades regionais	- Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil 2020-2031; - Plano Nacional de Educação 2014-2024 (2025); - Gestão institucional.	PROEN, PROPIP, PROEXT, DEAD, CROI (relações internacionais), PROAD e PRODI.

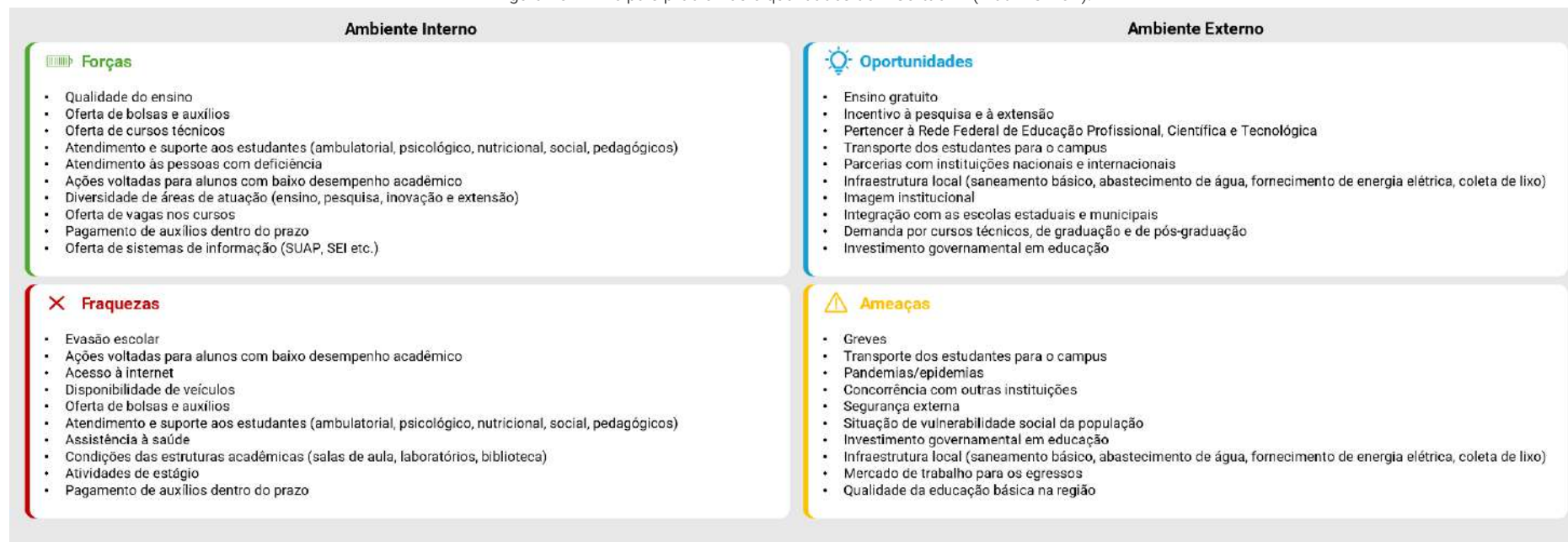
Fonte: IFSertãoPE, a partir da [lista de planos e ações do PDI](#).

O processo de levantamento das informações, derivado das discussões com a gestão institucional, da análise de documentos institucionais e das dinâmicas com a comunidade, foi conduzido de forma estruturada internamente, conforme descrito a seguir:

- **Discussões com a gestão institucional:** realizadas por meio de encontros com comissões e setores estratégicos, abrangendo temas como ensino, pesquisa, inovação, extensão, assistência estudantil, orçamento e administração, gestão de pessoas, tecnologia da informação, ouvidoria, comunicação e correição;

- **Análise de documentos institucionais:** contemplando instrumentos que definem diretrizes estratégicas, como o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC); e
- **Dinâmicas com a comunidade:** mediante encontros presenciais com estudantes e servidores de todos os *campi* em diferentes turnos letivos, bem como com a Reitoria, de forma remota, possibilitando a identificação de problemas e potencialidades institucionais, que subsidiaram a elaboração da Matriz SWOT do IFSertãoPE (Figura 18).

Figura 18 - Principais problemas e qualidades do IFSertãoPE (Matriz SWOT).



Fonte: PDI 2025-2029.

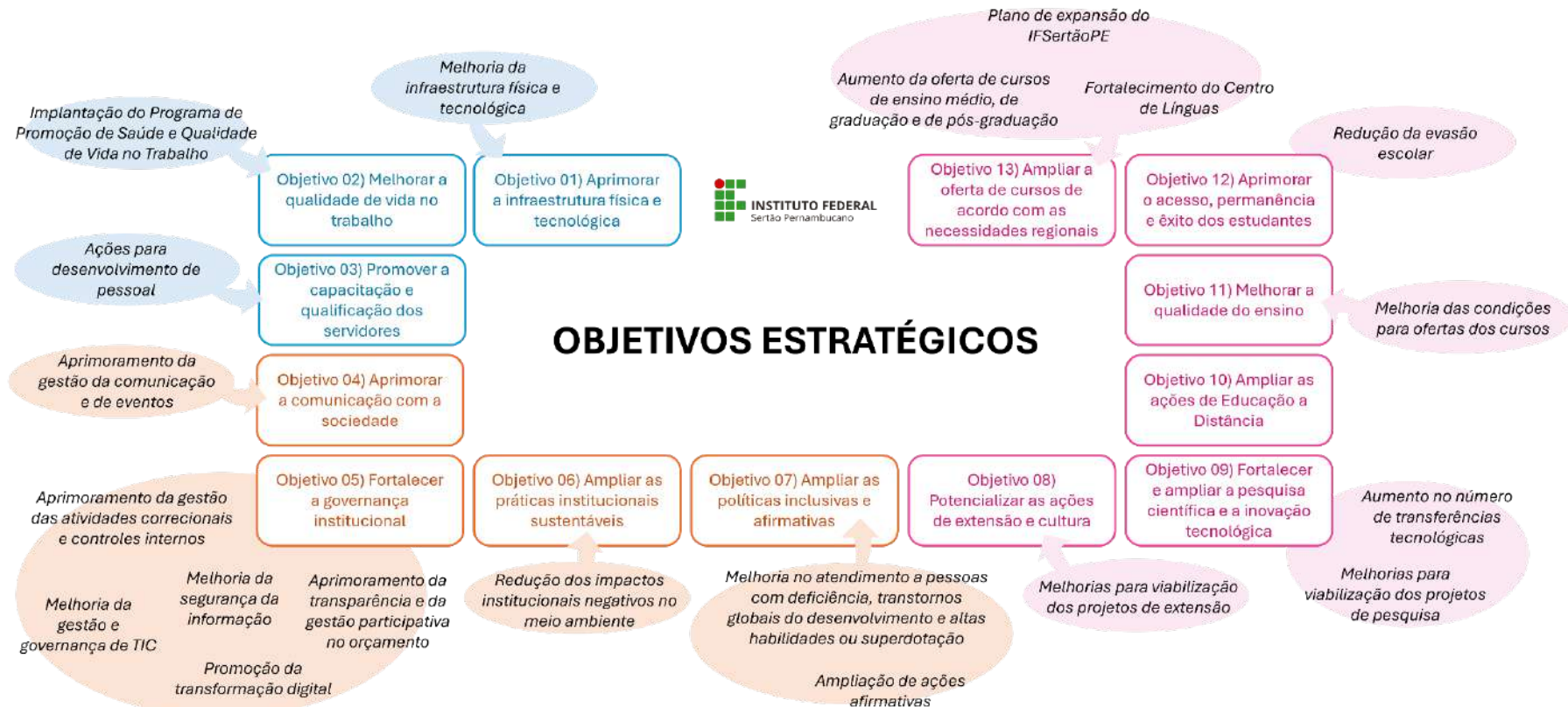
A Figura 19 abaixo apresenta a estrutura básica de organização dos planos estratégicos, evidenciando como as ações institucionais se articulam para o alcance dos objetivos estratégicos, definidos a partir das referências anteriormente mencionadas.

É importante mencionar que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) caracteriza-se como um instrumento de planejamento dinâmico, que permite a revisão de diretrizes, a repactuação de planos e

ações e o redimensionamento de metas, especialmente diante de cenários em que se identifiquem distorções ou mudanças no contexto institucional.

Nesse sentido, o planejamento estratégico do IFSertãoPE é atualizado de forma contínua, com ciclos anuais de revisão, de modo a assegurar sua aderência à realidade institucional e às demandas do contexto externo, mantendo o foco no cumprimento da missão e no alcance da visão institucional.

Figura 19 - Estrutura básica da organização dos planos estratégicos.



Fonte: IFSertãoPE.

O acompanhamento da execução das ações deve ser realizado trimestralmente, permitindo o monitoramento contínuo do desempenho institucional.

Para a mensuração do alcance dos objetivos estratégicos, foram definidos 42 indicadores de desempenho. arte desses indicadores possui histórico de acompanhamento no âmbito da Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica, sendo divulgados por meio da **Plataforma Nilo Peçanha (PNP)**, enquanto outra parte foi desenvolvida pelo próprio IFSertãoPE, com foco em especificidades institucionais.

Os indicadores consolidados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), em conjunto com as instituições da Rede Federal, são disponibilizados anualmente pela PNP, a partir do mês de

abril, em período posterior à publicação do Relatório de Gestão. Em razão disso, a instituição realiza a complementação das informações após a divulgação desses dados.

No que se refere aos indicadores desenvolvidos internamente, destaca-se que o exercício de 2025 corresponde ao primeiro ciclo de

mensuração de alguns indicadores, motivo pelo qual alguns ainda se encontram em fase de consolidação, especialmente quanto à definição de metas de referência. O Quadro 3 apresenta o conjunto de indicadores a serem mensurados, bem como suas respectivas origens.

Quadro 3 - Lista de indicadores de desempenho utilizados para os objetivos estratégicos e suas metas.

Objetivos	Indicadores	Metas 2025
01) Aprimorar a infraestrutura física e tecnológica	Indicador 01 – Índice de Execução de Obras	90%
	Indicador 02 – Percentual de Projetos de Obras Elaborados	70%
	Indicador 03 – Percentual de Ações Realizadas no Plano de Melhoria da Infraestrutura Tecnológica (0105)	100%
02) Melhorar a qualidade de vida no trabalho	Indicador 04 – Índice de Percepção da Qualidade de Vida no Trabalho	6,5
03) Promover a capacitação e qualificação dos servidores	Indicador 05 – Percentual de Servidores Capacitados Com Incentivo Institucional	20%
	Indicador 06 – Percentual de Docentes Mestres	75%
	Indicador 07 – Percentual de Docentes Doutores	35%
	Indicador 08 – Índice de Titulação do Corpo Técnico-Administrativo	3,15
04) Aprimorar a comunicação com a sociedade	Indicador 09 – Quantidade de Visualizações no Youtube	140.000
	Indicador 10 – Quantidade de Seguidores no Instagram	31.000
	Indicador 11 – Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública (MMOUP)	2
05) Fortalecer a governança institucional	Indicador 12 – Índice de Governança Pública (IGOV PUB)	0,34
06) Ampliar as práticas institucionais sustentáveis	Indicador 13 – Volume de Água da Rede Consumida por Pessoa	34 m³
	Indicador 14 – Energia Elétrica Gerada pela Instituição	Primeira mensuração.
07) Ampliar as políticas inclusivas e afirmativas	Indicador 15 – Percentual de Estudantes Atendidos pelo Programa de Apoio a Estudantes com Necessidades Específicas	100%
	Indicador 16 – Percentual de Ações Realizadas no Plano de Ampliação de Ações Afirmativas (0703)	100%
08) Potencializar as ações de extensão e cultura	Indicador 17 - Percentual de Recursos Financeiros do Orçamento Anual Público Aplicados em Extensão (%Oae)	Primeira mensuração.
	Indicador 18 - Percentual de Estudantes da Instituição Envolvidos em Ações De Extensão (%Nee)	2%
	Indicador 19 - Percentual de Servidores e Servidoras Envolvidos em Ações de Extensão (%Nse)	10%
	Indicador 20 - Número de Pessoas Atendidas pelas Ações de Extensão (PAAE)	Primeira mensuração.
	Indicador 21 - Percentual de Ações de Extensão com Parcerias Institucionais Vigentes (%AEP)	Primeira mensuração.

09) Fortalecer e ampliar a pesquisa científica e a inovação tecnológica	Indicador 22 – Percentual de Projetos de Pesquisa Aplicada	Primeira mensuração.
	Indicador 23 – Percentual de Servidores e Servidoras Desenvolvendo Projetos de Pesquisa (%NSPP)	40%
	Indicador 24 – Percentual de Estudantes da Instituição Envolvidos em Projetos de Pesquisa (%NEP)	5%
	Indicador 25 – Produção Intelectual (NPROD)	900 produções
	Indicador 26 – Percentual de Investimento Realizado em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Oriundo de Capital e Custeio	Primeira mensuração.
	Indicador 27 – Número de Ativos de Propriedade Industrial, Programas de Computador e Proteções Sui Generis Transferidos (APICT)	1 ativo
10) Ampliar as ações de Educação a Distância	Indicador 28 – Número de Acordos de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	2 acordos
	Indicador 29 – Quantidade de Cursos na Modalidade Educação a Distância	7 cursos
	Indicador 30 – Quantidade de Matrículas Equivalentes Em Cursos Na Modalidade Educação A Distância	1.381,69 matrículas equivalentes
	Indicador 31 – Percentual de Matrículas Equivalentes Em Cursos Na Modalidade Educação A Distância	13,23%
11) Melhorar a qualidade do ensino	Indicador 32 – Quantidade de Polos De Apoio Ativos	13 polos EAD
	Indicador 33 – Matrículas por Professor (RAP)	20 matrículas equivalentes por docente equivalente
12) Aprimorar o acesso, permanência e êxito dos estudantes	Indicador 34 – Índice Geral de Cursos (IGC)	3
	Indicador 35 – Taxa de Evasão Anual (%Ev)	19%
13) Ampliar a oferta de cursos de acordo com as necessidades regionais	Indicador 36 – Índice de Eficiência Acadêmica (IEA)	46%
	Indicador 37 – Quantidade de Vagas Ofertadas em Cursos de Formação Inicial e Continuada	1.780 vagas
	Indicador 38 – Quantidade de Vagas Ofertadas em Cursos Técnicos	1.880 vagas
	Indicador 39 – Quantidade de Vagas Ofertadas em Cursos de Graduação	1.100 vagas
	Indicador 40 – Quantidade de Vagas Ofertadas em Cursos de Especialização	360 vagas
	Indicador 41 – Quantidade de Vagas Ofertadas em Cursos de Mestrado e Doutorado	36 vagas
	Indicador 42 – Taxa de Ocupação (%TO)	95%

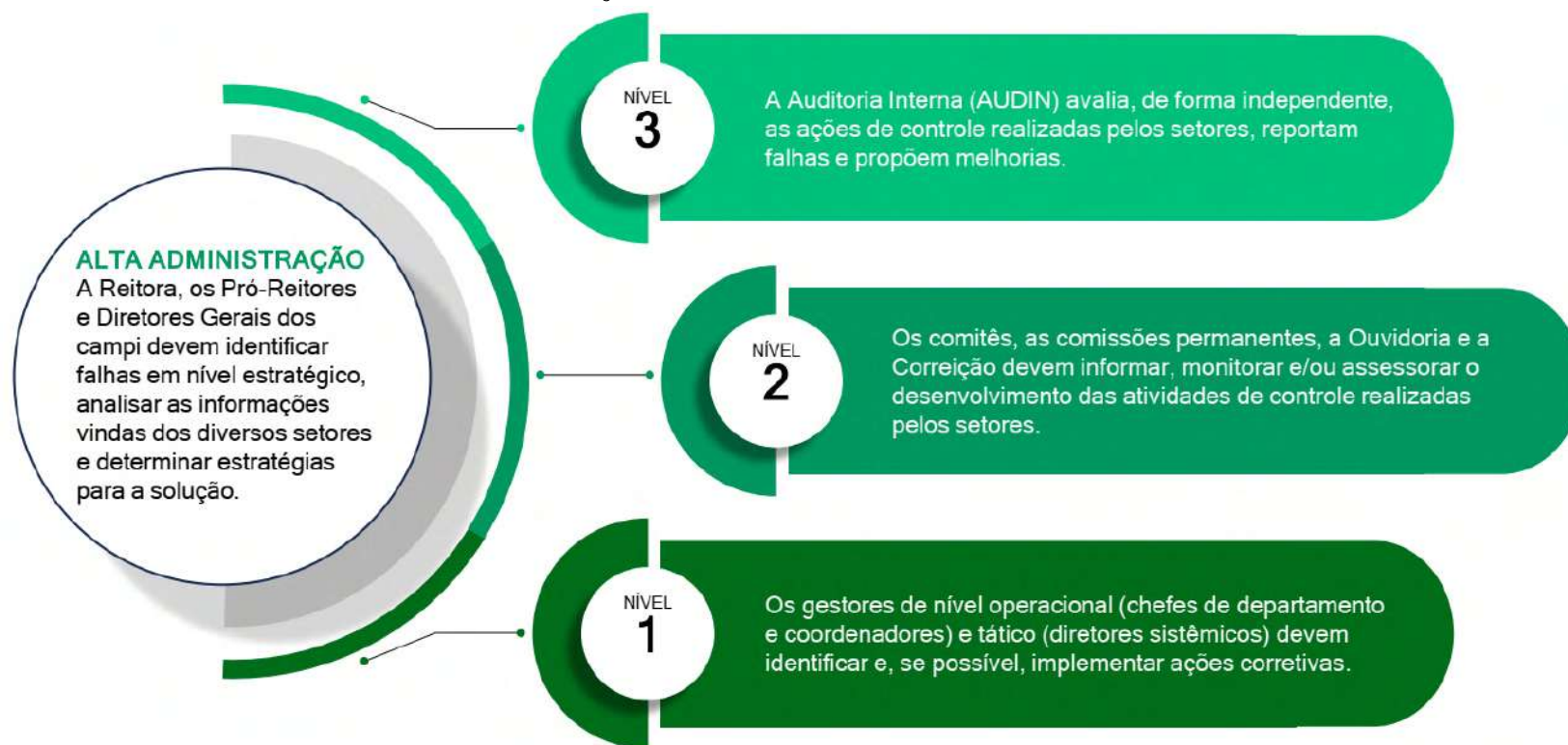
Fonte: PDI 2025-2029.

3.1 Principais ações de supervisão, controle e de correção

O IFSertãoPE adota um conjunto de mecanismos de supervisão, controle e correção com o objetivo de assegurar a conformidade das tomadas de decisões, a mitigação de riscos e o aprimoramento contínuo da gestão institucional. Embora os setores administrativos, como

coordenações, departamentos, diretorias e pró-reitorias, ainda não disponham de mecanismos de controle interno formalmente estruturados de maneira uniforme, a instituição conta com instâncias que desempenham esse papel de forma efetiva, como a Ouvidoria, a Correição e a Auditoria Interna. Em termos práticos, esses mecanismos de controle estão representados na Figura 20.

Figura 20 - Mecanismos de controle em níveis.



Fonte: IFSertãoPE.

3.1.1 Auditoria Interna

No âmbito do controle interno, a Auditoria Interna desempenha papel estratégico na avaliação dos processos institucionais, por meio da execução do **Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)**, contribuindo para o fortalecimento dos controles, a melhoria dos processos e o suporte à tomada de decisão pela alta gestão.

A AUDIN está centralizada na Reitoria, no município de Petrolina-PE, e é diretamente subordinada ao Conselho Superior (Consup), órgão máximo da instituição, conforme estabelecido na **Resolução Consup nº 23/2017**. Atua de forma independente e objetiva, exercendo atividades de avaliação e consultoria com o propósito de auxiliar o IFSertãoPE no alcance de seus objetivos institucionais.

Sua atuação abrange o assessoramento, a orientação, o acompanhamento e a avaliação dos atos de gestão, além do apoio aos órgãos de controle externo no exercício de suas competências. Nesse contexto, a Auditoria Interna contribui para o aprimoramento dos processos de governança, gestão de riscos, integridade e controles internos, agregando valor às atividades institucionais.

As atividades da AUDIN são orientadas por normas técnicas aplicáveis à auditoria governamental, pela legislação pertinente e pelos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Anualmente, a unidade elabora o **Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)**, que define os trabalhos a serem executados com base na avaliação de riscos, nos objetivos institucionais e no planejamento estratégico e orçamentário. Ao final de cada exercício, é elaborado o **Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT)**, que apresenta os resultados das ações realizadas e o grau de cumprimento do planejamento estabelecido.

3.1.2 Correição

No campo da Correição, o IFSertãoPE atua na apuração de irregularidades e na responsabilização administrativa de agentes públicos,

observando os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. As ações correicionais contribuem para o fortalecimento da integridade institucional, a prevenção de desvios de conduta e o aprimoramento da gestão pública.

As atividades de Correição são supervisionadas pela Controladoria-Geral da União (CGU), nos termos do Decreto nº 5.480/2005, que institui o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Esse sistema tem como finalidade fortalecer a Administração Pública por meio da prevenção e do combate a irregularidades praticadas por agentes públicos, promovendo a responsabilização quando cabível e a melhoria dos processos institucionais.

A gestão da função correcional vai além da instauração e condução de processos administrativos, abrangendo também ações voltadas à promoção de uma cultura organizacional ética, à melhoria da qualidade dos serviços públicos e ao fortalecimento da integridade institucional.

Para a apuração de possíveis irregularidades, a Correição utiliza instrumentos correicionais previstos na Portaria Normativa CGU nº 27/2022, conforme detalhado a seguir.

3.1.2.1 Atividade Correcional

a) Procedimentos investigativos

- Investigação Preliminar Sumária (IPS): procedimento administrativo de caráter preparatório, de natureza informal e acesso restrito, destinado à coleta de elementos informativos que subsidiem a análise quanto à existência de indícios de autoria e materialidade, essenciais para a instauração de processos administrativos.
- Sindicância Investigativa (SINVE): procedimento investigativo preliminar, de natureza inquisitorial, não punitiva e de acesso restrito, utilizado para apurar possíveis infrações disciplinares quando não houver elementos suficientes para a instauração imediata de Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

- Sindicância Patrimonial (SINPA): procedimento investigativo preparatório, não punitivo e de acesso restrito, destinado à apuração de indícios de enriquecimento ilícito, incluindo evolução patrimonial incompatível com a renda do agente público.

b) Termo de Ajustamento de Conduta

- Termo de Ajustamento de Conduta (TAC): instrumento consensual utilizado para o tratamento de infrações de menor potencial ofensivo, permitindo a correção de irregularidades de forma célere e eficiente, evitando a instauração de processos punitivos mais complexos, quando cabível.

c) Processos de responsabilização de agentes públicos

- Sindicância Acusatória (SINAC): procedimento administrativo destinado à apuração de infrações de menor gravidade, podendo resultar em penalidades como advertência ou suspensão de até 30 dias, ou, conforme o caso, na instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

- Processo Administrativo Disciplinar (PAD): procedimento formal previsto em lei, destinado à apuração de responsabilidades por infrações disciplinares, assegurando o contraditório e a ampla defesa, podendo resultar em penalidades como advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão ou cassação de aposentadoria.
- Processo Administrativo Disciplinar Sumário: procedimento específico voltado à apuração de infrações relacionadas ao acúmulo ilegal de cargos, inassiduidade habitual ou abandono de cargo.

3.1.2.2 Procedimentos investigativos e processos correccionais instaurados

3.1.2.2.1 Recebimento de comunicações de irregularidades

No exercício de 2025, a Coordenação de Correição recebeu 43 comunicações de supostas irregularidades, incluindo denúncias, representações e outras demandas, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Comunicações de irregularidades recebidas em 2025.

Enquadramento (juízo prévio de admissibilidade - triagem inicial)	Denúncias - Ouvidoria (Fala.BR)			Representações			
	Comunicações (denúncias anônimas)	Denúncias	Total	Ministério Público	Órgãos de controle (CGU/TCU)	Demais	Total
Aptas	20	21	41	0	0	2	2
Arquivadas	0	0	0	0	0	0	0
Total	20	21	41	0	0	2	2

Fonte: CCor/IFSertãoPE, 2026.

Das 43 (quarenta e três) comunicações de irregularidades recebidas em 2025, todas foram consideradas aptas após o Juízo Prévio de Admissibilidade (triagem Inicial), não havendo arquivamentos nessa etapa.

Observa-se que 41 (quarenta e uma) manifestações tiveram origem na Ouvidoria (Fala.BR), sendo 20 (vinte) comunicações anônimas e 21 (vinte e uma) denúncias identificadas, enquanto 2 (duas) representações foram encaminhadas por outros legitimados. Após essa fase, as comunicações

seguiram para o juízo de admissibilidade, com a elaboração de Nota Técnica, etapa em que são definidos os encaminhamentos quanto à instauração de procedimento investigativo, procedimento acusatório ou eventual arquivamento.

3.1.2.2.2 Admissibilidades

No exercício de 2025, a Coordenação de Correição realizou 34 (trinta e quatro) Juízos de Admissibilidade, formalmente concluídos mediante elaboração de Nota Técnica circunstanciada, instrumentos utilizados para a análise preliminar dos fatos noticiados e a indicação fundamentada das providências correcionais cabíveis.

Esse quantitativo representa um aumento de aproximadamente 89% em relação ao exercício de 2024, quando foram elaboradas 18 Notas Técnicas, evidenciando crescimento significativo da demanda submetida à unidade. Quanto aos encaminhamentos definidos nessa fase, observou-se a seguinte distribuição (Quadro 5):

- 32 (trinta e dois) casos com recomendação de instauração de procedimento investigativo, na modalidade Investigação Preliminar Sumária (IPS);
- 1 (um) caso com recomendação de arquivamento, em razão da ausência de elementos mínimos de materialidade;
- 1 (um) caso com recomendação de instauração de processo correcional sob rito acusatório.

No período analisado, não houve recomendações para celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, instauração de Sindicância Patrimonial ou de Processo Administrativo de Responsabilização na fase de admissibilidade.

Quadro 5 - Juízos de Admissibilidade concluídos mediante Nota Técnica (2025).

Realizados	Recomendações (juízo de admissibilidade realizados)					
	Instaurar procedimento investigativo	Arquivar	Celebrar Termo de Ajustamento de Conduta	Instaurar Processo Correcional	Instaurar Sindicância Patrimonial	Processo Administrativo de Responsabilização
34	32	1	0	1	0	0

Fonte: CCor/IFSertãoPE, 2026.

3.1.2.2.3 Procedimentos investigativos

Em 2025, a Coordenação de Correição recomendou a instauração de 28 (vinte e oito) Investigações Preliminares Sumárias. Na tabela a seguir, observa-se que do total recomendado, 21 (vinte e uma) IPS foram

efetivamente instauradas, permanecendo 11 (onze) aguardando instauração ao final do exercício. Dentre as instauradas, 14 (quatorze) encontram-se em andamento e 7 (sete) foram concluídas no período.

Quadro 6 - Procedimentos Investigativos - Investigação Preliminar Sumária (IPS 2025).

SITUAÇÃO					
Instauradas		Aguardando Instauração		Instauradas em Andamento	
21		11		14	
DECISÃO DA AUTORIDADE INSTAURADORA (IPS Concluídas)					
Arquivamento	Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta	Abertura de Processo Administrativo Disciplinar	Sindicância Patrimonial	Processo Administrativo de Responsabilização	Outras Providências Administrativas
3	2	1	0	0	1

Fonte: CCor/IFSertãoPE, 2026.

Das 7 (sete) Investigações Preliminares Sumárias (IPS) instauradas e concluídas no exercício de 2025, 3 (três) resultaram em arquivamento, diante da ausência de materialidade ou de elementos suficientes para instauração de processo correcional. Em 1 (um) caso, foi determinada a instauração de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), em razão da presença de indícios de autoria e materialidade aptos a justificar a apuração sob o rito ordinário.

Adicionalmente, foram registradas 2 (duas) decisões com celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), destinadas à regularização de infrações de menor potencial ofensivo, sendo uma delas acompanhada de penalidade de desconto remuneratório. Por fim, 1 (uma) IPS foi formalmente encerrada com o encaminhamento dos autos à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), para análise técnico-administrativa quanto à eventual acumulação de cargos, conforme o fluxo institucional vigente.

Registra-se, ainda, que no exercício de 2025, foram proferidas decisões relativas à IPS instauradas no exercício anterior. Ao todo, identificaram-se 4 (quatro) processos iniciados em 2024 que alcançaram fase decisória em 2025, dos quais 3 (três) resultaram em arquivamento, em razão da ausência de elementos suficientes de autoria ou materialidade, e 1 (um) culminou na instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

3.1.2.2.4 Processos correcionais instaurados

No que se refere à apuração disciplinar, em 2025 a Coordenação de Correição instaurou 5 (cinco) processos correcionais, sendo 4 (quatro) Processos Administrativos Disciplinares (PAD) sob rito ordinário e 1 (uma) sindicância acusatória conduzida sob rito sumário. Não houve, no período, instauração de sindicância patrimonial ou de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

A predominância do rito ordinário indica a existência de casos que demandaram maior aprofundamento na instrução probatória, com observância integral dos princípios do devido processo legal.

3.1.2.2.5 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)

No exercício de 2025, a Coordenação de Correição proferiu 2 (duas) decisões para celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), sendo 1 (um) efetivamente celebrado e publicado no período.

Além disso, 2 (dois) TACs permaneceram em monitoramento, sendo 1 (um) celebrado em 2024 e o outro em 2025. No caso do TAC firmado em 2024, verificou-se o descumprimento parcial das obrigações pactuadas, especialmente quanto à realização do curso “Deveres, Proibições e Responsabilidades do Servidor Público Federal”, previsto no respectivo instrumento.

Informa-se, ainda, que, em 2025, apenas 1 (um) TAC foi encerrado, não havendo conversão de TAC em Processo Administrativo Disciplinar (PAD).

Comparativamente ao exercício de 2024, houve aumento de 50% na celebração de TACs, o que pode estar associado ao crescimento do número de juízos de admissibilidade realizados. Nesse contexto, o TAC se consolida como instrumento relevante para o tratamento de infrações de menor potencial ofensivo, possibilitando a responsabilização de forma célere e proporcional, sem necessidade de instauração de PAD.

3.1.2.2.5 Julgamentos de processos correcionais

No exercício de 2025, foram concluídos e julgados 3 (três) Processos Administrativos Disciplinares (PAD), instaurados nos exercícios de 2021, 2023 e 2025. Considerando o reduzido quantitativo de julgamentos no período, optou-se por apresentar análise qualitativa dos resultados, em substituição a tratamento estatístico percentual. Os desfechos observados foram os seguintes:

- Processo 1 (2025): absolvição por insuficiência probatória, evidenciando a observância dos princípios do devido processo legal e da presunção de inocência;
- Processo 2 (2023): aplicação de penalidade de suspensão por 62 (sessenta e dois) dias, após acolhimento parcial do relatório final da comissão e do parecer da Procuradoria Federal, demonstrando atuação articulada entre instâncias instrutória, jurídica e decisória;
- Processo 3 (2021): arquivamento parcial e reconhecimento de prescrição em processo com pluralidade de agentes, sendo afastada a imputabilidade disciplinar de um dos investigados por laudo médico oficial e reconhecida a prescrição em relação ao outro.

Ressalta-se que não houve, no exercício, instauração ou julgamento de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR). Ao final de 2025,

encontravam-se em tramitação 7 (sete) processos correcionais, sendo 4 (quatro) instaurados no próprio exercício e 3 (três) remanescentes de anos anteriores.

3.1.2.3 Análise gerencial das ocorrências e da distribuição das apurações correcionais

3.1.2.3.1 Motivos das apurações em sede investigativa (IPS) - 2025

A Figura 21 consolida as ocorrências relacionadas às Investigações Preliminares Sumárias (IPS) instauradas ou em fase de instauração no período analisado, totalizando 32 registros, distribuídos conforme a tipificação definida nas análises realizadas por meio das Notas Técnicas elaboradas a partir das comunicações recebidas.

Figura 21 - Ocorrências nas Investigações Preliminares Sumárias (IPS) no exercício de 2025.



Fonte: CCor/IFSertãoPE, 2026.

Verifica-se maior incidência de condutas de conotação sexual (18,75%) e descumprimento de normas (18,75%), seguidas de condutas impróprias nas relações interpessoais de trabalho (9,38%). As demais ocorrências apresentam frequência reduzida e distribuição pulverizada. De forma geral, observa-se predominância de demandas relacionadas à conduta funcional e à observância de normas institucionais, o que sinaliza a relevância de medidas preventivas e orientativas no âmbito organizacional.

3.1.2.3.2 Irregularidades apuradas em sede de PAD - 2025

O Quadro 7 apresenta as irregularidades apuradas nos Processos Correcionais instaurados no exercício de 2025, indicando o respectivo rito processual adotado em cada caso. O levantamento contempla tanto os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) sob rito ordinário quanto a sindicância acusatória conduzida sob rito sumário.

Quadro 7 - Irregularidades apuradas nos Processos Administrativos Disciplinares no exercício de 2025.

Rito Processual	Irregularidade
Sindicância Acusatória	Condutas impróprias nas relações interpessoais de trabalho
Ordinário	Improbidade Administrativa
Ordinário	Valimento do cargo público para favorecimento próprio ou de terceiros
Ordinário	Condutas de Conotação Sexual e Assédio Moral
Ordinário	Assédio Moral

Fonte: CCor/IFSertãoPE, 2026.

Observa-se predominância de apurações conduzidas sob rito ordinário, com foco majoritário em condutas relacionadas ao comportamento funcional e à ética no ambiente de trabalho, tais como assédio moral, condutas de conotação sexual e valimento do cargo para favorecimento próprio ou de terceiros.

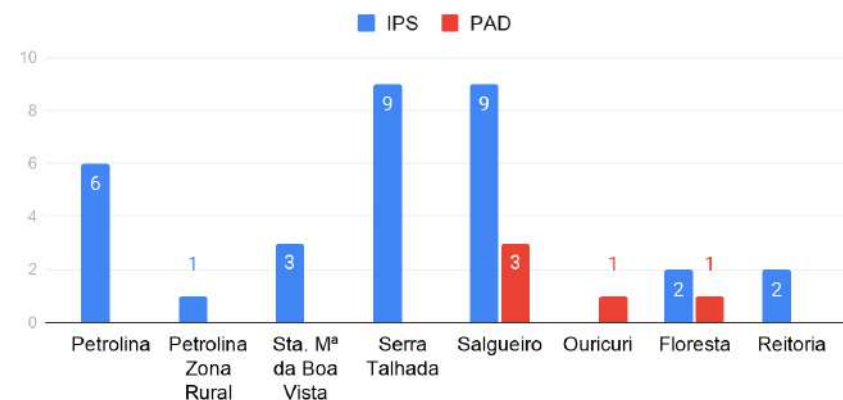
Esse conjunto evidencia que as demandas disciplinares instauradas no período estiveram associadas, sobretudo, a aspectos

comportamentais e éticos no exercício da função pública, reforçando a necessidade de fortalecimento de ações preventivas, orientativas e de promoção da integridade institucional.

3.1.2.3.3 Procedimentos investigativos e processos correcionais por unidade – Exercício 2025.

A Figura 22 apresenta a distribuição dos procedimentos investigativos (IPS) e dos processos correcionais instaurados no exercício de 2025, considerando a unidade de origem das ocorrências no âmbito do IFSertãoPE.

Figura 22 - Procedimentos investigativos e processos correcionais por unidade – Exercício 2025.



Fonte: CCor/IFSertãoPE, 2026.

Observa-se que os *campi* Serra Talhada e Salgueiro concentraram o maior número de Investigações Preliminares Sumárias (IPS), com 9 ocorrências cada, seguidos pelo Campus Petrolina, com 6 registros. Em relação aos processos correcionais, verificou-se maior incidência no Campus Salgueiro, com 3 instaurações, enquanto Ouricuri e Floresta registraram 1 processo cada. As demais unidades apresentaram apenas

procedimentos investigativos ou quantitativos reduzidos, indicando distribuição relativamente dispersa das ocorrências entre as unidades institucionais.

3.1.2.3.4 Consultas Sistema e-PAD

No exercício de 2025, a Coordenação de Correição, em atendimento às demandas do setor de Gestão de Pessoas, realizou consultas no sistema e-PAD para 72 servidores.

O Quadro 8 apresenta o resultado dessas consultas, indicando a situação registrada no Sistema e-PAD para cada servidor no momento da verificação. Ressalta-se que o sistema permite identificar casos em que um mesmo servidor possui mais de um processo disciplinar, seja em andamento ou arquivado, o que pode ocorrer em situações de infrações múltiplas ou reincidência.

Observa-se que, para a maioria dos servidores consultados (67 casos), não há registro de procedimentos disciplinares no sistema, indicando ausência de histórico disciplinar registrado no e-PAD.

Quadro 8 - Situação dos servidores consultados no Sistema e-PAD (2025).

Situação	Quantitativo
Apenado/ Suspensão convertida em multa	0
Absolvido/arquivado	1
Investigado	0
Não-indiciado	2
Nada consta	67
Pendente de decisão	0
Penalidade prescrita	0
Sindicância	1
IPS	1
Total	72

Fonte: CCor/IFSertãoPE, 2026.

De forma geral, as ações de supervisão, controle e correição realizadas em 2025 evidenciam o fortalecimento dos mecanismos de governança institucional, contribuindo para a prevenção de irregularidades,

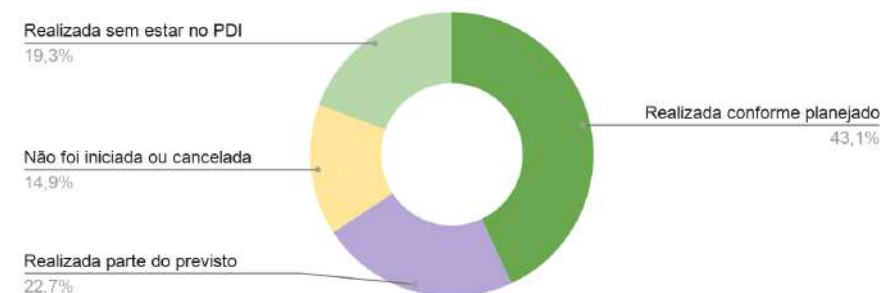
a responsabilização adequada e o aprimoramento contínuo da gestão pública no âmbito do IFSertãoPE.

3.2 Desempenho e principais resultados

No exercício de 2025, a execução das ações estratégicas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) apresentou diferentes níveis de realização, conforme demonstrado na Figura 23. Do total de ações planejadas, 43,1% foram executadas conforme o previsto, 22,7% foram parcialmente realizadas, 19,3% correspondem a ações executadas sem previsão inicial no PDI e 14,9% não foram iniciadas, podendo ter sido repactuadas ou canceladas.

Os dados evidenciam que a maior parte das ações foi executada total ou parcialmente, indicando capacidade de implementação do planejamento institucional, ainda que se observem ajustes decorrentes de demandas supervenientes e reprogramações ao longo do exercício.

Figura 23 - Execução de ações planejadas para o ano de exercício deste Relatório de Gestão.



Fonte: IFSertãoPE.

Nos subitens a seguir, apresentam-se os principais resultados alcançados pela instituição, organizados por áreas estratégicas: ensino; extensão; pesquisa e inovação; assistência estudantil; governança;

infraestrutura; tecnologia da informação e comunicação; gestão de pessoas; sustentabilidade; e orçamento e finanças.

Os resultados destacados foram selecionados com base em sua relevância para a sociedade, no volume de recursos empregados e na sua criticidade para o funcionamento institucional. As planilhas contendo o detalhamento completo das ações estratégicas previstas e não previstas no PDI encontram-se nos **Anexos A e B**.

3.2.1 Ensino

No âmbito do ensino, o IFSertãoPE atua no cumprimento dos seguintes objetivos estratégicos previstos no PDI 2025–2029:

- Ampliar as políticas inclusivas e afirmativas;
- Ampliar as ações de Educação a Distância;
- Melhorar a qualidade do ensino;
- Aprimorar o acesso, permanência e êxito dos estudantes; e
- Ampliar a oferta de cursos de acordo com as necessidades regionais.

Para a apresentação dos resultados, as ações foram organizadas nas seguintes áreas: organização acadêmica; acesso, permanência, êxito e inclusão; e bibliotecas.

a) Organização acadêmica

Em relação à organização acadêmica, a Figura 24 apresenta as principais ações realizadas (iniciadas ou finalizadas).

No que se refere à organização acadêmica, a Figura 24 apresenta as principais ações realizadas no exercício, evidenciando avanços na ambientação autoinstrutiva da Educação a Distância, na atualização curricular, no aprimoramento dos instrumentos pedagógicos e na ampliação da oferta do ensino de jovens e adultos

Figura 24 - Principais ações realizadas na área de organização acadêmica.



Fonte: IFSertãoPE.

No âmbito da Educação a Distância, destaca-se a oferta de cursos autoinstrutivos de ambientação, como “Ambientação e Fundamentos da EaD”, “Ensinando com o Ambiente Virtual Moodle” e “Como planejar e elaborar material didático para EaD”, disponibilizados por meio da plataforma **Veredas**.

A iniciativa contribui para o fortalecimento das competências digitais de estudantes e servidores, embora tenha enfrentado desafios relacionados ao engajamento na produção de cursos no formato MOOC. Para mitigar essa limitação, foram adotadas ações de sensibilização e divulgação institucional, apoio técnico-pedagógico e padronização de fluxos de produção dos cursos, além da articulação com as gestões institucionais, visando integrar a produção dos MOOCs ao planejamento acadêmico e fortalecer o engajamento dos servidores com a finalidade de ampliar a participação institucional.

Já os principais desafios futuros esperados são a manutenção do engajamento contínuo dos servidores na produção de cursos MOOC, à ampliação do número de cursos ofertados de forma regular, à garantia de qualidade pedagógica e atualização permanente dos conteúdos, bem como à consolidação de fluxos institucionais que assegurem sustentabilidade, reconhecimento das atividades e alinhamento às diretrizes da Educação a Distância.

No campo da adequação curricular, destaca-se o avanço no processo de adequação dos cursos de graduação à curricularização da extensão. As ações envolveram diálogo com os *campi* e acompanhamento da implementação da carga horária extensionista, persistindo como desafio a definição de parâmetros institucionais consensuais. Busca-se, como próxima etapa, a aprovação de todos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de cursos superiores da instituição com as adequações previstas.

Adicionalmente, foram realizadas avaliações técnico-pedagógicas de PPCs, incluindo cursos novos e em atualização. A principal dificuldade concentra-se na adequação desses PPCs às normativas recentes, especialmente no âmbito do ensino médio integrado (EMI). Como estratégia, vêm sendo promovidos estudos institucionais e alinhamentos entre as equipes, com vistas à atualização normativa e à qualificação dos processos de elaboração e revisão dos PPCs.

No que se refere à ampliação da oferta de educação de jovens e adultos (Proeja), foram iniciadas tratativas para estabelecimento de parceria com o Governo de Pernambuco. Como principal desafio, destaca-se a articulação com as redes de ensino (escolas), ainda em processo de consolidação.

Em relação ao desempenho, destaca-se o indicador referente à infraestrutura de apoio à EaD:

- **Indicador de infraestrutura de apoio à EaD:** previsto no PDI 2025–2029, mede a infraestrutura de apoio à Educação a Distância, por meio da quantidade de polos de apoio ativos, que atingiu 28 unidades em 2025, superando a meta estabelecida de 13 polos. Esse resultado evidencia expansão significativa da capacidade institucional de oferta na modalidade a distância.
- **Outros indicadores** previstos no PDI não foram mensurados neste relatório, em razão do cronograma de consolidação dos dados, sendo sua divulgação prevista em momento posterior. Entre eles, destacam-se: (I) a quantidade de cursos na modalidade de educação a distância; (II) a quantidade de matrículas equivalentes em cursos EAD; (III) o percentual de matrículas equivalentes em EAD; (IV) as matrículas equivalentes por professor equivalente (RAP); (V) o Índice Geral de Cursos (IGC); (VI) a taxa de ocupação; e (VII a XI) a quantidade de vagas ofertadas em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), técnicos, de graduação, de especialização e de mestrado e doutorado.

Os resultados observados evidenciam avanços na organização acadêmica, especialmente na expansão da EaD e na qualificação dos instrumentos pedagógicos, ainda que persistam desafios relacionados à consolidação de processos e ao alinhamento institucional.

b) Acesso, permanência, êxito e inclusão

No âmbito do acesso, permanência e êxito, as ações de assistência estudantil do IFSertãoPE estão fundamentadas pelas diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela **Lei nº 14.914/2024**, bem como pelas normativas institucionais vigentes, especialmente a **Resolução Consup nº 46/2015**, que regulamenta a execução da política no âmbito da instituição.

Nesse contexto, o IFSertãoPE executa sua política de assistência estudantil com base na Resolução Consup nº 46/2015, que orienta a implementação das ações nas unidades da instituição. A referida política tem como objetivos minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais, promover a inclusão social, garantir a permanência e o êxito dos estudantes e contribuir para a formação integral, atuando na redução dos índices de evasão e retenção associados a fatores de natureza econômica, social e cultural.

A Política de Assistência Estudantil do IFSertãoPE atua por meio de três programas distintos, a saber:

- **Programas universais:** destinados ao atendimento de todo o corpo discente da instituição, com prioridade para estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Ressalvam-se as modalidades que envolvem aplicação de recursos financeiros, como fornecimento de alimentação, seguro de vida, material didático e ajudas de custo, as quais se destinam exclusivamente aos estudantes de cursos presenciais, conforme previsto no art. 3º do PNAES.

Exemplos de programas universais:

- seguro de vida;
- atenção biopsicossocial;
- atendimento pedagógico;
- fornecimento de alimentação;
- incentivo à atividade física e lazer;
- incentivo à educação artística e cultural;
- educação para a diversidade;
- incentivo à formação da cidadania;
- fornecimento de material escolar básico;
- ajuda de custo para eventos científicos, eventos de extensão, eventos socioestudantis, atividades esportivas e visitas técnicas.

- **Programa de apoio a pessoas com necessidades educacionais específicas:** ações realizadas pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), voltadas ao atendimento de estudantes que demandam políticas de inclusão, com o objetivo de ampliar as condições de permanência e êxito acadêmico na instituição.
- **Programas específicos:** atendem aos estudantes matriculados em cursos presenciais ofertados pela instituição, com prioridade para aqueles oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Adicionalmente, sua implementação considera critérios relacionados às necessidades institucionais e à disponibilidade de recursos orçamentário-financeiros em cada campus, conforme previsto nos arts. 3º e 5º do PNAES.

Exemplos de programas específicos:

- residência estudantil;
- auxílio moradia;
- auxílio alimentação;
- auxílio transporte;
- auxílio creche;
- auxílio material didático;
- auxílio emergencial;
- auxílio ao estudante atleta;
- auxílio de incentivo à atividade artística e cultural.

No que se refere ao acesso, permanência, êxito e inclusão, além das ações relacionadas às políticas de assistência estudantil, foram desenvolvidas outras iniciativas de fundamental importância ao longo do exercício, conforme apresentado na Figura 25, evidenciando esforços institucionais voltados à ampliação do ingresso, ao acompanhamento acadêmico e à promoção da inclusão.

Figura 25 - Principais ações realizadas na área de acesso, permanência e êxito.



Fonte: IFSertãoPE.

No âmbito do acesso, o IFSertãoPE ofertou 2.974 vagas em 2025, sendo 1.920 destinadas a cursos de nível médio (integrado, subsequente e Proeja) e 1.054 a cursos superiores, por meio do SISU, abrangendo todas as unidades da instituição. Como principal desafio, destaca-se a necessidade de fortalecimento das estratégias de divulgação dos cursos, especialmente junto a escolas e cursinhos preparatórios, com vistas à ampliação da demanda e ocupação das vagas ofertadas.

Em relação à permanência e ao êxito dos estudantes, destaca-se o acompanhamento sistemático do Programa Pé-de-Meia, realizado por meio da verificação mensal de dados e orientação quanto à regularização de pendências nos sistemas institucionais e governamentais. Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à integração entre sistemas, à atualização cadastral e ao elevado volume de atendimentos

individualizados, impactando a agilidade dos processos. Como perspectiva, busca-se o aprimoramento dos fluxos operacionais entre a Reitoria e os *campi*, *melhoria* da interoperabilidade entre plataformas, reduzir o tempo de regularização das pendências cadastrais e fortalecer a comunicação com os setores de controle acadêmico, visando maior eficiência na gestão do programa.

No âmbito da Educação a Distância, a implementação do instrumento de Acompanhamento Personalizado para Alunos em Risco de Evasão (APARE) fortaleceu o monitoramento do engajamento, da frequência e do desempenho acadêmico, estruturando ações de acompanhamento individualizado e atuação integrada entre equipes pedagógicas, coordenações e tutores, bem como a adoção de medidas preventivas e interventivas ao longo do percurso formativo. A iniciativa contribui para o aprimoramento das estratégias institucionais de permanência e êxito discente.

No campo da inclusão, foram realizadas ações voltadas à ampliação do atendimento educacional especializado (AEE), incluindo iniciativas para contratação de profissionais especializados e aquisição de recursos assistivos. Entretanto, a execução dessas ações ainda se encontra em andamento, uma vez que os processos de contratação não foram finalizados e o provimento de docentes efetivos permanece condicionado à inexistência de concurso vigente ou lista ativa de aprovados, dependendo do aproveitamento de certames ou da realização de novo concurso.

Nesse contexto, a execução das ações enfrentou desafios de natureza técnica, jurídica e operacional, especialmente no que se refere à condução dos processos licitatórios para contratação de serviços terceirizados, caracterizados por elevada complexidade e dependência de fluxos intersetoriais. Adicionalmente, o provimento de vagas para servidores efetivos foi impactado pela limitação de disponibilidade de candidatos e pela heterogeneidade das demandas entre os *campi*, exigindo definição de parâmetros institucionais para dimensionamento das contratações. Esses fatores contribuíram para a ampliação dos prazos e a redução da previsibilidade na execução da ação.

Para superar essas dificuldades, houve o acompanhamento sistemático e articulação entre os setores responsáveis, com pactuação de monitoramento periódico do processo, registro de encaminhamentos e devolutivas às coordenações e gestões das unidades; o mapeamento e priorização de demanda por campus, consolidando necessidades, cenários e requisitos mínimos (perfis profissionais, turnos, níveis de apoio, interface com NAPNE/assistência estudantil), para subsidiar dimensionamento e fiscalização contratual; o planejamento de provimento efetivo de docentes, avaliando alternativas administrativas (aproveitamento de listas, quando possível) e preparação para novo concurso.

Espera-se, portanto, a superação definitivamente do impasse jurídico e a conclusão da fase licitatória, formalizando a contratação e iniciando a execução com cobertura adequada às unidades, além da viabilização do provimento de docentes AEE (EBTT), alinhando cronograma institucional de concursos e/ou aproveitamento de certames, com definição de lotações e prioridade por campus.

Em relação às ferramentas assistivas, foram adquiridos impressora braille, gabinete abafador, e multiplanos para apoio pedagógico no ensino de disciplinas da área de exatas. Ainda assim, persistem limitações relacionadas à capacidade técnica para condução de processos licitatórios e à disponibilidade orçamentária, sendo adotadas estratégias como formação de grupos de trabalho e busca por fontes externas de financiamento.

No que se refere ao desempenho, destaca-se o indicador previsto no PDI 2025–2029 que mede o percentual de estudantes com necessidades específicas atendidos por programas institucionais:

→ **Indicador Percentual de estudantes atendidos pelo programa de apoio a estudantes com necessidades específicas:** mede o percentual de estudantes que declararam ter necessidades específicas atendidos pelo programa de apoio a estudantes com necessidades específicas.

A evolução desse indicador está apresentada na Figura 26, permitindo o acompanhamento contínuo das ações de inclusão.

Figura 26 - Percentual de estudantes atendidos pelo programa de apoio a estudantes com necessidades específicas.



Fonte: IFSertãoPE.

Outros indicadores previstos no PDI incluem: (i) percentual de execução do plano de ampliação de ações afirmativas, não mensurado no período em razão da ausência de ações previstas no exercício (plano 0703 da [lista de planos e ações do PDI](#)); (ii) taxa de evasão; e (iii) índice de eficiência acadêmica, estes últimos ainda não divulgados na Plataforma Nilo Peçanha (PNP).

c) Bibliotecas

No que se refere às bibliotecas, a Figura 27 apresenta as principais ações realizadas no exercício (iniciadas ou finalizadas), evidenciando avanços na ampliação do acesso à informação, na padronização acadêmica e na estruturação de diretrizes institucionais para o sistema de bibliotecas.

Figura 27 - Principais ações realizadas para as bibliotecas.



Fonte: IFSertãoPE.

Destaca-se a disponibilização da plataforma digital **Minha Biblioteca**, por meio de uma assinatura anual, possibilitando aos estudantes e servidores o acesso simultâneo e ilimitado a mais de 15 mil

títulos em diversas áreas do conhecimento. A iniciativa amplia o acesso à informação qualificada, reduz barreiras geográficas e fortalece as condições de ensino, pesquisa e extensão. Como desafios, identificaram-se aspectos relacionados à operacionalização do cadastro de usuários e à divulgação do serviço, sendo prevista a continuidade da ação por meio da renovação da contratação.

Adicionalmente, foi elaborado o Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFSertãoPE, com o objetivo de padronizar a estrutura, formatação e referências de documentos acadêmicos, como trabalhos de conclusão de curso, relatórios e projetos. A iniciativa contribui para a qualificação da produção acadêmica e para a uniformização de práticas institucionais.

No campo das políticas para as bibliotecas, foram instituídas comissões responsáveis pela elaboração de políticas institucionais de contingência, catalogação e desenvolvimento de coleções. Essas ações representam avanço na consolidação de diretrizes para o funcionamento integrado do sistema de bibliotecas da instituição.

3.2.2 Extensão e cultura

No âmbito da extensão e cultura, o IFSertãoPE promove a integração entre a instituição e a sociedade, com foco no desenvolvimento regional, atuando no cumprimento do objetivo estratégico:

- Potencializar as ações de extensão e cultura.

A Figura 28 apresenta as principais ações realizadas no exercício (iniciadas ou finalizadas), evidenciando avanços na captação de recursos, no fortalecimento de parcerias, na ampliação das ações formativas e na articulação com os territórios.

Figura 28 - Principais ações extensionistas.



Fonte: IFSertãoPE.

Em relação à prospecção de projetos, editais de fomento externo, programas e parcerias, iniciativas para prática artística, cultural e esportiva junto a comunidades vulneráveis, houve a adesão de novas fundações de apoio, ampliando as possibilidades de gestão e execução de projetos institucionais; a aprovação de projetos junto a ministérios estratégicos e captação de recursos por meio de emendas parlamentares; a elaboração e lançamento de editais voltados à captação de patrocínios institucionais; a realização de reuniões estratégicas com parceiros institucionais e escritórios de projetos, visando fortalecer articulações e ampliar oportunidades de cooperação. O valor total consolidado dos contratos é de R\$ 30.913.100,20, distribuídos da seguinte maneira:

- Contrato 01/2025 (PAEM): R\$186.000,00;
- Contrato 20/2025 (Saberes indígenas 2025): R\$400.000,00;
- Contrato 24/2025 (Mulheres Mil- ciclo 4): R\$818.400,20;
- Contrato 29/2025 (Pronatec empreendedor): R\$450.000,00;
- Contrato 30/2025 (Energife): R\$566.000,00;
- Contrato 31/2025 (Força indígena): R\$9.392.700,00; e
- Contrato 32/2025 (Supera São Francisco 2025): R\$19.100.000,00.

A principal dificuldade enfrentada foi o fato das fundações de apoio até então credenciadas não atuarem na área cultural, limitando a execução de determinadas iniciativas institucionais, como as ações desenvolvidas pela Orquestra.

Diante desse cenário, o credenciamento de fundações de apoio cujas atividades culturais estejam contempladas em seu rol de atuação se faz necessário, além da inclusão de CNAE secundário ao IFSertãoPE, de modo a incorporar atividades relacionadas à produção cultural, artística e musical. Assim, espera-se a consolidação de parcerias com fundações de apoio para a oferta de projetos culturais, com foco na captação de recursos e na prestação de serviços especializados, de modo a promover a sustentabilidade e a continuidade dessas iniciativas.

No que tange à ampliação da participação dos bolsistas em eventos de extensão, foi realizado um esforço educativo junto às coordenações de curso e aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) para estimular o desenvolvimento de atividades relacionadas à creditação da extensão nos currículos. Como resultado, foram retificados 27 Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Além disso, foram promovidos eventos formativos voltados à orientação sobre os procedimentos necessários para a implementação dessas ações, incluindo o incentivo à formalização de eventos extensionistas com a participação da comunidade externa. Essas iniciativas buscaram estimular práticas para além dos projetos de extensão tradicionais, ampliando o escopo de atuação da extensão no âmbito institucional. Ao todo foram registrados no SUAP 300 eventos da categoria "extensão".

Uma das principais dificuldades identificadas foi promover a compreensão, por parte da comunidade do IFSertãoPE, de que as ações

extensionistas não se restringem aos projetos realizados anualmente, e nem se limitam aos editais PIBEX. A extensão possui caráter mais amplo e pode se materializar em diferentes formatos e iniciativas, como cursos, eventos, prestação de serviços, programas, ações comunitárias e outras atividades de interação com a sociedade, assumindo, portanto, um caráter multifacetado e dinâmico. Para minimizar essas dificuldades, foi buscado o fortalecimento da comunicação com os servidores por meio da realização de eventos informativos, ampla divulgação institucional e participação em reuniões com servidores dos *campi*. Para os próximos anos, espera-se a manutenção da comunicação institucional de forma contínua, buscando também alcançar os estudantes e novos servidores, de modo a ampliar o conhecimento sobre as ações de extensão e incentivar sua participação nas iniciativas desenvolvidas pelo IFSertãoPE.

Sobre o lançamento de editais que fortalecem as ações de extensão nos territórios, foram lançados 7 editais PIBEX, contemplando tanto chamadas temáticas quanto chamadas de caráter mais amplo, abertas a diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de estimular a participação da comunidade acadêmica e ampliar o alcance das ações extensionistas da instituição. Ao total, houve 122 projetos iniciados e concluídos, dentre os editais PIBEX, voluntário e específico para ações de curricularização.

O principal problema observado foi o descumprimento, por parte dos proponentes, dos prazos estabelecidos e da documentação exigida no edital, apesar do amplo prazo estabelecido pelo cronograma e da ampla divulgação por e-mail e nas redes sociais. Além disso, parte das propostas foi submetida apenas nos últimos momentos do período de inscrição, prejudicando a qualidade da submissão e o atendimento integral às exigências previstas.

Diante disso, serão ampliadas as estratégias de comunicação institucional, sensibilizando os(as) servidores(as) quanto à importância da leitura atenta dos editais, da organização prévia da documentação exigida e do cumprimento dos prazos estabelecidos. Além disso, será buscado uma maior articulação com as comunidades envolvidas na construção dos projetos, de modo que as propostas sejam elaboradas de forma

participativa, refletindo um esforço coletivo e alinhado às demandas dos territórios.

Em relação à participação de redes de articulação dentro dos municípios e territórios, foram ampliadas as ações de articulação com atores dos territórios, incluindo agentes locais, empresários, gestores públicos, associações, sindicatos e lideranças comunitárias, fortalecendo o diálogo institucional e a construção de parcerias voltadas ao desenvolvimento de ações extensionistas. Os principais problemas enfrentados foram o alinhamento de agendas para participação em eventos e atividades nos territórios e a limitação da frota institucional disponível, impactando a logística de deslocamento das equipes para algumas ações e compromissos externos.

Para mitigar o problema da limitação de transporte institucional, houve a locação de veículos, possibilitando a ampliação das condições de deslocamento das equipes e garantindo a participação em atividades e agendas externas. Para os próximos anos, será buscado o fortalecimento do ritmo de articulação com os atores dos territórios, e o envolvimento de um número maior de servidores nesse processo de diálogo e conexão com lideranças locais, de modo a ampliar as parcerias e potencializar o desenvolvimento das ações de extensão.

Também foram realizadas ações que aproximam os *campi* dos setores produtivos. Os programas realizados pelo IFSertãoPE promoveram a aproximação dos *campi* com o universo do mundo do trabalho, por meio de cursos de curta duração, direcionados à inserção rápida no setor produtivo. Foram ofertados cursos como: Manicure e Pedicure; Social Media; Atendimento Educacional Especializado (AEE); Educação Inclusiva; Cuidador de Idosos; Cuidador de Crianças; Eletricista de Baixa Tensão; Assistente Administrativo; Corte e Costura; Salgadeira; Doceira; Produção de Biofertilizantes; Propagação de Mudas com Práticas em Enxertia; e Controle de Verminose em Caprinos e Ovinos. Esses cursos foram realizados por meio de projetos estratégicos da instituição, contribuindo para a qualificação profissional dos estudantes e para sua inserção no mercado de trabalho regional, tais como: Juventude para o Futuro (Campus Manuel Querino); Mulheres Mil; EJA FIC; Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica (RENAFOR); Programa de

Apoio ao Empreendedorismo (PAEM); Nas Ramas da Esperança; e Supera São Francisco.

Espera-se que seja ampliada a oferta de vagas nos programas de formação profissional de curta duração, diante da elevada demanda registrada, garantindo maior acesso da comunidade estudantil e do público externo às oportunidades de qualificação voltadas à inserção rápida no mundo do trabalho.

Para ampliar as possibilidades de realização de estágio, o Regulamento nº 54/2022 retirou a obrigatoriedade de convênio para a formalização de estágios em território nacional, sendo suficiente o termo de compromisso para o estabelecimento da pactuação dos estágios (o convênio permanece obrigatório apenas para estágios internacionais). Isso permitiu uma maior flexibilização e agilidade nos processos de inserção prática dos estudantes, sem comprometer a segurança jurídica e o acompanhamento das atividades. Sendo assim, foi registrado no sistema institucional (SUAP) o quantitativo de 422 termos de estágios, indicando um aumento das parcerias.

Atualmente, a prospecção, registro, controle e finalização dos estágios estão sendo realizadas com dificuldades pelas equipes, pois gera sobrecarga de trabalho em alguns *campi*, prejudicando a eficiência na gestão dos estágios e no acompanhamento das parcerias.

Para minimizar esse problema, foi pactuada a reformulação do regulamento de estágio, de modo a esclarecer o papel de cada setor no processo. Com isso, espera-se o aumento da eficiência nos processos administrativos e a garantia de uma maior efetividade na gestão e formalização dos estágios.

A respeito da realização de cursos FIC voltados para as vocações socioeconômicas da região, foram ofertados cursos que abrangeram áreas estratégicas, como tecnologia da informação, eficiência energética, panificação, idiomas e Educação a Distância, promovendo competências técnicas diretamente demandadas pelo mercado regional. Essas iniciativas favorecem a inserção rápida de estudantes e trabalhadores no mundo produtivo, ampliam as oportunidades de empregabilidade e fortalecem o desenvolvimento econômico local. Além disso, a oferta em modalidades

híbrida e à distância ampliou o acesso de públicos diversificados, superando barreiras geográficas, promovendo inclusão educacional e consolidando a política de formação continuada do IFSertãoPE.

→ **Indicadores:** nessa área, há cinco indicadores previstos no PDI 2025-2029, a serem medidos pela primeira vez. São indicadores definidos em conjunto pelo Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Forpog) e Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproext) da Rede Federal, a saber: (I) o percentual de recursos financeiros do orçamento anual público aplicados em extensão (%Oae); (II) o percentual de estudantes da instituição envolvidos em ações de extensão (%Nee); (III) o percentual de servidores e servidoras envolvidos em ações de extensão (%Nse); (IV) o número de pessoas atendidas pelas ações de extensão (PAAE); e (V) o percentual de ações de extensão com parcerias institucionais vigentes (%AEP). A sistemática de medição ainda não foi definida por aqueles órgãos, estando seus resultados ainda pendentes.

3.2.3 Pesquisa, inovação e pós-graduação

No âmbito da pesquisa, inovação e pós-graduação, o IFSertãoPE busca promover a produção de conhecimento, o desenvolvimento de soluções e a integração com demandas da sociedade, atuando no cumprimento do objetivo estratégico:

- Fortalecer e ampliar a pesquisa científica e a inovação tecnológica.

a) Pesquisa

No campo da pesquisa, a Figura 29 apresenta as principais ações desenvolvidas no exercício, evidenciando iniciativas voltadas ao incentivo à

produção científica, ao fomento a projetos de pesquisa e à consolidação de grupos e redes de pesquisa no âmbito institucional.

Figura 29 - Principais ações de incentivo à pesquisa.



Fonte: IFSertãoPE.

Por meio da submissão de propostas a editais públicos e da articulação com diferentes agências de fomento e instâncias governamentais, houve a ampliação da busca pelo financiamento das atividades de pesquisa, inovação, extensão e infraestrutura institucional. Nesse sentido, foram empreendidos esforços para a obtenção de bolsas e recursos junto à FACEPE, por meio do Edital de Bolsas de Incentivo Acadêmico (BIA 2025), do PIBITI-PE, além de chamadas como Transforma PE, Multiusuários e outros editais estratégicos. Também foram realizadas submissões a chamadas do CNPq, incluindo a 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT 2024), o Edital SNCT 2025, a Chamada de Apoio a Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs),

bem como chamadas voltadas à extensão e participação social nos territórios. No âmbito da infraestrutura de pesquisa, houve participação nos editais Proinfra 2024 e 2025, da Finep, além da Chamada FINEP 002/2025. Destaca-se ainda a atuação do Escritório de Projetos na articulação e submissão de proposta para captação de recursos por meio de emenda parlamentar, bem como a participação em edital da SETEC, vinculada ao Ministério da Educação, ampliando as oportunidades de financiamento e fortalecimento das ações institucionais. O Quadro 9 mostra a origem dos recursos captados, que totalizaram R\$5.067.938,15.

Quadro 9 - Editais e órgãos de fomento.

Edital	Órgão de fomento
Chamada CNPq - Semana Nacional de Ciência e Tecnologia - SNCT 2025	CNPq
Edital FACEPE - Bolsas de incentivo Acadêmico - BIA	FACEPE
Emenda Parlamentar	Emenda
CNPq/SG-PR/MDA/MDS/MEC/MPA/MPI/MS Nº 01/2025 - Apoio a núcleos de estudo em agroecologia e produção orgânica - NEAs	CNPq
Edital FACEPE PIBITI-PE nº20/2025	FACEPE
Transforma PE - Edital FACEPE nº 23/2025	FACEPE
Edital FACEPE Multiusuários nº 27/2025	FACEPE
Edital SETEC/MEC nº 18/2025	SETEC/MEC
Proinfra 2025	Finep/MCTI
Chamada CNPq nº 17/2025 - Extensão e Pesquisa em Participação Social nos Territórios	CNPq
Chamada Finep nº 002/2025	FINEP

Fonte: PROPIP.

Em relação ao fortalecimento dos grupos de pesquisa, a ação teve início por meio do Edital nº 176/2025 APICPEX, voltado ao fomento financeiro e ao apoio às atividades dos grupos de pesquisa. A iniciativa buscou estimular a consolidação, a organização e o desenvolvimento das ações de pesquisa, ampliando as condições institucionais para sua atuação e impacto acadêmico e social. As principais dificuldades foram a busca

pela realização do diagnóstico institucional dos grupos de pesquisa e sua estruturação sistematizada, ainda não realizados. Isso impacta na identificação precisa das demandas, fragilidades e potencialidades de cada grupo para subsidiar ações mais direcionadas de fortalecimento. Como medida para enfrentar essas limitações, foi realizado o planejamento de um evento institucional voltado aos grupos de pesquisa, a ser executado em 2026, com foco na realização do diagnóstico, na estruturação dos grupos e no fortalecimento de sua organização, articulação e atuação institucional.

Quanto ao incentivo às publicações, foram realizados eventos de lançamentos de livros via Webinários Public Ação on line no canal do Youtube institucional, divulgação das obras no Encontro Nacional de Editoras (ENEDIF) em Porto Velho-RO. Durante a JINCE 2025 foi realizada a solenidade alusiva aos 20 anos da pesquisa, inovação e pós-graduação no IFSertãoPE, contando com a presença dos ex pró-reitores da PROPIP. Foi realizado o primeiro Momento PROPIP com a participação de todos os representantes da ISA, NIT, CEP, CEUA e membros do CCT, para formação e articulação em pesquisa, inovação e pós-graduação. Dentre as estratégias digitais, os livros são cadastrados no repositório institucional Releia e divulgados em mídias digitais institucionais. Além destas ações, foram realizadas parcerias institucionais com publicação de livro com a Editora IFRN. No âmbito de gestão, mantém-se fortalecido o Conselho Editorial e o fluxo de submissão e publicação.

Os próximos desafios esperados são a implantação do sistema de monitoramento de métricas (downloads, citações, impacto social) dos livros publicados; a realização de oficinas para escrita científica com foco em livros; a implementação da publicação de edital anual de coletâneas; e a realização da mostra de livros publicados físicos e digitais publicados através de editais de fomento, além da captação de recursos para edição de livros físicos.

Outra ação importante foi a implantação do Escritório de Projetos, que teve como objetivo fortalecer a captação de recursos externos e qualificar a participação institucional em editais de fomento, termos de execução descentralizada (TEDs) e emendas parlamentares. Para tanto, foi elaborada normativa específica para regulamentar o funcionamento do Escritório, a ser apreciada pelo Consup. Paralelamente, foram

desenvolvidas diversas ações voltadas à divulgação de editais e ao incentivo à participação dos servidores, promovendo a articulação entre grupos de pesquisa que atuam em áreas afins, bem como a busca ativa por oportunidades de captação de recursos externos por meio de emendas parlamentares, TEDs e chamadas públicas.

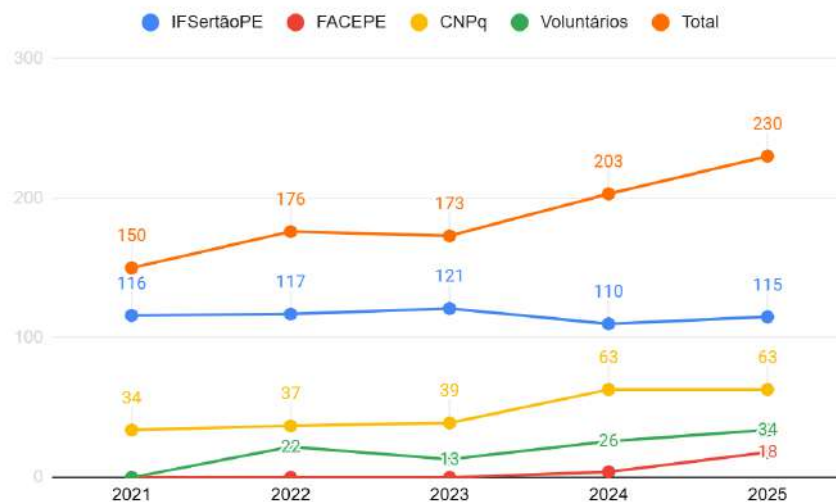
As principais dificuldades enfrentadas foram a baixa participação dos servidores nas equipes do Escritório de Projetos, em função da sobrecarga de atribuições relacionadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, bem como a inexistência, no período inicial, de uma previsão explícita de carga horária dedicada às atividades do Escritório. Soma-se a isso a dificuldade inicial de compreensão, por parte da comunidade institucional, acerca do papel, das atribuições e do funcionamento do Escritório de Projetos, bem como do modelo de atuação adotado por escritórios semelhantes em outras instituições.

Para superar essas dificuldades, foi elaborado o regimento do Escritório de Projetos, com vistas a consolidar sua estrutura, atribuições e fluxos de atuação; intensificadas as ações de divulgação sobre as atividades e possibilidades de apoio do Escritório junto à comunidade institucional; realizadas reuniões técnicas com o Escritório de Projetos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, possibilitando a troca de experiências, o esclarecimento de modelos de funcionamento e a incorporação de boas práticas ao contexto institucional.

Pesquisa em Números

- ✓ 233 projetos de pesquisa e inovação em execução.
- ✓ 922 produções intelectuais, entre trabalhos acadêmicos e produções técnicas.
- ✓ 353 estudantes e 204 servidores diretamente engajados na construção do saber.
- ✓ Destaque para a Pesquisa Aplicada: 144 projetos focados em soluções práticas para os desafios da nossa região.

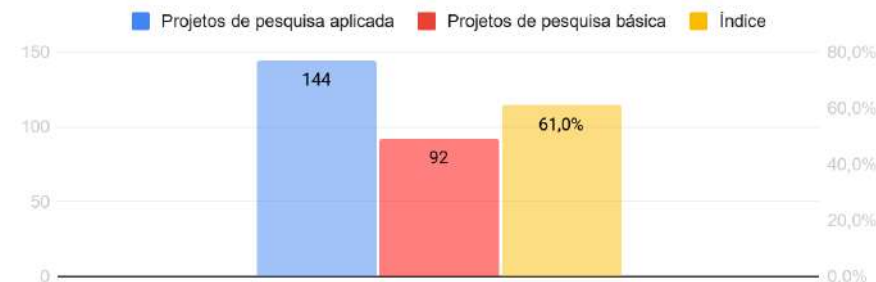
Figura 30 - Evolução dos projetos de pesquisa.



Fonte: PROPIP.

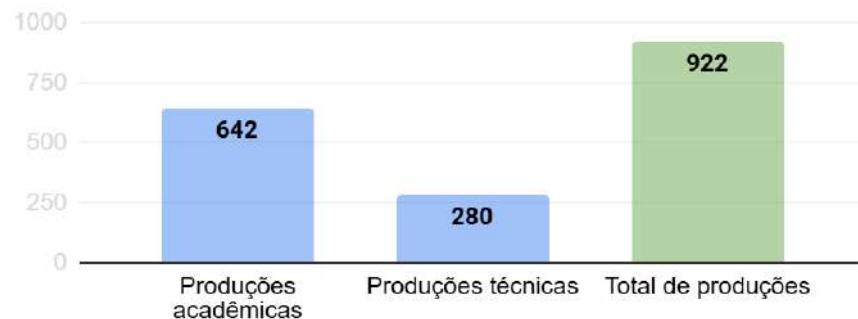
→ **Indicadores:** nessa área, há cinco indicadores previstos no PDI 2025-2029, a serem medidos pela primeira vez. São indicadores definidos em conjunto pelo Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Forpog) e Fórum de Pró-Reitores de Extensão (Forproext) da Rede Federal, a saber: (I) o percentual de projetos de pesquisa aplicada; (II) o percentual de servidores e servidoras desenvolvendo projetos de pesquisa (%NSPP); (III) o percentual de estudantes da instituição envolvidos em projetos de pesquisa (%NEP); (IV) a produção intelectual (NPROD); e (V) o percentual de investimento realizado em pesquisa, pós-graduação e inovação, oriundo de capital e custeio. A sistemática de medição ainda não foi definida por aqueles órgãos, sendo possível a medição, no momento da publicação deste relatório, apenas dos indicadores I e IV, nas Figuras 31 e 32.

Figura 31 - Percentual de projetos de pesquisa aplicada.



Fonte: PROPIP.

Figura 32 - Produção intelectual (NPROD).



Fonte: PROPIP.

b) Inovação

O ano de 2025 foi de conquistas históricas para a inovação no IFSertãoPE. Sob a liderança do NIT, o instituto não apenas expandiu suas fronteiras com o depósito de uma patente internacional, mas também valorizou a identidade local com o registro de uma nova marca em Salgueiro. A produção tecnológica seguiu em alta com o registro de três softwares desenvolvidos em Petrolina e na Reitoria. Mais do que números, o impacto foi humano: 533 pessoas participaram ativamente das ações do Núcleo, fortalecendo a cultura empreendedora e conectando os *campi* ao futuro da tecnologia na região.

Figura 33 - Dados sobre propriedade intelectual no IFSertãoPE.



Fonte: PROPIP

As Incubadoras do Semiárido (ISA) e Sertão Maker atuaram de forma integrada, com foco na consolidação do Programa de Pré-Incubação (Sertão Inovador): a execução do programa Sertão Inovador impulsionou negócios inovadores e atraiu empreendedores de diversas regiões de Pernambuco, totalizando 39 empresas pré-incubadas.

Figura 34 - Pré-incubação de empresas na ISA.



Fonte: PROPIP.

Inovação e Empreendedorismo na Prática

O ecossistema de inovação do IFSertãoPE em 2025:

- 39 empresas pré-incubadas em nossos *campi*.
- 533 estudantes capacitados em empreendedorismo inovador.
- 41 projetos de inovação e 3 acordos de cooperação técnica firmados, unindo a academia ao setor produtivo.

c) Difusão do conhecimento e publicações

A Editora IFSertãoPE fortalecendo a ciência e a cultura da nossa região. O Webinário Publicação teve como objetivo divulgar as obras

publicadas pela Editora IFSertãoPE durante o ano, aproximando os leitores dos autores e incentivando tanto a leitura quanto a produção de novas obras

Figura 35 - Divulgação das obras publicadas pela Editora.



Fonte: PROPIP

As obras foram divulgadas por meio de transmissões ao vivo pelo YouTube, levando o talento de nossos autores para além dos *campi*. Além disso, todo o acervo está disponível no Repositório [Relei@](#), garantindo acesso gratuito e democrático à leitura técnica e literária de qualidade. Em 2025, houve o lançamento de 10 novas obras (Figura 36), entre formatos digitais e físicos, reafirmando o compromisso da instituição com a democratização do saber.

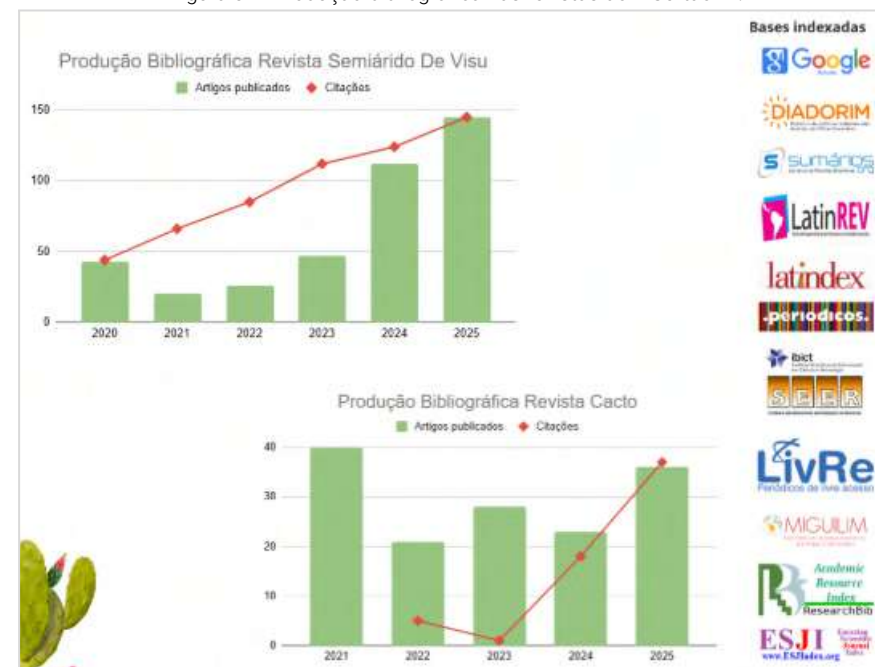
Figura 36 - Obras lançadas pelo IFSertãoPE.



Fonte: PROPIP.

Os periódicos científicos alcançaram números expressivos em 2025, fortalecendo a disseminação do conhecimento na região. A **Revista Semiárido De Visu**, reconhecida por sua diversidade temática, publicou 145 artigos e já soma mais de 570 citações, evidenciando seu impacto acadêmico. Já a **Revista Cacto** manteve seu foco na transdisciplinaridade e no pensamento filosófico, contribuindo com novas publicações que promovem o intercâmbio entre diversas áreas do saber.

Figura 37 - Produção bibliográfica nas revistas do IFSertãoPE.

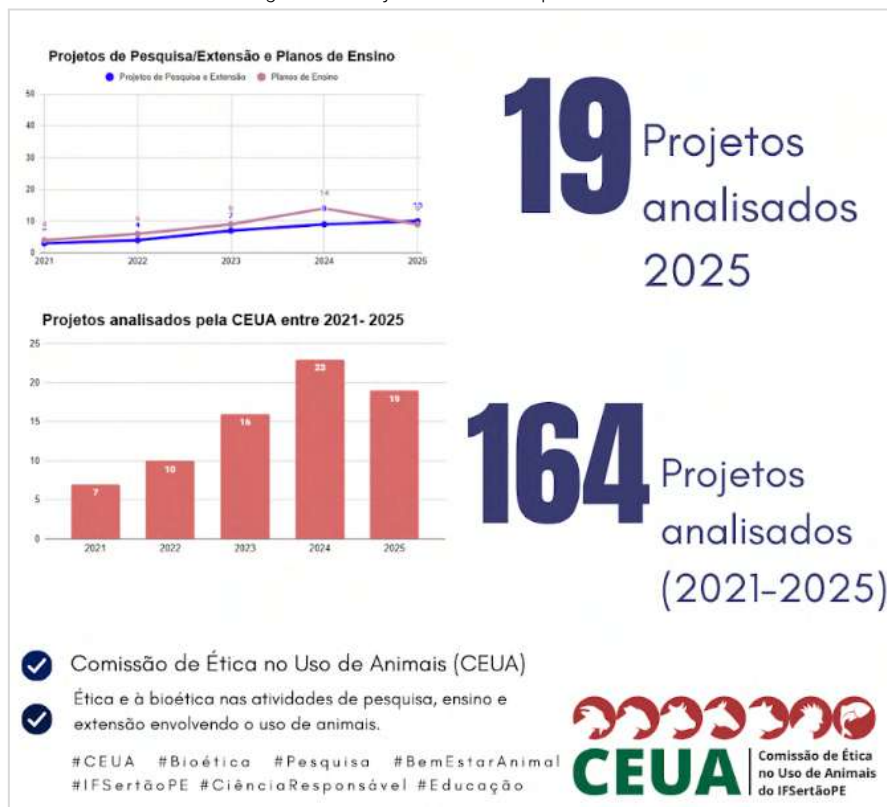


Fonte: PROPIP

d) Ética e integridade na pesquisa

Em 2025, o compromisso do IFSertãoPE com a integridade científica foi reafirmado pela atuação rigorosa da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). As Figuras 38 e 39 mostram o quantitativo de projetos analisados.

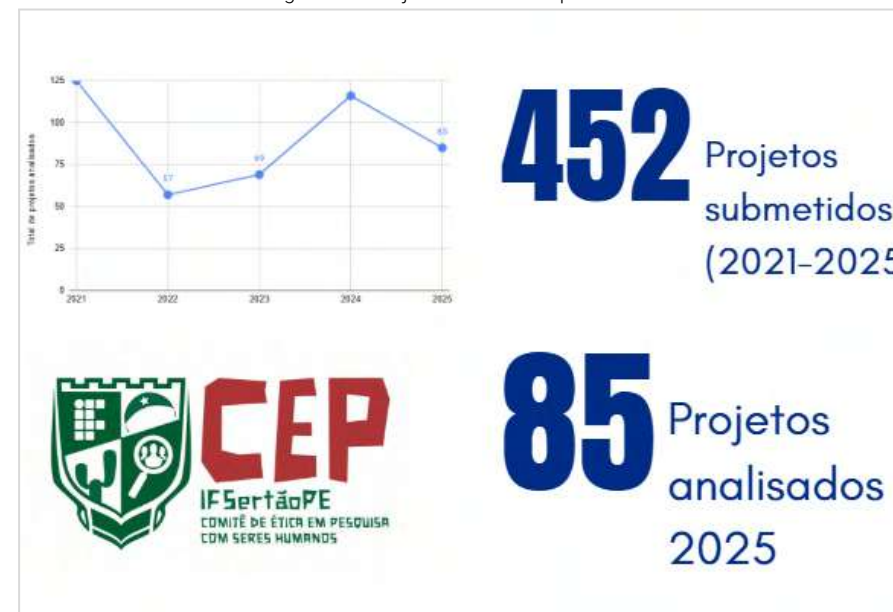
Figura 38 - Projetos analisados pela CEUA.



Fonte: PROPIP

A CEUA e o CEP deram continuidade à missão de garantir a conformidade ética em pesquisas com humanos e animais, avaliando 104 novos projetos durante o ano. Esse trabalho contínuo soma mais de 600 análises no último quinquênio. O fortalecimento dessa cultura também passou pela ampla divulgação de capacitações técnicas, alinhadas às diretrizes do CONCEA, reafirmando que o avanço do conhecimento caminha lado a lado com o respeito à vida.

Figura 39 - Projetos analisados pelo CEP.



Fonte: PROPIP

e) Pós-Graduação e Qualificação

A presença nacional do IFSertãoPE foi promovida com discentes em cada estado brasileiro e no DF, como mostra a Figura 40.

Figura 40 - Presença dos discentes do IFSertãoPE no território nacional.



Fonte: PROPIP

A pós-graduação do IFSertãoPE obteve resultados importantes no ano:

- **Excelência Avaliada:** o Mestrado ProfEPT (Campus Salgueiro) alcançou o conceito 4 na avaliação quadrienal da Capes, um reconhecimento ao esforço sistemático de docentes e coordenação.
- **Marca Histórica:** o ProfEPT também celebrou a sua 100ª defesa de dissertação, um símbolo do compromisso com a formação de mestres na região.

- **Presença Nacional:** consolidamos nossa abrangência em todo o país, com 1.106 alunos presentes em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.
- **Qualificação Institucional:** através dos programas de Doutorado Interinstitucional (Dinter/CAPES), nossos servidores discentes avançam em suas pesquisas com acompanhamento próximo, incluindo períodos de vivência presencial em instituições parceiras.

Figura 41 - Divulgações da pós-graduação do IFSertãoPE.



Fonte: PROPIP

3.2.4 Governança

No âmbito da governança, estão relacionados diretamente os seguintes objetivos estratégicos:

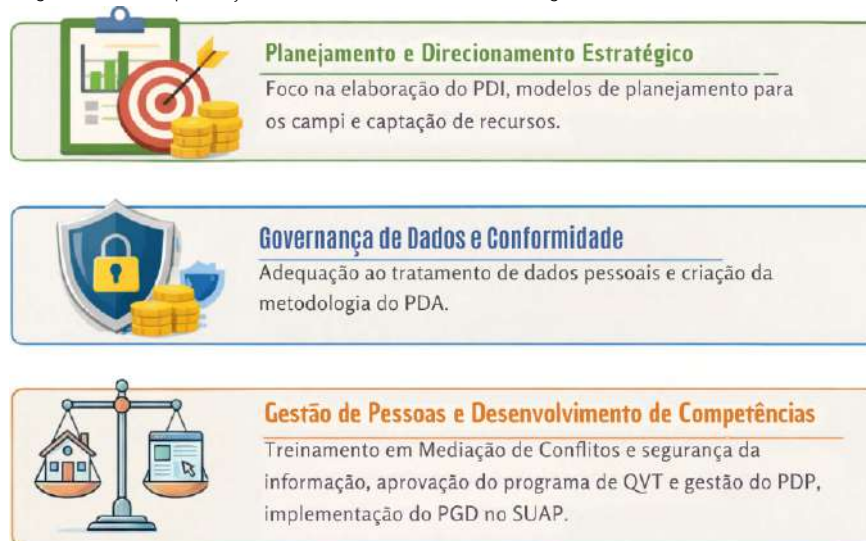
- Aprimorar a comunicação com a sociedade;
- Fortalecer a governança institucional; e
- Ampliar as práticas institucionais sustentáveis.

Para apresentação das principais ações, foram separados as seguintes áreas: estratégia e desenvolvimento institucional; integridade e controles institucionais; e transparência, participação e sustentabilidade.

a) Estratégia e desenvolvimento institucional

Em relação à Estratégia e desenvolvimento institucional, a Figura 42 apresenta as principais ações realizadas (iniciadas ou finalizadas).

Figura 42 - Principais ações realizadas na área de Estratégia e desenvolvimento institucional.



Fonte: IFSertãoPE.

No âmbito da estratégia e do desenvolvimento institucional, foram implementadas ações voltadas ao fortalecimento do planejamento estratégico, ao aprimoramento da governança de dados, ao desenvolvimento de competências institucionais e à gestão de pessoas. No contexto da estratégia, destaca-se a elaboração e consolidação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como instrumento orientador das

diretrizes estratégicas da instituição, bem como a estruturação de modelos de planejamento para os *campi*, promovendo maior alinhamento entre as unidades acadêmicas e administrativas.

No que tange ao fortalecimento da governança de dados e à conformidade institucional, incluem-se a adequação das operações de tratamento de dados pessoais e sensíveis e a elaboração da metodologia para construção do Plano de Dados Abertos (PDA), contribuindo para o aprimoramento da transparência e da gestão das informações institucionais. Também foram conduzidas iniciativas voltadas ao fortalecimento da capacidade institucional de planejamento e execução de ações estratégicas voltadas à captação de créditos adicionais.

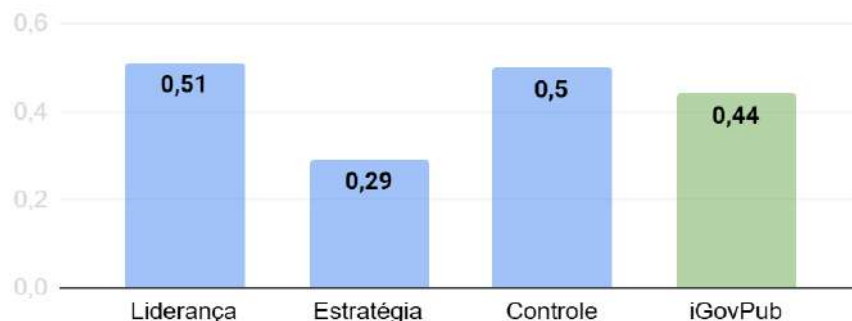
No campo da gestão de pessoas e desenvolvimento de competências institucionais, foram realizadas ações voltadas à capacitação e à melhoria das condições de trabalho dos servidores, incluindo a realização de capacitação em mediação de conflitos e a promoção de eventos e treinamentos em segurança da informação de forma contínua da equipe de tecnologia da informação. Também foram desenvolvidas iniciativas estruturantes para a gestão de pessoas, como a aprovação da normativa do **Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT)** e a gestão do **Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)**, contribuindo para o planejamento das ações de capacitação e desenvolvimento de competências institucionais. Adicionalmente, foi realizada a implementação do módulo do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), acompanhada de ações de orientação a servidores e gestores para apoiar a adaptação às novas diretrizes de gestão do trabalho.

A execução dessas iniciativas demandou articulação entre diferentes áreas institucionais, adequação de processos administrativos e disseminação de informações junto às equipes, sendo adotadas medidas como alinhamentos institucionais, priorização de etapas estratégicas de implementação e realização de ações de orientação e capacitação. Assim, como próximos desafios, destacam-se a consolidação da cultura de planejamento estratégico no âmbito institucional, o fortalecimento das práticas de governança de dados e transparência, o aprimoramento das políticas institucionais de desenvolvimento e qualidade de vida no trabalho

e o acompanhamento contínuo da implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), de modo a ampliar a eficiência administrativa e a capacidade institucional de execução das estratégias definidas.

→ **Indicador:** nessa área, destaca-se o indicador previsto no PDI 2025-2029, denominado Índice de governança pública (iGovPub), definido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que considera as dimensões "liderança", "estratégia" e "controle". O iGovPub integra um indicador mais amplo, o Índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão (iESGo), que não foi incluído no PDI em razão de sua vinculação a objetivos estratégicos distintos. A Figura 43 apresenta o resultado apurado em 2025, para o qual foi estabelecida a meta de 0,34.

Figura 43 - Índice de governança pública (iGovPub).

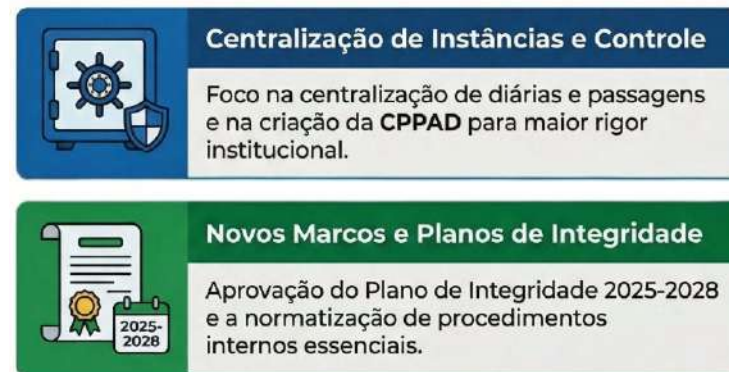


Fonte: IFSertãoPE.

b) Integridade e controles institucionais

Em relação à Integridade e controles institucionais, a Figura 44 apresenta as principais ações realizadas (iniciadas ou finalizadas).

Figura 44 - Principais ações realizadas na área de Integridade e controles institucionais.



Fonte: IFSertãoPE.

No âmbito da integridade e dos controles institucionais, foram implementadas ações voltadas ao fortalecimento da governança, com destaque para a estruturação de instâncias de controle, o aprimoramento dos instrumentos de integridade e o desenvolvimento de mecanismos de monitoramento. Nesse contexto, foi realizada a reestruturação da Coordenação de Concessão de Diárias e Passagens (CCDP), com a centralização das demandas da Reitoria e a padronização do fluxo de tramitação dos processos por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), contribuindo para maior controle administrativo e racionalização da gestão dessas despesas. Também foi instituída a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD), por meio da **Resolução Consup nº 39/2025**, fortalecendo a condução e a padronização dos processos disciplinares no âmbito institucional.

Complementarmente, no campo da normatização e dos instrumentos de integridade, foram elaborados normativos voltados à padronização dos procedimentos correccionais, incluindo a **Instrução Normativa nº 22/2025**, que estabelece critérios de priorização na análise das demandas da Coordenação de Correição, e a **Instrução Normativa nº 23/2025**, que disciplina os procedimentos correccionais no âmbito institucional. Além disso, foi elaborado e aprovado o **Plano de Integridade**

do IFSertãoPE 2025–2028, por meio da **Deliberação nº 03/2025** do Comitê de Governança, Riscos e Controles, consolidando diretrizes e ações voltadas à prevenção, detecção e tratamento de riscos à integridade.

Durante a execução dessas ações, foram identificados desafios relacionados à reorganização de fluxos administrativos e à articulação entre diferentes áreas institucionais. Para minimizar essas dificuldades, foram adotadas medidas como a padronização de procedimentos, a realização de alinhamentos institucionais entre as unidades envolvidas e a utilização de referenciais normativos e orientações de órgãos de controle. Como próximos desafios, destacam-se o aprimoramento contínuo dos fluxos institucionais de correção, a capacitação permanente das equipes e a implementação sistemática das ações previstas no Plano de Integridade.

c) Transparência, participação social e sustentabilidade

Em relação à Transparência, participação e sustentabilidade, a Figura 45 apresenta as principais ações realizadas (iniciadas ou finalizadas).

Figura 45 - Principais ações realizadas na área de Transparência, participação e sustentabilidade



Fonte: IFSertãoPE.

No âmbito da transparência, participação social e sustentabilidade, foram desenvolvidas ações voltadas ao fortalecimento da comunicação institucional com a sociedade, ao aprimoramento dos instrumentos de controle social e à promoção de práticas institucionais alinhadas à ética pública e à sustentabilidade. No contexto da transparência e participação social, foram ampliadas as estratégias de divulgação dos serviços da Ouvidoria e das informações relativas ao orçamento institucional e à sua execução, utilizando canais de maior alcance da comunidade. Também foram aprimoradas as pesquisas de satisfação dos serviços prestados e atualizada a **Carta de Serviços ao Cidadão**, contribuindo para ampliar a transparência ativa e fortalecer a relação entre a instituição e a sociedade.

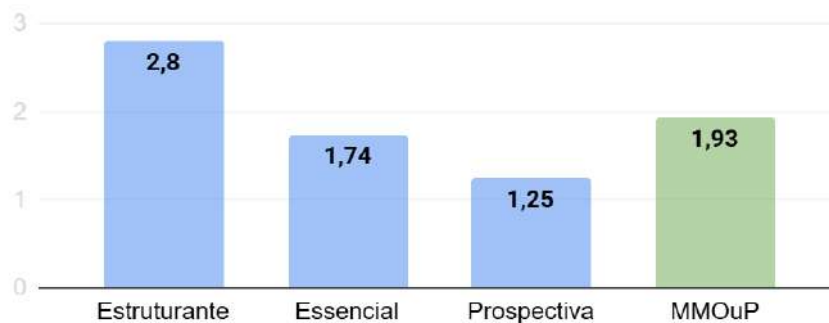
No campo da sustentabilidade social, foi aprovada a **Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação no âmbito do IFSertãoPE, por meio da Resolução nº 38/2025 do Conselho Superior**, estabelecendo diretrizes institucionais para prevenção, acolhimento e encaminhamento de situações dessa natureza. Complementarmente, foi realizada a promoção da ética pública com a reestruturação da Comissão de Ética institucional, com atualização de sua composição e fortalecimento de sua atuação na promoção da ética pública. Já no âmbito da sustentabilidade ambiental, foram promovidas ações de conscientização voltadas ao consumo responsável de bens e serviços e à redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, buscando estimular práticas institucionais mais sustentáveis e alinhadas aos princípios da responsabilidade socioambiental.

Durante a implementação dessas iniciativas, foram identificados desafios relacionados à ampliação do alcance das ações de comunicação institucional, ao engajamento da comunidade acadêmica e administrativa nas ações de participação e sustentabilidade e à consolidação de práticas institucionais permanentes voltadas à ética e à responsabilidade socioambiental. Para minimizar essas dificuldades, foram adotadas estratégias de divulgação institucional, fortalecimento dos canais de comunicação com o cidadão e articulação entre diferentes unidades responsáveis pelas ações de transparência, integridade e sustentabilidade. Como próximos desafios, destacam-se o aprimoramento contínuo dos mecanismos de participação social, o fortalecimento das ações de

educação e sensibilização para a ética e a sustentabilidade e a ampliação das práticas institucionais voltadas à transparência ativa e à gestão sustentável.

- **Indicadores:** nessa área, destaca-se o indicador previsto no PDI 2025–2029, referente (I) ao Modelo de Maturidade em Ouvidoria Pública (MMOUP), desenvolvido pela Ouvidoria-Geral da União (OGU), vinculada à Controladoria-Geral da União (CGU). O indicador avalia as dimensões “estruturante”, “essencial” e “prospectiva”. A Figura 46 apresenta o resultado apurado em 2025, para o qual foi estabelecida a meta de 2.
- **Outros indicadores** não estão presentes neste relatório, relativos à temática da sustentabilidade ambiental, pois dependem de dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), a saber: (II) o volume de água da rede consumida por pessoa e (III) a energia elétrica gerada pela instituição por pessoa.

Figura 46 - Modelo de maturidade em ouvidoria pública (MMOUP).



Fonte: IFSertãoPE.

Adicionalmente, indicadores pertinentes a essa área relacionam-se ao alcance do IFSertãoPE nas redes sociais (YouTube e Instagram), tendo sido apresentados e analisados nas Figuras 11 e 14.

3.2.5 Tecnologia da informação e comunicação

No âmbito da tecnologia da informação e comunicação, está relacionado o seguinte objetivo estratégico:

- Aprimorar a infraestrutura física e tecnológica.

Este item está dividido nos seguintes tópicos: (I) conformidade legal; (II) modelo de governança de TIC; (III) montante de recursos aplicados; (IV) principais ações e resultados; (V) capacitação; (VI) atendimento de TI; (VII) segurança da informação; e (VIII) principais desafios e ações futuras.

a) Conformidade Legal

O Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) integra o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISIP, instituído pelo Decreto nº 7.579/2011, o que implica a observância de um amplo conjunto de normas, diretrizes e políticas públicas relacionadas à governança digital, segurança da informação e gestão de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Nesse contexto, a área de TIC do IFSertãoPE atua alinhada às políticas e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), bem como a padrões e boas práticas nacionais e internacionais de governança e segurança da informação. Esse alinhamento busca garantir a conformidade normativa, a continuidade dos serviços institucionais, a proteção de dados institucionais e pessoais, além da melhoria contínua dos serviços digitais prestados à comunidade acadêmica e à sociedade.

Entre os principais instrumentos normativos e estratégicos observados pela gestão de TIC do IFSertãoPE destacam-se:

- **Estratégia de Governo Digital da Administração Pública Federal 2024–2027 (EGD):** estabelece diretrizes para a transformação

digital do Estado brasileiro, priorizando serviços públicos digitais centrados no cidadão, integração entre plataformas governamentais, uso estratégico de dados, interoperabilidade entre sistemas e fortalecimento da transparência e do governo aberto.

- **Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022:** dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Administração Pública Federal, estabelecendo diretrizes para planejamento da contratação, elaboração de Estudo Técnico Preliminar, análise de riscos e gestão contratual de soluções de TIC.
- **Instrução Normativa GSI/PR nº 1/2020:** define a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, estabelecendo papéis e responsabilidades para a implementação e manutenção de políticas institucionais de segurança da informação.
- **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):** estabelece regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil, incluindo princípios de proteção de dados, direitos dos titulares, governança de dados e obrigações relacionadas à segurança da informação.
- **Decreto nº 9.637/2018 – Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI):** estabelece princípios, diretrizes e instrumentos para a segurança da informação no âmbito da Administração Pública Federal, incluindo medidas relacionadas à segurança cibernética e à proteção de infraestruturas críticas da informação.
- **Decreto nº 10.222/2020 – Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber):** Define diretrizes estratégicas para fortalecer a segurança cibernética no país, promovendo ações de prevenção, detecção, resposta e recuperação de incidentes cibernéticos.
- **Instrução Normativa GSI/PR nº 2/2021:** estabelece diretrizes para o tratamento de incidentes de segurança da informação nos órgãos da Administração Pública Federal, incluindo a obrigatoriedade de comunicação e tratamento adequado de incidentes cibernéticos.

Esse conjunto de normativos, políticas e boas práticas orienta a governança e a gestão de TIC no IFSertãoPE, contribuindo para a modernização da infraestrutura tecnológica, a proteção dos ativos de

informação institucionais e a oferta de serviços digitais seguros, confiáveis e alinhados às políticas de transformação digital do Governo Federal.

b) Modelo de governança de TIC

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) possui como principal instância deliberativa o Comitê de Governança Digital, responsável por orientar as decisões estratégicas relacionadas à área de TIC. Esse comitê tem como finalidade propor políticas institucionais, objetivos estratégicos, diretrizes, investimentos e prioridades relacionadas ao uso da tecnologia da informação, garantindo o alinhamento entre as iniciativas de TIC e o planejamento estratégico institucional.

No mesmo nível de governança, porém com caráter consultivo e normativo, atua o Comitê Gestor de Segurança da Informação, responsável por estabelecer diretrizes, normas e procedimentos relacionados à segurança da informação no âmbito institucional. Além disso, o comitê promove ações de conscientização e fortalecimento da cultura de segurança da informação, contribuindo para a proteção dos ativos informacionais e para a conformidade com normativos da Administração Pública Federal.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) constitui o principal instrumento de planejamento da área de TIC no IFSertãoPE. O documento estabelece os objetivos estratégicos, as necessidades institucionais, as ações e os projetos prioritários que orientam a gestão e a evolução da tecnologia da informação na instituição.

O PDTIC 2025–2026, atualmente vigente, foi elaborado de forma colaborativa e participativa, envolvendo representantes das diversas unidades institucionais. Sua construção foi baseada em um diagnóstico institucional realizado por meio de consultas, levantamentos de demandas e pesquisas junto às áreas administrativas e acadêmicas, permitindo identificar necessidades tecnológicas, oportunidades de melhoria e prioridades estratégicas para o período.

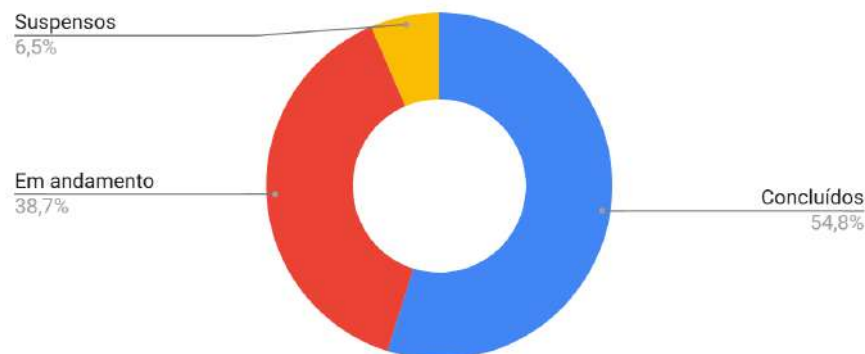
A execução do PDTIC é acompanhada continuamente pela Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI), com monitoramento dos projetos e iniciativas previstas no plano, de modo a garantir transparência, efetividade na execução das ações e alinhamento com os objetivos institucionais.

No exercício de 2025, a execução das iniciativas previstas no PDTIC apresentou o seguinte cenário:

- 17 projetos concluídos
- 12 projetos em andamento
- 2 projetos suspensos

A Figura F1 apresenta a distribuição da execução dos projetos previstos no PDTIC durante o período analisado.

Figura 47 - Execução do PDTIC em 2025.



Fonte: DGTI.

c) Montante de recursos aplicados

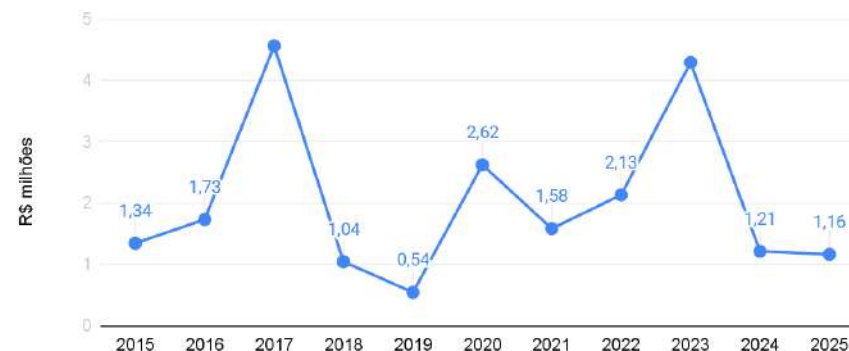
O IFSertãoPE tem realizado investimentos contínuos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com o objetivo de fortalecer a infraestrutura tecnológica institucional, ampliar a oferta de

serviços digitais e apoiar as atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

Nos últimos anos, observa-se uma evolução nos recursos destinados à área de TIC, refletindo o esforço institucional na modernização do parque tecnológico, na ampliação da capacidade de processamento e armazenamento de dados, bem como na adoção de soluções digitais que contribuem para maior eficiência na gestão e na prestação de serviços à sociedade.

A Figura 48 apresenta a evolução dos recursos aplicados em TIC no período de 2015 a 2025, demonstrando oscilações ao longo dos anos em função da disponibilidade orçamentária e das prioridades institucionais de investimento.

Figura 48 - Evolução dos recursos aplicados em TI (R\$ milhões).



Fonte: DGTI.

Quadro 10 - Despesas pagas com TI.

Grupo de despesa	Despesas pagas
Custeio	R\$467.320,90
Investimento	R\$1.207.593,82
Total	R\$1.674.914,72

Fonte: DGTI.

Quadro 11 - Contratações mais relevantes de recursos.

Objeto do contrato	Unidade	Valores (R\$)
Aquisição de Equipamentos de TI (Desktop / Notebook)	Campus Araripina	53.573,00
Servidores de Rede (DataCenter)	Reitoria	553.690,18
Aquisição de Desktop de Alto Desempenho	Campus Araripina	369.600,00
Renovação do Serviço de Aquisição de Licença do Google For Education Plus	Todas as unidades	187.700,00
Total		1.164.563,18

Fonte: DGTI.

Esses investimentos contribuíram para a modernização do ambiente computacional da instituição, fortalecimento da infraestrutura de Data Center, atualização do parque de equipamentos de usuários e manutenção de serviços digitais essenciais para atividades acadêmicas, administrativas e de colaboração institucional.

d) Principais ações e resultados

Em sintonia com a necessidade de modernização tecnológica das rotinas administrativas e educacionais, foram desenvolvidas iniciativas para otimizar os resultados destas áreas. A Figura 49 apresenta o resumo dessas ações.

Figura 49 - Principais ações realizadas.



Fonte: IFSertãoPE.

A expansão do acesso à internet em todo o campus permitiu que alunos, professores e servidores se conectem facilmente em qualquer lugar, promovendo a mobilidade e a flexibilidade no ambiente acadêmico e administrativo.

Já a implementação de novos processos utilizando o Sistema de Processo eletrônico (SEI) contribuiu para a redução do uso de papel, maior agilidade na tramitação processual, melhoria na transparência e rastreabilidade das atividades administrativas, além de fortalecer a gestão documental e a eficiência na condução dos processos institucionais.

Também foram adquiridos novos equipamentos de TI, atualizando e expandindo o parque tecnológico do IFSertãoPE, contemplando computadores, servidores e outros dispositivos necessários ao suporte das

atividades institucionais. Esses investimentos contribuíram para melhorar o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas, ampliar a capacidade de processamento e garantir maior confiabilidade na execução dos serviços de TIC oferecidos à comunidade acadêmica.

Em relação à solução da plataforma educacional Google for Education Plus, sua renovação garantiu a continuidade dos serviços institucionais de e-mail, armazenamento em nuvem e ferramentas de colaboração utilizadas nas atividades acadêmicas e administrativas do IFSertãoPE, contribuindo para a integração entre estudantes, docentes e servidores e para o fortalecimento dos serviços digitais da instituição.

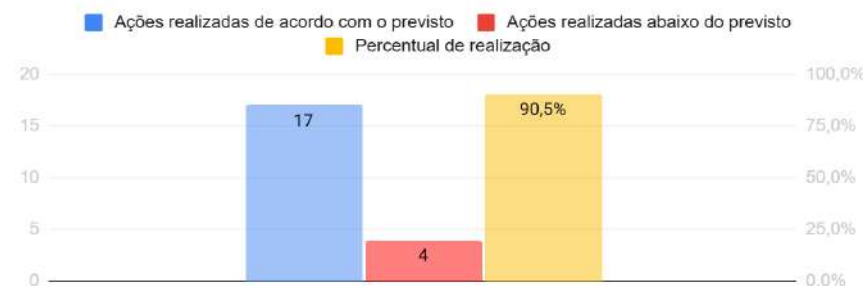
Para modernizar e desburocratizar o processo de emissão e validação de diplomas institucionais, foi implantado o Diploma Digital, alinhando a instituição às diretrizes do MEC para certificação acadêmica digital. A solução trouxe maior segurança, autenticidade e rastreabilidade aos documentos acadêmicos, além de reduzir o uso de papel, otimizar o tempo de emissão e facilitar o acesso dos egressos aos seus diplomas por meio de meios eletrônicos.

Para estruturar e acompanhar de forma sistematizada as atividades relacionadas ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), foi implantado o módulo do SUAP "Programa de gestão", incluindo modalidades como teletrabalho e trabalho híbrido. A ferramenta possibilitou maior transparência na pactuação de atividades, acompanhamento das entregas e monitoramento de resultados, contribuindo para a melhoria da gestão do desempenho e para o aumento da eficiência administrativa.

Além dele, a implantação de outros novos módulos no SUAP permitiu aprimorar o controle das atividades institucionais, reduzir procedimentos manuais, aumentar a eficiência operacional e melhorar o acesso às informações gerenciais, fortalecendo a governança e a tomada de decisão baseada em dados no âmbito do IFSertãoPE.

→ **Indicador:** nessa área, há um indicador previsto no PDI 2025-2029, medido pela primeira vez: o percentual de ações realizadas no plano de melhoria da infraestrutura tecnológica (**0105 do PDI**). A Figura 50 mostra o resultado.

Figura 50 - Percentual de ações realizadas no plano de melhoria da infraestrutura tecnológica (**0105 do PDI**).



Fonte: IFSertãoPE.

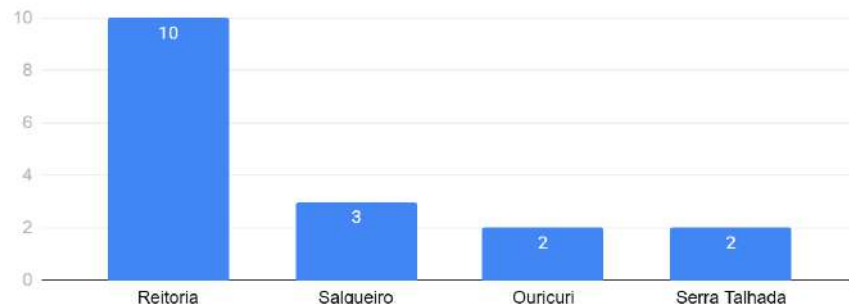
e) Capacitação

A equipe da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI), em parceria com a Escola Superior de Redes (ESR/RNP), realizou ações voltadas à capacitação dos servidores da área de Tecnologia da Informação, com o objetivo de aprimorar as atividades desempenhadas, reduzir lacunas de competências e promover o desenvolvimento contínuo da equipe.

No período analisado, foram oferecidos 17 cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), distribuídos entre as unidades do IFSertãoPE. A Reitoria concentrou a maior participação, com 10 cursos, seguida pelos *campi* Salgueiro, com 3 cursos, Ouricuri, com 2 cursos, e Serra Talhada, com 2 cursos.

A Figura 51 apresenta a distribuição dos cursos de capacitação realizados por unidade, evidenciando o investimento institucional no fortalecimento das competências técnicas dos servidores de TIC.

Figura 51 – Cursos de capacitação ofertados por unidade.



Fonte: Escola Superior de Redes (ESR-RNP).

f) Atendimento de TI

As equipes de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) das unidades do IFSertãoPE realizaram atividades contínuas de suporte e atendimento aos usuários por meio da Central de Serviços do SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública) e do sistema de gestão de chamados GLPI, ferramentas utilizadas para registrar, acompanhar e gerenciar as demandas de suporte técnico institucional.

No período analisado, foram registrados atendimentos em todas as unidades da instituição, abrangendo demandas relacionadas a infraestrutura de rede, suporte a sistemas institucionais, manutenção de equipamentos e apoio aos serviços digitais utilizados pela comunidade acadêmica e administrativa.

Os dados demonstram elevado volume de atendimentos, com destaque para os *campi* Petrolina Zona Rural, que registrou 757 chamados abertos e 730 fechados, e Petrolina, com 465 chamados abertos e 565

fechados, evidenciando a alta demanda por serviços de TI nessas unidades. A Reitoria também apresentou volume significativo de atendimento, com 383 chamados abertos e 445 fechados. As demais unidades – Salgueiro, Serra Talhada, Santa Maria da Boa Vista, Floresta e Ouricuri – também registraram atendimentos relevantes, reforçando a atuação descentralizada das equipes de TIC no suporte às atividades institucionais.

No âmbito da Reitoria, os atendimentos foram distribuídos entre diferentes áreas de atuação da TIC. Destacam-se 601 chamados abertos e 667 fechados na área de Sistemas, 510 abertos e 515 fechados em Infraestrutura, 383 abertos e 445 fechados em Suporte de TIC, e 281 abertos e 371 fechados na área de Governança, demonstrando o papel estratégico da área de tecnologia na sustentação dos serviços institucionais.

A Figura 52 apresenta a distribuição dos atendimentos de TI por unidade, evidenciando o volume de demandas atendidas e o esforço das equipes de TIC para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços tecnológicos prestados à instituição.

Figura 52 – Atendimentos de TI por unidade.



Fonte: DGTI.

A Figura 53 mostra os atendimentos realizados por meio dos sistemas institucionais de gestão de chamados, contemplando diferentes áreas de atuação da TIC, como Sistemas, Infraestrutura, Suporte de TIC e Governança. Esses atendimentos refletem o papel estratégico da Reitoria no suporte às atividades administrativas e institucionais, garantindo o funcionamento adequado dos sistemas, da infraestrutura tecnológica e dos serviços digitais utilizados pela comunidade acadêmica e administrativa.

Figura 53 – Atendimentos de TI na Reitoria.



Fonte: DGTI.

g) Segurança da Informação

A segurança da informação no IFSertãoPE é conduzida em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) institucional, elaborada com base no arcabouço legal vigente, bem como em recomendações e boas práticas nacionais e internacionais relacionadas à proteção da informação e à segurança cibernética.

No âmbito da governança da segurança da informação, o IFSertãoPE instituiu o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), responsável por assessorar a administração na definição, implantação e acompanhamento das ações estratégicas voltadas à proteção dos ativos de informação da instituição.

A Segurança da Informação envolve múltiplos aspectos institucionais, abrangendo desde os ambientes onde a informação é armazenada até os recursos humanos e tecnológicos utilizados para seu tratamento. Nesse contexto, incluem-se os processos de trabalho, as relações com fornecedores e prestadores de serviços, o uso adequado das ferramentas e serviços de tecnologia da informação, os cuidados com o ambiente de trabalho e a elaboração de normativas institucionais que orientam o uso seguro dos recursos tecnológicos.

No exercício de 2025, o IFSertãoPE desenvolveu diversas ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da segurança cibernética e à mitigação de riscos associados ao uso da tecnologia da informação. Entre as principais iniciativas, destacam-se a adesão ao SOC-RNP (Centro de Operações em Segurança da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), iniciativa estratégica lançada em 2023 com o objetivo de monitorar e proteger, em tempo real, a infraestrutura de rede das instituições de ensino e pesquisa no Brasil, ampliando a capacidade institucional de detecção e resposta a incidentes de segurança.

Destaca-se ainda a implantação do processo institucional de análise de vulnerabilidades, utilizando ferramentas open source para identificação proativa de fragilidades nos ativos tecnológicos, contribuindo para o aprimoramento contínuo da postura de segurança da informação da instituição.

Adicionalmente, foram realizadas ações voltadas ao fortalecimento da infraestrutura de proteção de rede, incluindo o processo de renovação das licenças do firewall institucional Fortigate, responsável pela proteção perimetral da rede, bem como o processo de aquisição de serviços de computação em nuvem, visando ampliar a resiliência, disponibilidade e segurança dos serviços digitais institucionais.

Essas iniciativas demonstram o compromisso do IFSertãoPE com o fortalecimento da governança de segurança da informação, com a proteção dos dados institucionais e com a garantia de um ambiente digital mais seguro e confiável para toda a comunidade acadêmica e administrativa.

h) Principais desafios e ações futuras

A gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFSertãoPE tem avançado significativamente nos últimos anos, promovendo a modernização da infraestrutura tecnológica, a ampliação dos serviços digitais e o fortalecimento da governança de TIC. Entretanto, diante da crescente dependência institucional de sistemas e serviços digitais, bem como da expansão das unidades e das demandas acadêmicas e administrativas, a área de TIC enfrenta desafios relevantes que exigem planejamento contínuo, investimentos estruturantes e fortalecimento da capacidade operacional das equipes.

Entre os principais desafios institucionais destacam-se a necessidade de modernização contínua da infraestrutura de rede e de Data Center, a ampliação da segurança cibernética frente ao aumento das ameaças digitais, o fortalecimento da governança e da gestão de dados institucionais, além da necessidade de ampliar a capacidade de atendimento das equipes de TIC diante do crescimento da demanda por suporte e serviços digitais.

Nesse contexto, a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI) tem buscado estruturar ações estratégicas alinhadas ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), à Estratégia de Governo Digital e às diretrizes de segurança da informação da Administração Pública Federal, com o objetivo de consolidar a transformação digital institucional, fortalecer a segurança da informação e ampliar a eficiência dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade.

A Figura 54 apresenta os principais desafios e ações futuras na área de TIC.

Figura 54 - Principais desafios e ações futuras de TIC.

	Modernização da Rede e Conectividade Expandir o acesso e atualizar a infraestrutura de rede em todas as unidades.
	Fortalecimento da Segurança Cibernética Monitoramento contínuo de ameaças e proteção rigorosa dos ativos de informação.
	Nuvem e Resiliência de Dados Evoluir o Data Center e adotar computação em nuvem para maior escalabilidade.
	Digitalização Total via SUAP Implantar novas funcionalidades para digitalizar processos administrativos e acadêmicos.
	Governança e Análise Estratégica Estruturar dados institucionais para apoiar a tomada de decisão da gestão.

Fonte: DGTI.

Essas ações refletem o compromisso institucional com a transformação digital, a melhoria da eficiência administrativa e o fortalecimento dos serviços tecnológicos que apóiam as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão no IFSertãoPE.

3.2.6 Gestão de pessoas

Em relação à gestão de pessoas, estão relacionados os seguintes objetivos estratégicos:

- Melhorar a qualidade de vida no trabalho; e
- Promover a capacitação e qualificação dos servidores.

Antes das principais ações realizadas no ano, faz-se necessária a apresentação do perfil geral de pessoal no IFSertãoPE no ano de 2025. Para tanto, este item está dividido nos seguintes tópicos: (I) conformidade legal; (II) avaliação da força de trabalho; (III) estratégia de recrutamento e alocação de pessoas; (IV) avaliação de desempenho e remuneração; (V)

valor agregado; (VI) capacitação; (VII) principais desafios; e (VIII) principais ações realizadas.

a) Conformidade Legal

Para garantir o cumprimento da Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o IFSertãoPE tem seguido rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e pelos órgãos de controle. Nesse sentido, a instituição realiza ações de monitoramento relacionadas à acumulação de cargos, recebimento de adicionais ocupacionais e à reposição ao erário nos casos em que há descumprimento das normas regulamentares.

b) Avaliação da Força de Trabalho

O processo de recrutamento e alocação de pessoal no IFSertãoPE ocorre por meio de concurso público, conforme estabelecido pela Lei nº 8.112/1990. Desde 2021, a instituição tem adotado o modelo de dimensionamento de cargos instituído pelo MEC por meio da Portaria nº 713/2021, visando otimizar a distribuição dos servidores nos *campi* e setores administrativos.

Em 2025, foram realizados 02 concursos públicos para ingresso de novos servidores efetivos, um para docentes e outro para técnicos administrativos em educação. No entanto, a convocação e entrada em exercício dos novos servidores foi realizada em fevereiro e março de 2026. Portanto, o impacto dessas contratações só será visualizado no relatório de gestão de 2026.

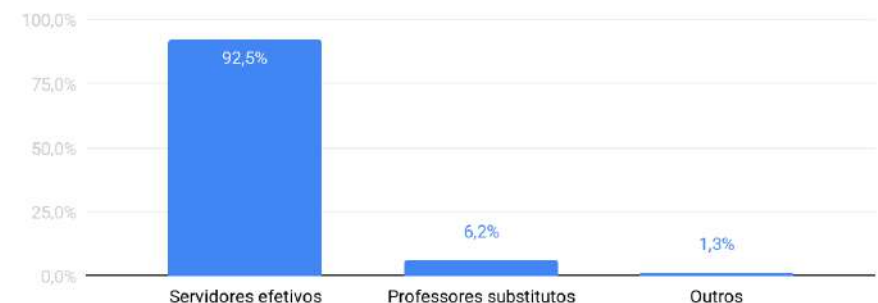
Por meio da Portaria MEC nº 787, de 18 de novembro de 2025, o IFSertãoPE recebeu 54 novos códigos de vaga docentes, que serão utilizados durante o ano de 2026 para recomposição da força de trabalho nos atuais sete *campi* da instituição. Para o próximo ano, espera-se a liberação de novas vagas pelo MEC, considerando que está tramitando projeto de lei no Congresso Nacional que trata do assunto.

A expectativa é que sejam liberadas novas vagas para contratação de Técnicos Administrativos em Educação, permitindo que o IFSertãoPE atenuie a carência de profissionais em diversas áreas e avance em sua consolidação.

Apesar dos desafios enfrentados para novas contratações em 2025, o IFSertãoPE conseguiu realizar algumas recomposições de cargos vagos. No total, 03 novos servidores foram empossados, sendo 1 docente e 2 técnicos administrativos em educação (TAEs).

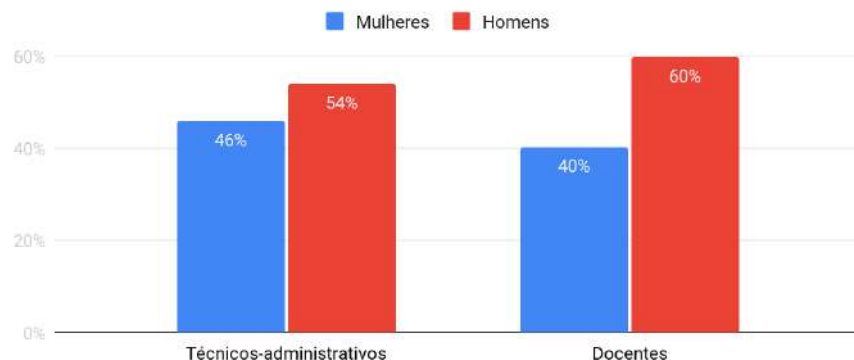
Ao final do ano, o instituto contava com um total de 1.015 colaboradores distribuídos da seguinte forma: 939 servidores efetivos (92,5%); 63 professores substitutos (6,2%); Outros(1,3%); 1 servidor em exercício descentralizado de carreira; 2 servidores em exercício, conforme o parágrafo 7º do art. 93 da Lei nº 8.112/90; 5 servidores em colaboração técnica de outro órgão; 2 servidoras excedente à lotação (efetiva); 3 servidoras em exercício provisório.

Figura 55 - Composição do quadro de pessoal.



Fonte: DGP.

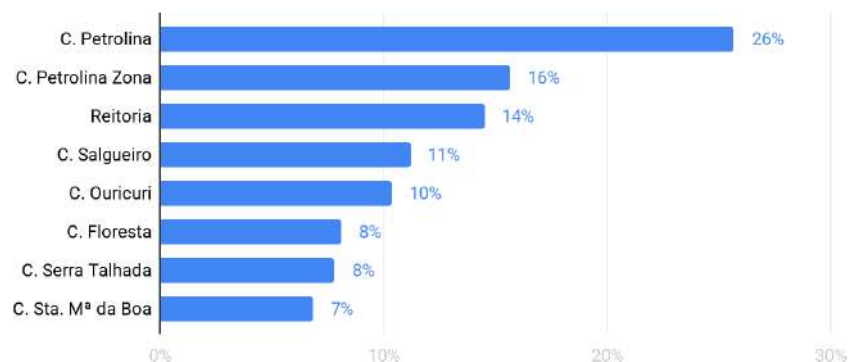
Figura 56 - Distribuição por gênero entre categorias de pessoal.



Fonte: DGP.

A maior unidade, em relação ao número de servidores, é o Campus Petrolina, seguido pelo Campus Petrolina Zona Rural, Reitoria e os *campi* Salgueiro, Ouricuri, Floresta, Serra Talhada e Santa Maria da Boa Vista.

Figura 57 - Distribuição de servidores por unidade.



Fonte: DGP.

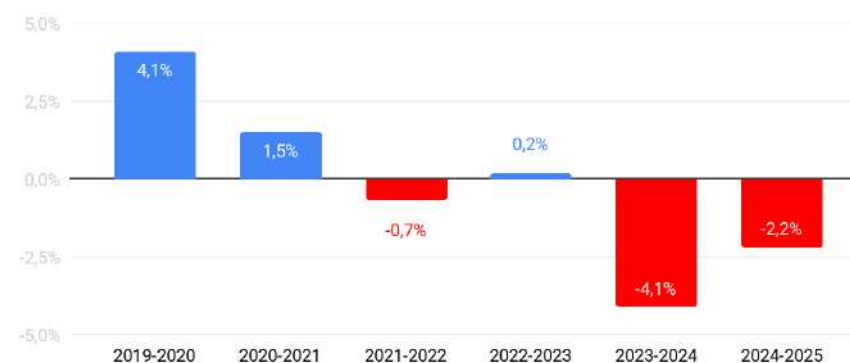
Devido a pouca oferta de novas vagas pelo MEC nos últimos anos, observamos uma variação negativa no quadro de servidores efetivos ao longo do tempo, esta tendência será alterada em 2026, com o ingresso de novos servidores aprovados nos concursos públicos realizados em 2025.

Figura 58 - Evolução do quadro de servidores efetivos.



Fonte: DGP.

Figura 59 - Taxa de crescimento do quadro de servidores efetivos.

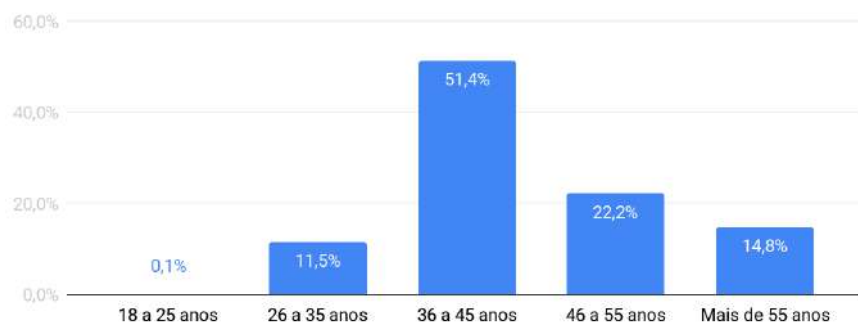


Fonte: DGP.

Em relação ao número de servidores efetivos, comparando o ano de 2025 com 2024, constata-se uma redução de -2,2%.

O quadro de servidores do IFSertãoPE é majoritariamente jovem, com 51,4% dos servidores na faixa etária de 36 a 45 anos e apenas 14,8% acima de 55 anos. Os demais dados da distribuição etária em 2025 foram: 0,1% (18 a 25 anos), 11,5% (26 a 35 anos) e 22,2% (46 a 55 anos).

Figura 60 - Porcentagem de servidores por faixa etária.



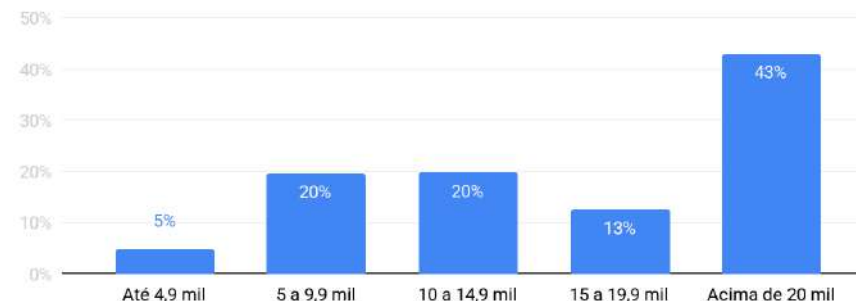
Fonte: DGP.

O IFSertãoPE encerrou o ano de 2025 com a concessão de alguns benefícios previdenciários. No total, foram registrados: 12 concessões de abono de permanência para servidores que optaram por continuar em atividade após atingir os requisitos para aposentadoria; 08 aposentadorias concedidas e 04 concessões de pensão por morte, garantindo os direitos previdenciários dos beneficiários.

Em matéria previdenciária ainda foi realizada 01 reversão de aposentadoria e 01 conversão de tempo de serviço.

Já a faixa salarial (dados referentes a dezembro de 2025) predominante é acima de 20 mil (43%), seguida da faixa de 5 a 9,9 mil Reais (20%), de 10 a 14,9 mil (20%), 15 a 19,9 mil (13%) e até 4,9 mil (5%).

Figura 61 - Distribuição de faixas salariais.

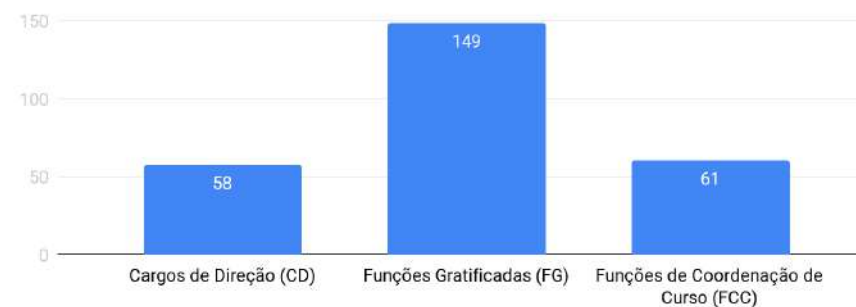


Fonte: DGP.

Em relação ao regime de trabalho: 52,9% pertence ao regime de 40 horas, 44,8% ao regime de dedicação exclusiva e 2,2% aos regimes de 20 horas, 25 horas e de 30 horas.

Em relação à ocupação de cargos gerenciais, 268 servidores ocupam cargos ou funções, conforme a seguir:

Figura 62 - Distribuição de funções gerenciais.



Fonte: DGP.

c) Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Em 2025, foram realizados nove processos seletivos para a contratação de professores substitutos. Além disso, houve a convocação de servidores a partir dos editais ainda vigentes, incluindo o Edital 32/2019 para Técnico-Administrativo em Educação e o Edital 33/2019 para Professor Efetivo. Ao todo, 43 novos servidores foram contratados, sendo dois Técnicos-Administrativo em Educação, um Professor Efetivos e 40 Professores Substitutos.

Além disso, foram realizados onze ciclos de remoção interna, em conformidade com a Resolução nº 34/2019, que regulamenta os processos de movimentação de servidores, abrangendo colaboração técnica, remoção, redistribuição, cessão e exercício provisório.

d) Avaliação de desempenho e remuneração

Em 2025, 854 servidores passaram por processo de avaliação de desempenho e progrediram na carreira. Destes, 292 foram servidores docentes e 562 servidores TAEs. As avaliações de desempenho e consequente progressão dos servidores seguem as orientações previstas: para TAEs a Lei 11.091/2005 e para docentes a Lei 12.772/2012.

Para os TAEs, a avaliação de desempenho ocorre a cada 12 meses, enquanto para os docentes, o ciclo avaliativo é realizado a cada 24 meses de efetivo exercício. No caso dos docentes, o processo avaliativo considera o desenvolvimento do servidor na carreira, estando alinhado às previsões legais vigentes.

Quanto à avaliação de estágio probatório, os servidores ingressantes na instituição são avaliados ao longo de um período de três anos, conforme previsto na Lei 8.112/90. Em 2025, foram homologadas 15 avaliações de estágio probatório.

e) Valor Agregado

Em 2025, foram realizados diversos eventos voltados à saúde e qualidade de vida, fortalecendo o bem-estar dos servidores. O Programa de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho trouxe impactos positivos, contribuindo para a melhoria das condições laborais e promovendo um ambiente mais saudável e equilibrado para os colaboradores.

f) Capacitação

O Plano Anual de Capacitação (PAC), que passou a ser denominado Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) após a vigência do Decreto 9.991/2019, tem sido um instrumento essencial para a qualificação dos servidores da instituição.

Em 2025, foram concedidas Licenças para Capacitação a 157 servidores e 35 servidores foram afastados para pós-graduação stricto sensu. Além disso, ocorreram cinco Contratações Diretas para 43 servidores Técnico-Administrativo em Educação (TAE), com investimento de R\$38.460,23.

g) Principais Desafios

Atualmente, a Diretoria de Gestão de Pessoas do IFSertãoPE enfrenta desafios relevantes, dentre os quais se destacam: (i) o elevado número de processos a serem analisados, associado a uma equipe reduzida, o que gera sobrecarga de trabalho; (ii) a grande quantidade de novas orientações legais e normativas emitidas pelo MGI, dificultando o acompanhamento contínuo e a atualização tempestiva das normatizações e instruções internas; (iii) limitações na gestão da força de trabalho em razão da ausência de recebimento de códigos de vaga para Técnicos-Administrativos em Educação (TAEs); e (iv) dificuldade para acompanhar o desempenho e analisar a manutenção da eficiência institucional após a implementação do Programa de Gestão e Desempenho,

que regulamenta o trabalho remoto parcial ou integral, tendo em vista que essa nova atribuição se soma a um volume de demandas já elevado.

Em síntese, observa-se um cenário de alto volume de trabalho e de cobranças por parte dos servidores, contrastando com uma estrutura de pessoal ainda insuficiente para atender a todas as demandas.

h) Principais ações realizadas

A Figura 63 apresenta as principais ações realizadas (iniciadas ou finalizadas).

Figura 63 - Principais ações na área de gestão de pessoas.



Fonte: IFSertãoPE.

Foi instituído o Programa de Promoção de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, que consolida princípios, objetivos e estratégias institucionais para a promoção da saúde física, mental e social, no ambiente de trabalho dentro dos seus 11 eixos temáticos, orientando a atuação dos agentes responsáveis (setores e comissões) na implementação de ações voltadas à melhoria das condições de trabalho, prevenção de agravos à saúde e fortalecimento da qualidade de vida no trabalho.

A implantação do programa contou com ações de sensibilização dos gestores (através de reuniões, participação em espaços de governança como Consup e Codi, e encontros com as comissões locais de promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho), onde foram apresentadas as diretrizes do Programa de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e projetos desenvolvidos nessa temática. Também foram realizadas iniciativas para sensibilização dos servidores, com apresentação do programa e seus objetivos, buscando evidenciar os benefícios das ações voltadas à promoção da saúde e qualidade de vida no ambiente institucional.

Foram realizadas ações importantes, como o projeto Movimente-se pela Vida, os Jogos dos Servidores, a Corrida Movimente-se pela Vida e campanhas de saúde e ações educativas. As campanhas contaram vacinação contra Covid-19 e Influenza, além da Feira de Saúde com aferição de pressão arterial, testes de glicemia, palestras, treinamentos e encontros educativos abordando diversos temas, como saúde mental, nutrição, regulação emocional, primeiros socorros e bem-estar no ambiente de trabalho. A participação colaborativa dos servidores contribuiu para ampliar o alcance das ações e fortalecer o sentimento de pertencimento e valorização institucional. Destaca-se também a parceria com o IFAM para oferta do Programa de Preparação para Aposentadoria, com módulos sobre planejamento financeiro, saúde mental, inteligência emocional e qualidade de vida.

Uma das principais dificuldades enfrentadas foi a baixa participação dos servidores na proposição de iniciativas e fazê-los conciliar sua participação nas ações com as demandas administrativas e acadêmicas. Além disso, a instituição contou com um quadro limitado

de profissionais diante do volume de demandas relacionadas à saúde ocupacional, perícias e ações de promoção da saúde.

Através das ações de sensibilização, espera-se ampliar o engajamento das lideranças e dos servidores na implementação e proposição das ações do programa, o alcance das ações educativas e fortalecer a cultura de cuidado com a saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Também foram realizados dois concursos públicos, sendo um destinado ao provimento de 48 vagas imediatas para docentes, e outro destinado ao provimento de 27 vagas imediatas para Técnico Administrativo em Educação (TAE). A principal dificuldade enfrentada foi realizar o processo de contratação com base na nova lei de licitações, superada por meio de diálogo constante entre os setores de gestão de pessoas e de licitação, para identificar a melhor forma de conduzir a contratação e atender a todos os requisitos legais.

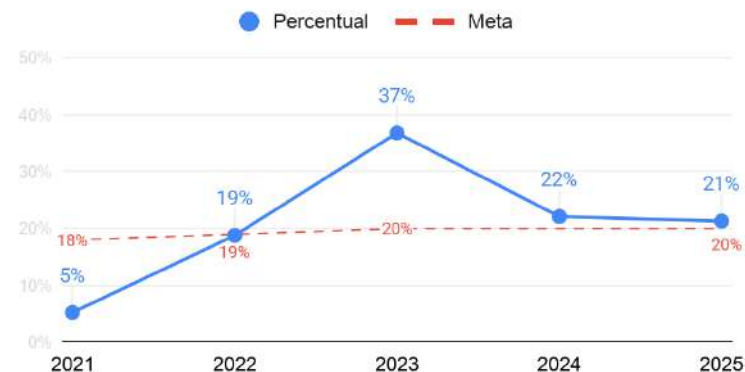
Em relação à adequação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) às últimas mudanças na legislação sobre o PGD e à **Resolução Consup nº 26/2024**, que regulamenta o PGD no IF Sertão PE, foi disponibilizado o módulo do PGD no sistema SUAP, passando a ser utilizado em todo o IF Sertão PE. O suporte ao funcionamento do PGD é realizado por meio das comissões locais e central que foram instituídas quando da aprovação da resolução citada anteriormente. As comissões atuaram durante o ano apoiando os servidores na utilização do sistema e provendo os esclarecimentos que foram requeridos tanto pelos servidores quanto pelos gestores. Durante todo o ano também foram realizadas comunicações oficiais aos servidores informando sobre os cronogramas de elaboração dos Planos e Relatórios Individuais de Trabalho (PITs e RITs).

O principal problema observado foi a demora na disponibilização da versão estável do módulo e alguns erros apresentados pelo sistema no início da utilização. Esse problema foi superado no mesmo ano, corrigindo-se os erros do sistema. Em relação ao suporte dado aos servidores, a principal dificuldade foi lidar com o desconhecimento por

parte de alguns servidores quanto à normativa do PGD e quanto a algumas funcionalidades do sistema.

→ **Indicadores:** nessa área, há cinco indicadores previstos no PDI 2025-2029: (I) o percentual de servidores capacitados com incentivo institucional; (II) o percentual de docentes mestres; (III) o percentual de docentes doutores; (IV) o índice de titulação do corpo técnico-administrativo; e (V) o índice de percepção da qualidade de vida no trabalho. Este último não pôde ser medido no ano e sua periodicidade é bianual. As Figuras 64 a 67 mostram os resultados no ano de 2025.

Figura 64 - Percentual de servidores capacitados com incentivo institucional.



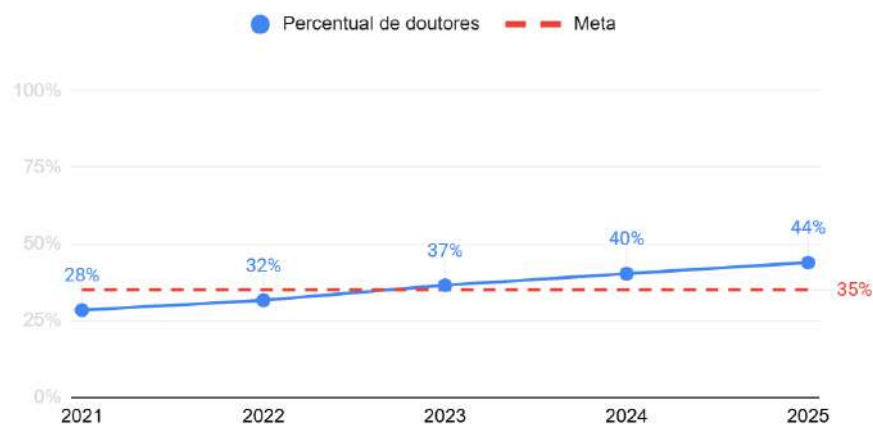
Fonte: IF Sertão PE.

Figura 65- Percentual de docentes mestres.



Fonte: IFSertãoPE.

Figura 66- Percentual de docentes doutores.



Fonte: IFSertãoPE.

Figura 67- Índice de titulação do corpo técnico-administrativo.



Fonte: IFSertãoPE.

3.2.7 Relações internacionais

Em relação às relações internacionais, a Figura 68 apresenta as principais ações realizadas (iniciadas ou finalizadas).

Figura 68 - Principais ações de internacionalização realizadas.



Fonte: IFSertãoPE.

A realização de cursos regulares de línguas estrangeiras se deu com suporte dos Centros de Línguas (CELIFs) voltados à preparação acadêmica e intercultural da comunidade interna e externa, com foco estratégico na internacionalização institucional. Foi ofertado e incentivado a participação de estudantes em cursos de inglês com foco em mobilidade acadêmica internacional (como requisito para programas como CHANGINS 2025); estimulado o estudo de Francês e Espanhol, considerando parcerias com instituições da França e Suíça; realizado ações de sensibilização de

estudantes e servidores quanto à importância da competência linguística para editais de mobilidade; divulgado oportunidades de formação linguística internas e externas; ações de integração da formação linguística às ações preparatórias para intercâmbios e cooperação internacional.

As principais dificuldades enfrentadas foram lidar com os diferentes níveis de proficiência linguística entre os estudantes, a conciliação de horários acadêmicos com os cursos de línguas, a limitação de carga horária docente específica para cursos voltados à internacionalização, e lidar com a necessidade de ampliação da oferta para a comunidade externa.

Para minimizá-los, buscou-se a flexibilização de horários e modalidades (presencial e apoio remoto); foi proposta uma orientação individualizada para estudantes selecionados para mobilidade; realizada articulação com coordenações de curso para alinhamento de horários; divulgação prévia dos requisitos linguísticos dos editais internacionais; e realizado o planejamento antecipado da preparação linguística vinculada aos programas de intercâmbio.

Para os próximos desafios, espera-se institucionalizar um programa permanente de formação linguística para internacionalização nos Centros de Línguas; ampliar a oferta de idiomas através do projeto desenvolvido através do Clube Poliglota; criar trilhas formativas preparatórias para mobilidade internacional; expandir a oferta para servidores técnico-administrativos e docentes; e integrar a formação linguística ao Plano de Internacionalização 2026.

No ano, também foi dada continuidade ao processo de apoio e fortalecimento dos Centros de Línguas como ação estratégica vinculada à política de internacionalização institucional, contemplando estudos preliminares para definição do modelo de funcionamento do Centro de Línguas; levantamento de demandas linguísticas institucionais (Inglês, Francês e Espanhol), com foco em mobilidade acadêmica e cooperação internacional; discussões internas sobre vinculação administrativa (ensino/extensão); articulação com setores acadêmicos para integração do Centro de Línguas às ações de ensino, pesquisa e extensão; planejamento inicial para atualização da regulamentação normativa dos CELIFs.

A estruturação completa de todos os Centros de Línguas implementados (Campus Petrolina Zona Rural, Campus Petrolina, Campus Salgueiro, Campus Floresta, Campus Ouricuri e Campus Santa Maria da Boa Vista) demandou maior articulação intersetorial (Ensino, Extensão, Pesquisa e Gestão Orçamentária), além da necessidade de definição de modelo institucional, impacto financeiro e atualização da regulamentação interna, o que ampliou o tempo previsto para consolidação formal. Além da necessidade desse alinhamento intersetorial, outras dificuldades foram as limitações orçamentárias para estrutura física e carga horária docente, e as demandas prioritárias relacionadas à mobilidade internacional e gestão de acordos.

Para minimizar essas dificuldades, foram realizadas reuniões técnicas intersetoriais; feito o levantamento preliminar de impacto orçamentário; o mapeamento de boas práticas em outros Institutos Federais; a vinculação estratégica do Centro de Línguas ao Plano de Internacionalização; e um planejamento gradual por etapas.

Os próximos desafios serão a atualização e tramitação da minuta de regulamentação institucional dos CELIFs; a definição formal da vinculação administrativa da Coordenação Geral dos Centros de Línguas; a estruturação de proposta orçamentária específica; a institucionalização do Centro de Línguas como política permanente; e a ampliação da oferta para comunidade externa e fortalecimento como ação extensionista estratégica.

3.2.8 Orçamento e finanças

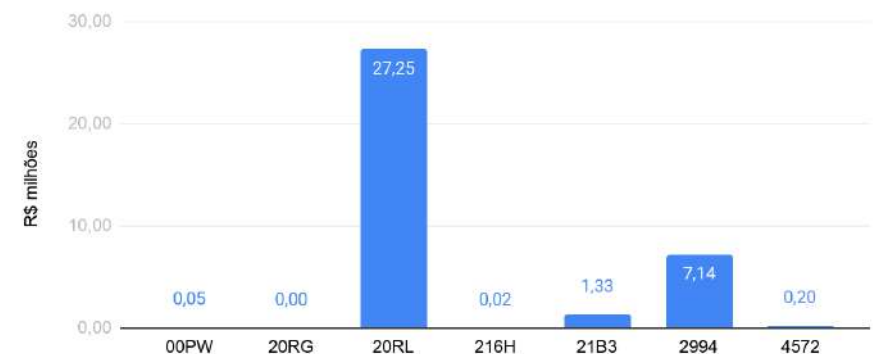
Na Lei Orçamentária Anual de 2025 (LOA/2025), foi alocada ao IFSertãoPE a dotação orçamentária total de R\$262,6 milhões. Ao longo do exercício, houve suplementação de aproximadamente R\$2,3 milhões destinados às despesas de custeio, resultando em um orçamento total atualizado de cerca de R\$265 milhões.

Esses recursos estão distribuídos entre despesas de custeio (R\$36 milhões), investimento (R\$500 mil) e pessoal (R\$225 milhões). No orçamento destinado a pessoal, incluem-se também algumas despesas classificadas como custeio, vinculadas à programática 0032, a exemplo da

ação 212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.

No gráfico a seguir, apresenta-se a distribuição do orçamento atualizado de custeio e investimento por ação orçamentária. Ao longo do exercício, foram realizadas alterações com o objetivo de adequar o orçamento às necessidades institucionais, a exemplo da conversão entre as ações 20RL e 20RG, visando viabilizar a aquisição de equipamentos, bem como da incorporação de recursos provenientes de emendas parlamentares, captados após a publicação da LOA.

Figura 69 - Distribuição do orçamento de custeio e investimento por Ação Orçamentária (R\$ milhões).



Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

Além dos recursos previstos na LOA/2025, o orçamento do IFSertãoPE foi acrescido de recursos extras, provenientes do Ministério da Educação e de outros ministérios, repassados por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), com o objetivo de atender demandas específicas de custeio e investimento. Esses repasses totalizaram R\$41,41 milhões. Desse montante, R\$10,1 milhões foram destinados a obras.

Conforme demonstrado na tabela a seguir, observa-se que, a partir das medidas adotadas no planejamento orçamentário e na organização dos processos de aquisição e contratação, foi possível executar 96% do limite orçamentário liberado no exercício de 2025. Destaca-se, em especial, a execução dos recursos destinados à Assistência Estudantil, que alcançou 94%. Esse resultado é reflexo das medidas de controle implementadas e do trabalho articulado entre as Coordenações de Assistência ao Educando e os Departamentos e Diretorias de Planejamento e Administração das unidades do IFSertãoPE.

Quadro 12 - LOA x Limite Orçamentário Liberado x Despesas Empenhadas (R\$ milhões).

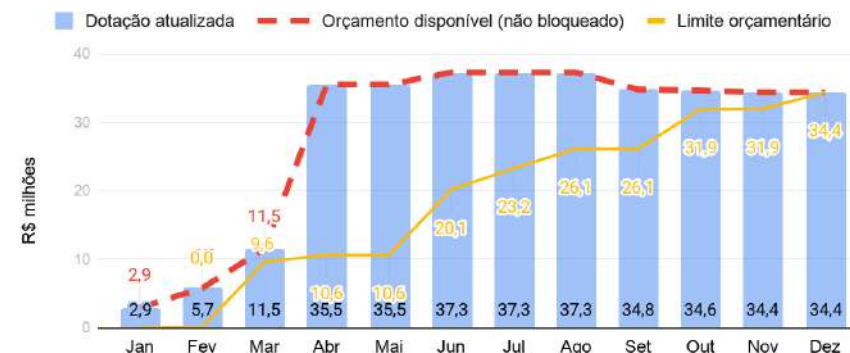
LOA	Limite orçamentário liberado	Despesas empenhadas	% de execução
R\$ 36,07	R\$ 36,07	R\$ 34,75	96%

Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

Nos últimos anos, o atual Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) vem autorizando a liberação de 100% do limite orçamentário previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA). No entanto, em 2025, as liberações de limite ocorreram de forma gradual ao longo do exercício, seguindo a lógica de repasses mensais equivalentes a aproximadamente 1/12 do orçamento.

Os dois gráficos a seguir apresentam a relação entre a dotação orçamentária de custeio e investimento e a respectiva liberação de limite orçamentário ao longo do exercício.

Figura 70 - Dotação orçamentária de custeio vs liberação de limite orçamentário (R\$ milhões).

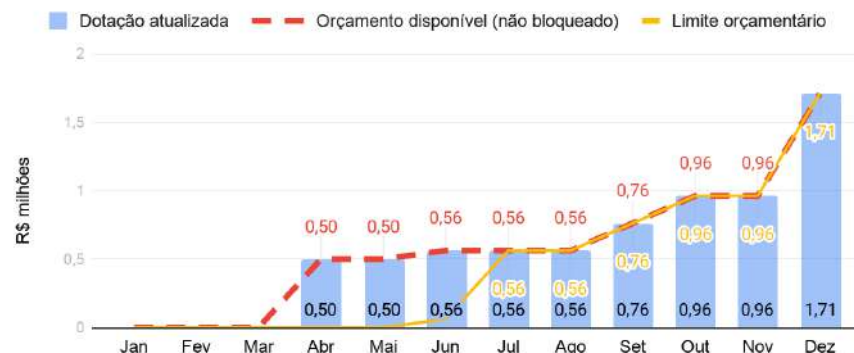


Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

Como pode ser observado, as dotações de custeio alcançaram 100% do valor previsto na LOA no mês de abril. Contudo, considerando que a garantia de recebimento integral do orçamento somente ocorre após a conclusão das liberações de limite orçamentário, pode-se afirmar que o exercício de 2025 foi marcado por significativa insegurança orçamentária. Ao final do primeiro semestre, havia sido liberado pouco mais de 50% do limite disponível, o que exigiu maior rigor no controle e na priorização da execução das despesas.

O gráfico também evidencia variações positivas e negativas na dotação atualizada ao longo do exercício. Essas oscilações decorreram da recomposição orçamentária recebida no mês de julho, do cancelamento de emenda parlamentar, originalmente prevista na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), ocorrido em setembro, bem como das alterações orçamentárias, entre custeio e investimento, realizadas para adequar o orçamento às necessidades institucionais do IFSertãoPE.

Figura 71 - Dotação orçamentária de investimentos vs liberação de limite orçamentário (R\$ milhões).



Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

Em relação às despesas de investimento, observa-se a ocorrência de meses com valores zerados no primeiro trimestre. Isso se deve ao fato de que o único recurso de investimento previsto inicialmente na LOA era proveniente de emenda parlamentar, cuja liberação ocorreu apenas no mês de abril, após a aprovação da referida lei.

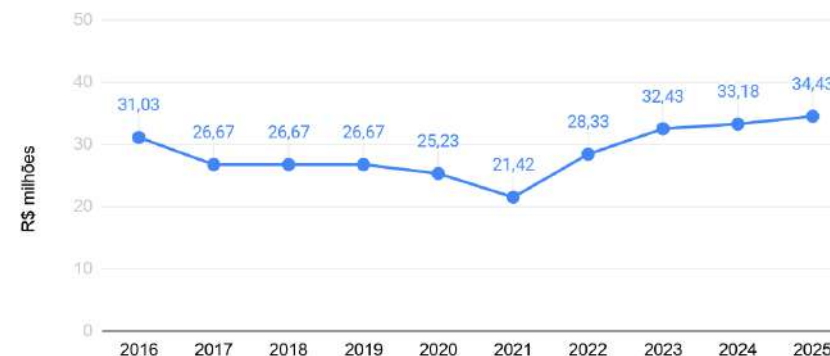
Ao longo do exercício, contudo, verificou-se aumento na dotação de investimento, tanto em decorrência do recebimento de nova emenda parlamentar quanto por meio de alterações orçamentárias que converteram recursos de custeio em investimento, a partir de solicitações das Unidades. Como consequência, houve redução na dotação de custeio e ampliação da dotação destinada a investimentos.

O gráfico a seguir demonstra que, no período de 2016 a 2021, o orçamento do IFSertãoPE apresentou uma redução de aproximadamente R\$10 milhões. Esse cenário ocasionou um significativo reordenamento do planejamento orçamentário da instituição, especialmente no que se refere à distribuição de recursos entre as unidades. A partir de 2022, observa-se uma tendência de crescimento do orçamento. Contudo, os valores ainda se

mostram insuficientes para contemplar plenamente todas as necessidades institucionais.

Em 2025, além de ter sido registrado um aumento de aproximadamente 3,78% em relação ao ano anterior, foi possível executar a Matriz CONIF, permitindo que a distribuição do orçamento entre as unidades ocorresse de acordo com suas respectivas participações no orçamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal EPTT).

Figura 72 - Evolução da Matriz Conif nos últimos dez anos (R\$ milhões).

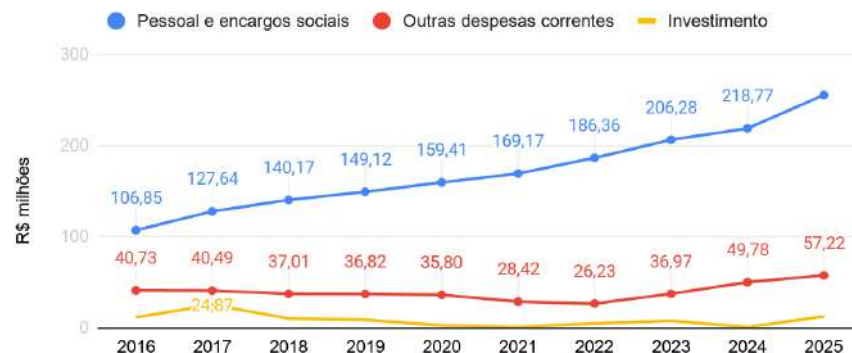


Fonte: FORPLAN (12/2024), atualizado pela Matriz CONIF (03/2026).

Ao analisar o gráfico abaixo, observa-se aumento tanto nas despesas de pessoal quanto nas despesas correntes. Embora tenha havido ampliação do orçamento, conforme demonstrado no gráfico anterior, o valor das despesas empenhadas supera o montante da Matriz CONIF, em razão do recebimento de aportes orçamentários adicionais por meio de TEDs e de emendas parlamentares, destinados à execução de projetos nas unidades do IFSertãoPE.

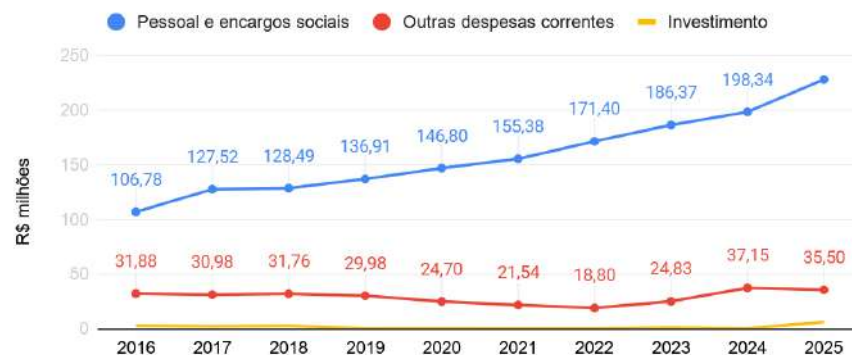
Já as variações nos empenhos referente a investimento, se dão em função de aporte orçamentário às dotações da Instituição, em virtude das obras do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), de TEDs, bem como das alterações orçamentárias realizadas pelas Unidades.

Figura 73 - Evolução das despesas empenhadas (R\$ milhões).



Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

Figura 74 - Evolução das despesas pagas (R\$ milhões).

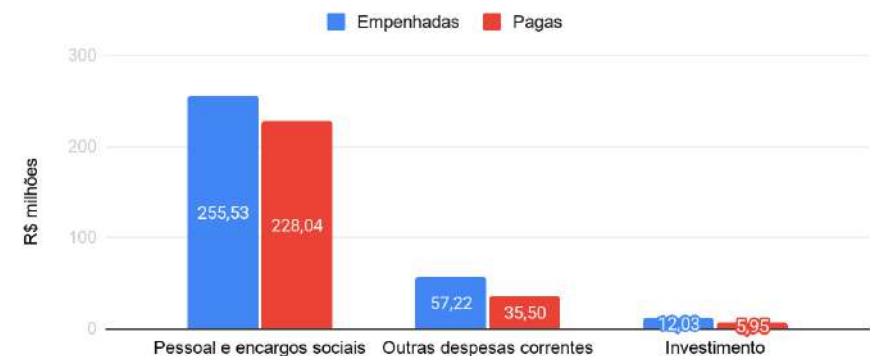


Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

A evolução das despesas pagas segue tendência semelhante à das despesas empenhadas, com exceção dos valores do Grupo de Natureza de Despesa 3 – “Outras Despesas Correntes”, que apresentaram grande volume de limite orçamentário liberado no final do exercício. Ressalta-se que o presente gráfico considera apenas as despesas realizadas no próprio exercício, não contemplando os pagamentos relativos a restos a pagar (RAP).

O gráfico a seguir apresenta a comparação entre os valores empenhados e pagos no exercício de 2025, evidenciando que apenas 10,8% das despesas de pessoal e encargos sociais foram inscritas em RAP, enquanto, no grupo “Outras Despesas Correntes”, esse percentual corresponde a 35,5%. Observa-se que o maior percentual de inscrição em restos a pagar refere-se às despesas de investimento (50,5%).

Figura 75 - Despesas empenhadas vs despesas pagas (R\$ milhões).

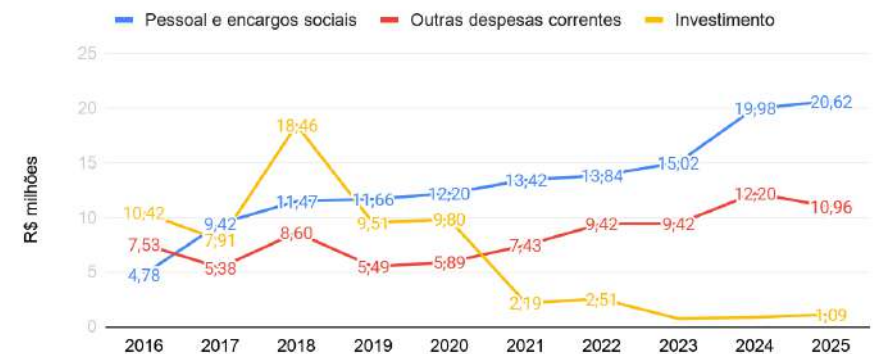


Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

As despesas pagas de RAP de pessoal correspondem, via de regra, ao pagamento da folha do mês de dezembro de 2024. Já no caso das “Outras Despesas Correntes”, além das despesas relativas a dezembro de 2024, incluem-se também restos a pagar decorrentes de contratos contínuos, que representam parcela significativa do orçamento institucional. Em relação às despesas de investimento, observa-se um aumento, decorrente de eventos ocorridos no último mês de 2025, tais como: liberação da última parcela de limite de empenho; o recebimento de recursos por meio de TED; e a homologação de processo licitatório para aquisição de aparelhos de ar-condicionado.

A evolução dos valores pagos referentes RAP ao longo dos últimos dez anos é apresentada no gráfico a seguir. Observa-se que as despesas de custeio vem em uma crescente quanto a inscrição de RAP, isso demonstra que deve ser feita uma rigorosa análise a fim de que tais números reduzam, para que se possa cumprir com o princípio da anualidade.

Figura 76 - Evolução das despesas pagas de RAP (R\$ milhões).



Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

A figura abaixo traz um mapa de árvore com as despesas realizadas possibilitando uma visão mais detalhada desses gastos. Com base nesse Mapa, pode-se perceber que a maior despesa em 2024, se tratando de custeio, foi com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, englobando a contratação de apoio educacional especializado, sendo seguida pelo pagamento de bolsas de estudo no país, serviços de vigilância e limpeza e conservação, e tendo gastos com serviços técnicos profissionais como a principal despesa de investimento.

Figura 77 - Mapa de árvore das despesas realizadas.

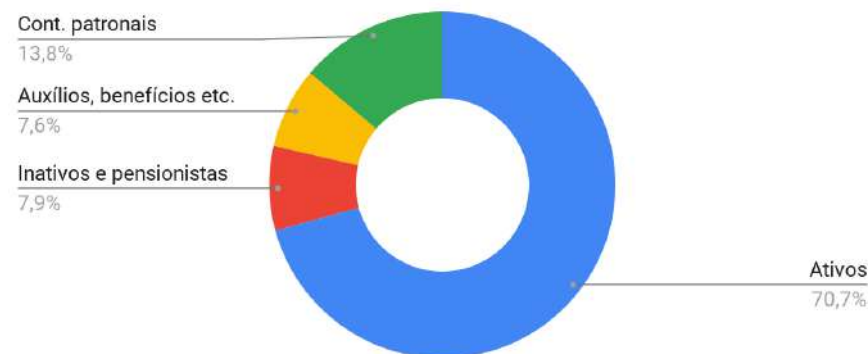


Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

a) Detalhamento das despesas por elemento de despesa

No gráfico abaixo estão incluídas também algumas despesas de custeio da programática 0032, como por exemplo a ação 212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes, que apesar de ser uma despesa da natureza de “Outras Despesas Correntes”, faz parte das despesas obrigatórias para pagamento de pessoal, tais como auxílio alimentação, auxílio creche, auxílio transporte, dentre outros.

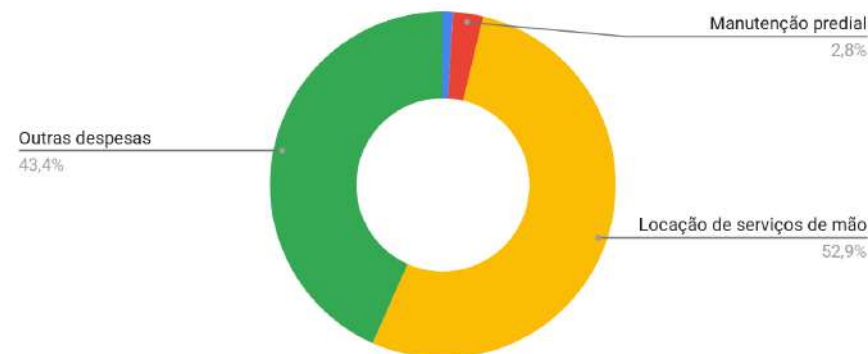
Figura 78 - Despesas por elemento de despesa - pessoal e encargos sociais.



Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

O gráfico a seguir apresenta a participação das despesas mais significativas no orçamento de custeio. Observa-se que a maior parcela corresponde às despesas com Locação de Serviços de Mão de Obra e Outras Despesas Fixas, que representam 52% do total. Em seguida, destacam-se as classificadas como Outras Despesas, que incluem assistência estudantil, capacitação de servidores, diárias e passagens, apoio à pesquisa, inovação e extensão, estagiários, materiais de consumo, entre outros itens, correspondendo a 43,4% do orçamento de custeio. Em terceiro lugar, aparecem as despesas relacionadas à manutenção predial.

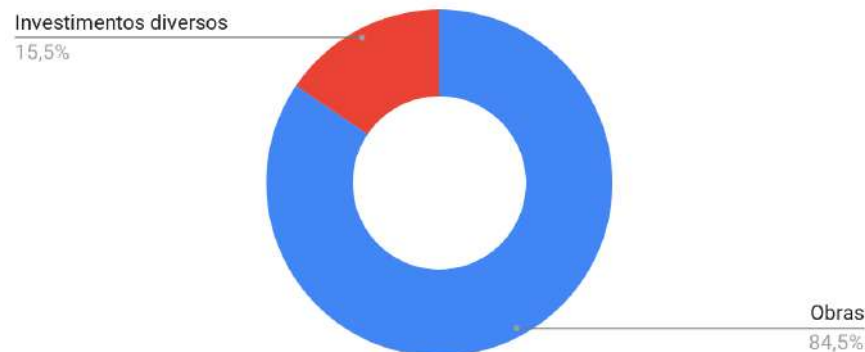
Figura 79 - Despesas por elemento de despesa - outras despesas correntes.



Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

No gráfico abaixo, são apresentados os investimentos mais significativos realizados no período. Observa-se que as despesas com obras se destacam, representando 84,5% do total de investimentos. Em seguida, aparecem os investimentos diversos, com participação de 15,5%. Esse cenário decorre, principalmente, dos aportes financeiros recebidos por meio de TEDs e de emendas parlamentares. No grupo de investimentos diversos, incluem-se, entre outros itens, as aquisições de equipamentos de TIC, aparelhos de ar-condicionado, equipamentos de cozinha, dentre outros.

Figura 80 - Despesas por elemento de despesa - investimento.



Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

3.2.9 Licitações e contratos

a) Licitações

Em 2017, foram implantadas novas metodologias de planejamento das aquisições e de execução das licitações, acompanhadas da elaboração dos Manuais de Planejamento das Aquisições, Licitações e Compras, bem como da adoção da padronização das especificações de materiais e serviços a serem contratados. Essas metodologias foram consolidadas em 2018, com a definição e implantação de documentos padronizados, com o objetivo de normatizar e uniformizar os processos de aquisições e contratações no âmbito do Instituto. Em decorrência da Nova Lei de Licitações e Contratos, o Manual de Aquisição está sendo atualizado.

Além da padronização documental, foram estruturados fluxos processuais com a definição da sequência das etapas, indicação dos respectivos responsáveis, descrição das ações a serem realizadas e identificação dos documentos a serem produzidos em cada fase. Essa organização contribuiu para tornar as etapas do processo mais claras e

Principais desafios

- ajustar o planejamento orçamentário a fim de minimizar as inscrições de restos a pagar;
- efetivar ações de custeio e investimento de caráter estratégico, diante dos baixos recursos, principalmente de investimento;
- implantar e manter um sistema de planejamento orçamentário;
- implantar e manter um novo sistema de planejamento das aquisições.

bem definidas, facilitando o acompanhamento e promovendo melhorias na qualidade dos processos administrativos.

O processo de padronização também contribuiu para facilitar a rotina de trabalho dos servidores lotados nos setores de licitações e compras, além de possibilitar que servidores de outras áreas tivessem acesso aos modelos de documentos necessários à instrução processual, permitindo sua elaboração conforme os padrões legais e institucionais. Ademais, o monitoramento contínuo dos processos permite a identificação e correção de falhas com maior celeridade, bem como o diagnóstico de problemas de forma mais eficiente, contribuindo para a redução de custos operacionais.

Em 2022, foi realizada a centralização das licitações, medida que proporcionou melhor gerenciamento dos processos licitatórios. No entanto, em razão das mudanças nos fluxos de trabalho, da realocação de servidores e da entrada de novos servidores ainda sem experiência na área de licitações, observou-se uma redução temporária no número de processos licitatórios realizados.

Nesse mesmo período, foi iniciada a implantação do Processo Eletrônico Nacional (PEN), cuja implementação foi concluída em 2024. A partir de então, todos os processos de aquisição e contratação passaram a

ser instruídos por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), reduzindo o uso de papel e de impressões, além de ampliar a transparência, uma vez que os processos se tornam acessíveis ao público desde a sua abertura.

Quadro 13 - Quantitativo de licitações por modalidade.

Modalidade	Quantidade
Dispensa de Licitação	18
Inexigibilidade	21
Concorrência	3
Pregão	11
Adesão a Pregão (Carona)	3

Fonte: PNCP (03/2026).

Logística sustentável

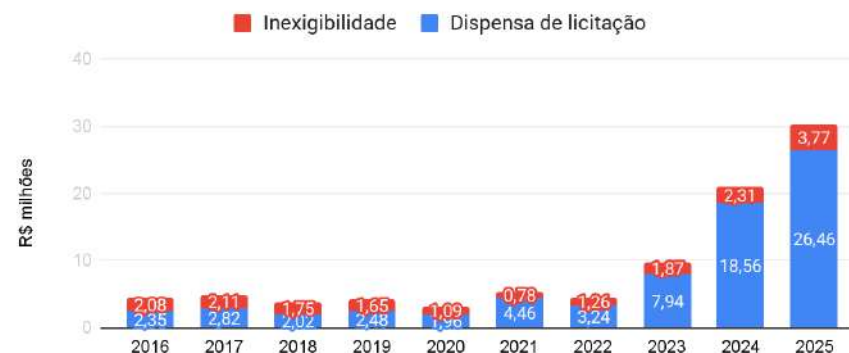
- adoção do processo eletrônico e redução no número de impressões;
- atendimento dos critérios de sustentabilidade previstos na [IN AGU 01/2010](#) na contratação de obras e serviços;
- melhor dimensionamento da área nos contratos de limpeza visando à racionalização dos recursos e mais adequada prestação do serviço;
- especificação de materiais e equipamentos observando critérios de sustentabilidade ambiental, como por exemplo a existência de selo CEFLOR, FSC, PROCEL, dentre outros.

b) Contratos

A instituição, no ano de 2025, realizou a publicação de 122 contratos. Nesse contexto, encontra-se em elaboração o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da instituição, com o objetivo de implementar práticas que aprimorem a gestão e o acompanhamento dos contratos no âmbito do IFSertãoPE.

No gráfico a seguir, observa-se a variação no número de contratações realizadas por inexigibilidade e por dispensa de licitação. Verifica-se, nesse cenário, o aumento das despesas por dispensa em 2025, impulsionado, principalmente, pelas contratações de fundações de apoio para a execução de diversos projetos de pesquisa e extensão.

Figura 81 - Evolução das despesas empenhadas com contratações diretas (R\$ milhões).



Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

Na análise por modalidade, a maior representatividade na execução orçamentária é a categoria "Não se Aplica". Contudo, essa não será aprofundada neste tópico, por englobar despesas que não envolvem processos licitatórios, tais como gastos com pessoal, auxílios da assistência estudantil, diárias e diversas taxas.

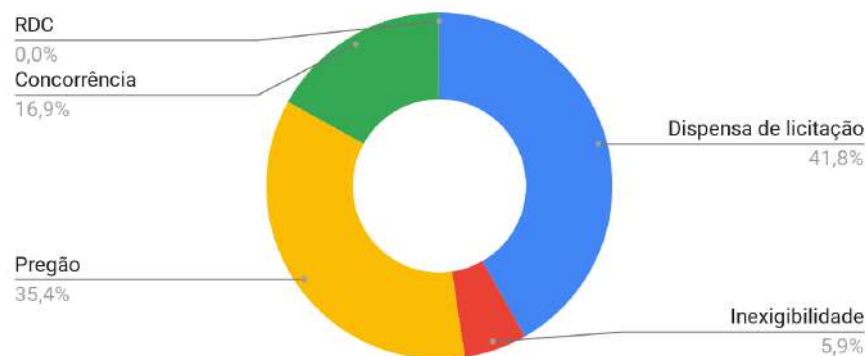
Quadro 14 - Despesas executadas por modalidade de contratação.

Modalidade de licitação	Executado (R\$ milhões)
Dispensa de licitação	26,18
Inexigibilidade	3,69
Não se aplica	264,15
Concorrência	10,59
Pregão	22,18
Regime Diferenciado de Contratação	0,03

Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

Observando o gráfico abaixo, e desconsiderando a categoria "Não se Aplica", as contratações por Dispensa de licitação predominam, correspondendo a 41,8% dos valores executados. Isso se justifica pelas contratações de Fundações de Apoio para gerenciamento administrativo e financeiro de projetos de ensino, pesquisa e extensão com fomento externo.

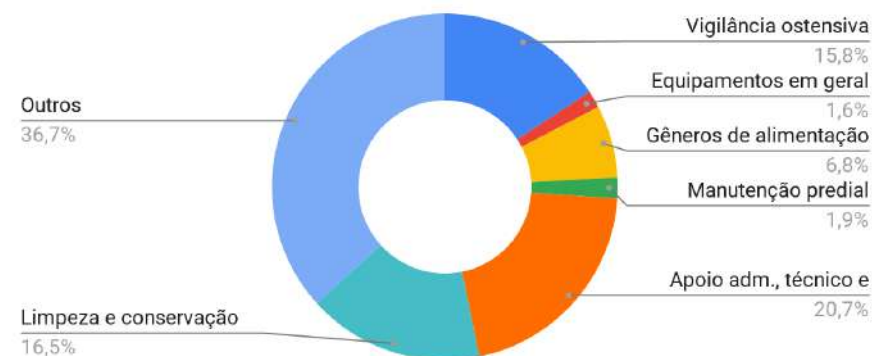
Figura 82 - Participação das contratações nas despesas.



Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

Dentre as despesas provenientes de contratações via pregão, as de impacto mais significativo são referentes a serviços de mão de obra terceirizada, responsáveis por aproximadamente 53% do montante, distribuídas entre apoio administrativo 20,7%, limpeza e conservação 16,5% e vigilância 15,8%. Por sua vez, também foram realizadas despesas diversificadas em investimentos e custeio, que juntas representam 36,7% da distribuição de gastos advindos de contratações por Pregão.

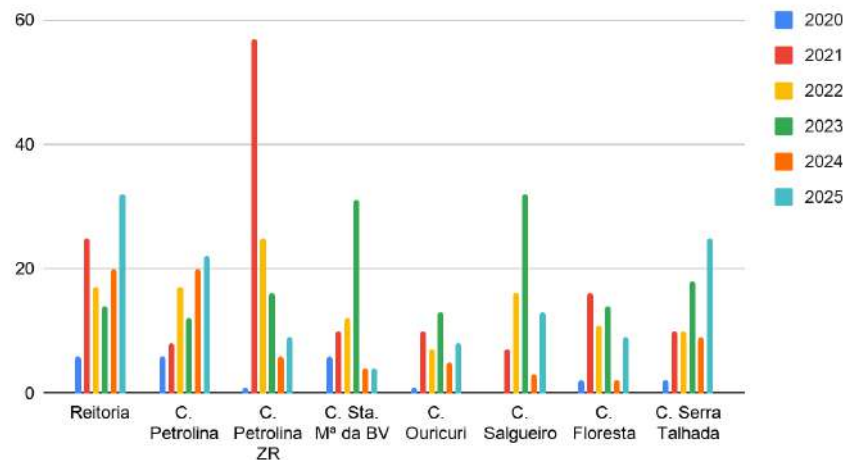
Figura 83 - Distribuição das despesas nas contratações por Pregão.



Fonte: Tesouro Gerencial (03/2026).

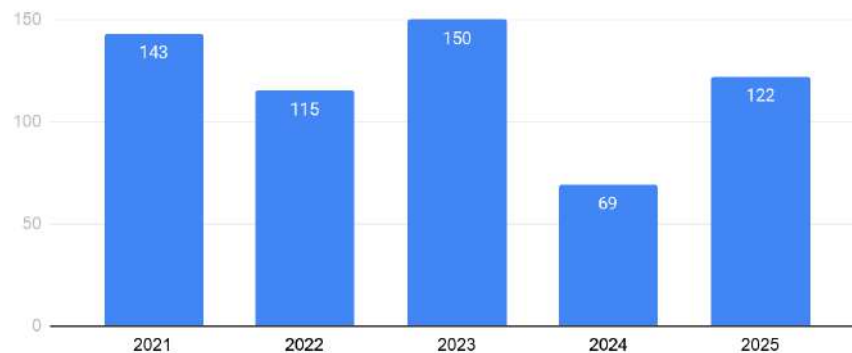
Os gráficos a seguir apresentam o quantitativo de contratos firmados por unidade administrativa, permitindo uma visão comparativa da distribuição das contratações no âmbito institucional. A análise desses dados possibilita identificar o nível de participação de cada unidade na formalização de contratos, evidenciando a dinâmica administrativa e contribuindo para o aprimoramento do planejamento e da gestão contratual.

Figura 84 - Quantitativo de contratos por unidade administrativa.



Fonte: PROAD (03/2026).

Figura 85 - Quantitativo de contratos do IFSertãoPE.



Fonte: PROAD (03/2026).

3.2.10 Patrimônio e infraestrutura

A partir das demandas apresentadas pelos *campi*, a PROAD, com base em critérios técnicos, submeteu ao CODI a definição de prioridades de infraestrutura, com o objetivo de promover uma distribuição eficiente e eficaz dos recursos. Essa estratégia contempla tanto a alocação de investimentos quanto a elaboração de projetos e a posterior execução de obras, visando assegurar a equidade na infraestrutura entre as diversas unidades do IFSertãoPE.

Critérios para definição das prioridades

- criticidade/emergência;
- abrangência;
- necessidade de estudos preliminares;
- capacidade de execução.

Esse planejamento sempre é revisado, o que possibilita avanços na execução e fiscalização das obras em andamento, bem como o desenvolvimento dos novos projetos elencados. Além disso, é realizada a avaliação da força de trabalho existente em comparação à necessidade de novas contratações, assim como da infraestrutura interna da Diretoria de Engenharia e Infraestrutura. Por fim, consolidou-se uma estimativa do volume orçamentário a ser destinado à execução dos projetos e obras previstos no plano de infraestrutura.

Em relação ao tema da infraestrutura física, suas ações estão relacionadas diretamente ao seguinte objetivo estratégico:

- Aprimorar a infraestrutura física e tecnológica.

As principais ações são apresentadas na Figura 86.

Figura 86 - Principais obras sendo realizadas.



Fonte: IF Sertão PE.

No Quadro 15, são apresentadas as principais prioridades ajustadas.

Quadro 15 - Porcentagem de execução das demandas de infraestrutura.

Infraestrutura	% executado
Sede da Reitoria	14,07
Biblioteca do Campus Floresta	30,31
Biblioteca do Campus Petrolina Zona Rural	33,47
Refeitório do Campus Salgueiro	71,13
Sede do Campus Araripina	8,35
Sede do Campus Águas Belas	9,09

Fonte: PROAD.

Obras licitadas

- sede da Reitoria;
- biblioteca do Campus Floresta;
- biblioteca do Campus Petrolina Zona Rural;
- refeitório do Campus Salgueiro;
- sede do Campus Araripina;
- sede do Campus Águas Belas.

Projetos em planejamento

- bloco pedagógico do Campus Floresta;
- reforma da Escola do Vinho do Campus Petrolina Zona Rural;
- sala de práticas agroecológicas do Campus Salgueiro;
- reforma da antiga Biblioteca antiga do Campus Petrolina Zona Rural;
- projeto do Centro Vocacional do Campus Petrolina Zona Rural;
- ampliação da salas de aulas de todos os *campi*;
- reestruturação da rede elétrica de alta tensão do Campus Petrolina Zona Rural.

As obras de construção das bibliotecas nos *campi* Petrolina Zona Rural e Floresta, assim como as da sede da reitoria estão em andamento e com previsão para se encerrarem em 2026. As Figura 87 e 88 mostram algumas imagens dessas ações.

Figura 87 - Construção das bibliotecas nos *campi* Petrolina Zona Rural e Floresta.



Fonte: IFSertãoPE.

Figura 88 - Construção da sede própria da reitoria do IFSertãoPE.



Fonte: IFSertãoPE.

Outro passo estratégico de extrema importância para a população é a construção dos dois novos *campi* do IFSertãoPE, nos municípios de Araripina e Águas Belas. Nesses casos, a previsão de conclusão das obras é para 2027. As obras também já se encontram em andamento, como mostra a Figura 89.

Figura 89 - Construção dos *campi* Araripina e Águas Belas.



Fonte: IFSertãoPE.

Também encontra-se em andamento a construção do refeitório do Campus Salgueiro, em que a previsão é finalizar em 2027.

As obras estão sendo realizadas conforme o previsto, não havendo dificuldades além das esperadas. A Figura 90 apresenta algumas imagens da obra.

Figura 90 - Construção do refeitório do Campus Salgueiro.



Fonte: IFSertãoPE.

Além dessas obras, outras ações importantes de infraestrutura também foram realizadas, como a contratação de serviço de *outsourcing* de veículos, na Reitoria e no Campus Petrolina Zona Rural, e a aquisição de novos aparelhos de ar-condicionados em algumas unidades, proporcionando melhores condições de trabalho para os servidores e mais conforto aos estudantes. Nesses casos, foram encontradas algumas dificuldades, que fizeram com que as ações não se realizassem conforme o previsto, como a limitação orçamentária e, no caso dos veículos, a necessidade de reavaliar a forma de contratação e o surgimento de demandas imprevistas que impactaram a prioridade das licitações.

Além das prioridades de infraestrutura, foi efetivado junto ao planejamento de aquisições as necessidades de equipamentos para laboratórios, de tecnologia da informação, de climatização e móveis. Abaixo listamos os principais investimentos em equipamentos.

Investimentos em equipamentos

- Aquisição de ativos de TI;
- Aquisição de mobiliário;
- Aquisição de equipamentos de ar-condicionado.

Considerando a autonomia administrativa, financeira e operacional dos *campi*, cada unidade dispõe de uma Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio (CAP), responsável pela gestão e atualização das informações nos sistemas de controle patrimonial. No que se refere ao patrimônio mobiliário do IFSertãoPE, este encontra-se devidamente registrado no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), conforme demonstrado a seguir.

Quadro 16 - Dados dos imóveis.

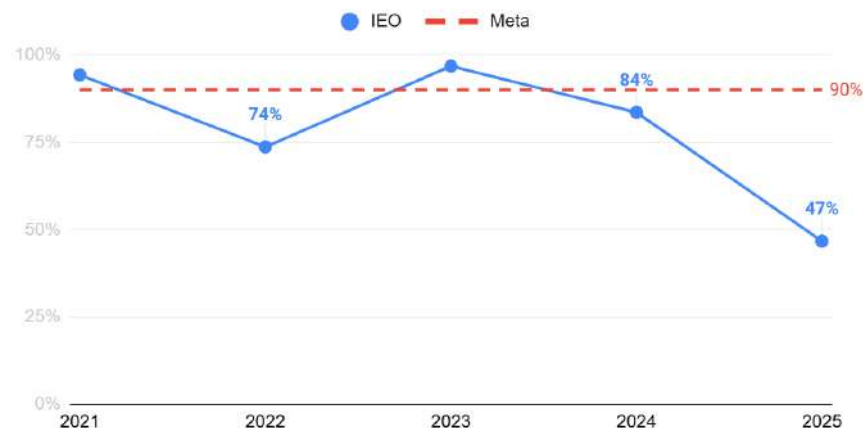
Campus/Reitoria	Número RIP	Cidade de localização
Reitoria	252100189.500-7	Petrolina
Ouricuri	249700029.500-0	Ouricuri
Ouricuri	249700027.500-9	Ouricuri
Floresta	241300048.500-2	Floresta
Floresta	241300073.500-9	Floresta
Petrolina Zona Rural	252100058.500-4	Petrolina
Salgueiro	254300157.500-3	Salgueiro
Serra Talhada	257700266.500-0	Serra Talhada
Santa Maria da Boa Vista	252100127.500-9	Santa Maria da Boa Vista
Petrolina	252100195.500-0	Petrolina

Fonte: PROAD.

O controle patrimonial, é efetivado parte no SIGA ADM, parte em planilhas, e no intuito de sanar esta situação, algumas Unidades já estão em processo de implantação do módulo SIADS, que será responsável pelo nosso controle patrimonial.

→ **Indicadores:** nessa área, há dois indicadores previstos no PDI 2025-2029: (I) o índice de execução de obras (antigo Índice de infraestrutura); e (II) o percentual de projetos de obras elaborados. As Figuras 91 e 92 mostram os resultados no ano de 2021 a 2025.

Figura 91 - Índice de execução de obras.



Fonte: PROAD.

Figura 92 - Percentual de projetos de obras elaborados.



Fonte: PROAD.

3.2.11 Gestão de custos

Para o suporte à gestão de custos, encontra-se em fase de implantação o Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), contando com 5 Unidades como sistema já implantado, dessas 3 já estão em plena operação.

Paralelamente a esse processo, foram realizados ajustes nos planos internos e instituídas Unidades Gestoras Responsáveis (UGRs), que contribuem para a setorização e segmentação das Unidades Gestoras, promovendo um acompanhamento mais preciso dos custos.

Adicionalmente, a implementação do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) proporcionou melhor organização dos servidores nos centros de custo, possibilitando o levantamento dos gastos com pessoal de forma mais detalhada e setorizada.

De modo geral, a apuração de custos no IFSertãoPE, no exercício de 2025, foi realizada com base nos programas e ações parametrizados pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Para 2026, adotou-se a perspectiva de alocar valores específicos para cada Pró-Reitoria e para o Gabinete, de modo a viabilizar o custeio de suas ações de forma mais autônoma, considerando que as iniciativas de caráter institucional já se encontram contempladas no planejamento geral da Reitoria. Com essa medida, busca-se ampliar a granularidade da apuração de custos, aproximando-a, tanto quanto possível, do nível de cada unidade de custo e abrangendo a totalidade das despesas. Posteriormente, essa estratégia será avaliada com vistas à sua institucionalização.

No exercício de 2025, o IFSertãoPE foi composto pelas seguintes unidades administrativas: a Setorial Contábil (UG 158149) e 7 (sete) *campi* (UGs 158278, 158499, 158500, 158568, 158570, 158740 e 158741), estando o Departamento de Contabilidade sediado na Reitoria, ao qual se vinculam todos os contadores da instituição.

Desafios futuros

- concluir a implantação do Siads nas 8 Unidades;
- ratear despesas entre os centros de custo.

Principais dificuldades

- falta de integração entre os setores;
- falta de uniformização dos procedimentos;
- controle de baixa do estoque do almoxarifado por cada unidade de centro de custo;
- rateio das variações patrimoniais diminutivas por cada unidade de centro de custo.

4 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Neste capítulo estão as principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis do IFSertãoPE. Mais informações, com demonstrações e relatórios completos, inclusive a declaração do contador, podem ser acessadas na seção de [contabilidade](#) da página do IFSertãoPE.

4.1 Balanço patrimonial (BP)

De acordo com o Art. 105 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Balanço Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará: I - O Ativo Financeiro; II - O Ativo Permanente; III - O Passivo Financeiro; IV - O Passivo Permanente; V - O Saldo Patrimonial; VI - As Contas de Compensação.

Conforme a Resolução CFC Nº. 1.133/08, que aprovou a NBC T 16.6 – que trata das Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público, o Balanço Patrimonial está estruturado em: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, o que vem evidenciar qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, assim:

- (a) Ativo – compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos;
- (b) Passivo compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões; (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09);
- (c) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos; (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09);
- (d) Contas de Compensação – compreende os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

Quadro 17 - Balanço Patrimonial.

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	AH	AV
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 43,1 M	R\$ 30,9 M	39,58%	21,93%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 24,7 M	R\$ 20,9 M	18,55%	12,58%
Créditos a Curto Prazo	R\$ 9,5 M	R\$ 1,3 M	648,06%	4,84%
Demais Créditos e Valores	R\$ 9,5 M	R\$ 1,3 M	648,06%	4,84%
Demais Créditos e Valores	R\$ 9,5 M	R\$ 1,3 M	-	4,84%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques a Curto Prazo	R\$ 8,9 M	R\$ 8,8 M	R\$ 0,0 K	4,51%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	R\$ 0,9 K	R\$ 0,9 K	0,00%	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 153,6 M	R\$ 148,4 M	3,50%	78,07%
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 1,2 K	R\$ 1,2 K	0,00%	0,00%
Créditos a Longo Prazo	R\$ 1,2 K	R\$ 1,2 K	0,00%	0,00%
Demais Créditos e Valores	R\$ 1,2 K	R\$ 1,2 K	0,00%	0,00%
Demais Créditos e Valores	R\$ 1,2 K	R\$ 1,2 K	-	0,00%
Investimentos	-	-	-	-
Imobilizado	R\$ 153,5 M	R\$ 148,3 M	3,50%	78,036%
Bens Móveis	R\$ 64,0 M	R\$ 63,0 M	1,49%	32,52%
Bens Móveis	R\$ 65,3 M	R\$ 64,3 M	1,63%	33,21%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-R\$ 1354,3 K	-R\$ 1249,7 K	8,37%	-0,69%
Bens Imóveis	R\$ 89,5 M	R\$ 85,3 M	4,98%	45,51%
Bens Imóveis	R\$ 89,7 M	R\$ 85,4 M	5,03%	45,61%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-R\$ 192,3 K	-R\$ 140,1 K	37,30%	-0,10%
Intangível	R\$ 71,4 K	R\$ 71,4 K	0,00%	0,036%
Softwares	R\$ 71,0 K	R\$ 71,0 K	0,00%	0,04%
Softwares	R\$ 78,3 K	R\$ 78,3 K	0,00%	0,04%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-R\$ 7,3 K	-R\$ 7,3 K	0,00%	0,00%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	R\$ 0,4 K	R\$ 0,4 K	0,00%	0,00%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	R\$ 0,4 K	R\$ 0,4 K	0,00%	0,00%
Diferido	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	R\$ 196,7 M	R\$ 179,3 M	9,72%	100,00%

Fonte: IFSertãoPE.

Visão Geral do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial do exercício de 2025 evidencia a posição patrimonial do Instituto Federal do Sertão Pernambucano ao final do período, refletindo os efeitos da execução orçamentária, financeira e patrimonial das atividades institucionais.

A estrutura patrimonial demonstra que o Ativo Circulante, representa aproximadamente 21,93% do total do ativo, enquanto o Ativo Não Circulante corresponde a cerca de 78,07%, indicando que a maior parte dos bens e direitos da instituição está aplicada em ativos de longo prazo.

Indica que:

- A instituição possui maior volume de investimentos em patrimônio permanente;
- Grande parte dos recursos está aplicada em infraestrutura e bens duráveis;
- A entidade tem perfil patrimonial típico de organizações públicas ou de capital intensivo.

Dessa forma, o patrimônio institucional reflete não apenas a posição financeira da entidade, mas também os recursos disponíveis para a sustentação e o aprimoramento das atividades institucionais.

Quadro 18 - Passivo e Patrimônio Líquido.

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	AH	AV
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 112,9 M	R\$ 106,3 M	6,17%	57,40%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	R\$ 22,7 M	R\$ 23,9 M	-5,24%	11,52%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 6,3 M	R\$ 2,6 M	148,58%	3,23%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$ 0,1 K	R\$ 0,1 K	0,00%	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 83,9 M	R\$ 79,9 M	5,03%	42,65%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	R\$ 112,9 M	R\$ 106,3 M	6,17%	57,40%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	AH	AV
Demais Reservas	R\$ 16,2 M	R\$ 17,3 M	-6,39%	8,24%
Resultados Acumulados	R\$ 67,6 M	R\$ 55,6 M	21,51%	34,37%
Resultado do Exercício	R\$ 5,6 M	-R\$ 25899,1 K	-121,57%	2,84%
Resultados de Exercícios Anteriores	R\$ 55,6 M	R\$ 59,3 M	-6,15%	28,28%
Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$ 6,4 M	R\$ 22,3 M	-71,34%	3,24%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 83,8 M	R\$ 72,9 M	14,89%	42,60%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 196,7 M	R\$ 179,3 M	9,72%	100,00%

Fonte: IFSertãoPE.

No passivo, as obrigações concentram-se majoritariamente no Passivo Circulante, relacionadas principalmente às obrigações decorrentes da execução orçamentária do exercício, como fornecedores, encargos e demais compromissos assumidos pela administração pública.

O total do Passivo Exigível para o Balanço Patrimonial de 2025, até o 4º trimestre, compreende o montante de R\$112,9 milhões, o que representa um acréscimo de 6,17% se comparado ao mesmo período de 2024. O Passivo Circulante representa 100% do total do Passivo Exigível.

Passivo Circulante

O Passivo circulante é composto pelas rubricas Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo; Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo; e Demais Obrigações a Curto Prazo que representam 11,52%, 3,23% e 42,65% do total do Passivo e Patrimônio Líquido.

A rubrica com maior volume patrimonial que compõem o Passivo Circulante é: Demais Obrigações a Curto Prazo, que se refere mais especificamente às retenções de tributos, depósitos de fornecedores, depósitos judiciais e não judiciais, diárias a pagar, transferências financeiras a comprovar (TED), dentre outros, com o total de R\$83,9 milhões.

A segunda rubrica com maior volume patrimonial que compõem o Passivo Circulante é: Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo com o total de R\$22,7 milhões sendo, a UG 158149, responsável por 99,99% do total desta rubrica.

Passivo Não Circulante

Em 2025, até o 4º trimestre, não há saldo no Passivo Não Circulante.

Patrimônio Líquido

O total do Patrimônio Líquido para o Balanço Patrimonial de 2025, até o 4º trimestre, compreende o montante de R\$83,8 milhões, o que representa um aumento de 14,89%, se comparado ao mesmo período de 2024.

As rubricas: Resultado do Exercício de R\$5,6 milhões, Resultados de Exercícios Anteriores R\$55,6 milhões e Ajustes de Exercícios Anteriores R\$6,4 milhões, merecem destaque, pois apresentaram variações significativas positivas se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Índices de liquidez

De acordo com o Dicionário Financeiro, os índices de liquidez são indicadores financeiros de análise de crédito que revelam quanto a instituição possui de recursos disponíveis para quitar suas obrigações com quartos, indicando, portanto, sua capacidade de pagamento. Eles são calculados através de um quociente que relaciona os valores de seu ativo com os valores de seu passivo.

Os Índices de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de uma entidade em honrar suas obrigações de curto prazo. Esses índices medem a relação entre os ativos líquidos (ou seja, aqueles que podem ser facilmente convertidos em dinheiro) e os passivos de curto prazo. Eles são cruciais para investidores e credores, pois fornecem uma visão sobre a solidez financeira e a capacidade de pagamento de uma empresa ou instituição. Entre os índices mais comuns estão a liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata, cada um oferecendo uma perspectiva diferente sobre a situação financeira da entidade.

Considera-se apontar que todas as informações necessárias para calcular um índice de liquidez estão disponíveis no balanço patrimonial da instituição.

Índice de liquidez corrente

O índice de liquidez corrente é calculado dividindo-se o ativo circulante da instituição (seus direitos de curto prazo, como o dinheiro em caixa e os estoques) pelo passivo circulante (as dívidas a curto prazo, como empréstimos, impostos, pagamentos a fornecedores, etc.).

Quadro 19 - Índice de liquidez corrente.

Ativo Circulante	Passivo Circulante	Liquidez Corrente
R\$ 43,1 M	R\$ 112,9 M	0,382

Fonte: IFSertãoPE.

Observação: Como a aplicação do indicador de Liquidez Corrente resultou em valor menor que 1, significa dizer que não haveria disponibilidade suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

Índice de Liquidez Seca

A liquidez seca considera os valores de que a empresa dispõe para pagar suas contas no curto prazo, desconsiderando os valores em Estoque.

Quadro 20 - Índice de liquidez seca.

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 24,7 M	Passivo Circulante	R\$ 112,9 M	Liquidez Seca
Créditos a Curto Prazo	R\$ 9,5 M			0,304
VPDs Pagas Antecipadamente	R\$ 0,9 K			
Total	R\$ 34,3 M			

Fonte: IFSertãoPE.

Observação: Como a aplicação do indicador de Liquidez Seca resultou em valor menor que 1, significa dizer que não haveria disponibilidade suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, desconsiderando os Estoques, caso fosse preciso.

Índice de liquidez imediata

Esse indicador considera apenas a conta do balanço patrimonial que representa os valores já disponíveis, ou seja, o dinheiro em caixa, os saldos bancários e as aplicações financeiras resgatáveis no curto prazo.

Além dos estoques, ficam agora excluídos outros elementos dos ativos não líquidos no curtíssimo prazo, como as contas a receber de vendas a prazo.

Quadro 21 - Índice de liquidez imediata.

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 24,7 M	Passivo Circulante	R\$ 112,9 M	Liquidez Imediata
Créditos a Curto Prazo	R\$ 9,5 M			0,304
Total	R\$ 34,3 M			

Fonte: IFSertãoPE.

Observação: Como a aplicação do indicador de Liquidez Imediata resultou em valor menor que 1, significa dizer que não haveria disponibilidade suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, excluindo elementos dos ativos não líquidos, caso fosse preciso.

Liquidez Geral

O índice de liquidez geral busca dar uma visão da solvência de uma empresa no longo prazo. Por este motivo, além dos itens considerados na liquidez corrente, o índice de liquidez geral adiciona os direitos e as obrigações da empresa para um prazo mais alargado, ou seja, seu Realizável a Longo Prazo e seu Exigível a Longo Prazo. Essas duas contas também podem ser obtidas no balanço patrimonial.

Quadro 22 - Índice de liquidez geral.

Ativo Circulante	R\$ 43,1 M	Passivo Circulante	R\$ 112,9 M	Liquidez Geral
Ativo Não Circulante	R\$ 153,6 M	Passivo Não Circulante	-	
Total	R\$ 196,7 M		R\$ 112,9 M	

Fonte: IFSertãoPE.

Observação: Como a aplicação do indicador de Liquidez Geral resultou em valor maior que 1, significa dizer que haveria capacidade de pagar todas as obrigações considerando todos os bens e direitos, caso fosse preciso.

4.2 Demonstração das variações patrimoniais (DVP)

De acordo com o Art. 104 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

A NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC Nº. 1.133/08, que trata das Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público, aponta que a Demonstração das Variações Patrimoniais tem a finalidade de evidenciar as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09).

Neste sentido, as variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio

líquido e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Para fins de apresentação na Demonstração das Variações Patrimoniais, as variações devem ser segregadas em quantitativas e qualitativas. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09).

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.268/09).

As Variações Patrimoniais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano divide-se em Aumentativas e Diminutivas.

Quadro 23 - Variações patrimoniais quantitativas.

	2025	2024	AH	AV - 4 Trimestre 2025
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ 349,9 M	R\$ 305,6 M	14,49%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Contribuições	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 2,2 M	R\$ 43,1 k	4995,21%	0,63%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	R\$ 2,2 M	R\$ 43,1 k	4993,44%	0,63%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 0,0 k	R\$ 0,5 k	-98,40%	0,00%
Juros e Encargos de Mora	R\$ 0,0 k	R\$ 0,5 k	-98,40%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 330,1 M	R\$ 301,0 M	9,67%	94,35%
Transferências Intragovernamentais	R\$ 329,5 M	R\$ 300,1 M	9,82%	94,18%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 610,8 k	R\$ 959,9 k	-36,37%	0,17%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$ 17,3 M	R\$ 4,3 M	303,78%	4,95%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	R\$ 17,3 M	R\$ 4,3 M	303,78%	4,95%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 227,2 k	R\$ 246,4 k	-7,82%	0,06%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 227,2 k	R\$ 246,4 k	-7,82%	0,06%

Fonte: IFSertãoPE.

Composição das variações patrimoniais aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) do exercício são compostas majoritariamente por Transferências e Delegações Recebidas, que representam aproximadamente 94,35% do total das receitas patrimoniais.

Esse comportamento é característico das entidades da administração pública federal direta e das autarquias federais, cuja principal fonte de recursos patrimoniais decorre das transferências orçamentárias recebidas da União para execução das políticas públicas sob sua responsabilidade.

Outras variações patrimoniais aumentativas possuem participação pouco significativa, destacando-se:

- Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – com 4,95%, associados a Ganhos com Desincorporação de Passivos;

- Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – participação residual, vinculada a receitas próprias institucionais;
- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – de baixa representatividade no resultado global.

Essa estrutura evidencia que o financiamento das atividades do IFSertãoPE permanece fortemente dependente das transferências orçamentárias da União, situação típica das instituições federais de ensino.

Composição das variações patrimoniais diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) refletem os custos e despesas associados à manutenção das atividades institucionais.

Quadro 24 - Variações patrimoniais diminutivas.

	2025	2024	AH	AV - 4 Trimestre 2025
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$ 344,3 M	R\$ 331,5 M	3,86%	100,00%
Pessoal e Encargos	R\$ 230,0 M	R\$ 209,7 M	9,67%	66,81%
Remuneração a Pessoal	R\$ 174,4 M	R\$ 160,8 M	8,44%	50,65%
Encargos Patronais	R\$ 36,4 M	R\$ 31,5 M	15,67%	10,59%
Benefícios a Pessoal	R\$ 19,2 M	R\$ 17,4 M	10,13%	5,57%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 18,7 M	R\$ 15,8 M	18,67%	5,44%
Aposentadorias e Reformas	R\$ 18,7 M	R\$ 15,8 M	18,71%	5,43%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 33,6 k	R\$ 33,5 k	0,24%	0,01%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 42,2 M	R\$ 43,3 M	-2,59%	12,25%
Uso de Material de Consumo	R\$ 1,6 M	R\$ 946,2 k	65,06%	0,45%
Serviços	R\$ 40,5 M	R\$ 42,2 M	-4,12%	11,75%
Depreciação, Amortização e Exaustão	R\$ 156,8 k	R\$ 155,4 k	0,92%	0,05%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 26,0 k	R\$ 27,7 k	-6,40%	0,01%
Juros e Encargos de Mora	R\$ 18,5 k	R\$ 26,9 k	-31,31%	0,01%
Descontos Financeiros Concedidos	R\$ 7,5 k	R\$ 0,8 k	823,20%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 26,9 M	R\$ 27,5 M	-2,12%	7,82%
Transferências Intragovernamentais	R\$ 26,3 M	R\$ 26,5 M	-0,59%	7,65%
Transferências a Instituições Privadas	R\$ 57,4 k	R\$ 47,2 k	-	0,02%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 522,9 k	R\$ 959,9 k	-45,52%	0,15%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	R\$ 20,2 M	R\$ 29,7 M	-31,96%	5,87%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	R\$ 790,3 k	-	-	0,23%
Incorporação de Passivos	R\$ 19,4 M	R\$ 28,1 M	-30,97%	5,64%
Desincorporação de Ativos	-	R\$ 1,6 M	-	-
Tributárias	R\$ 59,8 k	R\$ 62,5 k	-4,24%	0,02%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 36,7 k	R\$ 44,9 k	-18,45%	0,01%
Contribuições	R\$ 23,2 k	R\$ 17,5 k	32,20%	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 6,1 M	R\$ 5,4 M	14,38%	1,79%
Incentivos	R\$ 6,1 M	R\$ 5,4 M	14,46%	1,78%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 10,5 k	R\$ 12,6 k	-16,38%	0,00%

Fonte: IFSertãoPE.

4.3 Balanço Orçamentário (BO)

De acordo com o Art. 102 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

A Resolução CFC nº 1.268/2009, aponta que o Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento atualizado e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

De forma mais abrangente, é possível afirmar que o balanço orçamentário se destaca como um documento essencial que compara as receitas e despesas previstas no orçamento com as efetivamente realizadas. Tal demonstração contábil oferece uma visão clara sobre a

execução orçamentária, evidenciando possíveis distorções e permitindo ajustes necessários, tornando-se vital para a transparência e responsabilidade fiscal, ajudando a garantir que os recursos públicos sejam usados de maneira eficiente e conforme planejado.

Com isso, o Balanço Orçamentário está estruturado da seguinte forma:

- **Receitas:** Inclui todas as fontes de receita, como impostos, transferências e outros ingressos;
- **Despesas:** Detalha todas as saídas de recursos, sejam elas correntes (como salários e manutenção) ou de capital (como investimentos em infraestrutura);
- **Resultado Orçamentário:** A diferença entre receitas e despesas. Um resultado positivo indica superávit, enquanto um negativo aponta déficit.

Quadro 25 - Balanço orçamentário - Receita.

RECEITA						
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realizado	AV Receitas Realizadas
RECEITAS CORRENTES	R\$ 545,5 k	R\$ 545,5 k	R\$ 2,2 M	R\$ 1,7 M	407,12%	100,00%
Receita Tributária	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	R\$ 127,5 k	R\$ 127,5 k	R\$ 27,8 k	-R\$ 99,7 k	21,82%	1,25%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	R\$ 127,5 k	R\$ 127,5 k	R\$ 27,8 k	-R\$ 99,7 k	21,82%	1,25%
Receita Agropecuária	R\$ 258,0 k	R\$ 258,0 k	R\$ 0,8 k	-R\$ 257,2 k	0,29%	0,03%
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	R\$ 160,0 k	R\$ 160,0 k	R\$ 2,2 M	R\$ 2,0 M	1343,96%	96,82%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	R\$ 160,0 k	R\$ 160,0 k	R\$ 2,2 M	R\$ 2,0 M	1343,96%	96,82%
Outras Receitas Correntes	-	-	R\$ 42,1 k	R\$ 42,1 k	-	1,89%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	R\$ 42,1 k	R\$ 42,1 k	-	1,89%
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1,1 M	R\$ 1,1 M	-	-R\$ 1055,0 k	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	R\$ 1,1 M	R\$ 1,1 M	-	-R\$ 1055,0 k	-	-
Alienação de Bens Móveis	R\$ 1,1 M	R\$ 1,1 M	-	-R\$ 1055,0 k	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	R\$ 1,6 M	R\$ 1,6 M	R\$ 2,2 M	R\$ 620,5 k	138,77%	100,00%
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	R\$ 1,6 M	R\$ 1,6 M	R\$ 2,2 M	R\$ 620,5 k	138,77%	100,00%
DÉFICIT			R\$ 325,0 M	R\$ 325,0 M	-	14630,88%
TOTAL	R\$ 1,6 M	R\$ 1,6 M	R\$ 327,2 M	R\$ 325,6 M	20441,50%	14730,88%
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	R\$ 34,1 M	-	-R\$ 34074,9 k	-	-
Créditos Cancelados	-	R\$ 34,1 M	-	-	-	-

Fonte: IFSertãoPE.

Quadro 26 - Balanço orçamentário - Despesa.

DESPESA										
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Execução	AV - Dotação Inicial	RPNP	RPP
DESPESAS CORRENTES	RS 261,0 M	RS 294,5 M	RS 314,5 M	RS 296,6 M	RS 264,0 M	-RS 19998,2 k	106,79%	99,408%	5,71%	10,98%
Pessoal e Encargos Sociais	RS 205,1 M	RS 238,3 M	RS 236,5 M	RS 236,4 M	RS 210,7 M	RS 1,8 M	99,23%	78,106%	0,06%	10,87%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	RS 55,9 M	RS 56,2 M	RS 78,0 M	RS 60,2 M	RS 53,4 M	-RS 21835,7 k	138,84%	21,302%	22,86%	11,38%
DESPESAS DE CAPITAL	RS 1,6 M	RS 2,1 M	RS 12,6 M	RS 5,9 M	RS 4,5 M	-RS 10496,2 k	590,84%	0,592%	52,93%	23,67%
Investimentos	RS 1,6 M	RS 2,1 M	RS 12,6 M	RS 5,9 M	RS 4,5 M	-RS 10496,2 k	590,84%	0,592%	52,93%	23,67%
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	RS 262,6 M	RS 296,7 M	RS 327,2 M	RS 302,5 M	RS 268,6 M	-RS 30494,3 k	110,28%	100,00%	7,54%	11,23%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	RS 262,6 M	RS 296,7 M	RS 327,2 M	RS 302,5 M	RS 268,6 M	-RS 30494,3 k	110,28%	100,00%	7,54%	11,23%
TOTAL	RS 262,6 M	RS 296,7 M	RS 327,2 M	RS 302,5 M	RS 268,6 M	-RS 30494,3 k	110,28%	100,00%	7,54%	11,23%

Fonte: IFSertãoPE.

4.4 Balanço Financeiro (BF)

De acordo com Art. 103 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O balanço financeiro é uma peça fundamental na gestão das finanças públicas. Ele é utilizado para avaliar a saúde financeira e o desempenho das entidades governamentais. O balanço financeiro tem como principal objetivo fornecer informações transparentes e relevantes sobre a situação econômica e financeira de um órgão público. Isso permite

a tomada de decisões informadas, a prestação de contas à sociedade e o cumprimento de normas legais e regulamentares.

Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Ingressos

Os ingressos, ou receitas, são classificadas de acordo com sua origem e natureza. Elas podem ser divididas em diversas categorias principais:

- **Receita Tributária:** Inclui impostos, taxas e contribuições arrecadadas pelo governo. Exemplos incluem Imposto de Renda, IPTU, ISS, entre outros.
 - **Receita de Contribuições:** Proveniente de contribuições parafiscais destinadas a financiar seguridade social e outras finalidades específicas.
 - **Receita Patrimonial:** Resulta da exploração do patrimônio público, como aluguéis de imóveis, dividendos de empresas em que o governo possui participação, etc.
 - **Receita de Serviços:** Derivada da prestação de serviços públicos, tais como taxas e tarifas cobradas por serviços de água, saneamento, energia etc.
- **Transferências Correntes:** Incluem recursos recebidos de outros entes públicos, como transferências do governo federal para estados e municípios.
 - **Receita de Capital:** Proveniente de operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e outras fontes que afetam o patrimônio.

Quadro 27 - Ingressos.

ESPECIFICAÇÃO/RUBRICA	2025	2024	AH	AV
Receitas Orçamentárias	R\$ 2,2 M	R\$ 51,8 K	4191,40%	0,54%
Re recursos Não Vinculados	-	-	-	-
Re recursos Vinculados	R\$ 2,2 M	R\$ 52,6 K	4137,00%	0,54%
Fundos, Órgãos e Programas	R\$ 2,2 M	R\$ 52,6 K	4137,00%	0,54%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-R\$ 6,1 K	-R\$ 0,8 K	654,11%	0,00%
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 329,5 M	R\$ 300,1 M	9,82%	80,03%
Resultantes da Execução Orçamentária	R\$ 306,8 M	R\$ 272,2 M	12,70%	74,50%
Repasse Recebido	R\$ 286,2 M	R\$ 250,7 M	14,18%	69,51%
Sub-repasse Recebido	R\$ 20,6 M	R\$ 21,5 M	-4,46%	5,00%
Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 22,7 M	R\$ 27,9 M	-18,39%	5,52%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	R\$ 18,8 M	R\$ 24,8 M	-24,52%	4,55%
Demais Transferências Recebidas	R\$ 373,6 K	R\$ 0,4 K	88937,26%	0,09%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	R\$ 3,6 M	R\$ 3,0 M	19,59%	0,88%
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 59,1 M	R\$ 34,4 M	72,03%	14,36%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	R\$ 34,0 M	R\$ 23,2 M	46,66%	8,25%
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	R\$ 24,7 M	R\$ 10,5 M	134,68%	5,99%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 320,2 K	R\$ 474,1 K	-32,45%	0,08%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 196,2 K	R\$ 237,5 K	-17,39%	0,05%
Arrecadação de Outra Unidade	R\$ 196,2 K	R\$ 237,5 K	-17,39%	0,05%
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 20,9 M	R\$ 20,1 M	3,89%	5,07%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 20,9 M	R\$ 20,1 M	3,89%	5,07%
TOTAL	R\$ 411,7 M	R\$ 354,6 M	16,12%	100,00%

Fonte: IFSertãoPE.

Quadro 28 - Dispêndios.

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO/RUBRICA	2025	2024	AH	AV
Despesas Orçamentárias	R\$ 327,2 M	R\$ 269,2 M	21,52%	79,46%
Recursos Não Vinculados	R\$ 306,2 M	R\$ 246,2 M	24,39%	74,38%
Recursos Vinculados	R\$ 20,9 M	R\$ 23,1 M	-9,19%	5,08%
Educação	R\$ 885,6 K	R\$ 6,4 M	-86,06%	0,22%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	R\$ 510,1 K	-	-
Previdência Social (RPPS)	R\$ 18,1 M	R\$ 16,2 M	-	4,39%
Fundos, Órgãos e Programas	R\$ 2,0 M	R\$ 1,8 K	-	0,48%
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 26,3 M	R\$ 26,5 M	-0,59%	6,40%
Resultantes da Execução Orçamentária	R\$ 20,6 M	R\$ 21,5 M	-4,46%	5,00%
Repasse Concedido	-	R\$ 0,8 K	-	-
Sub-repasse Concedido	R\$ 20,6 M	R\$ 21,5 M	-4,46%	5,00%
Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 5,8 M	R\$ 5,0 M	16,18%	1,40%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	R\$ 5,1 M	R\$ 4,6 M	10,09%	1,23%
Demais Transferências Concedidas	R\$ 387,4 K	R\$ 124,8 K	210,43%	0,09%
Movimento de Saldos Patrimoniais	R\$ 313,5 K	R\$ 237,5 K	32,04%	0,08%
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 33,5 M	R\$ 38,0 M	-11,81%	8,13%
Pagamento de Restos a Pagar Processados	R\$ 23,1 M	R\$ 21,7 M	6,57%	5,62%
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	R\$ 10,0 M	R\$ 15,9 M	-36,78%	2,44%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 302,4 K	R\$ 372,7 K	-18,87%	0,07%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 5,5 K	-	-	0,001%
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	R\$ 5,5 K	-	-	0,001%
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 24,7 M	R\$ 20,9 M	18,55%	6,01%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 24,7 M	R\$ 20,9 M	18,55%	6,01%
TOTAL	R\$ 411,7 M	R\$ 354,6 M	16,12%	100,00%

Fonte: IFSertãoPE.

Resumo da situação financeira e patrimonial

As demonstrações contábeis do exercício de 2025 evidenciam a posição financeira, patrimonial e orçamentária do Instituto Federal do Sertão Pernambucano ao final do exercício, refletindo os efeitos da execução das políticas públicas educacionais sob responsabilidade da instituição.

A análise do conjunto das demonstrações contábeis indica que o IFSertãoPE manteve equilíbrio financeiro e patrimonial, com estrutura fortemente baseada em recursos provenientes do orçamento da União, característica comum às autarquias federais de ensino.

No Balanço Patrimonial, destaca-se a composição do ativo institucional formada por:

- Disponibilidades financeiras e equivalentes de caixa;
- Créditos e valores realizáveis no curto prazo;
- Ativos permanentes vinculados à infraestrutura institucional, especialmente bens móveis e imóveis registrados no imobilizado.

No passivo, predominam obrigações de curto prazo associadas à execução orçamentária do exercício, especialmente aquelas relacionadas a fornecedores, encargos e restos a pagar.

Comparativamente ao exercício anterior, as variações patrimoniais refletem principalmente:

- Execução das despesas orçamentárias da instituição;
- Incorporação de novos bens ao patrimônio público;
- Reconhecimento de depreciação e outros ajustes patrimoniais.

Execução orçamentária e resultados institucionais

A execução orçamentária do exercício evidencia a utilização dos recursos públicos destinados à manutenção das atividades acadêmicas, administrativas e de infraestrutura do IFSertãoPE.

Os recursos orçamentários executados foram direcionados principalmente para:

- Pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais;
- Custeio das atividades administrativas e acadêmicas;
- Manutenção da infraestrutura institucional;
- Aquisição de materiais, equipamentos e serviços necessários ao funcionamento das unidades.

A execução orçamentária reflete o esforço institucional para garantir a continuidade das políticas públicas de educação profissional, científica e tecnológica, contribuindo para o cumprimento da missão institucional do IFSertãoPE.

Relação entre o Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário e Fluxo de Caixa

As demonstrações contábeis da instituição apresentam forte integração entre si, permitindo analisar diferentes aspectos da gestão financeira e patrimonial.

Relação com o Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia a execução das receitas e despesas autorizadas na Lei Orçamentária Anual, enquanto o Balanço Financeiro demonstra a movimentação efetiva de ingressos e dispêndios financeiros ocorridos no exercício.

A relação entre essas demonstrações permite identificar:

- A correspondência entre as receitas arrecadadas e os ingressos financeiros efetivos;
- A execução das despesas empenhadas e os pagamentos realizados no exercício;
- A existência de despesas inscritas em restos a pagar.

Relação com a Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as entradas e saídas de recursos financeiros ao longo do exercício, demonstrando a capacidade da instituição em administrar seus recursos financeiros.

Essa demonstração complementa o Balanço Financeiro ao permitir avaliar:

- O comportamento do caixa ao longo do exercício;
- A origem dos ingressos financeiros;
- A destinação dos recursos utilizados para execução das atividades institucionais.

Coerência entre planejamento, execução e disponibilidade financeira

A análise conjunta das demonstrações contábeis indica coerência entre o planejamento institucional, a execução orçamentária e a disponibilidade financeira observada ao final do exercício.

Os recursos orçamentários autorizados foram executados de forma alinhada às prioridades institucionais, garantindo:

- Manutenção das atividades acadêmicas e administrativas;
- Funcionamento da infraestrutura institucional;
- Continuidade das políticas públicas educacionais executadas pela instituição.

A disponibilidade financeira observada ao final do exercício reflete a dinâmica da execução orçamentária e a existência de compromissos assumidos que serão liquidados em exercícios subsequentes.

Restos a pagar e seus impactos financeiros

Parte das despesas empenhadas no exercício foi inscrita em restos a pagar, representando compromissos financeiros cuja execução continuará no exercício seguinte.

Esses valores decorrem principalmente de:

- Contratos administrativos em execução;
- Aquisições de bens e serviços ainda em fase de entrega ou liquidação;
- Despesas liquidadas no final do exercício.

A inscrição de restos a pagar é comum na administração pública e permite assegurar a continuidade da execução das políticas públicas e dos contratos administrativos firmados pela instituição.

Fundos de financiamento e operações de crédito

O IFSertãoPE não possui fundos de financiamento próprios nem realiza operações de crédito vinculadas à sua atividade institucional.

Dessa forma, não foram identificadas movimentações contábeis relevantes relacionadas a fundos de financiamento ou operações de crédito no exercício analisado.

Principais fatos contábeis do exercício

Entre os principais fatos contábeis registrados no exercício destacam-se:

- Execução das despesas de pessoal e encargos sociais;
- Despesas de custeio relacionadas à manutenção das atividades institucionais;
- Aquisição de bens permanentes e incorporação ao patrimônio institucional;
- Reconhecimento da depreciação de ativos imobilizados;
- Inscrição de despesas em restos a pagar.

Esses eventos refletem a dinâmica operacional da instituição e o cumprimento de suas atribuições institucionais.

Informações contábeis por unidade administrativa (campi)

Considerando que o IFSertãoPE possui diversas unidades administrativas, a análise das informações contábeis pode ser desmembrada por campus ou unidade gestora, permitindo maior transparência e compreensão da execução dos recursos públicos.

Essa segregação possibilita avaliar:

- A execução orçamentária de cada unidade;
- A alocação de recursos institucionais;
- O desempenho financeiro das unidades administrativas.

As informações detalhadas por *campus* encontram-se disponíveis nos sistemas de gestão e relatórios gerenciais utilizados pela instituição.

Auditorias e órgãos de controle

As demonstrações contábeis do IFSertãoPE estão sujeitas à fiscalização dos órgãos de controle interno e externo da administração pública federal, especialmente:

- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Tribunal de Contas da União (TCU).

Eventuais recomendações ou apontamentos desses órgãos são analisados pela administração da instituição, que adota as medidas necessárias para o aprimoramento dos processos de gestão e controle interno.

Publicação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis completas do IFSertãoPE, acompanhadas das respectivas notas explicativas, encontram-se disponíveis para consulta pública nos seguintes meios:

- Sistema SIAFI / Tesouro Gerencial;
- Relatório de Gestão institucional;
- Portal eletrônico oficial do IFSertãoPE.

Esses documentos apresentam, de forma detalhada, a posição financeira, patrimonial e orçamentária da instituição.

Estrutura contábil da instituição no SIAFI

As informações contábeis apresentadas neste relatório foram elaboradas com base nos registros efetuados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Quando a instituição é composta por mais de uma unidade administrativa registrada no sistema, as informações podem ser apresentadas:

- De forma consolidada, representando o resultado global da instituição;
- Ou individualizada por unidade gestora, permitindo análise detalhada da execução orçamentária e financeira de cada unidade.

A consolidação dessas informações permite avaliar o desempenho financeiro e patrimonial do IFSertãoPE como um todo, ao mesmo tempo em que possibilita a análise específica das unidades administrativas que compõem a instituição.

4.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC Nº. 1.133/08, que trata das Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público, aponta que a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um dos relatórios contábeis mais importantes, proporcionando uma visão detalhada das entradas e saídas de caixa de uma empresa durante um período específico.

Este relatório ajuda a entender como as operações da empresa, atividades de investimento e financiamentos impactam a posição de caixa.

Existem três seções principais na DFC:

- **Atividades Operacionais:** Refletem o fluxo de caixa gerado ou utilizado nas operações principais do negócio, como vendas de produtos e pagamento de fornecedores.
- **Atividades de Investimento:** Incluem fluxos de caixa relacionados à compra e venda de ativos a longo prazo, como imóveis, instalações e equipamentos.
- **Atividades de Financiamento:** Envolvem fluxos de caixa decorrentes de transações com investidores e credores, como emissão de ações, empréstimos e pagamento de dividendos.

Neste sentido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: (a) das operações; (b) dos investimentos; e (c) dos financiamentos.

Fluxo de Caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais é crucial porque revela a capacidade da Instituição de gerar caixa suficiente para sustentar suas operações diárias sem depender de fontes externas de financiamento. O fluxo das atividades operacionais representa as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extra orçamentárias do órgão, geradas com o intuito de atingir o objeto social da entidade, podendo ser considerado a principal atividade geradora de caixa, ajudando a avaliar a saúde financeira e a eficiência operacional da Instituição.

Quadro 29 - Fluxo de Caixa das atividades operacionais.

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2025	2024	AH (%)	AV (%)
INGRESSOS OPERACIONAIS	R\$ 332,3 M	R\$ 300,8 M	10,45%	100,00%
Receita Patrimonial	R\$ 27,8 k	R\$ 33,6 k	-17,12%	0,01%
Receita Agropecuária	R\$ 0,8 k	-	-	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 2,2 M	R\$ 9,2 k	23295,97%	0,65%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 42,1 k	R\$ 9,0 k	368,48%	0,01%
Outros Ingressos Operacionais	R\$ 330,0 M	R\$ 300,8 M	9,73%	99,33%
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 320,2 k	R\$ 474,1 k	-32,45%	0,10%
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 329,5 M	R\$ 300,1 M	9,82%	99,18%
Arrecadação de Outra Unidade	R\$ 196,2 k	R\$ 237,5 k	-17,39%	0,06%
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-R\$ 322749,5 k	-R\$ 293575,2 k	9,94%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-R\$ 263604,7 k	-R\$ 236054,1 k	11,67%	81,67%
Previdência Social	-R\$ 20043,6 k	-R\$ 16958,9 k	-	6,21%
Trabalho	-R\$ 510,1 k	-R\$ 5289,9 k	-90,36%	0,16%
Educação	-R\$ 240259,6 k	-R\$ 211055,2 k	13,84%	74,44%
Organização Agrária	-	-R\$ 130,0 k	-	-
Comércio e Serviços	-R\$ 186,0 k	-	-	0,06%
Desporto e Lazer	-R\$ 2600,0 k	-R\$ 2600,0 k	0,00%	0,81%
Encargos Especiais	-	-R\$ 20,0 k	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-R\$ 5,5 k	-	-	0,00%
Transferências Concedidas	-R\$ 32504,4 k	-R\$ 30652,8 k	6,04%	10,07%
Intragovernamentais Concedidas	-R\$ 32447,0 k	-R\$ 30605,6 k	6,02%	10,05%
Outras Transferências Concedidas	-R\$ 57,4 k	-R\$ 47,2 k	21,57%	0,02%
Outros Desembolsos Operacionais	-R\$ 26640,3 k	-R\$ 26868,3 k	-0,85%	8,25%
Dispêndios Extraorçamentários	-R\$ 302,4 k	-R\$ 372,7 k	-18,87%	0,09%
Transferências Financeiras Concedidas	-R\$ 26338,0 k	-R\$ 26495,6 k	-0,59%	8,16%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 9,5 M	R\$ 7,2 M	31,13%	-

Fonte: IFSertãoPE.

Comportamento do caixa ao longo do exercício

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações financeiras ocorridas no exercício de 2025, permitindo avaliar a capacidade da instituição em gerar e administrar recursos financeiros para o cumprimento de suas obrigações.

O fluxo de caixa do IFSertãoPE é fortemente influenciado pelas transferências financeiras recebidas do Tesouro Nacional, que representam a principal fonte de ingresso de recursos. Esses ingressos estão diretamente relacionados à execução do orçamento público destinado à manutenção das atividades institucionais.

Ao longo do exercício, os recursos financeiros recebidos foram utilizados principalmente para:

- Pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais;
- Manutenção da infraestrutura institucional;
- Aquisição de materiais e serviços necessários ao funcionamento das unidades administrativas e acadêmicas;
- Execução de contratos administrativos e investimentos institucionais.

O comportamento do caixa reflete, portanto, a dinâmica da execução orçamentária da instituição, evidenciando a utilização dos recursos recebidos para a manutenção das atividades finalísticas e administrativas.

Análise da liquidez

A análise da liquidez demonstra a capacidade da instituição de honrar suas obrigações de curto prazo com os recursos financeiros disponíveis.

No caso do IFSertãoPE, a liquidez está diretamente associada ao fluxo de transferências financeiras da União, que garante a cobertura das despesas necessárias ao funcionamento da instituição.

De forma geral, as entidades da administração pública federal apresentam liquidez controlada pelo Tesouro Nacional, uma vez que a liberação de recursos financeiros ocorre conforme a execução orçamentária e a programação financeira do governo federal.

Assim, a capacidade de liquidez da instituição deve ser interpretada considerando o modelo de gestão financeira pública, no qual os recursos são disponibilizados de forma centralizada pelo Tesouro.

Capacidade de pagamento

A capacidade de pagamento do IFSertãoPE está relacionada à disponibilidade financeira existente ao final do exercício e ao volume de obrigações assumidas pela instituição.

A análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa indica que os ingressos financeiros recebidos ao longo do exercício foram suficientes para cobrir a maior parte das despesas executadas no período.

Contudo, parte das obrigações assumidas no exercício permanece registrada como restos a pagar, os quais serão liquidados ou pagos em exercícios subsequentes.

Esse comportamento é comum na administração pública, especialmente em instituições que executam contratos administrativos e projetos de investimento, cuja execução pode ultrapassar o exercício financeiro.

Impactos dos Restos a Pagar

Os restos a pagar representam despesas empenhadas que não foram pagas até o encerramento do exercício financeiro.

Esses valores impactam diretamente a análise da capacidade de pagamento e do fluxo de caixa institucional, uma vez que constituem compromissos financeiros que deverão ser quitados no exercício seguinte.

Os restos a pagar podem ser classificados em:

- **Restos a pagar processados:** correspondem às despesas já liquidadas, ou seja, aquelas em que o bem ou serviço já foi entregue e reconhecido pela administração, restando apenas a realização do pagamento.
- **Restos a pagar não processados:** referem-se às despesas empenhadas que ainda se encontram em fase de execução, como contratos em andamento, fornecimento de bens ou obras públicas.

A existência desses valores é comum em instituições públicas, sobretudo quando há execução de contratos administrativos ou investimentos que ultrapassam o exercício financeiro.

Relação entre fluxo de caixa e execução orçamentária

O fluxo de caixa institucional apresenta forte correlação com a execução orçamentária do exercício.

As entradas de recursos financeiros refletem principalmente as transferências financeiras da União, enquanto as saídas de recursos correspondem à execução das despesas autorizadas no orçamento.

Dessa forma, a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia a materialização financeira das políticas públicas executadas pelo IFSertãoPE, traduzindo em movimentação financeira as decisões orçamentárias adotadas ao longo do exercício.

Síntese dos Principais Resultados

A análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2025 permite concluir que:

- A principal fonte de ingressos financeiros da instituição continua sendo as transferências do Tesouro Nacional;
- Os recursos recebidos foram utilizados majoritariamente para a manutenção das atividades institucionais, com destaque para despesas com pessoal e custeio administrativo;
- A existência de restos a pagar está associada à dinâmica da execução orçamentária e à continuidade de contratos e investimentos institucionais;
- O fluxo de caixa institucional evidencia a capacidade da instituição de manter suas atividades e honrar compromissos financeiros, dentro da lógica de financiamento do setor público federal.

4.6 Notas Explicativas

O Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE) é uma autarquia federal, detentora de autonomia administrativa, patrimonial,

financeira, didático-pedagógica e disciplinar, vinculada ao MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), sob a supervisão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), e regido por seu Estatuto, Regimento, Organização Didática e pelas legislações em vigor.

O IFSertãoPE é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, que visa melhorar a ação sistêmica da educação, interiorizar e socializar o conhecimento, popularizar a ciência e a tecnologia, desenvolvendo os arranjos produtivos sociais e culturais locais, com foco na redução das desigualdades sociais.

4.6.1 Base de preparação das demonstrações e práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP do IFSertãoPE foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa em determinado período ou exercício financeiro.

As informações constantes nas DCASP foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades que compõem o órgão 26430 – Instituto Federal do Ceará (IFSertãoPE), Autarquia Federal da Administração Indireta integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

1. Balanço Patrimonial (BP);
2. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
3. Balanço Orçamentário (BO);
4. Balanço Financeiro (BF);
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Cada demonstrativo está acompanhado das respectivas Notas Explicativas e a análise dos dados foi feita por meio da revisão analítica, levando em consideração a relevância e a materialidade dos valores/percentuais da conta contábil consolidada do Órgão.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

4.6.2 Resumo dos principais critérios e das políticas contábeis

Estão elencados abaixo critérios e políticas contábeis aplicados ao IFSertãoPE, com base nos conceitos definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e nos parâmetros do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Moeda

A moeda utilizada pelo IFSertãoPE é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa (Disponibilidades)

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, estes, contabilizados em contas de resultado.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber em curto prazo realizáveis até doze meses da data das Demonstrações Contábeis, relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos e valores a compensar. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescidos das atualizações monetárias e juros.

Estoques

Compreendem os materiais em almoxarifado (para consumo na prestação de serviço, distribuição, entre outros), mercadorias para revenda, produtos acabados e em elaboração. Na entrada, esses bens são mensurados ou avaliados pelo valor de aquisição, produção e construção ou valor realizável líquido, sendo considerado o menor valor. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, atualmente gerenciado no IFSertãoPE pelo Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), a depender da unidade.

Cabe informar que alguns *campi* já têm implantado ou estão finalizando a implantação do SIADS, da Secretaria do Tesouro Nacional, sistema que permitirá uma evidênciação mais precisa dos estoques das unidades, em virtude da integração com o sistema SIAFI.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

As transferências externas desses ativos são realizadas pelo valor contábil líquido, com base nos registros contábeis e relatórios do sistema SUAP. Internamente, entre unidades gestoras do IFSertãoPE, são realizadas as transferências com o valor de aquisição e da respectiva depreciação acumulada em contas contábeis específicas.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment). Cabe salientar que o IFSertãoPE não realiza o Impairment Test em seus ativos intangíveis tendo em vista a limitação sistêmica atual do Instituto.

Depreciação de bens móveis, imóveis e amortização de bens intangíveis

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e

a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Os bens móveis do IFSertãoPE aguarda a finalização dos trabalhos de implantação do SIADS para reconhecimento contábil através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tendo como base:

- método das quotas constantes;
- utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, integrante do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30, com determinação da vida útil e valor residual dos bens agregados por conta contábil.

A depreciação dos bens imóveis do IFSertãoPE é apurada mensalmente através do Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial (SPIUnet), sob responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014. Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais:

- poderão ser atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:
- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros;
- data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União seja igual ou superior a 5 anos.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor

residual é estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e comunicado à SPU.

A amortização dos bens intangíveis do IFSertãoPE, com vida útil definida, será apurada logo que finalizados os trabalhos de implantação do SIADS e reconhecida contabilmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tendo como base:

- estimativa de vida útil individualizada;
- método das quotas constantes.

A estimativa de vida útil, que determina o período de amortização do bem intangível, deve ser revisada ao final de cada exercício.

Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do IFSertãoPE são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Ajustes de exercícios anteriores

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores tem a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Tais ajustes compõem a linha de resultados acumulados no balanço patrimonial e recebem registros aumentativos e diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão sem transitar pelas contas de resultado, uma vez que se referem a exercícios encerrados.

Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro. No encerramento de cada exercício

financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, restos a pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento. Segregam-se em “processados”, quando em 31 de dezembro são empenhos liquidados a pagar (mas não pagos), e em “não processados”, quando não houve a entrega/realização do objeto de despesa empenhado.

4.6.3 Ativo circulante

O Ativo Circulante é um grupo do ativo que demonstra as disponibilidades financeiras, os bens e direitos que serão convertidos em dinheiro, o estoque de materiais que serão consumidos no curto prazo na produção de serviços públicos prestados pela entidade ou ativos mantidos para venda no curso operacional.

Quadro 30 - Ativo.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	43.126.331,98	30.896.486,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.745.404,55	20.872.575,85
Créditos a Curto Prazo	9.518.307,37	1.272.398,13
Demais Créditos e Valores	9.518.307,37	1.272.398,13
Demais Créditos e Valores	9.518.307,37	1.272.398,13
Estoque a Curto Prazo	8.861.752,91	8.750.645,01
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	867,15	867,15
TOTAL DO ATIVO	196.678.336,70	179.261.627,97

Fonte: IFSertãoPE.

O ativo circulante representa 21,93% do ativo total do órgão. A análise horizontal (AH) indica um aumento de 39,58% do ativo circulante em relação ao ano anterior.

4.6.4 Caixa e equivalentes de caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrição de uso imediato. A entidade realiza suas movimentações financeiras através da liberação de limite-saque da Conta Única do Tesouro Nacional para entidades pertencentes ao orçamento fiscal e seguridade social – OFSS.

A tabela a seguir, demonstra a composição dos recursos de Caixa e Equivalentes de Caixa, evidenciando o saldo de R\$24.745.404,55 ao final de 2025, o qual apresentou variação de 18,55% em comparação ao final do exercício anterior.

Principais variações patrimoniais

Entre os componentes do ativo, observa-se destaque para: Caixa e Equivalentes de Caixa, que representam aproximadamente 12,58% do total do ativo, refletindo as disponibilidades financeiras existentes ao final do exercício, provenientes da execução financeira das dotações orçamentárias e dos recursos geridos pela instituição.

O Ativo Não Circulante é composto principalmente por ativos permanentes vinculados à estrutura institucional, notadamente bens móveis, imóveis e demais elementos do Imobilizado, os quais representam investimentos acumulados ao longo dos exercícios e são essenciais para a execução das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

Relação com os investimentos institucionais

A composição patrimonial do exercício está diretamente relacionada à execução das políticas institucionais voltadas ao fortalecimento da infraestrutura administrativa e acadêmica do IF Sertão-PE.

Os investimentos realizados ao longo do exercício refletem-se principalmente na manutenção e atualização do patrimônio permanente, com a incorporação de equipamentos, mobiliários, recursos tecnológicos e outros bens necessários ao funcionamento das unidades administrativas e acadêmicas.

Essas aquisições contribuem para a modernização da infraestrutura institucional, proporcionando melhores condições para o desenvolvimento das atividades finalísticas da instituição, especialmente nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Reflexos na capacidade institucional

A evolução do patrimônio institucional evidencia a manutenção da capacidade operacional do IF Sertão-PE para o cumprimento de sua missão institucional.

O conjunto de ativos registrados no balanço demonstra que a instituição mantém estrutura patrimonial compatível com suas atividades educacionais e administrativas, garantindo suporte à execução de políticas públicas de educação profissional, científica e tecnológica.

Nesse contexto, os investimentos realizados ao longo do exercício contribuem para:

- manutenção da infraestrutura física e tecnológica;
- fortalecimento das condições de funcionamento das unidades administrativas e acadêmicas;
- continuidade da prestação de serviços públicos educacionais à sociedade.

Quadro 31 - Caixa e Equivalente de Caixa - Órgão.

Mês Lançamento	dez/25	dez/24
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	4.070.081,83	3.027.583,00
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	20.583.111,81	17.752.781,94
GARANTIAS	92.210,91	92.210,91
Total	24.745.404,55	20.872.575,85

Fonte: IFSertãoPE.

Observa-se uma predominância de valores na conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem de Pagamento – OFSS”, equivalente a 83,18% do total da conta caixa e equivalente de caixa em dez/2025. Essa categoria representa o montante do limite de saque da Conta Única, aguardando aprovação para pagamento e subsequente emissão da ordem bancária. O montante elevado de saldo resulta do fato das ordens de pagamento relacionadas à folha de pagamento do órgão terem sido geradas em 31/12/2025, enquanto a geração da Ordem bancária ocorreu somente no dia 02/01/2026 (primeiro dia útil).

O saldo da conta “Garantias” refere-se aos valores depositados em contas vinculadas a contratos de serviços contínuos, representando 0,37% do total de caixa e equivalente de caixa em dez/2025, que em prol do atendimento ao acordo nº 2717/2023/TCU/PLENÁRIO e da atualizada MACROFUNÇÃO SIAFI 021126 – Depósito em garantia, devem agora ser reconhecidos como ativos da Administração, em contrapartida a um passivo.

4.6.5 Créditos a curto prazo

As contas de créditos a receber de curto prazo apresentam saldo alongado em virtude da ausência de sistema de controle de créditos e da consequente falta de regularização desses valores tempestivamente.

Quadro 32 - Créditos a curto prazo.

Mês Lançamento	dez/25	dez/24
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	9.418.116,43	1.174.207,19
ADIANTAMENTO DE FERIAS	0	0
INSS A COMPENSAR	674,37	674,37
VALES, TICKETS E BILHETES	980	980
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	86.876,83	84.876,83
CRED A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA PAGAMENTO	11.659,74	11.659,74
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	0	0
Total	9.518.307,37	1.272.398,13

Fonte: IFSertãoPE.

O saldo alongado ao final de 2025 na conta “13º salário - adiantamento”, equivalente a 98,95% do total da conta “Créditos a Curto Prazo”, e que registra a remuneração de servidores que optaram pelo adiantamento da 1ª parcela, é regularizado no exercício seguinte. O registro de valores na conta “13º salário - Adiantamento” é realizado nas apropriações da folha de pessoal e são conciliados e zerados.

4.6.6 Estoques

Os estoques compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades (MCASP 9ª edição). São utilizados na produção de serviços públicos ou distribuídos gratuitamente aos discentes em ações voltadas à assistência estudantil.

Os saldos de estoque contabilizados nas unidades devem estar conciliados com o sistema patrimonial utilizado pelos gestores de almoxarifado e responsável por gerar o Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA). Atualmente, os *campi* já estão com a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), da Secretaria do Tesouro Nacional, em andamento, esta é uma ferramenta informatizada destinada ao gerenciamento e controle dos bens móveis, permanentes e de

consumo (estoque), de bens intangíveis e frota de veículos, com a finalidade de viabilizar o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação desse acervo em consonância com as normas do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP e do Sistema de Serviços Gerais – SISG.

O saldo de estoques apresentou **aumento de R\$111.107,90**, correspondente a aproximadamente **1,27%** em relação ao exercício anterior.

Essa variação decorre principalmente do aumento registrado na conta **Materiais de Consumo**, que concentra a maior parte dos itens armazenados pela instituição (95,26% em dez/2025) e está relacionada ao abastecimento regular de materiais necessários às atividades administrativas, acadêmicas e laboratoriais.

As demais contas mantiveram-se praticamente estáveis no período analisado, indicando regularidade no nível de estoque dessas categorias de materiais.

Observa-se ainda redução no saldo de materiais de consumo não localizados, o que pode indicar melhoria nos procedimentos de controle patrimonial e de gestão de almoxarifado.

Quadro 33 - Estoques a curto prazo.

Mês Lançamento	dez/25	dez/24
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
MERCADORIAS PARA VENDA OU REVENDA	32.940,33	32.940,33
MERCADORIAS EM CONSIGNACOES PARA REVENDA	59.213,98	59.213,98
MERCADORIAS - ESTOQUE POR ATACADO	35.620,49	35.620,49
MATERIAS-PRIMAS - ARMAZENS PROPRIOS	29.498,67	29.498,67
MATERIAIS DE CONSUMO	8.443.012,40	8.331.694,50
MATERIAIS DE CONSUMO NAO LOCALIZADOS	1.209,00	1.419,00
MATERIAL CONS -ESTOQ INTERNO- PARA DISTRIBUIR	0	
ESTOQUES DIVERSOS	260.258,04	260.258,04
Total	8.861.752,91	8.750.645,01

Fonte: IFSertãoPE.

Os estoques do IFSertãoPE totalizaram R\$8.861.752,91 e representam 4,51% do total do ativo do órgão em dez/2025.

4.6.7 VPDs pagas antecipadamente

As variações patrimoniais diminutivas (VPDs) pagas antecipadamente constituem direitos da entidade sobre serviços que serão prestados futuramente, reduzidos à medida que o fornecedor os executa.

Quadro 34 - VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo.

Mês Lançamento	dez/25	dez/24
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOL	867,15	867,15
Total	867,15	867,15

Fonte: IFSertãoPE.

O saldo da conta manteve-se inalterado entre os exercícios de 2024 e 2025, totalizando R\$867,15, o que indica estabilidade no volume de despesas pagas antecipadamente registradas pela instituição.

Os valores referem-se principalmente a assinaturas e anuidades pagas antecipadamente, cujo reconhecimento como despesa ocorrerá gradualmente ao longo do período de vigência dos respectivos contratos ou serviços.

O registro e a apropriação dessas despesas seguem o regime de competência estabelecido pelas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional. Dessa forma, os valores pagos antecipadamente permanecem registrados no ativo até que sejam apropriados ao resultado do exercício como variação patrimonial diminutiva.

4.6.8 Ativo não circulante

O ativo não circulante demonstra os ativos de menor grau de conversibilidade da entidade, realizáveis a longo prazo e ativos permanentes utilizados na produção de bens ou serviços, tangíveis e intangíveis. Representa 78,07% do ativo total da entidade em dez/2025. O aumento foi de 3,50% em relação ao exercício anterior.

Quadro 35 - Ativo.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	43.126.331,98	30.896.486,14
ATIVO NÃO CIRCULANTE	153.552.004,72	148.365.141,83
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.200,24	1.200,24
Imobilizado	153479363,3	148292500,4
Intangível	71441,22	71441,22
TOTAL DO ATIVO	196.678.336,70	179.261.627,97

Fonte: IFSertãoPE.

4.6.9 Realizável a longo prazo

O subgrupo Realizável a Longo Prazo evidencia as contas de créditos a serem realizados em prazo superior a 12 meses contados da data da demonstração contábil.

Quadro 36 - Ativo Realizável a Longo Prazo.

Mês Lançamento	dez/25	dez/24
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	250	250
CRED POR CONCESSAO DIREIT USO/EXPLORACAO BENS	950,24	950,24
Total	1.200,24	1.200,24

Fonte: IFSertãoPE.

O saldo do Ativo Realizável a Longo Prazo permaneceu estável entre os exercícios de 2024 e 2025, totalizando R\$1.200,24, não havendo registro de novas operações ou baixas relevantes no período.

Os valores registrados correspondem a:

- Depósitos judiciais efetuados, relacionados a valores depositados em processos judiciais nos quais a instituição figura como parte, aguardando decisão definitiva para eventual restituição ou compensação;
- Créditos decorrentes de concessão de direito de uso ou exploração de bens públicos, referentes a valores a receber pela utilização de bens pertencentes à instituição, cuja realização financeira ocorrerá em prazo superior ao exercício seguinte.

O reconhecimento e a mensuração desses ativos seguem as normas de contabilidade aplicadas ao setor público e as orientações estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo mantidos no Ativo Não Circulante até a efetiva realização ou baixa do crédito.,

4.6.10 Imobilizado

O imobilizado representa os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens, sendo composto pelos bens móveis e imóveis.

É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Quadro 37 - Ativo.

ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Imobilizado	153.479.363,26	148.292.500,37
Bens Móveis	63.964.988,21	63.024.761,27
Bens Móveis	65.319.246,31	64.274.452,21
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.354.258,10	-1.249.690,94
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		
Bens Imóveis	89.514.375,05	85.267.739,10
Bens Imóveis	89.706.671,02	85.407.794,08
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-192.295,97	-140.054,98

Fonte: IFSertãoPE.

O saldo do imobilizado apresentou aumento de R\$5.186.862,89 entre os exercícios de 2024 e 2025, representando crescimento aproximado de 3,5%.

Essa variação decorre principalmente de:

- aquisição de novos bens permanentes;
- investimentos em infraestrutura física da instituição;
- incorporação de equipamentos destinados às atividades acadêmicas e administrativas.

Observa-se que o imobilizado é composto majoritariamente por bens imóveis, que representam aproximadamente 58% do total do ativo imobilizado, refletindo a infraestrutura física da instituição, composta por edificações, instalações e demais estruturas utilizadas para o desenvolvimento das atividades institucionais.

Depreciação

A depreciação dos bens móveis e imóveis é reconhecida de forma sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, em conformidade com as normas de contabilidade aplicadas ao setor público e com as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional.

O saldo de depreciação acumulada registrado no exercício demonstra a apropriação periódica do desgaste e da perda de valor dos bens ao longo do tempo.

Bens Móveis

O saldo da conta Bens Móveis apresentou aumento de R\$1.044.794,10 entre os exercícios de 2024 e 2025, representando crescimento aproximado de 1,63%.

Essa variação está associada principalmente à aquisição e incorporação de novos bens permanentes destinados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e apoio administrativo, com destaque para:

- equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), equivalente a 25,99% do total da conta de bens móveis em dez/2025;
- mobiliário em geral, equivalente a 15,31% do total da conta de bens móveis em dez/2025, utilizado nas unidades administrativas e acadêmicas;
- veículos de Tração Mecânica, equivalente a 9,59% do total da conta de bens móveis em dez/2025.

Quadro 38 - Bens móveis.

Mês Lançamento	dez/25	dez/24
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	1.733.552,83	1.730.887,83
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	3.184.565,55	3.204.407,72
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	2.538.129,32	2.522.035,94
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	117.377,10	117.377,10
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	646.411,88	646.411,88
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	2.023.155,18	2.016.828,38
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	783.507,32	783.302,32
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	255.990,19	255.990,19
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	232.212,83	230.657,44
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	1.355,00	1.355,00
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	120,01	120,01
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	2.371.340,41	2.377.667,21
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	284.228,59	281.614,78
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - CONSTRUCAO CIVIL	878.825,72	894.361,72
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	1.594.034,64	1.594.179,78
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	2.191.887,86	2.187.526,72
OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	30.192,12	30.192,12
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	16.975.829,46	16.792.519,49
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	2.543.731,23	2.439.596,23
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	594.009,51	650.233,51
MOBILIARIO EM GERAL	9.997.742,25	9.795.857,49
UTENSILIOS EM GERAL	26.493,39	26.493,39
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	1.979.924,45	1.950.432,54
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	800.659,28	800.659,28
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	1.308.072,92	1.306.978,64
OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	380	380
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS DIDATICOS	1.076.275,86	1.076.275,86
OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCAC E DE COMUN	24.250,78	24.250,78
VEICULOS EM GERAL	1.774.303,13	1.912.276,36
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	6.267.376,41	6.128.832,40
AERONAVES	14.344,64	
PECAS E CONJUNTOS DE REPOSICAO	17.540,00	17.540,00
ADIANTAMENTOS PARA INVERSOES EM BENS MOVEIS	516.967,89	516.967,89
ESTOQUE INTERNO	498.481,05	
SEMOVENTES	6.644,78	6.644,78
BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	129.563,41	129.563,41
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	816.028,50	816.028,50
MATERIAL DE USO DURADOURO	1.083.740,82	1.008.005,52
Total	65.319.246,31	64.274.452,21

Fonte: IFSertãoPE.

Observa-se que os equipamentos de tecnologia da informação e comunicação representam a maior parcela dos bens móveis registrados, evidenciando a relevância dos recursos tecnológicos para o funcionamento das atividades institucionais.

Aquisições e movimentações patrimoniais

Durante o exercício, foram registradas movimentações patrimoniais decorrentes de:

- aquisições realizadas por meio da execução orçamentária da instituição;
- transferências patrimoniais entre unidades;
- baixas de bens inservíveis ou obsoletos;
- reclassificações patrimoniais conforme atualização cadastral.

Também consta registro de adiantamentos para inversões em bens móveis, referentes a valores destinados à aquisição de bens permanentes cuja incorporação patrimonial ocorrerá após a conclusão do processo de aquisição.

Os bens móveis do IFSertãoPE estão assim distribuídos entre as unidades:

Quadro 39 - Bens móveis por UG.

UG Executora	Mês Lançamento	dez/25		dez/24	
	Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
158149	Total	9.048.845,56		8.616.899,42	
158278	Total	16.868.937,00		16.693.816,22	
158499	Total	11.441.636,36		11.303.800,01	
158500	Total	4.137.696,05		4.131.506,74	
158568	Total	6.159.917,68		6.019.693,38	
158570	Total	6.738.771,76		6.721.489,53	
158740	Total	4.991.656,62		4.859.289,51	
158741	Total	5.931.785,28		5.927.957,40	
Total		65.319.246,31		64.274.452,21	

Fonte: IFSertãoPE.

A distribuição dos bens móveis demonstra que o patrimônio da instituição encontra-se descentralizado entre as diversas unidades responsáveis pela execução das atividades acadêmicas e administrativas.

Destaca-se que:

- a UG 158278 apresenta o maior volume de bens móveis registrados, representando aproximadamente 25,8% do total do patrimônio móvel da instituição;
- a UG 158499 concentra cerca de 17,5% do patrimônio, refletindo a estrutura de equipamentos e mobiliário destinados às atividades acadêmicas e administrativas;
- as demais unidades apresentam participação proporcional à dimensão de suas estruturas físicas e operacionais.

Variação patrimonial entre os exercícios

Entre os exercícios de 2024 e 2025, observou-se crescimento de R\$1.044.794,10, 1,63% do total de bens móveis, distribuído entre as diferentes unidades gestoras.

Essa variação decorre principalmente de:

- aquisições de equipamentos permanentes;
- incorporação de novos bens ao patrimônio institucional;
- ajustes patrimoniais decorrentes de reclassificações e registros contábeis.

Bens imóveis

Os bens imóveis do IFSertãoPE, em 31/12/2025, totalizaram R\$89.706.671,02 (valor líquido) e estão distribuídos conforme quadro a seguir:

Quadro 40 - Bens imóveis.

Mês Lançamento	dez/25	dez/24
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	1.281.908,14	1.682.907,18
EDIFICIOS	5.669.402,57	5.887.602,84
TERRENOS/GLEBAS	17.715.772,84	17.715.772,84
ARMAZENS/GALPOES	502.362,10	935.887,99
IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	31.911.815,01	31.911.815,01
FAZENDAS, PARQUES E RESERVAS	1.032.217,46	1.032.217,46
COMPLEXOS/FABRICAS/USINAS	79.547,52	79.547,52
SALAS	707.768,31	1.132.603,47
AUTARQUIAS/FUNDACOES	7.165.340,55	7.584.518,98
OBRAS EM ANDAMENTO	23.640.536,52	17.444.920,79
ESTUDOS E PROJETOS		0
INSTALACOES		0
Total	89.706.671,02	85.407.794,08

Fonte: IFSertãoPE.

O saldo dos Bens Imóveis apresentou aumento de R\$4.298.876,94 entre os exercícios de 2024 e 2025, representando crescimento aproximado de 5,03%.

A principal variação observada ocorreu na conta Obras em Andamento, que apresentou aumento de R\$6.195.615,73 (35,52%), refletindo investimentos institucionais voltados à ampliação ou melhoria da infraestrutura física da instituição.

Esse crescimento evidencia a continuidade de projetos de construção, ampliação ou adequação de instalações físicas destinadas ao atendimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Por outro lado, algumas contas apresentaram redução de saldo, possivelmente decorrente de:

- reclassificações patrimoniais;
- conclusão e incorporação de obras ao patrimônio definitivo;
- ajustes cadastrais ou contábeis realizados durante o exercício.

Estrutura patrimonial imobiliária

Observa-se que os imóveis de uso educacional representam a maior parcela dos bens imóveis da instituição, correspondendo a aproximadamente 35,6% do total do patrimônio imobiliário, refletindo a natureza institucional voltada à oferta de educação pública.

Destacam-se também:

- Terrenos e glebas, que representam áreas destinadas à expansão da infraestrutura institucional;
- Obras em andamento, que demonstram investimentos em expansão ou modernização das instalações.

Os bens imóveis do IFSertãoPE estão assim distribuídos entre as unidades:

Quadro 41 - Bens imóveis por UG.

UG Executora	Mês Lançamento	dez/25	dez/24
	Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
158149	Total	30.760.125,05	24.564.509,32
158278	Total	9.007.653,80	10.904.392,59
158499	Total	17.715.772,84	17.715.772,84
158500	Total	2.694.241,07	2.694.241,07
158568	Total	6.319.127,87	6.319.127,87
158570	Total	9.362.252,30	9.362.252,30
158740	Total	13.347.498,09	13.347.498,09
158741	Total	500.000,00	500.000,00
Total		89.706.671,02	85.407.794,08

Fonte: IFSertãoPE.

A distribuição dos bens imóveis demonstra a estrutura patrimonial física da instituição entre suas unidades administrativas e acadêmicas.

Destaca-se que:

- A UG 158149 concentra o maior volume de bens imóveis registrados, representando aproximadamente 34,29% do total do patrimônio imobiliário da instituição;

- A UG 158499 apresenta a segunda maior participação, com aproximadamente 19,7% do total;
- A UG 158740 também possui participação relevante no patrimônio imobiliário institucional.

As demais unidades apresentam participação proporcional à dimensão de suas instalações físicas e à infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Variação entre os exercícios

Entre os exercícios de 2024 e 2025, verificou-se aumento de R\$4.298.876,94 (5,03%) no patrimônio imobiliário total da instituição.

A principal variação ocorreu na UG 158149, que apresentou crescimento de aproximadamente R\$ 6,2 milhões (25,22%), indicando registros patrimoniais associados principalmente a:

- Incorporação de obras em andamento;
- Atualização de registros patrimoniais;
- Investimentos em infraestrutura institucional.

Em contrapartida, a UG 158278 apresentou redução em seu saldo patrimonial, possivelmente decorrente de reclassificações patrimoniais ou ajustes contábeis realizados durante o exercício.

4.6.11 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Em 31/12/2025, o IFSertãoPE, apresentou um saldo de R\$71.441,22 (setenta e um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e dois centavos) relacionados à intangível.

Quadro 42 - Intangível.

UG Executora	Mês Lançamento Conta Contábil	dez/25 Saldo - R\$ (Conta Contábil)	dez/24 Saldo - R\$ (Conta Contábil)
158278	SOFTWARES	39.144,00	39.144,00
	Total	39.144,00	39.144,00
158499	SOFTWARES	31.643,80	31.643,80
	MARCAS E PATENTES INDUSTRIAIS	446,00	446,00
	AMORTIZACAO ACUMULADA - CONTAS		
	1241101XX	-7.269,80	-7.269,80
	Total	24.820,00	24.820,00
158500	SOFTWARES	7.477,22	7.477,22
	Total	7.477,22	7.477,22
Total		71.441,22	71.441,22

Fonte: IFSertãoPE.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil definida, que representou quase a totalidade do grupo. Em todo órgão, que compreende a reitoria e 7 (sete) unidades gestoras, praticamente, todo saldo foi concentrado e dividido entre as unidades 158278 e 158499.

- **158278** - Contratação e aquisição de equipamentos junto à empresa especializada em solução de videomonitoramento para o campus Petrolina zona rural. (158516-55/2017) - 04892991/0001-15 - Teltec Solutions Ltda.
- **158499** – Saldo refere-se à reclassificação de ativo intangível, c/c fornecedor para inscrição genérica.
- **158500** - Despesa para aquisição de cartão de ativação de licença de jogo minecraft, para os laboratórios do projeto piloto academia hacktown.dispensa 03/2017, processo nº23100.004940.2017-00. Empresa- eficiente comercio e servicos eireli, 28325460/0001-09.

4.6.12 Passivo circulante

O passivo circulante são obrigações presentes junto a terceiros, com prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo, e ainda retenções de valores de terceiros em que a entidade é fiel depositária.

Quadro 43 - Passivo.

PASSIVO			AH	AV -
PASSIVO CIRCULANTE	112.887.235,05	106.329.817,60	6,17%	57,40%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	22.658.470,72	23.912.622,38	-5,24%	11,52%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-		0,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6.347.334,96	2.553.392,17	148,58%	3,23%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	120,69	120,69	0,00%	0,00%
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-		0,00%
Provisões de Curto Prazo	-	-		0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	83.881.308,68	79.863.682,36	5,03%	42,65%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-		0,00%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo	-	-		0,00%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-		0,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-		0,00%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-		0,00%
Provisões de Longo Prazo	-	-		0,00%
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-		0,00%
Resultado Diferido	-	-		0,00%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	112.887.235,05	106.329.817,60	6,17%	57,40%

Fonte: IFSertãoPE.

O Passivo Circulante apresentou aumento de R\$6.557.417,45, correspondente a crescimento de aproximadamente 6,17% em relação ao exercício anterior.

Essa variação decorre principalmente de alterações nos seguintes grupos de contas: Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais.

O saldo dessa conta apresentou redução de aproximadamente R\$1,25 milhão, o que pode estar relacionado a variações nos registros de encargos trabalhistas, folha de pagamento ou ajustes contábeis realizados no encerramento do exercício.

4.6.13 Fornecedores e Contas a Pagar

Essa conta apresentou crescimento expressivo de aproximadamente 148,6%, passando de R\$2,55 milhões em 2024 para R\$6,35 milhões em 2025.

Esse aumento está relacionado principalmente ao volume de despesas empenhadas e liquidadas cuja quitação financeira ocorrerá no exercício seguinte, podendo refletir:

- Maior execução de contratos administrativos;
- Aquisição de bens e serviços no final do exercício;
- Formação de restos a pagar.

Demais Obrigações a Curto Prazo

A conta Demais Obrigações a Curto Prazo, que representa a maior parcela do passivo circulante, apresentou aumento de R\$4,0 milhões, representando crescimento de aproximadamente 5,03%.

Essa conta normalmente engloba:

- Obrigações decorrentes da execução orçamentária;
- Valores vinculados a compromissos administrativos;
- Registros contábeis relacionados a transferências e ajustes patrimoniais.

Estrutura do Passivo

Observa-se que a instituição não apresenta passivo não circulante, indicando que as obrigações registradas possuem vencimento de curto prazo.

O Passivo Circulante representa 100% do Passivo Exigível, evidenciando que as obrigações financeiras da instituição estão concentradas no curto prazo, característica comum em entidades da administração pública federal cuja execução financeira ocorre majoritariamente dentro do exercício orçamentário.

Quadro 44 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais.

Mês Lançamento	dez/25	dez/24
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	17.970.945,17	15.563.026,94
DECIMO TERCEIRO SALARIO A PAGAR	0	0
FERIAS A PAGAR	1.436.544,08	7.842.078,08
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS		0
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	6.415,30	0
INSS-CONTRIBUICAO S/ SALARIOS E REMUNERACOES	200	200
ENCARGOS PREVIDENCIARIOS DA UNIAO	2.687.049,62	
CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	111.935,21	78.755,36
FGTS	2.613,46	2.613,46
PSSS-CONTRIBUICAO S/ VENCIMENTOS E VANTAGENS	322.741,72	322.741,72
INSS - CONTRIB SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES	120.026,16	103.206,82
PSSS-CONTRIB.S/VENCIMENTOS E VANTAGENS -INTRA	0	0
Total	22.658.470,72	23.912.622,38

Fonte: IFSertãoPE.

O saldo da conta apresentou redução de R\$1.254.151,66, correspondente a aproximadamente 5,24% em relação ao exercício anterior.

Essa variação decorre principalmente das seguintes movimentações:

- **Férias a pagar:** a conta Férias a Pagar apresentou redução significativa, passando de R\$ 7,84 milhões em 2024 para R\$ 1,44 milhão em 2025. Essa variação pode estar relacionada a:
 - pagamento ou regularização de passivos trabalhistas registrados no exercício anterior;
 - ajustes contábeis decorrentes do reconhecimento de provisões;
 - mudanças nos registros contábeis relacionados ao passivo de férias.
- **Salários, remunerações e benefícios:** a conta Salários, Remunerações e Benefícios apresentou aumento de aproximadamente R\$ 2,41 milhões, refletindo variações naturais da folha de pagamento, tais como:
 - Progressões funcionais;

- Reajustes remuneratórios;
- Ampliação do quadro de servidores.
- **Encargos previdenciários:** observa-se também registro de encargos previdenciários da União, no montante de R\$2,69 milhões, relacionados às obrigações previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento da instituição.
- **Natureza das obrigações:** as obrigações registradas nessa conta decorrem principalmente de:
 - Folha de pagamento de servidores ativos;
 - Encargos previdenciários e contribuições sociais;
 - Benefícios assistenciais e previdenciários;
 - Contribuições a entidades de previdência complementar.

Essas obrigações são liquidadas de acordo com os cronogramas de pagamento estabelecidos pela administração pública federal.

Fornecedores e contas a pagar

Quadro 45 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

UG Executora	Mês Lançamento	dez/25		dez/24	
	Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
158149	Total	5.470.527,07		1.551.896,64	
158278	Total	60.291,62		214.215,03	
158499	Total	305.028,96		207.684,10	
158500	Total	94.252,55		169.361,39	
158568	Total	51.759,21		64.140,91	
158570	Total	141.095,19		229.203,41	
158740	Total	151.985,60		28.936,43	
158741	Total	72.394,76		87.954,26	
Total		6.347.334,96		2.553.392,17	

Fonte: IFSertãoPE.

O saldo da conta Fornecedores e Contas a Pagar apresentou aumento de R\$3.793.942,79, correspondente a crescimento aproximado de 148,6% em relação ao exercício anterior.

Esse aumento está associado principalmente à UG 158149, que registrou crescimento expressivo no saldo de obrigações com fornecedores, passando de R\$1,55 milhão em 2024 para R\$5,47 milhões em 2025, aumento correspondente a 352,51%.

Essa variação pode estar relacionada a fatores como:

- Maior volume de execução de contratos administrativos no final do exercício;
- Aquisição de bens permanentes e materiais de consumo;
- Despesas empenhadas e liquidadas cuja quitação financeira ocorrerá no exercício seguinte;
- Formação de restos a pagar decorrentes da execução orçamentária.

Distribuição das obrigações

Observa-se que a UG 158149 concentra aproximadamente 86,18% do total das obrigações com fornecedores, indicando que a maior parte das contratações e despesas institucionais foi executada pela reitoria.

Concentração das obrigações

A análise da composição por fornecedor demonstra que parcela relevante das obrigações encontra-se concentrada em contratos de apoio institucional e execução de projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional.

Destacam-se entre os principais credores:

Quadro 46 - Fornecedores e Contas a Pagar por fornecedor - dez 2025.

Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Fornecedor
3.696.602,98	07501328000130 FUNDAÇÃO CULTURAL E DE FOMENTO A PESQUISA, ENSINO, EXTE
782.963,86	11091079000120 A R ENGENHARIA E SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA
373.500,00	27652712000141 FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSAO D
199.425,40	22779811000175 CABRAL LEITE CONSTRUÇÕES LTDA
176.623,47	10835932000108 COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
145.757,20	26697786000131 ANDRADE ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
143.978,36	05931313000187 MONTE SANTO EMPREENDIMENTOS LTDA
58.822,50	25368972000164 MULTIPRES PRODUTOS E SERVICOS LTDA
58.302,29	17746646000115 WFS CONSTRUÇÕES LTDA
49.143,52	05340639000130 PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
47.680,27	10358190000177 MUNICIPIO DE PETROLINA
45.694,62	41087347000109 NEWTEC EMPREENDIMENTOS E SERVICOS TECNICOS LTDA
43.237,56	29846409000105 INSTITUTO SOCIAL SE LIGA
43.064,96	17620703000115 CONSTRUTORA APODI LTDA
41.253,29	14531173000302 N. C. VIGILANCIA LTDA
33.456,62	02757459000160 FUNCIONAL TERCEIRIZACAO E PROMOCAO DE EVENTOS LTDA
31.559,23	03659631000105 LIDER LIMPE LIMPEZA COMERCIAL LTDA
28.992,24	06178121000104 N. PRIME CONSTRUTORA LTDA
27.737,80	14188651000161 BARROS MIRANDA MONITORAMENTO E TERCEIRIZACAO LTDA
27.529,78	19803765000198 ALENCAR FERNANDES EMPREENDIMENTOS LTDA
26.292,55	19703302000154 CONSTRUTORA AURELIO E SERVICOS LTDA
26.035,59	21143724000164 D E C MASTER SERVICOS LTDA
25.998,35	79489043000132 GRAFICA E EDITORA COPIART LTDA
23.265,40	158499 INST.FED.SERTAO PERNAMBUCANO/CAMPUS PETROLINA
20.186,48	02104469000104 HT INFORMATICA LTDA
17.161,75	08042942000144 PORTICO ENG. E CONSTRUÇÕES LTDA
14.990,00	31080614000154 H2A COMERCIO E SERVICOS LTDA
14.055,00	36842803000130 VORTEX PRODUTOS E SERVICOS LTDA
12.627,37	09769035000164 COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO
10.008,38	10439655000114 PHENIX SOLUCOES LTDA
9.899,79	158149 INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO
9.829,35	35146659000135 PF COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
6.260,00	158278 INST.FED.S.PERNAMB./CAMPUS PETROLINA Z.RURAL
6.013,97	53381135000100 ALL PRIME DISTRIBUIDORA LTDA

5.792,47	19235778000108 QSL SEGURANCA PRIVADA LTDA
5.555,80	03746938001387 BRS SUPRIMENTOS CORPORATIVOS S/A
5.325,28	18336698000186 A L C COMERCIO E SERVICOS LTDA
4.618,06	10306897000130 GILIARDE DANILO JUCA DA SILVA LTDA
4.393,89	35000208000195 ELOHIM SEGURANCA PRIVADA LTDA
3.690,76	04411965000128 ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ASSENTAMENTO
3.671,87	10603716000137 ANCILON CARLOS GOMES VILARIM
3.614,81	42881170000172 INOVACAO TECNOLOGICA DO SERTAO DE ITAPARICA LTDA
3.400,00	04645161000193 CONSTRUTORA MVC LTDA
3.089,71	00013698000180 TRIPS PASSAGENS E TURISMO LTDA
2.955,39	02567270000104 CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA
2.816,88	09061057000175 EVANDRO DOS SANTOS SILVA FEIRANTE LTDA
2.535,40	10220382000201 OBRAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS DA DIOCESE DE FLORESTA-OES
2.460,71	40432544000147 CLARO S.A.
2.413,28	11097617000193 IMPRESSOES COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
2.064,80	33065699000127 SEGUROS SURA S.A.
1.898,41	07759174000181 SOLUCOES SERVICOS DE LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTO
1.399,06	26423228000188 APOLO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA
1.269,91	24628825000113 GUARDIOES SISTEMAS EM SEGURANCA E SERVICOS LTDA
1.019,94	03822268000105 P SERVICOS AUXILIARES A EMPRESAS LTDA
990,00	00000000000191 BANCO DO BRASIL SA
751,55	04601397000128 BRISANET SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A.
657,00	03459842000102 FABIANO CORREIA LEAL
508,77	20483193000196 BRASIDAS LTDA
440,00	158741 IF SERTAO PE CAMPUS SERRA TALHADA
386,72	18277880000103 BOCA RICA MILITARY SUPPLIES LTDA
354,14	02421421000111 TIM S A
314,3	29253577000197 ROGER ANDRE BRAUN
304,00	01098180000159 LUCIANO BEZERRA DA SILVA
293,42	09540692000135 BETA BRASIL SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA
236,00	183038 INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL
156,87	42035097000207 GUARDSECURE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA
5,83	07259925000109 INSTITUTO NACIONAL VERITAS DE CULTURA LTDA
6.347.334,96	

Fonte: IF Sertão PE.

Observa-se que apenas a Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino e Extensão representa cerca de 58% do total da conta, indicando forte participação das fundações de apoio na execução de projetos institucionais.

4.6.14 Obrigações contratuais

As obrigações contratuais registradas correspondem aos compromissos assumidos pela instituição decorrentes de contratos administrativos vigentes para fornecimento de bens, execução de obras e prestação de serviços necessários ao funcionamento das unidades administrativas e acadêmicas.

Em dezembro de 2025, o montante total das obrigações contratuais registradas alcançou R\$26.968.573,39, distribuído entre diversos fornecedores e prestadores de serviços.

Principais contratados

A análise da composição demonstra concentração relevante em empresas responsáveis por serviços essenciais e contratos continuados, destacando-se:

Quadro 47 - Obrigações contratuais por contratado - dez 2025.

Saldo - R\$ (Conta Contábil)		Fornecedor
6.633.832,76	10835932000108	COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
1.765.625,97	24054324000170	SERVISET TECNOLOGIA E FACILITIES LTDA
1.416.283,32	14188651000161	BARROS MIRANDA MONITORAMENTO E TERCEIRIZACAO LTDA
1.241.751,22	09769035000164	COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO
1.150.777,24	11091079000120	A R ENGENHARIA E SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA
1.005.505,79	24339822000160	ENGECOL ENGENHARIA DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA
983.173,00	25368972000164	MULTIPRES PRODUTOS E SERVICOS LTDA
921.829,00	18336698000186	A L C COMERCIO E SERVICOS LTDA
805.098,86	06698091000590	AUTOPEL AUTOMACAO COMERCIAL E INFORMATICA LTDA.
769.105,23	02757459000160	FUNCIONAL TERCEIRIZACAO E PROMOCAO DE EVENTOS LTDA
686.341,12	19803765000198	ALENCAR FERNANDES EMPREENDIMENTOS LTDA
608.522,03	02567270000104	CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA
592.295,62	03659631000105	LIDER LIMPE LIMPEZA COMERCIAL LTDA
526.089,81	03506307000157	TICKET SOLUCOES HDFGT S/A

Fonte: IFSertãoPE.

Esses contratados concentram parcela significativa das obrigações registradas, estando relacionados principalmente a contratos de:

- Fornecimento de energia elétrica;
- Serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional;
- Serviços de vigilância e segurança patrimonial;
- Serviços de limpeza e conservação;
- Serviços de engenharia e obras;
- Fornecimento de equipamentos e soluções tecnológicas;
- Serviços de telecomunicações e tecnologia da informação.

Natureza das obrigações

As obrigações contratuais decorrem da execução de contratos administrativos firmados pela instituição para garantir a continuidade das atividades institucionais, abrangendo principalmente:

- Manutenção da infraestrutura física;
- Funcionamento dos *campi* e unidades administrativas;
- Suporte às atividades acadêmicas;
- Prestação de serviços essenciais;

- Aquisição e manutenção de equipamentos.

Parte desses valores corresponde a compromissos vinculados a contratos de execução continuada, cuja liquidação ocorre de forma parcelada conforme a prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados.

As obrigações contratuais do IFSertãoPE estão assim distribuídas por UG contratante:

Quadro 48 - Obrigações contratuais por UG - dez 2025.

Mês Lançamento		dez/25	dez/24
Métrica		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Unidade Gestora		Total	Total
158149	INST.FED.DE ED.,CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO	2.672.326,62	2.672.326,62
158278	INST.FED.S.PERNAMB./CAMPUS PETROLINA Z.RURAL	10.791.069,25	9.184.795,15
158499	INST.FED.SERTAO PERNAMBUCANO/CAMPUS PETROLINA	10.043.594,54	1.064.642,09
158568	IF SERTAO PE/CAMPUS SALGUEIRO	300.254,12	232.692,70
158570	IF SERTAO PE/CAMPUS OURICURI	3.159.300,86	
Total		26.966.545,39	13.154.456,56

Fonte: IFSertãoPE.

Em dezembro de 2025, o montante total das obrigações contratuais registradas alcançou R\$26.966.545,39, representando aumento em relação ao exercício de 2024, cujo saldo era de R\$13.154.456,56, indicando variação positiva aproximada de 105%.

Observa-se que as obrigações contratuais estão concentradas principalmente em duas unidades gestoras:

- Campus Petrolina Zona Rural (UG 158278) – aproximadamente 40% do total;
- Campus Petrolina (UG 158499) – aproximadamente 37% do total.

Em conjunto, essas duas unidades representam cerca de 77% das obrigações contratuais registradas no exercício.

Destaca-se também o aumento significativo na UG 158499 – Campus Petrolina, cujo saldo passou de R\$1,06 milhão em 2024 para R\$10,04 milhões em 2025, indicando ampliação do volume de contratos administrativos ou registro de novos compromissos contratuais no exercício.

A UG 158570 – Campus Ouricuri apresenta registro de R\$3,16 milhões em 2025, sem saldo correspondente em 2024, possivelmente decorrente da formalização ou registro de novos contratos administrativos durante o exercício.

4.6.15 Passivo não circulante

O Passivo não circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante, com vencimentos dentro de um período superior a 12 meses.

Quadro 49 - Passivo.

PASSIVO	31/12/2025	31/12/2024	AH	AV - 12/25
PASSIVO CIRCULANTE	112.887.235,05	106.329.817,60	6,17%	57,40%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assi.	22.658.470,72	23.912.622,38	-5,24%	11,52%
Empréstimos e Financiamentos a C	-	-		0,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a C	6.347.334,96	2.553.392,17	148,58%	3,23%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	120,69	120,69	0,00%	0,00%
Obrigações de Repartição a Outros	-	-		0,00%
Provisões de Curto Prazo	-	-		0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	83.881.308,68	79.863.682,36	5,03%	42,65%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-		0,00%
Obrigações Trabalh., Previd. e Assi.	-	-		0,00%
Empréstimos e Financiamentos a L	-	-		0,00%
Fornecedores e Contas a Pagar a L	-	-		0,00%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-		0,00%
Provisões de Longo Prazo	-	-		0,00%
Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-		0,00%
Resultado Diferido	-	-		0,00%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	112.887.235,05	106.329.817,60	6,17%	57,40%

Fonte: IFSertãoPE.

Nos últimos dois exercícios o IFSertãoPE não possui dívidas ou compromissos de longo prazo registrados.

Portanto, todas as obrigações existentes estão classificadas no Passivo Circulante, ou seja, com vencimento no curto prazo.

Situação comum em órgãos federais

Esse cenário é normal em órgãos da administração pública federal, como o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, porque:

- Normalmente não contratam empréstimos ou financiamentos;
- Grande parte das obrigações decorre da execução orçamentária anual;
- Compromissos financeiros são pagos dentro do exercício ou inscritos em Restos a Pagar.

4.6.16 Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido representa a diferença entre o total do ativo e o passivo da entidade, evidenciando os recursos próprios acumulados ao longo dos exercícios.

Em dezembro de 2025, o patrimônio líquido apresentou saldo de R\$78.203.409,64, enquanto em dezembro de 2024 o saldo registrado era de R\$98.830.901,29, representando redução de R\$20.627.491,65 no período.

Composição do Patrimônio Líquido

A composição do patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Quadro 50 - Patrimônio Líquido.

Mês Lançamento	dez/25	dez/24
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	16.198.045,82	17.304.530,57
REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS - RIP		0
SUPERAVITS OU DEFICITS EXERCICIOS ANTERIORES	55.627.279,80	59.269.563,32
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.378.084,02	22.256.807,40
Total	78.203.409,64	98.830.901,29

Fonte: IFSertãoPE.

Reavaliação de Bens Imóveis

A conta Reavaliação de Bens Imóveis representa os ajustes positivos decorrentes de avaliações patrimoniais realizadas nos bens imóveis da instituição, com base em critérios técnicos de mensuração patrimonial.

Em 2025, o saldo dessa conta foi de R\$ 16.198.045,82, apresentando redução em relação a 2024, quando o saldo era de R\$ 17.304.530,57, variação que pode estar associada a reclassificações contábeis ou ajustes decorrentes da atualização do valor patrimonial dos bens.

Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores

A conta Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores apresentou saldo de R\$55.627.279,80 em 2025, inferior ao registrado em 2024 (R\$59.269.563,32).

Essa conta evidencia os resultados acumulados ao longo dos exercícios anteriores, refletindo a evolução patrimonial da instituição.

Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores apresentou saldo de R\$6.378.084,02 em 2025, enquanto em 2024 o saldo era de R\$22.256.807,40.

Essa variação decorre de registros contábeis destinados à correção de erros ou omissões identificados em exercícios anteriores, realizados em conformidade com os princípios e normas da contabilidade aplicada ao setor público.

4.6.17 Variações patrimoniais aumentativas

Quadro 51 - Variações patrimoniais aumentativas.

	2025	2024	AH	AV - 4 Trimestre 2025
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R\$ 349,9 M	R\$ 305,6 M	14,49%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Contribuições	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 2,2 M	R\$ 43,1 k	4995,21%	0,63%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	R\$ 2,2 M	R\$ 43,1 k	4993,44%	0,63%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 0,0 k	R\$ 0,5 k	-98,40%	0,00%
Juros e Encargos de Mora	R\$ 0,0 k	R\$ 0,5 k	-98,40%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 330,1 M	R\$ 301,0 M	9,67%	94,35%
Transferências Intragovernamentais	R\$ 329,5 M	R\$ 300,1 M	9,82%	94,18%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 610,8 k	R\$ 959,9 k	-36,37%	0,17%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$ 17,3 M	R\$ 4,3 M	303,78%	4,95%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	R\$ 17,3 M	R\$ 4,3 M	303,78%	4,95%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 227,2 k	R\$ 246,4 k	-7,82%	0,06%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 227,2 k	R\$ 246,4 k	-7,82%	0,06%

Fonte: IFSertãoPE.

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas, no período de 2025, até o 4º trimestre, encontram-se registradas as Receitas Próprias, onde a maior representatividade, em ordem decrescente de valor, está nas Transferências e Delegações Recebidas com um montante de R\$330,1 milhões, tais receitas equivalem a 94,35% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. Neste sentido, é possível observar que em tal rubrica houve um aumento no montante de 9,67% em relação ao mesmo período do exercício de 2024.

Outro ponto que pode ser visualizado na Tabela 02 é a rubrica Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, no

montante de R\$17,3 milhões, o que equivale a 4,95% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas, representando um aumento na ordem de 303,78% em relação ao mesmo período do exercício de 2024.

Destaca-se o aumento de 4.995,21% na rubrica Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

4.6.18 Variações patrimoniais diminutivas

Quadro 52 - Variações patrimoniais diminutivas.

	2025	2024	AH	AV - 4 Trimestre 2025
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R\$ 344,3 M	R\$ 331,5 M	3,86%	100,00%
Pessoal e Encargos	R\$ 230,0 M	R\$ 209,7 M	9,67%	66,81%
Remuneração a Pessoal	R\$ 174,4 M	R\$ 160,8 M	8,44%	50,65%
Encargos Patronais	R\$ 36,4 M	R\$ 31,5 M	15,67%	10,59%
Benefícios a Pessoal	R\$ 19,2 M	R\$ 17,4 M	10,13%	5,57%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 18,7 M	R\$ 15,8 M	18,67%	5,44%
Aposentadorias e Reformas	R\$ 18,7 M	R\$ 15,8 M	18,71%	5,43%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 33,6 k	R\$ 33,5 k	0,24%	0,01%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 42,2 M	R\$ 43,3 M	-2,59%	12,25%
Uso de Material de Consumo	R\$ 1,6 M	R\$ 946,2 k	65,06%	0,45%
Serviços	R\$ 40,5 M	R\$ 42,2 M	-4,12%	11,75%
Depreciação, Amortização e Exaustão	R\$ 156,8 k	R\$ 155,4 k	0,92%	0,05%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 26,0 k	R\$ 27,7 k	-6,40%	0,01%
Juros e Encargos de Mora	R\$ 18,5 k	R\$ 26,9 k	-31,31%	0,01%
Descontos Financeiros Concedidos	R\$ 7,5 k	R\$ 0,8 k	823,20%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 26,9 M	R\$ 27,5 M	-2,12%	7,82%
Transferências Intragovernamentais	R\$ 26,3 M	R\$ 26,5 M	-0,59%	7,65%
Transferências a Instituições Privadas	R\$ 57,4 k	R\$ 47,2 k	-	0,02%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 522,9 k	R\$ 959,9 k	-45,52%	0,15%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	R\$ 20,2 M	R\$ 29,7 M	-31,96%	5,87%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	R\$ 790,3 k	-	-	0,23%
Incorporação de Passivos	R\$ 19,4 M	R\$ 28,1 M	-30,97%	5,64%
Desincorporação de Ativos	-	R\$ 1,6 M	-	-
Tributárias	R\$ 59,8 k	R\$ 62,5 k	-4,24%	0,02%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 36,7 k	R\$ 44,9 k	-18,45%	0,01%
Contribuições	R\$ 23,2 k	R\$ 17,5 k	32,20%	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 6,1 M	R\$ 5,4 M	14,38%	1,79%
Incentivos	R\$ 6,1 M	R\$ 5,4 M	14,46%	1,78%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 10,5 k	R\$ 12,6 k	-16,38%	0,00%

Fonte: IFSertãoPE.

As rubricas que compõem as Variações Patrimoniais Diminutivas em ordem decrescente de valor são: Pessoal e Encargos com um montante

de R\$230 milhões ou 66,81% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas, apresentando um aumento de 9,67% em relação ao mesmo

período do exercício de 2024. Tal rubrica se subdivide em Remuneração a Pessoal com R\$174,4 milhões, Encargos Patronais com o montante de R\$36,4 milhões e Benefícios a Pessoal com R\$19,2 milhões, representando, respectivamente, 50,65%, 10,59% e 5,57% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Em seguida as rubricas mais relevantes em termos financeiros são: Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo com R\$42,2 milhões, Transferências e Delegações Concedidas, com R\$26,9 milhões, Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, com R\$20,2 milhões, Benefícios Previdenciários e Assistenciais, com R\$18,7 milhões e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, com R\$6,1 milhões, representando, respectivamente, 12,25%, 7,82%, 5,87%, 5,44%, 1,79% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas.

Causas do resultado patrimonial

O resultado patrimonial do exercício decorre da relação entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas registradas no período.

No caso do IF Sertão-PE, o resultado é fortemente influenciado por três fatores estruturais:

- Dependência de transferências orçamentárias da União, que constituem a principal fonte de variações patrimoniais aumentativas;
- Elevada participação das despesas com pessoal e encargos, inerente ao funcionamento de instituições federais de ensino;
- Reconhecimento de despesas patrimoniais não orçamentárias, como depreciação, perdas e ajustes patrimoniais.

Esses elementos impactam diretamente o resultado patrimonial apurado na DVP.

Avaliação do caráter do resultado (recorrente ou circunstancial)

O resultado patrimonial observado apresenta caráter predominantemente recorrente, pois decorre da própria estrutura de funcionamento da instituição.

Em entidades públicas voltadas à prestação de serviços educacionais, é comum que as variações patrimoniais diminutivas associadas à manutenção da estrutura institucional sejam significativas, especialmente em razão:

- Das despesas com pessoal;
- Da manutenção da infraestrutura;
- Da depreciação do patrimônio público.

Eventuais variações pontuais podem decorrer de ajustes patrimoniais específicos, como baixas de ativos ou reclassificações contábeis, mas não alteram substancialmente a natureza recorrente da dinâmica patrimonial da instituição.

Relação com o ciclo orçamentário

As variações patrimoniais registradas na DVP estão diretamente relacionadas ao ciclo orçamentário da administração pública federal.

As transferências recebidas da União, registradas como variações patrimoniais aumentativas, correspondem aos recursos orçamentários destinados à execução das políticas públicas educacionais.

Por sua vez, as variações patrimoniais diminutivas refletem a execução dessas dotações ao longo do exercício, materializando-se em:

- Despesas com pessoal e encargos;
- Custeio das atividades institucionais;
- Manutenção da infraestrutura acadêmica e administrativa;
- Reconhecimento do consumo do patrimônio público.

Assim, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia os efeitos patrimoniais decorrentes da execução orçamentária anual,

traduzindo contabilmente o impacto das políticas públicas executadas pelo IF Sertão-PE.

4.6.19 Resultado patrimonial

O Resultado Patrimonial reflete a variação ocorrida no Patrimônio Líquido da entidade entre dois exercícios, evidenciando se houve superávit patrimonial (aumento do patrimônio) ou déficit patrimonial (redução do patrimônio).

Quadro 53 - Patrimônio Líquido.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Patrimônio Social e Capital Social	-	-		0,00%
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-		0,00%
Reservas de Capital	-	-		0,00%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-		0,00%
Reservas de Lucros	-	-		0,00%
Demais Reservas	15.407.791,78	17.304.530,57	-10,96%	7,83%
Resultados Acumulados	68.383.309,87	55.627.279,80	22,93%	34,77%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-		0,00%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83.791.101,65	72.931.810,37	14,89%	42,60%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	196.678.336,70	179.261.627,97	9,72%	100,00%

Fonte: IFSertãoPE.

No caso apresentado, observa-se que o Patrimônio Líquido passou de R\$72.931.810,37 em 2024 para R\$83.791.101,65 em 2025, representando um aumento de R\$10.859.291,28, equivalente a 14,89% no período.

Análise do Resultado Patrimonial

Esse crescimento indica que houve resultado patrimonial positivo no exercício de 2025, ou seja, o conjunto de variações patrimoniais

aumentativas superou as variações patrimoniais diminutivas, conforme demonstrado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Os principais componentes do Patrimônio Líquido são:

- **Resultados Acumulados:** a conta Resultados Acumulados apresentou aumento significativo, passando de R\$55.627.279,80 em 2024 para R\$68.383.309,87 em 2025, representando crescimento de 22,93%. Esse aumento reflete principalmente o resultado patrimonial positivo apurado no exercício, que foi incorporado ao patrimônio da entidade.

- **Demais Reservas:** a conta Demais Reservas apresentou redução de R\$17.304.530,57 em 2024 para R\$15.407.791,78 em 2025, correspondendo a uma variação negativa de 10,96%. Essa redução pode estar relacionada a ajustes de avaliação patrimonial ou reclassificações contábeis, especialmente vinculadas à reavaliação de bens imóveis.

Interpretação patrimonial

O crescimento do patrimônio líquido indica fortalecimento da posição patrimonial da entidade, uma vez que o ativo total cresceu em proporção superior ao passivo exigível, gerando incremento no patrimônio próprio.

Além disso, o patrimônio líquido passou a representar 42,60% do total do passivo e patrimônio líquido, evidenciando que parcela relevante dos ativos da instituição é financiada por recursos patrimoniais próprios.

Conclusão

O exercício de 2025 apresentou resultado patrimonial superavitário, refletido no aumento do patrimônio líquido da entidade. Esse comportamento demonstra evolução positiva da situação patrimonial, decorrente principalmente do crescimento dos resultados acumulados no período.

4.6.20 Execução das receitas orçamentárias

O Balanço Orçamentário evidencia a execução do orçamento da entidade, comparando as receitas previstas com aquelas efetivamente arrecadadas no exercício.

Quadro 54 - Balanço orçamentário - receitas.

RECEITAS		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
RECEITAS CORRENTES		545.539,00	545.539,00	2.220.914,76	1.675.375,76	407,10%	100,00%
Receitas Tributárias		-	-	-	-		0,00%
Receitas de Contribuições		-	-	-	-		0,00%
Receita Patrimonial		127.539,00	127.539,00	27.832,85	(99.706,15)	21,82%	1,25%
Receita Agropecuária		258.000,00	258.000,00	760,00	(257.240,00)	0,29%	0,03%
Receita Industrial		-	-	-	-		0,00%
Receitas de Serviços		160.000,00	160.000,00	2.150.342,22	1.990.342,22	1343,96%	96,82%
Transferências Correntes		-	-	-	-		0,00%
Outras Receitas Correntes		-	-	41.979,69	41.979,69		1,89%
RECEITAS DE CAPITAL		1.055.000,00	1.055.000,00	-	(1.055.000,00)	0,00%	0,00%
Operações de Crédito		-	-	-	-		0,00%
Alienação de Bens		1.055.000,00	1.055.000,00	-	(1.055.000,00)	0,00%	0,00%
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-		0,00%
Transferências de Capital		-	-	-	-		0,00%
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-		0,00%
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS		-	-	-	-		0,00%
SUBTOTAL DE RECEITAS		1.600.539,00	1.600.539,00	2.220.914,76	620.375,76	138,76%	100,00%
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-		0,00%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		1.600.539,00	1.600.539,00	2.220.914,76	620.375,76	138,76%	100,00%
DÉFICIT		-	-	-	-		
TOTAL		1.600.539,00	1.600.539,00	2.220.914,76	620.375,76		

Fonte: IFSertãoPE.

No exercício de 2025, a previsão inicial e atualizada de receitas foi de R\$1.600.539,00, enquanto a receita arrecadada totalizou R\$2.220.914,76, resultando em excesso de arrecadação de R\$620.375,76, equivalente a 138,76% da previsão orçamentária.

Receitas Correntes

As Receitas Correntes apresentaram previsão de R\$545.539,00 e arrecadação de R\$2.220.914,76, atingindo 407,10% do valor previsto.

O principal destaque foi a Receita de Serviços, que registrou arrecadação de R\$2.150.342,22, representando 96,82% do total das receitas arrecadadas, superando significativamente a previsão inicial de R\$160.000,00.

Por outro lado, algumas categorias apresentaram arrecadação inferior ao previsto:

- Receita Patrimonial: arrecadação de R\$27.832,85, correspondendo a 21,82% da previsão.
- Receita Agropecuária: arrecadação de R\$760,00, equivalente a 0,29% da previsão.

Também foram registradas Outras Receitas Correntes no valor de R\$41.979,69, que não possuíam previsão inicial.

Receitas de Capital

As Receitas de Capital apresentaram previsão de R\$1.055.000,00, referente à alienação de bens, entretanto não houve arrecadação no exercício, resultando em realização de 0% da previsão.

Análise da execução da receita

A execução orçamentária das receitas demonstra que o resultado positivo foi influenciado principalmente pela arrecadação acima do previsto na Receita de Serviços, compensando a frustração de arrecadação observada em outras fontes e a não realização das receitas de capital.

Considerações

De forma geral, observa-se que a arrecadação superou a previsão orçamentária inicialmente estabelecida, indicando desempenho favorável na geração de receitas próprias da instituição, especialmente nas atividades relacionadas à prestação de serviços.

4.6.21 Execução das despesas orçamentárias

Quadro 55 - Despesas orçamentárias.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	261.049.992,00	294.541.472,00	314.539.624,84	296.567.364,63	264.016.222,27	-19.998.152,84
Pessoal e Encargos Sociais	205.110.548,00	238.327.356,00	236.489.795,36	236.356.868,43	210.660.057,05	1.837.560,64
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	55.939.444,00	56.214.116,00	78.049.829,48	60.210.496,20	53.356.165,22	-21.835.713,48
DESPESAS DE CAPITAL	1.555.000,00	2.138.412,00	12.634.572,14	5.946.660,09	4.538.856,71	-10.496.160,14
Investimentos	1.555.000,00	2.138.412,00	12.634.572,14	5.946.660,09	4.538.856,71	-10.496.160,14
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	262.604.992,00	296.679.884,00	327.174.196,98	302.514.024,72	268.555.078,98	-30.494.312,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	262.604.992,00	296.679.884,00	327.174.196,98	302.514.024,72	268.555.078,98	-30.494.312,98
TOTAL	262.604.992,00	296.679.884,00	327.174.196,98	302.514.024,72	268.555.078,98	-30.494.312,98

Fonte: IFSertãoPE.

No exercício de 2025, a dotação inicial da despesa foi de R\$262.604.992,00, sendo posteriormente atualizada para R\$296.679.884,00 em razão de créditos adicionais e remanejamentos orçamentários ocorridos durante o exercício.

Ao final do período, foram registrados:

- Despesas empenhadas: R\$ 327.174.196,98
- Despesas liquidadas: R\$ 302.514.024,72
- Despesas pagas: R\$ 268.555.078,98

A execução orçamentária resultou em empenho superior à dotação atualizada, evidenciando saldo negativo de R\$30.494.312,98 em relação à

dotação autorizada, situação normalmente associada à execução de despesas vinculadas a créditos descentralizados ou ajustes operacionais no encerramento do exercício.

Despesas Correntes

As Despesas Correntes representaram a maior parcela da execução orçamentária, totalizando:

- Dotação atualizada: R\$ 294.541.472,00
- Despesas empenhadas: R\$ 314.539.624,84

Dentro desse grupo, destaca-se a despesa com Pessoal e Encargos Sociais, que atingiu R\$236.489.795,36 em empenhos, representando aproximadamente 75% das despesas correntes.

As Outras Despesas Correntes registraram R\$78.049.829,48 em empenhos, superando a dotação atualizada dessa categoria, o que indica aumento da execução em despesas relacionadas ao funcionamento da instituição.

Despesas de Capital

As Despesas de Capital apresentaram execução de:

- R\$12.634.572,14 em empenhos
- R\$5.946.660,09 em liquidações
- R\$4.538.856,71 em pagamentos

Essas despesas foram integralmente classificadas como investimentos, indicando aplicação de recursos em ampliação ou melhoria da infraestrutura institucional.

Considerações sobre a execução

A execução orçamentária demonstra predominância de despesas correntes, característica comum em instituições federais de ensino, nas

quais grande parte dos recursos é destinada ao pagamento de pessoal e manutenção das atividades institucionais.

Observa-se também diferença entre os valores empenhados, liquidados e pagos, o que indica a existência de despesas inscritas em Restos a Pagar, que serão quitadas em exercícios subsequentes.

4.6.22 Resultado orçamentário do exercício

A análise do Balanço Orçamentário evidencia a relação entre as receitas arrecadadas e as despesas executadas ao longo do exercício de 2025.

No período analisado, observa-se resultado orçamentário deficitário, decorrente da diferença negativa entre o total das receitas arrecadadas e o total das despesas empenhadas/liquidadas no exercício.

A diferença negativa observada entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas no exercício caracteriza resultado orçamentário deficitário. Ressalta-se que, no âmbito das instituições federais de ensino, grande parte das despesas é financiada por transferências do Tesouro Nacional, razão pela qual o resultado orçamentário deve ser analisado em conjunto com as demais demonstrações contábeis.

Causas do resultado orçamentário

No caso de órgãos da administração pública federal, como o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, essa situação não necessariamente representa desequilíbrio financeiro, porque:

- grande parte das despesas é financiada por transferências do Tesouro Nacional;
- essas transferências podem aparecer contabilmente de forma distinta no Balanço Financeiro ou na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Nos Institutos Federais e Universidades, é comum observar:

- receitas próprias relativamente pequenas, como taxas e serviços;
- grande volume de despesas custeadas por transferências da União.

Por isso, a diferença negativa entre receitas realizadas e despesas empenhadas muitas vezes reflete a forma de financiamento das políticas públicas educacionais, e não um problema de gestão fiscal.

O resultado orçamentário observado no exercício decorre principalmente de fatores relacionados à dinâmica da execução do orçamento público, entre os quais se destacam:

- **Execução parcial de dotações orçamentárias:** parte das dotações autorizadas na Lei Orçamentária Anual pode não ter sido executada integralmente dentro do exercício, seja por:
 - Prazos de execução contratual;
 - Atraso em processos licitatórios;
 - Cronograma físico-financeiro de obras e aquisições;
 - Limitações administrativas e operacionais.
- **Contingenciamento orçamentário:** durante o exercício financeiro, o Poder Executivo Federal pode realizar limitações de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de garantir o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esse contingenciamento pode reduzir temporariamente a capacidade de execução de determinadas despesas, impactando diretamente o volume de despesas executadas no exercício.
- **Natureza das despesas de capital:** algumas despesas, especialmente aquelas relacionadas a investimentos e obras, possuem execução plurianual ou dependem de etapas técnicas e administrativas que ultrapassam o exercício financeiro, o que também pode contribuir para diferenças entre receitas e despesas registradas no período.
- **Relação com o ciclo orçamentário:** o resultado apresentado no Balanço Orçamentário deve ser analisado à luz do ciclo orçamentário da administração pública, que compreende as etapas de:
 - Planejamento (PPA e LDO);
 - Autorização legislativa (Lei Orçamentária Anual);

- Execução orçamentária e financeira;
- Encerramento e prestação de contas.

Nesse contexto, a diferença entre receitas e despesas no exercício não indica necessariamente insuficiência ou excesso de recursos, mas reflete o estágio de execução das políticas públicas e das atividades institucionais no período.

A inscrição de despesas em restos a pagar permite a continuidade da execução orçamentária no exercício seguinte, assegurando o cumprimento das obrigações assumidas pela instituição.

Impactos na gestão institucional

A execução orçamentária observada no exercício de 2025 demonstra a continuidade das atividades administrativas e acadêmicas do IF Sertão-PE, garantindo a manutenção das políticas públicas de educação profissional, científica e tecnológica.

Os recursos executados no período foram destinados principalmente a:

- Pagamento de despesas com pessoal e encargos;
- Manutenção e funcionamento da infraestrutura institucional;
- Aquisição de materiais e equipamentos;
- Execução de contratos administrativos;
- Investimentos na melhoria da estrutura acadêmica e administrativa.

Essas despesas são essenciais para assegurar a continuidade da prestação dos serviços educacionais oferecidos pela instituição.

4.6.23 Restos a pagar

Os Restos a Pagar representam despesas empenhadas em determinado exercício cuja execução financeira ocorre em exercícios subsequentes, podendo ser classificados em processados (quando já houve liquidação da despesa) ou não processados (quando a despesa ainda não foi liquidada).

No encerramento do exercício de 2025, observou-se a seguinte composição das principais contas relacionadas a Restos a Pagar:

- **Restos a Pagar Não Processados**

Os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) correspondem às despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas até o final do exercício.

Quadro 56 - Restos a pagar por conta contábil e percentual - dez 2025.

Mês Lançamento		DEZ/2025		DEZ/2024	
Conta Contábil		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Porcentagem do total (Saldo - R\$ (Conta Contábil))	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Porcentagem do total (Saldo - R\$ (Conta Contábil))
631100000	'= RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.285.583,79	1,46%	1.929.899,93	1,23%
631300000	'= RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	35.506,64	0,02%	62.403,67	0,04%
631400000	'= RP NAO PROCESSADOS PAGO	8.961.793,32	5,73%	9.947.954,43	6,36%
631710100	'= RPNP A LIQUIDAR AUTORIZADO	17.972.260,21	11,48%	10.157.389,55	6,49%
631980000	'= OUTROS CANCELAMENTOS DE RPNP	804.405,73	0,51%	1.175.980,99	0,75%
632100000	'= RP PROCESSADOS A PAGAR	1.554.532,90	0,99%	1.491.551,02	0,95%
632200000	'= RP PROCESSADOS PAGOS	23.125.633,22	14,78%	21.254.643,18	13,58%
632710000	'= RP PROCESSADOS - INSCRICAO	32.551.142,36	20,80%	23.155.431,15	14,80%
632910100	'= CANCELAMENTO DE RP PROCESSADOS - NE	29.219,72	0,02%	1.277,37	0,00%

Fonte: IFSertãoPE.

Destacam-se as seguintes contas:

- RPNP a Liquidar Autorizado: R\$17.972.260,21 (11,48%), valor superior ao registrado em 2024, indicando aumento de despesas empenhadas cuja liquidação ocorrerá em exercícios posteriores.
- RPNP a Liquidar: R\$2.285.583,79 (1,46%).
- RPNP Liquidados a Pagar: R\$35.506,64 (0,02%).

Também foram registrados cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$804.405,73, decorrentes de revisão de empenhos que não demandaram continuidade de execução.

Restos a Pagar Processados

Os Restos a Pagar Processados (RPP) referem-se às despesas já liquidadas, mas cujo pagamento ocorre em exercício posterior.

Em 2025 destacam-se:

- Inscrição de Restos a Pagar Processados: R\$ 32.551.142,36 (20,80%).
- Restos a Pagar Processados Pagos: R\$ 23.125.633,22 (14,78%).

- Restos a Pagar Processados a Pagar: R\$ 1.554.532,90 (0,99%).

Esses valores indicam que parte significativa das despesas liquidadas no exercício teve seu pagamento programado para períodos subsequentes.

Comparação com o exercício anterior

Em relação a 2024, observa-se:

- aumento na inscrição de restos a pagar processados (de R\$ 23,1 milhões para R\$ 32,5 milhões);
- crescimento nos restos a pagar não processados autorizados;
- manutenção de níveis semelhantes nos valores pagos de restos a pagar.

Esse comportamento demonstra intensificação da execução orçamentária no final do exercício e consequente aumento das despesas transferidas para pagamento em exercícios seguintes.

Considerações

A existência de Restos a Pagar é comum na execução orçamentária da administração pública federal, especialmente em instituições que executam contratos, obras ou aquisições cujas etapas de liquidação e pagamento ultrapassam o encerramento do exercício financeiro.

No encerramento do exercício de 2025, foram registrados valores de inscrição, reinscrição, cancelamento e pagamento de restos a pagar processados, distribuídos entre as unidades gestoras da instituição.

Quadro 57 - Execução dos Restos a Pagar Processados por UG e percentual - dez 2025.

UG Executora	Métrica	Saldo - R\$ (Item Informação)				
		35	36	37	38	39
	Mês Lançamento	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR
158149	DEZ/2025	22.136.352,14	1.321.443,66		22.079.902,10	1.377.893,70
158278	DEZ/2025	305.441,74	37.465,85	13.850,00	290.321,83	38.735,76
158499	DEZ/2025	97.523,53	58.363,72	15.369,72	82.100,19	58.417,34
158500	DEZ/2025	226.930,55	3.455,40		226.930,55	3.455,40
158568	DEZ/2025	133.499,28			133.499,28	0,00
158570	DEZ/2025	251.447,98	30.026,07	5,83	230.626,97	50.841,25
158740	DEZ/2025	18.142,00	82.825,82		6.754,23	94.213,59
158741	DEZ/2025	85.568,20	1.662,38		85.513,13	1.717,45

Fonte: IFSertãoPE.

Execução por Unidade Gestora

A maior parte dos Restos a Pagar Processados concentrou-se na UG 158149, responsável pela gestão administrativa central da instituição. Essa unidade registrou:

- R\$22.136.352,14 em restos a pagar processados inscritos;
- R\$1.321.443,66 em reinscrição;
- R\$22.079.902,10 pagos no exercício;
- R\$1.377.893,70 ainda pendentes de pagamento ao final do período.

As demais unidades gestoras apresentaram volumes significativamente menores, destacando-se:

- UG 158278:
 - Inscrição: R\$305.441,74
 - Pagamentos: R\$290.321,83
 - Saldo a pagar: R\$38.735,76
- UG 158570:
 - Inscrição: R\$251.447,98
 - Pagamentos: R\$230.626,97
 - Saldo a pagar: R\$50.841,25
- UG 158500:
 - Inscrição: R\$226.930,55
 - Pagamentos: R\$226.930,55, restando R\$3.455,40 a pagar.

As demais unidades apresentaram valores reduzidos, característicos da execução descentralizada de despesas de menor volume.

Cancelamentos

Foram registrados cancelamentos pontuais de restos a pagar processados, principalmente nas unidades 158278, 158499 e 158570, decorrentes de ajustes na execução orçamentária ou de revisões de obrigações anteriormente inscritas.

Situação ao final do exercício

De forma geral, observa-se elevado percentual de pagamento dos restos a pagar processados inscritos, indicando adequada execução financeira das obrigações liquidadas no exercício.

Os valores ainda registrados como restos a pagar processados a pagar representam compromissos que serão quitados no exercício subsequente, conforme disponibilidade financeira e cronograma de pagamento.

4.6.24 Resultado financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro demonstra a movimentação dos ingressos e dispêndios financeiros ocorridos no exercício, permitindo analisar a capacidade da entidade em manter e ampliar suas disponibilidades de caixa.

Quadro 58 - Ingressos e dispêndios.

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	2.221.009,76	51.754,87	Despesas Orçamentárias	327.174.196,98	269.238.693,22
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	306.239.329,01	246.184.231,94
Recursos Vinculados	2.227.105,79	52.563,24	Recursos Vinculados	20.934.867,97	23.054.461,28
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	885.588,19	6.353.162,05
Fundos, Órgãos e Programas	2.227.105,79	52.563,24	Seguridade Social (Exceto Previdência)		510.061,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-6.096,03	-808,37	Previdência Social (RPPS)	18.062.043,02	16.189.468,42
			Fundos, Órgãos e Programas	1.987.236,76	1.769,81
Transferências Financeiras Recebidas	329.515.129,55	300.059.126,30	Transferências Financeiras Concedidas	26.337.963,40	26.495.600,38
Resultantes da Execução Orçamentária	306.768.697,19	272.187.515,25	Resultantes da Execução Orçamentária	20.570.482,94	21.531.272,84
Repasse Recebido	286.198.214,25	250.657.068,35	Repasse Concedido		825,94
Sub-repasse Recebido	20.570.482,94	21.530.446,90	Sub-repasse Concedido	20.570.482,94	21.530.446,90
Independentes da Execução Orçamentária	22.746.432,36	27.871.611,05	Independentes da Execução Orçamentária	5.767.480,46	4.964.327,54
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	18.754.601,61	24.845.720,38	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	5.066.555,12	4.602.077,80
Demais Transferências Recebidas	373.600,33	419,60	Demais Transferências Concedidas	387.388,77	124.792,58
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.618.230,42	3.025.471,07	Movimento de Saldos Patrimoniais	313.536,57	237.457,16
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	59.135.493,64	34.375.011,78	Pagamentos Extraorçamentários	33.486.643,87	37.969.662,50
Inscrição de Restos a Pagar Processados	33.958.945,74	23.155.431,15	Pagamento de Restos a Pagar Processados	23.135.648,28	21.709.989,45
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	24.660.172,26	10.508.062,69	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	10.043.128,04	15.886.998,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	320.222,59	474.060,78	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	302.357,55	372.674,72
Outros Recebimentos Extraorçamentários	196.153,05	237.457,16	Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.510,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	196.153,05	237.457,16	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	5.510,00	
Saldo do Exercício Anterior	20.872.575,85	20.090.639,00	Saldo para o Exercício Seguinte	24.745.404,55	20.872.575,85
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.872.575,85	20.090.639,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	24.745.404,55	20.872.575,85
TOTAL	411.744.208,80	354.576.531,95	TOTAL	411.744.208,80	354.576.531,95

Fonte: IFSertãoPE.

Resultado Financeiro do Exercício

No exercício de 2025, a entidade apresentou aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$20.872.575,85 no início do exercício para R\$24.745.404,55 ao final, representando acréscimo de R\$3.872.828,70 nas disponibilidades financeiras.

Esse resultado positivo indica que os ingressos financeiros superaram os dispêndios no período, ampliando a capacidade de pagamento da instituição.

Em 2024, o resultado financeiro também foi positivo, porém em menor magnitude, com aumento de R\$781.936,85 no saldo de caixa.

Análise dos Ingressos

Os ingressos financeiros totais atingiram R\$411.744.208,80 em 2025, crescimento em relação a R\$354.576.531,95 em 2024.

Os principais componentes foram:

- a) **Transferências Financeiras Recebidas:** constituem a principal fonte de recursos da entidade, totalizando R\$329.515.129,55, com destaque para:
- Repasse recebido: R\$ 286.198.214,25
 - Sub-repasse recebido: R\$ 20.570.482,94
 - Transferências para pagamento de restos a pagar: R\$ 18.754.601,61

Esses valores demonstram a dependência predominante de recursos transferidos pelo governo federal para financiamento das atividades institucionais.

- b) **Recebimentos Extraorçamentários:** totalizaram R\$59.135.493,64, valor superior ao registrado em 2024. Destacam-se:
- Inscrição de restos a pagar processados: R\$ 33.958.945,74
 - Inscrição de restos a pagar não processados: R\$ 24.660.172,26

Esse comportamento está relacionado à execução orçamentária do exercício e ao volume de despesas empenhadas ainda não pagas.

- c) **Receitas Orçamentárias:** apresentaram valor relativamente reduzido (R\$2.221.009,76), evidenciando que a instituição não possui grande capacidade de geração própria de receitas, sendo financiada majoritariamente por transferências governamentais.

Análise dos Dispendios

Os dispêndios financeiros totais também apresentaram crescimento, alcançando R\$411.744.208,80 em 2025.

Os principais componentes foram:

- a) **Despesas Orçamentárias:** totalizaram R\$327.174.196,98, com predominância de despesas financiadas por recursos não vinculados (R\$306.239.329,01).

Entre os recursos vinculados, destacam-se:

- Previdência Social (RPPS): R\$ 18.062.043,02
- Educação: R\$ 885.588,19

Esses valores refletem a natureza institucional da entidade, voltada principalmente à área educacional e à manutenção de seu quadro de pessoal.

- b) **Transferências Financeiras Concedidas:** somaram R\$26.337.963,40, valores relacionados principalmente a sub-repasses a unidades vinculadas e pagamentos de restos a pagar.
- c) **Pagamentos Extraorçamentários:** totalizaram R\$33.486.643,87, destacando-se:
- Pagamento de restos a pagar processados: R\$23.135.648,28
 - Pagamento de restos a pagar não processados: R\$10.043.128,04

Esses pagamentos representam a liquidação de obrigações de exercícios anteriores ou de operações que não integram diretamente o orçamento do exercício.

Síntese da Situação Financeira

De forma geral, a análise do resultado financeiro evidencia que:

- Houve crescimento expressivo no volume de ingressos e dispêndios em 2025, acompanhando a ampliação da execução orçamentária da entidade.
- As transferências financeiras recebidas permanecem como principal fonte de financiamento, característica comum das instituições públicas federais.
- O exercício apresentou resultado financeiro positivo, refletido no aumento das disponibilidades de caixa.
- O aumento das inscrições em restos a pagar indica maior volume de despesas empenhadas no exercício cuja execução financeira ocorrerá em exercícios posteriores.

Conclusão:

O resultado financeiro de 2025 demonstra equilíbrio na gestão financeira da entidade, com expansão das disponibilidades de caixa e

manutenção da capacidade de honrar compromissos financeiros, apesar do aumento no volume de execução orçamentária e de obrigações inscritas em restos a pagar.

4.6.25 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício de 2025, a entidade apresentou geração líquida de caixa de R\$3.872.828,70, valor significativamente superior ao registrado em 2024 (R\$781.936,85).

Esse resultado indica maior capacidade de geração de caixa no período, refletindo principalmente o aumento do saldo positivo das atividades operacionais e a redução dos desembolsos de investimento.

Em decorrência dessa geração líquida positiva, o saldo de caixa e equivalentes de caixa evoluiu de R\$20.872.575,85 no início de 2025 para R\$24.745.404,55 ao final do exercício, evidenciando acréscimo de aproximadamente R\$3,87 milhões na disponibilidade financeira da entidade.

Quadro 59 - Demonstrações dos fluxos de caixa.

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.503.035,19	7.247.242,53
INGRESSOS OPERACIONAIS	332.252.514,95	300.822.399,11
Receita Patrimonial	27.832,85	33.582,64
Receita Agropecuária	760,00	-
Receita de Serviços	2.150.342,22	9.191,08
Outras Receitas Derivadas e Originárias	42.074,69	8.981,15
Outros Ingressos Operacionais	330.031.505,19	300.770.644,24
Ingressos Extraorçamentários	320.222,59	474.060,78
Transferências Financeiras Recebidas	329.515.129,55	300.059.126,30
Arrecadação de Outra Unidade	196.153,05	237.457,16
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-322.749.479,76	-293.575.156,58
Pessoal e Demais Despesas	-263.604.742,76	-236.054.065,98
Previdência Social	-20.043.585,38	-16.958.927,69
Trabalho	-510.061,00	-5.289.939,00
Educação	-240.259.586,38	-211.055.217,78
Organização Agrária	-	-130.000,00
Comércio e Serviços	-186.000,00	-
Desporto e Lazer	-2.600.000,00	-2.600.000,00
Encargos Especiais	-	-19.981,51
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-5.510,00	-
Transferências Concedidas	-32.504.416,05	-30.652.815,50
Intragovernamentais Concedidas	-32.447.006,06	-30.605.591,01
Outras Transferências Concedidas	-57.409,99	-47.224,49
Outros Desembolsos Operacionais	-26.640.320,95	-26.868.275,10
Dispêndios Extraorçamentários	-302.357,55	-372.674,72

Transferências Financeiras Concedidas	-26.337.963,40	-26.495.600,38
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.630.206,49	-6.465.305,68
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-5.630.206,49	-6.465.305,68
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.422.740,74	-6.439.741,10
Outros Desembolsos de Investimentos	-207.465,75	-25.564,58
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.872.828,70	781.936,85
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	20.872.575,85	20.090.639,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	24.745.404,55	20.872.575,85

Fonte: IFSertãoPE.

4.6.26 Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

As atividades operacionais, relacionadas à execução das atividades institucionais da entidade, apresentaram geração líquida de caixa de R\$9.503.035,19 em 2025, superior ao resultado de R\$7.247.242,53 em 2024.

Os ingressos operacionais totalizaram R\$332.252.514,95, com destaque para:

- Transferências financeiras recebidas, que representam a principal fonte de recursos da entidade, totalizando R\$329.515.129,55;
- Receitas de serviços (R\$2.150.342,22), que apresentaram crescimento expressivo em relação a 2024;
- Outras receitas patrimoniais e originárias, com valores menos representativos.
- Por sua vez, os desembolsos operacionais atingiram R\$322.749.479,76, sendo compostos principalmente por:

- Pessoal e demais despesas, no montante de R\$263.604.742,76, destacando-se as despesas relacionadas à função educação;
- Transferências concedidas, no valor de R\$32.504.416,05, majoritariamente intragovernamentais;
- Outros desembolsos operacionais, que totalizaram R\$26.640.320,95.

O resultado positivo das atividades operacionais demonstra que os ingressos correntes foram suficientes para suportar as despesas operacionais e ainda gerar disponibilidade financeira adicional.

4.6.27 Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

As atividades de investimento apresentaram fluxo líquido negativo de R\$5.630.206,49 em 2025, decorrente exclusivamente de desembolsos, uma vez que não houve ingressos dessa natureza no período.

Esses desembolsos referem-se principalmente à:

- Aquisição de ativos não circulantes, no valor de R\$5.422.740,74, destinados à expansão ou modernização da infraestrutura institucional;
- Outros desembolsos de investimento, no montante de R\$207.465,75.

Observa-se, entretanto, redução dos investimentos em relação a 2024, quando os desembolsos totalizaram R\$6.465.305,68, indicando menor volume de aquisições de ativos permanentes no exercício de 2025.

4.6.28 Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

No exercício de 2025, não foram registradas entradas ou saídas de caixa relacionadas às atividades de financiamento, situação também observada em 2024.

Isso indica que a entidade não realizou operações de crédito, amortização de dívida ou outras transações típicas de financiamento, sendo suas atividades financiadas predominantemente por transferências financeiras recebidas do governo.

Síntese

- Houve melhora significativa na geração líquida de caixa em 2025.
- As atividades operacionais permaneceram como principal fonte de geração de caixa.
- Os investimentos consumiram recursos, porém em volume menor que no exercício anterior.
- Não houve atividades de financiamento, mantendo-se a dependência de transferências governamentais.

www.ifsertaope.edu.br



**INSTITUTO
FEDERAL**
Sertão Pernambucano